

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

MÔNICA RENATA DANTAS MENDONÇA

UM ESTUDO SOBRE A MULHER E O DELITO: O AMOR
ENCARCERA?

CAMPO GRANDE - MS

2016

MÔNICA RENATA DANTAS MENDONÇA

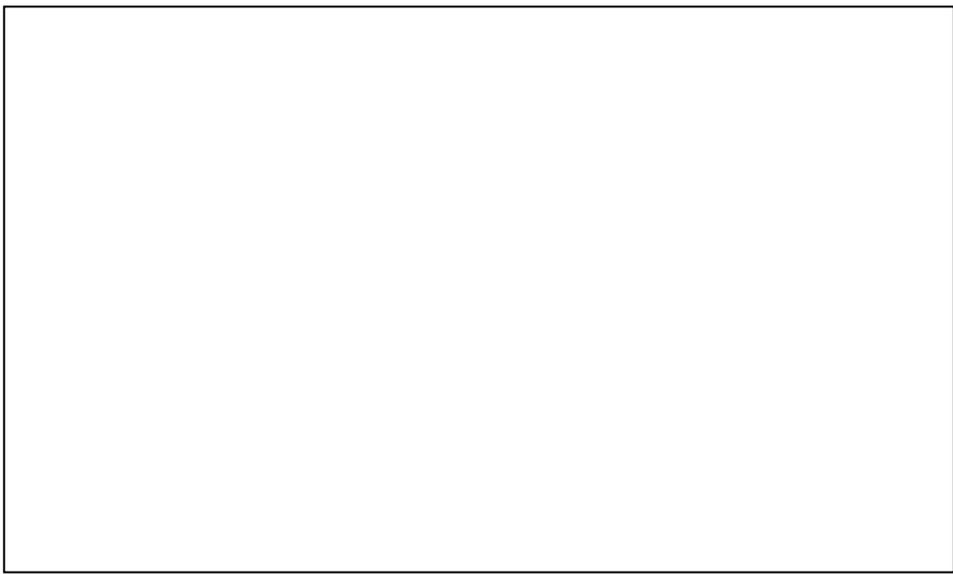
**UM ESTUDO SOBRE A MULHER E O DELITO: O AMOR
ENCARCERA?**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zaira de Andrade Lopes.

CAMPO GRANDE - MS

2016



RENATA DANTAS MENDONÇA, Mônica.

Um estudo sobre a mulher e o delito: o amor encarcera?

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus de Campo Grande/MS.

Qualificado em: Campo Grande – MS, 02 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Zaira de Andrade Lopes (orientadora)

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório (membro)

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof^a Dr^a Angela Maria Oliveira Almeida (membra)

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Lucas Ferraz Córdova (suplente)

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

À minha mãe, Nizete, que dobrou seus joelhos tantas vezes em oração, enquanto minha fé esmorecia diante das dificuldades. Dedico integralmente este trabalho em agradecimento por seu amor incondicional e para confirmar a grandiosidade do meu amor “te amo daqui na lua, ida e volta, um milhão de vezes.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por ter iluminado todas as fases deste mestrado, dando-me discernimento e sabedoria.

Agradeço à minha orientadora Zaira de Andrade Lopes, que incansavelmente dedicou-se com amor fraterno e profissionalismo a me orientar. Me acolhendo, zelando e extraíndo de mim, o meu melhor.

Agradeço à minha família, minha mãe Nizete por tudo que sempre fez e faz por amor a mim; à minha irmã Isabel que mesmo distante fisicamente se fez presente todos os dias no decorrer desta etapa, à meu esposo Donizetti (Done) que demonstrou cumplicidade em todas as fases deste mestrado e à meu pai, que se estivesse entre nós, me acolheria num abraço e diria “te amo daqui na lua, ida e volta, um milhão de vezes”.

Agradeço à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Mato Grosso do Sul, que acreditaram na seriedade do meu trabalho, abrindo as portas do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba/MS, para desenvolver esta pesquisa.

Agradeço aos(às) professores(as) do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia, da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que compartilharam seus conhecimentos, contribuindo assim para esta dissertação e para as minhas escolhas na vida, principalmente ao professor e amigo David Tauro que me incentivou a superar os meus limites, no que se refere a outros idiomas, meu profundo agradecimento.

Agradeço aos(às) construtores(as) de estradas que desbravaram 420 km de cerrado sul-matogrossense, facilitando o trajeto de Paranaíba à Campo Grande/MS, o qual percorri incansavelmente por mais de dois anos.

Agradeço à(aos) amiga(os) Keila, Gilmar e Eduardo que me acolheram tantas vezes em sua casa e em seus corações, dando-me gratuitamente amor, aconchego, a escuta e o abraço que só amigos-irmãos saberiam dar.

Agradeço às(ao) amigas(o) Miuke, Vanessa e Álvaro pelas contribuições técnicas imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

Agradeço à amiga-irmã Fernanda Márcia e ao amigo Marcelo, que contribuíram significativamente com seus novos olhares, na escrita deste relatório para a qualificação.

Agradeço às amigas-irmãs Valdenice, Janine, Vanessa, Simone Grisólia que foram minha base de apoio e amor gratuito em Campo Grande/MS.

Agradeço às(aos) amigas(os) Moisés, Luana, Luciano, Léia, Elaine, Marinalva, Cássia e Simone que incansavelmente entenderam minha ausência durante esse período entregue à escrita.

Agradeço ao amigo e professor Dr. Hélio Braunstein que me incentivou gratuitamente, somente por amor à ciência, à Psicologia e ao encantamento pela temática e pelo ser humano.

Agradeço às amigas Lucilene, Zélia, Soraya, Angélica, Livia e Larissa que foram meu porto seguro enquanto estive longe de casa, fazendo-se família e ajudando-me a transformar angústias em risos.

Agradeço pela amizade e irmandade de Zélia, Viviane, Talita, Gabriela e Robson que compartilharam suas experiências, ensinando-me por meio delas.

Agradeço pela cumplicidade encontrada no meu local de trabalho, durante as muitas 48h seguidas de plantões, compensando as horas de dispensas; especialmente ao servidor Renato e à servidora Janicléia, que foram mais que amigos, foram o bálsamo que eu tanto precisava nos momentos de cansaço.

Agradeço às(aos) conselheiras(os), funcionárias(os) e estagiárias(os) do VII Plenário do Conselho Regional de Psicologia 14ª Região/MS, que inspiraram e incentivaram a realizar meus sonhos adormecidos.

A Balada do Cárcere de Reading

(...)
Eu nunca vi alguém na vida que tivesse
Tanta Angústia no olhar,
Ao contemplar a tenda azul que os prisioneiros
De céu usam chamar,
(...)
Num pavilhão ao lado, andei com outras almas
Também a padecer,
Imaginando se seu erro fora grave
Ou um erro qualquer,
(...)
Éramos como um bando em pântano tateando
Na suja escuridão:
Não ousávamos dar vazão à nossa angústia,
Dizer uma oração;
Algo morrerá em nós, e o que morrerá fora
A Esperança... a Ilusão.
(...)
Não sei se as Leis são justas ou se as Leis são falhas...
Isso não cabe a mim.
Nós só sabemos, na prisão, que o muro é forte;
Como sabemos, sim,
Que cada dia é um ano, um ano cujos dias
Parecem não ter fim.
(...)
Como ervas venenosas as ações mais vis
Brotam no ar da prisão;
Ali, somente as coisas que são boas no Homem
Secarão, murcharão...
(...)
Lá a criança assustada fica à míngua até
Que chore noite e dia;
Lá se fustiga o fraco, e se flagela o tolo,
E ao velho se injúria;
Lá muitos endoidecem, todos se embruteçam,
Ninguém se pronuncia.
A nossa pequenina cela é uma latrina
De treva e sujidade.
E o bafo azedo e forte de uma viva Morte
Sufoca toda grade;
(...)
Pouco importa a comida na prisão servida,
Pois o que mata e esfria
É que de noite o coração se torna a pedra
Que se ergue quando é dia.
(...)
E, nessa alheação, apodrecendo vão
Corpo e alma em todos nós.
Feliz o coração partido: pode a paz
Do perdão conquistar!
Senão, como o homem vai fazer reto o seu plano
E do Erro se limpar?
Como pode, a não ser por coração partido,
O Senhor Cristo entrar?
(...)

(Oscar Wilde, 1898)

RESUMO

Este relatório de dissertação é resultado da investigação sobre as representações sociais de gênero, de egressas do sistema prisional. O estudo foi realizado na Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEPEN/MS), mais especificamente no Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/PAR). Objetivamos identificar, sob o discurso das próprias egressas entrevistadas os motivos que as levaram a praticar o delito e se de alguma forma suas representações sociais de gênero influenciaram na prática ilícita. Buscou-se como fundamentação teórica o suporte da Teoria Histórico-Cultural para a compreensão do ser humano e da Teoria das Representações Sociais, sistematizada por Serge Moscovici. Para compreender as relações sociais e as vinculações afetivas dessas egressas utilizou-se o conceito de gênero conforme Joan Scott. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de orientação qualitativa, de caráter explicativo, pois pretende compreender a constituição da história de vida das mulheres pós-cárcere e suas representações sociais de gênero. As participantes da pesquisa são as egressas em cumprimento de pena em Regime Aberto. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas com roteiro semiestruturadas e organizados por meio das técnicas descritas por Laurence Bardin, em sua proposta de Análise de Conteúdo. Dessa forma foi possível dar visibilidade aos seus discursos, que muitas vezes são ignorados pelo estigma de ser mulher e egressas do sistema prisional. Após a análise dos dados identificou-se os sentidos e significados constantes nos relatos das participantes da pesquisa, possibilitando conhecer as representações sociais de gênero dessas mulheres egressas do sistema prisional. O conteúdo das falas das participantes foram organizados nos eixos temáticos: a) Afetividade, constituído pelas categorias relações afetivas, violência doméstica e a desilusão, b) Conflito com a Lei, onde tratou-se dos temas o trabalho, a influência, a prisão e as consequências e c) Estrutura do Patriarcado abordando sua configuração na vida e no crime. As influências das representações sociais de gênero das entrevistadas ganham evidência e suscitam a questão: considerando as representações sociais de gênero presentes na sociedade, o amor encarcera? Os motivos que as levaram a cometer o delito foram a representação social do amor e do afeto das entrevistadas, na qual a ideologia patriarcal denomina o papel social da mulher como aquele responsável pela função afetiva, desta forma, pode-se afirmar que a influência das representações sociais de gênero das egressas, contribuíram para a sua inserção no mundo do crime. É difundido e naturalizado em nossa sociedade patriarcal, que cabe à mulher o papel social de amar e perdoar incondicionalmente para assim proteger sua família, caracterizando enfim a essência feminina ensinada e cobrada em nossa sociedade. A imagem social da mulher, que sintetiza em si diversos elementos idealizados, os quais visam interesses de um grupo majoritariamente masculino, onde a imagem da mulher se constitui como permissiva, afetuosa e materna, constituíram as representações sociais enraizadas e declaradas nos discursos destas mulheres egressas.

Palavras-chave: Representações Sociais. Gênero. Sistema Prisional. Mulher.

ABSTRACT

This dissertation report is the result of an investigation on social representations of gender among women freed after serving prison terms. The study was made at the State Administrative Agency of the Penitential System of the Brazilian state of Mato Grosso do Sul [AGEPEN/MS], more specifically at the Semi-open, Open and Assistance Hostel Penal Establishment [EPRSAAA/PAR] in the city of Paranaíba. From the discourses of those chosen for the interviews, we attempted to identify the motives that led them to commit their crimes and if, in some form, gender social representations influenced them in their illicit practices. For theoretical framework, the Theory of Social Representations systematized by Serge Moscovici. To understand the social relations and affective links of these persons, we used the concept of gender per Joan Scott. Methodologically, it deals with a qualitatively-based research, of an explicative character, that attempts to comprehend the constitution of the life-history of post-prison women and their gender social representations. The participants were those serving under the Open Regime. Data collection was done through semi structured interviews with techniques described by Laurence Bardin, in his proposal for Content Analysis. Thus, it was possible to illustrate their discourses, often ignored because of the stigma of being a woman and ex-prisoner. Data analysis permitted the identification of the senses and significations from the discourses of the participants in the research, permitting knowledge of the gender social representations of these former women prisoners. The content of the speeches of the participants were organized into themes: a) Affection, comprising the categories affective relationships, domestic violence and disillusionment, b) Conflict with the Law, which treated the themes work, influence, imprisonment and the consequences c) Patriarchate structure addressing its setting in life and crime. The influences of the interviewed gender social representations gain evidence and raise the question: considering the social representations of gender present in society, love imprisons? The reasons that led him to commit the crime were the social representation of love and affection of the interviewees, in which the patriarchal ideology called the social role of women as the one responsible for affective function in this way, it can be said the influence of social representations of gender of graduates, contributed to its insertion in the world of crime. It is widespread and naturalized in our patriarchal society, that it is the woman's social role to love and forgive unconditionally in order to protect his family, finally featuring taught feminine essence and charged in our society. The social image of women, which synthesizes itself several idealized elements, which are aimed at the interests of a mostly male group, where the image of women is constituted as permissive, loving and maternal, were the rooted and declared social representations in the discourse of these women graduates.

Keywords: Social Representations. Gender. Prison System. Women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
BDTD	Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CPB	Código Penal Brasileiro
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CF	Constituição Federal
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EPRSAAA/PAR	Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional
InfoPen	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEP	Lei de Execução Penal
MJ	Ministério da Justiça
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
PCC	Primeiro Comando da Capital
PR	Paraná
PB	Paraíba
PFC	Penitenciária Feminina da Capital
RA	Regime Aberto
RSA	Regime Semiaberto
RSG	Representações Sociais de Gênero
RS	Representações Sociais
RS	Rio Grande do Sul
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
SP	São Paulo
SAP	Secretaria da Administração Penitenciária
SUS	Sistema Único de Saúde
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teorias das Representações Sociais
UBS	Unidades Básicas de Saúde
USP	Universidade de São Paulo
UP	Unidade Penal
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixo Temático: Afetividade.....	80
Figura 2 – Eixo Temático: Conflito com a Lei.....	99
Figura 3 – Eixo Temático: Estrutura do Patriarcado	124

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Incidência de estudos sobre o encarceramento de mulheres, principalmente as egressas do Sistema Prisional, considerando a matriz histórica do patriarcado, no período de 1994 a 2014.26
- Gráfico 2** – Porcentagem de Unidades Prisionais divididas por gênero no Brasil, 201451
- Gráfico 3** – Porcentagem de Unidades Prisionais divididas por gênero no MS, 2014.....52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Unidades Penais no MS, identificadas por gênero e tipo de Regime, mar/2016 .	54
Quadro 2 – Caracterização das participantes da pesquisa, 2016.....	61
Quadro 3 – Categoria: Relações afetivas	81
Quadro 4 – Categoria: Violência doméstica	86
Quadro 5 – Categoria: A Desilusão.....	95
Quadro 6 – Categoria: O Trabalho	99
Quadro 7 – Categoria: A Influência	105
Quadro 8 – Categoria: A Prisão	111
Quadro 9 – Categoria: As Consequências.....	120
Quadro 10 – Categoria: Na Vida.....	125
Quadro 11 – Categoria: No Crime	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência de pessoas que escreveram sobre este tema	25
Tabela 2 – Estados aonde se realizaram as pesquisas e sua representatividade	27
Tabela 3 – Categorização das pesquisas mediante a frequência com que os temas foram abordados.....	28
Tabela 4 – Descritores utilizados e quantidade de documentos localizados no BDTD – USP, 1994 a 2014	29
Tabela 5 – Descritores utilizados e quantidades de documentos localizados no BDTD – UNICAMP, 1994 a 2014	29
Tabela 6 – Descritores utilizados e quantidade de documentos localizados na SCIELO, 1994 a 2014	30
Tabela 7 – Metodologias descritas nos estudos localizados e sua frequência, 1994 a 2014 ...	31
Tabela 8 – Pessoas privadas de liberdade no Brasil, 2014	46
Tabela 9 – Informações prisionais dos dez países com maior população prisional do mundo, 2014	46
Tabela 10 – População prisional - vagas e déficit de vagas, 2014	48
Tabela 11 – Capacidade do sistema prisional, 2014.....	49
Tabela 12 – Classificação das Unidades Prisionais do Brasil e do MS, 2014.....	50
Tabela 13 – Vagas e pessoas privadas de liberdade, por natureza da prisão/tipo de regime, 2014	53
Tabela 14 – Mapeamento Carcerário do Mato Grosso do Sul, 2016	56
Tabela 15 – Mapeamento Carcerário do Mato Grosso do Sul - gênero feminino, 2016.....	56
Tabela 16 – Dados estatísticos do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Casa do Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/Par), março, 2016.....	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA	24
3	A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	33
3.1	DIÁLOGOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	37
3.2	MULHERES E AS PRISÕES FEMININAS	40
4	A PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
4.1	OBJETIVOS	42
4.1.1	Objetivos gerais	42
4.1.2	Objetivos específicos	42
4.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	42
4.3	O TERRITÓRIO DA PESQUISA	43
4.3.1	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias no Brasil	45
4.3.2	Levantamento Estadual de Informações Penitenciárias no Mato Grosso do Sul	54
4.3.3	Levantamento in loco no Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado	58
4.4	A CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	59
4.4.1	Opala	61
4.4.2	Ágata	62
4.4.3	Jade	63
4.4.4	Esmeralda	65
4.5	INSTRUMENTO DE COLETA E FORMA DE APLICAÇÃO	67
5	SISTEMA PRISIONAL	69
5.1	AS MULHERES E O SISTEMA PRISIONAL: VOZES QUE ECOAM NO SILÊNCIO 73	
5.2	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E A ESCRITA CIENTÍFICA QUE ENCARCERA	74
5.3	ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	77
5.4	FREQUÊNCIA DE TEMAS	79
5.5	MARCAS DOS DISCURSOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE	79
5.6	Eixo Temático: Afetividade	80
5.6.2	Eixo Temático: Conflito com a Lei	99
5.6.3	Eixo Temático: Estrutura do Patriarcado	124
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138

REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA	148
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	152
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA	154
ANEXO – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA	156

1 INTRODUÇÃO

A citação de **Balada do cárcere de Reading**, obra do poeta, romancista e dramaturgo irlandês Oscar Wilde (1854-1900) em 1898, foi escolhida para compor a epígrafe deste trabalho por diversos motivos, dentre os quais destaco a sua singularidade, por ser o fruto da manifestação de quem buscou, por meio da própria vida, expressar em poesia a dor do cárcere, por se tratar de um testemunho autobiográfico. Esta obra-prima de Oscar Wilde retrata com maestria os horrores que passou durante os dois anos em que o escritor cumpriu pena no cárcere, acusado por crime de natureza sexual (homossexualidade e a violação dos princípios morais) da rígida Inglaterra. O autor relata o quanto o cárcere trouxe-lhe prejuízos, deteriorou sua saúde, destruiu sua reputação e fez-lhe conviver com a solidão e o inferno da morte da alma e do corpo físico, de quem lida cotidianamente com a injustiça, a desumanização e violências que exalam em meio às grades. Uma obra de tamanha sensibilidade e candura poética inspira a escrita deste trabalho.

Após 15 anos de atuação no sistema prisional como servidora penitenciária na área da segurança e custódia em um presídio masculino, pude ver, ouvir e acompanhar histórias de vidas de mulheres que adentravam o cárcere para visitas dominicais. Quantas vezes durante a revista corporal vexatória, as mulheres visitantes usufruíam deste curto tempo para partilharem suas histórias e seus sofrimentos. Elas desejavam falar, mas não tinham ninguém para ouvi-las. Foi nesse ínterim, por meio de pesquisas, que pude constatar as lacunas bibliográficas e as possibilidades de estudos sobre aspectos da vida e condições que levaram as mulheres a se inserirem no mundo da contravenção. Em 2014, pude dar vazão à minha responsabilidade social, graças à inserção no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio desta pesquisa científica, ao dar voz a estas mulheres egressas do Sistema Prisional.

O título desta pesquisa *Um Estudo sobre a Mulher e o Delito: o amor encarcera?*, constituiu-se com base no objeto desta pesquisa: a mulher e o delito, que remete após exaustivas leituras e releituras das transcrições das entrevistas, há um questionamento e há duas prerrogativas sobre os motivos que levaram as egressas a cometerem o delito, sendo uma na perspectiva das próprias egressas “por influência daqueles que elas amavam?” e a outra fruto das análises dos fragmentos representativos e diálogos com as teorias que fundamentaram este estudo “por influência da representação social do amor e do afeto, que a sociedade patriarcal ensinou e impôs, enquanto papel social da mulher?”

Desta forma, o objetivo deste trabalho é identificar as representações sociais de gênero das egressas do sistema prisional, ora cumprindo pena privativa de liberdade em

Regime Aberto e em Livramento Condicional, entretanto, das entrevistadas que cumprem regime em Livramento Condicional, ao serem procuradas e agendadas para as entrevistas, elas não compareceram. Por esta razão, este estudo foi realizado apenas com mulheres egressas que cumprem regime aberto.

A Linha de Pesquisa: “Psicologia e Processos Educativos” contempla-se neste estudo, pois todos os grupos culturais, em todas as suas etapas de vida, estão em desenvolvimento e submetidos a processos educativos, que promovem desenvolvimentos múltiplos em cenários diversos, conforme pontua González Rey (2013).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) desenvolvida por Moscovici (2002), busca nos diversos contextos, identificar os sentidos e os significados que o indivíduo dispõe sobre os fenômenos e processos sociais, e que levam à sua compreensão de mundo, organiza sua fala e seus comportamentos. As TRS servirão de alicerce para analisarmos a construção da identidade de gênero das egressas do sistema prisional e o que ocorreu para que elas se submetessem às práticas ilícitas.

Jodelet (2001, p. 22) caracteriza a Representação Social como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Ainda segundo a autora, apesar das Representações Sociais serem ativadas na vida social, com elementos construtores de saberes que remetem à realidade, o conhecimento científico pode também influenciá-las.

Conforme Moscovici “o senso comum não é substituído pelas teorias científicas e pela lógica. Ele continua a descrever as relações comuns entre os indivíduos, explica suas atividades e comportamento normal, molda seus intercâmbios no dia-a-dia” (MOSCOVICI, 2002, p. 199).

Para dar suporte às análises sobre as Representações Sociais de Gênero, este estudo se fundamentou nos escritos sistematizados por Joan Scott. O conceito de gênero, sob a visão de Scott (1990), se constitui quando diferencia-se socialmente homens e mulheres, dando significado às relações de poder, remetendo às atribuições de características fundadas pelo sexo biológico, que se manifestam em diversos contextos (cultura, linguagem e representações sociais), sendo enredado pelas questões políticas e de relações de poder.

O conceito de gênero precisa ser compreendido no espaço das relações sociais, fruto das construções históricas e sociais, priorizando seu caráter cultural e sócio-histórico, o que referenda a abordagem histórico-cultural da Psicologia desenvolvida por Vigotsky (1998).

O termo gênero começou a ser utilizado como uma categoria para se analisar e investigar a construção social do feminino e do masculino, que se relacionam com certas

regras, normas e papéis coletivos. Conforme Scott (1990, p. 289) gênero se define como sendo “um elemento constitutivo das relações sociais” que se baseiam nas diferenças que se distinguem os sexos e na “forma primária de relações significantes de poder”.

O modelo de Moscovici não é de controle e manutenção de uma visão de mundo, ao contrário, ele é dinâmico e modificável, ou seja, pode ser transformado nos processos cotidianos das pessoas, mas não deve ser confundido como “flutuante”, apesar das Representações Sociais não ficarem reféns de um universo estático, ela mantém significativo grau de consensualidade.

Jovchelovitch (1995, p. 78) diz que “é através da atividade do sujeito e de sua relação com outros que as representações têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que ele ao mesmo tempo descobre e constrói”.

Parafraseando Moscovici (2002, p. 30) os indivíduos percebem o mundo da forma como ele é e as “percepções, ideias e atribuições” são concomitantemente respostas e estímulos deste ambiente, assim nota-se a necessidade do ser humano de avaliar pessoas e objetos, para compreender a realidade como um todo.

Abordar a condição da mulher no cenário prisional que deveria ressocializar, mas que na realidade pune, quando viola os direitos humanos, porque despersonaliza os indivíduos e aperfeiçoa-os em novas práticas delituosas, é desafiador. A condição da mulher egressa do sistema prisional é questão social expressiva e complexa, e merece, à vista disso, análise aprofundada.

De acordo com Lopes (2000), o conceito de gênero precisa ser compreendido no espaço das relações sociais, e ele se constitui fruto das construções históricas e sociais, para tanto deve ser priorizado o seu caráter cultural e sócio-histórico.

Santos (2003) endossa a necessidade de equidade quanto a todas as formas de diferenças e salienta para que estas “diferenças” não sejam mantenedoras e reprodutoras de desigualdades.

Ressalta-se que a pesquisa ocorreu em uma Unidade Prisional (U.P.) masculina, porém as entrevistadas para este estudo são mulheres egressas do sistema prisional, em cumprimento de regime aberto e livramento condicional, caracterizando assim esta U.P como uma instituição prisional mista. Entretanto, os dados oficiais localizados e apresentados no corpo deste texto, informam que não há U.P. mistas no Estado do Mato Grosso do Sul. Diante do exposto, permanece a dúvida de quantas outras U.P. no país, ditas como “não mistas” ainda submetem mulheres em conflito com a Lei a permanecerem invisíveis dentre os dados patriarcalmente masculinos.

Nesse estudo, foram entrevistadas egressas do sistema prisional. São consideradas egressas as mulheres que se enquadram na Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal - LEP), de 11 de julho de 1984, cujo objetivo é “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984), é também esta a Lei que define quem é a(o) egressa(o).

Desse modo será utilizado o termo egresso(a), com base na conotação da LEP, constante no Capítulo II, Da Assistência; Seção VIII, Da Assistência ao Egresso, no Artigo 26: “Considera-se egresso para os efeitos desta Lei: I - **o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;** II - **o liberado condicional, durante o período de prova.**” (BRASIL, 1984, grifo nosso).

Como pode se constatar no Artigo 26, da Lei de Execução Penal, é estabelecida duas categorias de egressas, sendo a condenada libertada definitivamente, pelo prazo de um ano depois de sua saída do cárcere privado, bem como a liberada condicional, sendo esta somente durante seu período de prova. Desta forma fica evidente que o termo egressa, identificará as entrevistadas desta pesquisa, pois buscou-se mulheres que cumprem pena em regime aberto e em livramento condicional.

Diante destes esclarecimentos, é pertinente salientar que após estes prazos (um ano para a liberada e o período de prova para a liberada condicional), a mulher perde a qualificação jurídica de “egressa”, assim como as assistências advindas desta condição.

O estudo está dividido em seis sessões. A primeira, se refere a esta introdução que apresenta o trabalho e suas justificativas, seguidas pelos capítulos I, II, III e IV especificados à seguir, e por fim as considerações finais.

No Capítulo I – Contextualização dos Principais Estudos sobre a Temática, apresenta-se a revisão bibliográfica, para dar destaque ao tema do encarceramento de mulheres, principalmente às mulheres egressas do Sistema Prisional, considerando a matriz histórica do patriarcado, com o mapeamento de produções científicas entre 1994 a 2014.

No Capítulo II – A Teoria das Representações Sociais, aborda-se os diálogos teóricos-metodológicos da Psicologia histórico-cultural e as Representações Sociais, bem como os aportes teóricos utilizados para subsidiar esta pesquisa; e resgata-se as origens das primeiras prisões destinadas às mulheres e seus principais teóricos fomentadores.

No Capítulo III – A Pesquisa e os Procedimentos Metodológicos, apresenta-se os objetivos deste estudo, a caracterização e o território da pesquisa, a distinção das participantes da pesquisa, o detalhamento do instrumento de coleta de dados e a forma de aplicação deste.

No Capítulo IV – Sistema Prisional, faz-se um trajeto histórico do sistema prisional, que legitimam as configurações atuais, bem como apresenta-se a organização e a análise dos dados.

Por fim, a sexta e última sessão do trabalho, apresenta-se as considerações finais do estudo e as perspectivas futuras.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais estudos que tratam dessa investigação, ou seja, a mulher e o sistema prisional. Nele buscou-se identificar como a academia está pesquisando a mulher, as relações de gênero e os delitos decorrentes de tais relações, sob o enfoque da abordagem teórica das representações sociais.

Com a expansão dos programas *stricto sensu* e os avanços tecnológicos no campo da informática e da rede de internet, o acesso às produções científicas que estão disponíveis nos bancos de dados de áreas diversas gradativamente apresentam-se mais acessíveis. Nesse sentido, identificar os estudos realizados foi fundamental para verificar quais as produções existentes que abordavam o objeto dessa investigação.

No levantamento buscou-se mapear as produções científicas entre os anos de 1994 a 2014 que identificassem, sob o ponto de vista dessas egressas, que estavam em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime aberto e em livramento condicional, os motivos que as levaram a praticar o delito e se de alguma forma as representações sociais de gênero das entrevistadas influenciaram nessa prática ilícita.

O levantamento ocorreu por meio dos bancos de dados da biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e nas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) dos portais da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), obtendo 4.332 títulos, incluindo artigos, dissertações e teses e produções de órgãos governamentais, dos quais utilizaremos 23. Os bancos de dados destas Universidades (e não de outras) foram selecionados, pelo fato de possuírem núcleos de estudos sobre violência.

Neste levantamento, nos 4.332 documentos localizados, constatou-se que em sua maioria, o teor dos artigos, dissertações e teses não se referiam ao objetivo da busca, pois discorriam sobre o termo “egressas” relacionadas às pessoas que retiram-se de algum lugar, como por exemplo, de hospitais e universidades e não com o conceito de “egressas” constante na Lei de Execução Penal; no que se refere às palavras-chave: “representações sociais/representação social” diversas publicações foram localizadas, porém estavam relacionadas à área da saúde, mais especificamente em pesquisas no campo da enfermagem; por este motivo e após efetuada a leitura na íntegra das 23 publicações, as quais dialogavam com o objeto de pesquisa desta dissertação, apenas estas se constituíram como amostra do presente estudo.

Em todos os bancos de dados pesquisados, os descritores utilizados para fazer as buscas foram os mesmos, ora em duplas, ora individualmente: representações

sociais/representação social; representações sociais de gênero; gênero; sistema prisional; prisão; penitenciária; albergue; Paranaíba; presas/ex-presas; detentas/ex-detentas; internas/ex-internas; reeducandas/ex-reeducandas; presidiárias/ex-presidiárias; mulheres; mulheres presas; mulheres encarceradas; egressas; semiliberdade; regime aberto; regime semiaberto; livramento condicional. Na busca, utilizando três palavras-chave destas supramencionadas, não foi obtido nenhum registro.

Inicialmente as buscas foram realizadas a partir dos “títulos”, “assunto”, “resumo” e por causa dos poucos resultados que remetessem à pesquisa, foi generalizada para “todos”. O período para a busca inicialmente foi delimitado em 10 anos e pelos poucos escritos encontrados, aumentou-se o período de busca para 20 anos, ou seja, de 1994 a 2014.

Foram analisadas 23 produções científicas. Observa-se que destes 23 documentos selecionados, a maioria das(os) pesquisadoras(res) que se propuseram a escrever sobre esta temática foram mulheres (60,86% - 14 escritos); homens e mulheres (26,09% - 06 escritos) e apenas (13,05% - 03 escritos) escritos por homens, como podemos acompanhar na tabela 1:

Tabela 1 – Frequência de pessoas que escreveram sobre este tema

Identificação	Quantidade de Produção Científica	Porcentagem
Mulheres	14	60,86%
Mulheres e Homens	06	26,09%
Homens	03	13,05%
Total	23	100%

Fonte: A autora, 2016

A pesquisadora Perrot (2006) analisando a história das mulheres na sociedade, salienta o papel destas na Idade Média ao conseguirem transpor os obstáculos que as impediam de ter acesso à escrita, como ocorria no final do século XIII. Nesse período, apenas os conventos favoreciam a leitura e a escrita, oportunidade aproveitada pelas religiosas da época, que passaram a copiar os manuscritos e se apropriarem do latim, antes proibido para mulheres. Desta forma, é possível compreender o quanto foi difícil o acesso destas à escolarização, bem como os avanços alcançados, no que tange a inserção das mulheres ao mundo acadêmico hoje.

Ratifica-se no levantamento bibliográfico realizado que 60,86% dos estudos encontrados, foram escritos exclusivamente por mulheres. Nesse sentido, vê-se mulheres

comprometidas em escrever sobre mulheres e assim não ficarem somente à mercê de homens para retratá-las.

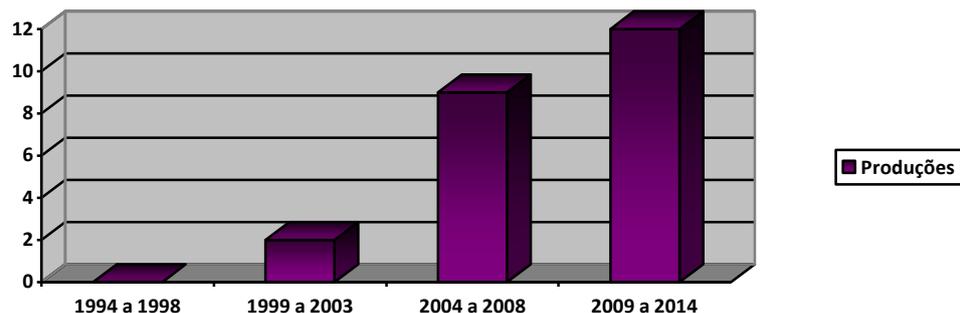
Corroborando o que aponta Perrot (2006) sobre a vontade de mulheres (em sua maioria feministas), de fazerem seus arquivos e estudos sobre as mulheres, as quais no passado eram confinadas ao silêncio “o feminismo sob todas as suas formas, laico ou cristão, foi um incentivo poderoso”. (PERROT, 2006, p.32).

Se antes dessas desbravadoras, as publicações existentes pertenciam em sua maioria a obras escritas exclusivamente por homens, diante do exposto, Perrot (2006) oportuniza destacar essas mulheres que permanecem comprometidas em relatar sobre o contexto feminino em suas produções científicas, dando visibilidade à condição social da mulher.

O período para a busca foi delimitado em 20 anos, ou seja, de 1994 a 2014, como afirmado anteriormente.

No mapeamento das 23 publicações selecionadas, identifica-se que de 1994 a 1998 nenhuma obra foi encontrada, de 1999 a 2003 foram encontrados 02 documentos; de 2004 a 2008 foram achados 09 documentos, e de 2009 a 2014 foram localizados 12 (gráfico 1).

Gráfico 1 – Incidência de estudos sobre o encarceramento de mulheres, principalmente as egressas do Sistema Prisional, considerando a matriz histórica do patriarcado, no período de 1994 a 2014.



Fonte: A autora, 2015.

O(A) pesquisador(a) é definido por Costa (2011), como um(a) caçador(a) do invisível, sendo aquele(a) que sai em busca daquilo que ainda não foi dito, daquilo que não está escrito, com o propósito de ampliar o seu campo de interpretação e de se aproximar cada vez mais do tema pesquisado (COSTA, 2011, p. 247). Foi munida por esta inquietação, que esta pesquisa se constituiu.

Ao analisar a discrepância referente à quantidade de publicações nestes 20 anos de pesquisas, buscou-se verificar o que ocorria neste ínterim, no cenário prisional brasileiro, dos quais dois fatos históricos vinculados ao sistema prisional se destacaram na mídia. Conforme Salla (2006), a maior rebelião generalizada do país, com rebeliões simultâneas em 29 presídios do Estado de São Paulo, ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2001, comandada via telefone celular, por uma organização criminosa, denominada Primeiro Comando da Capital (PCC), que transformou funcionários e familiares em reféns e resultou na morte de presos. Assim, ocorreu a maior rebelião já registrada na história do Brasil. A mídia acompanhou e divulgou incansavelmente, dando visibilidade ao marco histórico. Verifica-se que em 2009, ocorria a divulgação do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída na época com o intuito de investigar a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro.

Há que se considerar, todavia, que as produções científicas no Brasil, aumentaram neste mesmo período, como se pode confirmar na matéria veiculada na Revista Em Discussão, do Senado Federal (BRASIL, 2012):

[...] Segundo o professor Carlos Cruz, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) [...] a produção científica nacional vem crescendo sistematicamente desde 1994, exceto no período entre 2006 e 2009. [...] o aumento na produção de trabalhos científicos entre 1994 e 1998 foi de 18% ao ano, entre 1998 e 2002 foi de 9,3%. Já no período entre 2003 e 2009, a produção científica no Brasil aumentou à razão de apenas 6% ao ano. (BRASIL, 2012, p. 26).

A tendência de evidenciar apenas as instituições pesquisadoras fomentou a necessidade de destacar os locais e as instituições pesquisadas, ao considerar que este local/instituição contribui de forma direta para as pesquisas científicas, uma maneira encontrada para valorizar assim, a disponibilidade destas junto às instituições pesquisadoras.

No levantamento bibliográfico, notou-se que as pesquisas foram realizadas em Unidades Penais e/ou Delegacias em diversos Estados do país: São Paulo (SP) 26% - 06 artigos; Mato Grosso do Sul (MS) 13% - 03 artigos; Rio Grande do Sul (RS) 13% - 03 artigos; Não identificados - 13% - 03 artigos; Paraná (PR) 9% - 02 artigos; Rio de Janeiro (RJ) 9% - 02 artigos; Minas Gerais (MG) 9% - 02 artigos; Rio Grande do Norte (RN) 4% - 01 artigo e Paraíba (PB) 4% - 01 artigo, conforme tabela 2:

Tabela 2 – Estados aonde se realizaram as pesquisas e sua representatividade

Estados pesquisados	Quantidades de publicações	%
SP	06	26%

MS	03	13%
RS	03	13%
Não identificado	03	13%
PR	02	9%
RJ	02	9%
MG	02	9%
RN	01	4%
PB	01	4%
Total	23	100%

Fonte: A autora, 2016

Da análise dos resumos das 23 publicações, fruto dos temas abordados pelas(os) autoras(es) foram organizadas e construídas 10 vertentes temáticas, a saber: Objetos dos estudos no sistema prisional no campo das RS e das relações de Gênero; Dinâmica e Processos Sociais do interior das Prisões para Mulheres; Legislações e Recortes Históricos das Prisões; O Perfil da Mulher Encarcerada; Resignificar e fornecer Novas Diretrizes para mulheres presas; Visita Íntima/Relações Amorosas (sexualidade) dentro do cárcere; Significados/Resiliência para sobreviver na Prisão; Relação de Aprendizagem/Escola no Sistema Prisional; Dar “voz” aos discursos das mulheres presas e Reincidência; e Políticas Públicas relacionadas à Prisão, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Categorização das pesquisas mediante a frequência com que os temas foram abordados.

Vertentes Temáticas	Colocação	Frequência (nº de vezes que tocaram no tema)
Objetos dos estudos no sistema prisional no campo das RS e das relações de Gênero	1º	20%
Dinâmica e Processos Sociais do interior das Prisões para Mulheres	2º	13%
Legislações e Recortes Históricos das Prisões	3º	11%
O Perfil da Mulher Encarcerada	4º	09%
Resignificar e fornecer Novas Diretrizes para mulheres presas	5º	05%
Visita Íntima/Relações Amorosas (sexualidade) dentro do cárcere	6º	03%
Significados/Resiliência para sobreviver na Prisão	7º	03%
Relação de Aprendizagem/Escola no Sistema Prisional	8º	02%
Dar “voz” aos discursos das mulheres presas e Reincidência	9º	02%
Políticas Públicas relacionadas à Prisão	10º	01%

Fonte: A autora, 2016

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, utilizou-se os descritores especificados na tabela 4, sendo localizadas 78 publicações, das quais (após análise) utilizou-se 10 publicações que assemelhavam (de forma fragmentada) à proposta deste estudo.

Os estudos encontrados nas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações fazem referências parciais à pesquisa que se propõe, pois alguns se referem à mulher presa e não à egressa, outros descrevem a dinâmica das prisões femininas, mas não dão voz às presas; encontramos as RS, porém não as RS de gênero.

Na busca por esta totalidade, e com base em Vigotsky (1998) que visa aprofundar seus estudos em uma abordagem da psicologia voltada para o ser humano como um todo e não fragmentado, ou seja, que considera o histórico e o social articulados em um movimento dialético do desenvolvimento humano, é que essa pesquisa se estrutura.

Tabela 4 – Descritores utilizados e quantidade de documentos localizados no BDTD – USP, 1994 a 2014

Descritores	Localizados
mulheres – prisão	35
gênero – presas	26
gênero – sistema prisional	07
mulheres encarceradas	06
representações sociais – prisão	03
representações sociais – sistema prisional	01
Total	78

Fonte: A autora, 2016

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UNICAMP, conforme tabela 5, o uso dos descritores subscritos, e o resultado final de 4.195 publicações; das quais destacou-se as duas publicações que remetem às pesquisas realizadas em Unidades Penais de Paranaíba/MS.

Tabela 5 - Descritores utilizados e quantidades de documentos localizados no BDTD – UNICAMP, 1994 a 2014

Descritores	Localizados
mulheres – prisão	1.978
gênero – mulheres presas	1.253
representações sociais – gênero	858
gênero – sistema prisional	66
egressas – prisão	31
representações sociais de gênero	06

Paranaíba – sistema prisional	02
representações sociais de gênero – egressas	01
Total	4.195

Fonte: A autora, 2016

Na Biblioteca Eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), localizou-se conforme tabela 6, as 59 publicações, das quais utilizou-se 11 que se aproximam à proposta elencada nesta pesquisa.

Tabela 6 – Descritores utilizados e quantidade de documentos localizados na SCIELO, 1994 a 2014

Descritores	Localizados
mulheres – prisão	23
gênero – presas	18
representações sociais – gênero	17
gênero – sistema prisional	01
Total	59

Fonte: A autora, 2016

Salienta-se que os descritores “representações sociais – ex-presas”, “representações sociais – ex-detentas”, “representações sociais – presas”, “representações sociais de gênero – detenta”, “representações sociais – presas”, foram utilizados, porém sem êxito em todos os bancos de dados selecionados para o mapeamento.

Das metodologias relatadas, manteve-se a fidedignidade das escritas constantes nas publicações. Relata-se ainda algumas técnicas e métodos junto à tabela 7, de metodologias encontradas, das quais: pesquisa teórica de campo (11%), pesquisa empírica (6%), entrevista semiestruturada (6%), entrevista-estudo seccional (3%), entrevistas individuais (6%), gravação e transcrição (3%), cartografia em teatro (3%), método de associação de ideias (3%), levantamento bibliográfico (6%), análise do discurso (3%), análise do conteúdo (11%), análise qualitativa e quantitativa (6%), análise qualitativa (9%), intervenção (3%), estudo exploratório (3%), observação participante (3%), pesquisa ação (3%), pesquisa intervenção (3%), grupos focais (6%) e questionário (3%).

Tabela 7 – Metodologias descritas nos estudos localizados e sua frequência, 1994 a 2014

Metodologias	%
Análise do conteúdo	11%
Pesquisa teórica de campo	11%
Análise qualitativa	09%
Análise qualitativa e quantitativa	06%
Entrevistas individuais	06%
Entrevista semiestruturada	06%
Grupos focais	06%
Levantamento bibliográfico	06%
Pesquisa empírica	06%
Análise do discurso	03%
Cartografia em teatro	03%
Gravação e transcrição	03%
Entrevista-estudo seccional	03%
Estudo exploratório	03%
Intervenção	03%
Método de associação de ideias	03%
Observação participante	03%
Pesquisa ação	03%
Pesquisa intervenção	03%
Questionário	03%
Total	100%

Fonte: A autora, 2016

Foram analisados ao todo 11 artigos do banco de dados SCIELO, dez trabalhos no BDTD/USP e dois no BDTD/UNICAMP, entre artigos, dissertações, teses e publicações por órgãos governamentais, utilizando-se os resumos feitos pelos respectivos autores.

Em relação às teses e dissertações, encontramos um emaranhado entre metodologia e métodos, inclusive informações precárias nos resumos (objeto, referencial

teórico e até as conclusões das pesquisas), evidenciando as falhas e salientando o cuidado que deve-se ter ao escrever o resumo de um trabalho científico.

É expressiva a quantidade de publicações encontradas nas áreas de Direito, Educação, Letras/Linguística, Enfermagem, Saúde Pública, Filosofia, Sociologia e Serviço Social, o que alerta a Psicologia a repensar sua responsabilidade social, o que nos incentivou a assumir com mais ênfase esta pesquisa. Garimpou-se, nestes bancos de dados um olhar voltado para as egressas do Sistema Prisional, mas pouco foi encontrado. A maioria das publicações encontradas remetem às mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado (reclusa). Este levantamento contribui de forma significativa neste estudo, pois traz informações sobre o objeto de pesquisa em diversas vertentes temáticas, inclusive pela ausência da escrita voltada para a mulher egressa em cumprimento no regime aberto e no livramento condicional.

Na seção seguinte pretende-se explicar brevemente o que é a Teoria das Representações Sociais, sua teoria e conceitos formulados por Moscovici, para assim compreendê-la como uma forma de conhecimento e ao mesmo tempo como uma forma de investigação, para posteriormente articular com o objeto desta pesquisa “mulher e delito”.

3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para compreender o objetivo de estudar as representações sociais de gênero (RSG) das egressas do sistema prisional e como essas RS estão articuladas aos comportamentos delituosos dessas mulheres, este capítulo, visa apresentar alguns aportes centrais e conceituais da Teoria das Representações Sociais (TRS).

Serge Moscovici (1928-2014), apesar de ser romeno e ter se naturalizado francês, escreveu obras importantes para a Psicologia, para a História e também para as Ciências Sociais, que há mais de 40 anos tem influenciado pesquisadores(as) na Europa e nas Américas, inclusive no Brasil.

A TRS é uma abordagem da Psicologia Social, pois favorece aos(as) pesquisadores(as) percorrer caminhos que transitam entre o social e o individual, e foi elaborada com o objetivo de compreender e explicar a realidade social, levando em consideração a dimensão histórico-crítica.

Oliveira (2004) salienta que Moscovici além de compreender como o conhecimento é produzido, buscou principalmente:

[...] analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa. [...] Em síntese, preocupou-se em compreender como o tripé grupos/atos/idéias constitui e transforma a sociedade [...] uma discussão refinada [...] sobre pensamento primitivo, senso comum e ciência. Qualquer uma dessas práticas mentais (e sociais), [...] é sempre uma forma de representação. Não são realidades, mas representações dela. Portanto, segundo Moscovici, é em função das representações (e não necessariamente das realidades) que se movem indivíduos e coletividades. Saber como se formam ou como operam essas representações – onde se misturam a um só tempo pensamento primitivo, senso comum e ciência – tece a trama da discussão apresentada. (OLIVEIRA, 2004, p. 182).

Moscovici (2002) ao propor a TRS, começou a observar o que propunham os demais estudiosos da Psicologia e da Sociologia na época, dando preferência obviamente para Durkheim (apud FARR, 2013, p. 30) que na época “distinguiu entre o estudo das representações individuais (o domínio da psicologia) e os estudos das representações coletivas (domínio da sociologia)”.

Farr (2013, p. 38) dá respaldo à TRS quando afirma que “Moscovici não desenvolveu sua teoria num vácuo cultural. Ele teve a capacidade de se apoiar nos fundadores das ciências sociais na França, especialmente em Durkheim”.

A diferença crucial da proposta de Moscovici com a de Durkheim é a substituição do termo “coletivas” por “sociais”, como afirma Oliveira (2004, p. 183) “A pedra de toque do argumento foi, de um lado, o estabelecimento das fraturas existentes nas ‘forças coletivas’ e,

de outro, a maneira pela qual essas fraturas impactam diversamente o cotidiano de grupos e indivíduos.”

Aos poucos, Moscovici foi aperfeiçoando e modernizando a ciência social, quando substitui as representações coletivas pelas representações sociais, pois alega que a ciência é uma fonte fecunda de novas representações, sendo assim, torna a ciência social mais adequada ao mundo moderno (FARR, 2013, p. 39).

Para Alexandre (2004, p. 26), as representações coletivas referem-se à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade e à recriação do coletivo, pois a individualidade humana se constitui a partir da sociedade:

Uma função primordial da ‘representação coletiva’ seria a transmissão da herança coletiva dos antepassados, que acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar dos anos. É justamente nessa questão que Moscovici diverge de Durkheim e acrescenta novos elementos à elaboração do conceito de representação social. Para ele, não é apenas uma herança coletiva dos antepassados, que é transmitida de maneira determinista e estática. O indivíduo tem papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, da mesma forma que é criado por ela. Ele também tem participação na sua construção. (ALEXANDRE, 2004, p. 126).

Moscovici (2002) buscou entender como o conhecimento se produz e a averiguar os seus impactos nas práticas sociais, por isso se interessou pelo senso comum, que ele chamou de “poder das idéias” (*sic*).

Segundo Farr (2013) Wundt entendia que a ciência psicológica necessitaria dedicar-se aos processos sensoriais básicos e aos estudos da consciência, referente às influências dos processos sociais (cultura, religião e costumes), porém, o método experimental apresentava limitações. (FARR, 2013). Conforme Alexandre (2004) foi por causa da visão reducionista e da dicotomia entre o social e o individual, que levou à ideia de que a Psicologia deveria estudar o indivíduo, e a Sociologia ter o foco no estudo da sociedade:

Esta visão foi consolidada ao longo dos anos, de tal forma que inúmeros teóricos conhecem o estudo de Wundt (considerado o precursor da Psicologia como ciência independente) sobre Psicologia Individual, mas desconhecem os trabalhos desse mesmo estudioso sobre os temas hoje classificados como Psicologia Social. (ALEXANDRE, 2004, p. 123).

Após anos de tentativas, a Psicologia Social manteve-se com esta inquietação. Assim, criam-se vertentes científicas específicas, sendo uma norte-americana com foco no individual e a outra sendo europeia, com dedicação à dimensão social. Segundo Alexandre (2004, p. 135) Moscovici “formulou um conjunto amplo de proposições e integrou-as sob a

denominação de representações sociais. Discordando do modelo da Psicologia Social americana, cuja ênfase recai sobre os processos individuais de trabalhar as informações”, justamente por entender que Moscovici propõe “decifrar os processos” por meio dos quais “o pensamento”, elemento imprescindível da cognição, fosse consensual entre os membros de um grupo ou comunidade.

Quando Moscovici (2002) propôs a TRS, tinha a preocupação com as derivações do pensamento moderno, pois viu proliferar o pensamento do senso comum como sendo inferior ao pensamento científico. A proposta de Moscovici consistia em evidenciar a relação indivíduo-sociedade, para a construção do conhecimento popular, constituído por sujeitos individuais e coletivos, sem a necessidade de denominar o indivíduo ou o social como inferior ou superior. Segundo Alexandre (2004, p. 126), o autor “resgata do emaranhado de conceitos sociológicos e psicológicos a definição de representação social [...]”.

Alexandre (2004) discorre sobre os desafios em se conceituar as representações sociais, pois vários autores, citam trechos específicos das obras de Moscovici, desta forma vê-se a “complexidade, a abrangência e ausência de consenso, ao redor do conceito de representação social”. Entretanto, Moscovici e demais autores da corrente da Psicologia Social Francesa, reforçam que: “o conteúdo, sentido e funções assumidas pela representação social como instrumento da avaliação dos grupos sociais, vêm reforçar a compreensão operacional de como as representações sociais são elaboradas coletivamente a partir da realidade cotidiana”. (ALEXANDRE, 2004, p. 135).

Spink (2013, p. 96) quando discorre sobre as RS como forma de conhecimento prático, evidencia a inserção das RS “entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum”.

Apresenta-se um esboço dos processos de objetivação e ancoragem, para que se compreenda a dinâmica das representações sociais, Chamon (2006), conceitua a objetivação como sendo:

[...] o processo que torna concreto o que é abstrato, que materializa a palavra, que transforma o conceito em objeto e os torna intercambiáveis. Na realidade, ela substitui o conceito pelo que é percebido, o objeto pela sua imagem [...]. A imagem é sempre uma simplificação, necessariamente deformada, do conceito que lhe deu origem. (CHAMON, 2006, p. 23).

Chamon (2006, p. 23) identifica como funções da objetivação: facilitar a comunicação e caracterizar uma inscrição psicossocial, e alega que o “objeto apropriado pelo

grupo não se distingue da representação deste objeto [...]. A imagem torna-se o objeto.” O mesmo autor exemplifica o processo de ancoragem relacionando-o ao:

[...] enraizamento social da representação. Sua função é de realizar a integração cognitiva do objeto representado num sistema de pensamento preexistente. Dessa maneira, os novos elementos de conhecimento são colocados numa rede de categorias mais familiares. [...] o grupo exprime sua identidade a partir do sentido que ele dá à representação. Assim, a ancoragem se refere a significações distintas daquelas internas ao conteúdo de uma representação. São as significações que intervêm nas relações simbólicas existentes no grupo social que representa o objeto. (CHAMON, 2006, p.23).

Moscovici (2003) ao tratar sobre a ancoragem, a descreve como um dos processos da formação de uma RS, uma vez que ela e a objetivação são o processo que permite estabilizar temporariamente essa(s) informação(ões).

Guareschi (2000) entende que a TRS visa superar dicotomias, que ao longo da história da Psicologia Social foram se formulando, dentre as quais se destacam sujeito/objeto, teoria/método, individual/social, pois acredita que eles são como fios entrelaçados num mesmo tecido. O autor complementa que as RS superam o mito do “sujeito puro” e “objeto puro”, para ele as RS “são um conceito e um fenômeno que pertencem ao intersubjetivo”, ou seja, as RS representam o objeto e o sujeito que representa tais representações (p. 252).

As RS estão presentes nas comunicações formais (jornais, revistas, documentos, etc) e informais (conversas, telefonemas, etc). Guareschi (2000) constata a profunda complexidade das RS “amplitude ingente, extremamente intrincada e detalhada” (p.255) e nos atenta para o cuidado e a humildade, que devemos ter ao mergulharmos na compreensão dessas representações. Salienta que todo fenômeno é inacabado e imensurável.

Assim, segundo Moscovici, é possível por meio das representações sociais revelar-se a identidade do sujeito que fez a preleção:

As representações sociais emergem, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico [...]. (MOSCOVICI, 2003, p.21).

Arruda (2010, p. 119) apresenta as afinidades das teorias interpeladas neste estudo, e as identificam como teorias emergentes, pela urgência em discutí-las paralelamente, como a “teoria feminista e a teoria das representações sociais fazem, portanto, parte de um

movimento mais amplo de relação com o real e de construção do conhecimento científico por parte destas e de outras teorias emergentes”.

A autora ratifica ainda que as RS estão presentes na abordagem de diversas teóricas feministas, pois o simbólico é parte da construção da subjetividade e dos gêneros, porém observa que o inverso não ocorre, salientando que são poucos os estudiosos do campo psicossocial das representações sociais que têm se dedicado à problemática do gênero. (ARRUDA, 2010, p. 128)

A ancoragem conforme Arruda (2002, p. 136) é a “maneira pela qual o conhecimento se enraíza no social e volta a ele, ao converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo do sujeito, instrumentalizando o novo objeto”, assim a ancoragem sobre a representação social de gênero das egressas do sistema prisional, foi favorecida à luz das teorias utilizadas nesta pesquisa, resultando assim nos eixos temáticos: afetividade, conflito com a Lei e estruturas do patriarcado.

Ao entender que as representações sociais são características de nosso tempo e sociedade, fruto das teorias do senso comum, é possível compreender a interligação com o objeto desta pesquisa, a saber “a mulher e o delito”, pois a teoria do senso comum integram as opiniões e atitudes das entrevistadas à rede de relações, dando-lhe fundamentação para que se tornem estáveis, otimizando assim a interpretação e a elaboração do real.

Se tudo representa algo ou alguma coisa, como cita Moscovici (2002), as representações sociais das mulheres egressas do sistema prisional, e cada relato de experiência reproduz o contexto particular da mulher que cometeu o delito, fruto de suas relações e interações, vê-se que as representações sociais de gênero deste estudo, são frutos da pluralidade do grupo que dão significado à representação. Ao passo que são estímulos, também modelam as respostas, nesta constante interação produz-se as representações, ora modificando o objeto, ora sendo modificados por ele.

Na seção seguinte, apresentam-se os diálogos teóricos-metodológicos da Psicologia histórico-cultural e as Representações Sociais, retrata-se as origens das primeiras prisões femininas, os objetivos deste estudo, e define-se a metodologia que foi utilizada na pesquisa, bem como apontam-se as ferramentas usadas na condução e análise dos resultados.

3.1 DIÁLOGOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Por considerar a Teoria das Representações Sociais articulada com a Teoria Histórico-Cultural, dois conceitos de Vigotsky importantes precisam ser elencados, visto que

as RS vão mediar a construção do pensamento e as RS também podem ser articuladas ao pensamento espontâneo construído pelo indivíduo no seu contexto social, são eles a mediação e o pensamento espontâneo.

Flores (2015) articula as abordagens da Teoria das Representações Sociais e a Teoria Histórico-Cultural ao identificar:

[...] as características da linguagem como instrumento de construção e organização do pensamento e, em última instância, mediadora do comportamento e da produção dos conhecimentos, é possível apontar as Representações Sociais como elementos que poderão se constituir como mediadores dos processos de socialização e constituição subjetiva e identitária dos sujeitos sociais. (FLORES, 2015, p. 83).

Partindo deste princípio, Flores (2015, p. 83) ratifica que “a mediação se dá por meio de instrumentos e signos, concretos ou simbólicos, pode-se dizer que as representações sociais estão carregadas de elementos mediadores.” Segundo a perspectiva vigotskyana, desta forma, aproxima-se o conceito de RS do conceito de mediação, “pois ambos estão presentes no processo de apropriação e interiorização, que acontece no desenvolvimento humano e quando conhecemos e aprendemos coisas novas.” (p. 84).

Vigotsky (2008, p. 99) versa sobre o conceito científico, sendo este mediado por outros conceitos e o conceito espontâneo que não obriga que se tenha uma organização consistente e sistemática; todavia ratifica que ambos, tanto o conceito científico quanto o espontâneo envolvem experiências diversas e por esta razão se desenvolvem por caminhos diferentes também “a ausência de um sistema é a diferença psicológica principal que distingue os conceitos espontâneos dos conceitos científicos”.

Este estudo está alicerçado teórico e metodologicamente na Teoria Histórico-Cultural, pois assim é possível compreender o ser humano, bem como seu desenvolvimento em totalidade. Vigotsky (1998) destaca que o indivíduo transforma o mundo, mas também é transformado pelo meio, caracterizando assim a dialética do desenvolvimento humano.

Moscovici (2003) considera significativamente as influências que Vigotsky recebeu de Lévy Bruhl quando se refere ao caráter cultural impresso na sua abordagem teórica sobre o pensamento. Por isso, nesta investigação, as análises de Vigotsky e seus estudos sobre a linguagem, pelo qual o ser humano organiza seu pensamento, são fundamentais para mediar nossas análises dos dados coletados.

A essência da Teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici (2002), permite tornar familiar algo que, inicialmente, é não-familiar. Para tanto, pretendemos analisar as representações sociais mediadas nos princípios teóricos-metodológicos da

abordagem histórico-cultural, definida por Vigotsky (1998), com o intuito de analisar as funções psicológicas superiores.

As relações entre linguagem e o pensamento estudadas por Vigotsky, contribuem para a compreensão da função da fala na elaboração conceitual. Esta elaboração conceitual conforme Fontana (1993) incide em uma forma dos sujeitos refletirem cognitivamente suas vivências, resultante de um processo de análise e de síntese dos dados sensoriais. Desta forma, a palavra realiza a mediação para a compreensão dos conceitos por parte dos indivíduos e possibilita a formação de abstrações e generalizações.

Vigotsky (2008) observou que uma vez que o significado está presente no pensamento e na linguagem, e compreende-se que a Psicologia entende que o significado de cada palavra é um conceito, então o significado consiste em um fenômeno do pensamento expresso por meio da linguagem.

Jodelet (2001) caracteriza a Representação Social como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). Ainda segundo a autora, apesar das Representações Sociais serem ativadas na vida social, com elementos construtores de saberes que remetem à realidade, o conhecimento científico pode também influenciá-la.

Como define Moscovici, senso comum é “a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar” (MOSCOVICI, 2002, p. 48).

Conforme Moscovici “o senso comum não é substituído pelas teorias científicas e pela lógica”, ele continua a descrever as relações comuns entre os indivíduos, “explica suas atividades e comportamento normal, molda seus intercâmbios no dia-a-dia” (MOSCOVICI, 2002, p. 199), por esta razão, entende-se que as egressas do sistema prisional, por meio de seus relatos, apresentarão sua trajetória de vida moldada pelas interações diárias, para que se possa extrair os motivos que as levaram a cometer o delito e se de alguma forma as representações sociais de gênero intervirem.

A seguir, o presente estudo visa resgatar as origens das primeiras prisões destinadas às mulheres no Brasil, para contextualizar as restrições que as mulheres em conflito com a Lei estiveram sujeitas neste trajeto histórico, marcado pelo patriarcado.

3.2 MULHERES E AS PRISÕES FEMININAS

Alguns trabalhos merecem destaques pela forma como abordaram o início das prisões femininas. A obra de Elça Mendonça Lima (1983) intitulado *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro/RJ – O período das freiras (1042 – 1955)*, quando reconstituiu esse período marcado pelo estilo de “internato religioso”; a obra *Cemitério dos vivos – Análise sociológica de uma prisão de mulheres*, de Julita Lemgruber (1999) que retrata a estrutura física de prisões femininas no RJ, além da inovação da política de visita íntima garantida às mulheres presas, o que há décadas já era garantida aos homens. O artigo de Chies (2005) tem como referência a obra pioneira “Cemitérios dos Vivos”, de Julita Lemgruber que versa sobre os ambientes carcerários e a mulher presa e remete à reflexões acerca das “dinâmicas e processos sociais que se viabilizam no interior de um sistema absorvente e de privações”. A pesquisa teórica e de campo, a que Chies (2005) se refere, ocorreu entre 1976 e 1978, no Rio de Janeiro/RJ, no Instituto Penal Talavera Bruce, com o intuito maior de diminuir o sofrimento humano e abolir as penas privativas de liberdade.

Ainda sobre obras relevantes que abordam a questão das mulheres presas, a dissertação da autora Angela Teixeira Artur (2011), sob o título *As origens do "Presídio de mulheres" do estado de São Paulo*, rememorou o Código Penal que entrou em vigor em 1942, e nele a primeira diretriz legislativa para separar fisicamente homens de mulheres, no interior das Unidades Prisionais e assim, a autora esmiúça o nascimento da primeira prisão feminina do estado de São Paulo, no mesmo terreno da penitenciária masculina e sob os cuidados das freiras da Congregação do Bom Pastor d’Angers.

Em 2002, as autoras Bárbara Musumeci Soares e Iara Ilgenfritz, lançaram o livro *Prisioneiras – Vida e Violência atrás das Grades*, fruto de uma pesquisa iniciada em 1999, com um relato riquíssimo sobre as histórias da prisão, histórico e dados atuais das prisões femininas do RJ, incluindo as delegacias e o retrato das mulheres presas e condenadas que foram entrevistadas.

Neste resgate histórico das produções científicas, notou-se diversas violações dos direitos humanos das mulheres presas. Desde 1869, há registros de que no Distrito Federal, houve 187 mulheres detidas de forma mista com homens, na Casa de Correção da Corte (prisão para escravos), como denuncia Soares e Ilgenfritz (2002):

Entre o material produzido a respeito do sistema prisional, já no século XIX, uma das primeiras indicações sobre mulheres presas encontra-se no Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, de 1870, que apresenta um mapa do movimento do Calabouço: a prisão para escravos, que nessa época funcionava junto

com a Casa de Correção da Corte. Consta que, entre 1869 e 1870, passaram por lá 187 mulheres escravas, das quais 169 saíram, duas faleceram e 16 “ficaram existindo”. Dessas que “ficaram existindo”, um relatório posterior, de 1972, anuncia que nos galés com mais de 20 anos encontrava-se uma escrava de nome Isabel Jacintha que estava presa havia 25 anos (desde 29 de outubro de 1846). (SOARES E ILGENFRITZ, 2002, p. 52).

De forma discordante, mas necessária, citam-se dois estudiosos e autoridades de renome, porém justifica-se esta menção, com o intuito único de registrar o desserviço a que se prestaram na defesa dos direitos humanos, principalmente à questão de subjulgamento que as mulheres no cárcere estiveram submetidas.

José Gabriel de Lemos Brito (1886 – 1963), foi encarregado de construir um plano de reforma penitenciária, e em 1924, elaborou o projeto “reformatório especial” com tratamento específico para mulheres, porém sua maior preocupação era:

Como transformar essas “ninfomaniacas, com odor *di femina*, portadoras de um fluido pecaminoso” em mulheres dóceis, obedientes às regras da prisão, assexuadas e trabalhadeiras? Como educá-las para a reintegração social e convertê-las em caridosas beatas, voltadas às prendas do lar, aos cuidados com os filhos, à sexualidade educada para a procriação e à satisfação do marido? Nada melhor que invocar os ensinamentos religiosos para auxiliar nessa tarefa, e entregar a missão às profissionais do setor. Com certeza, foi esse o pensamento de Lemos Brito (e seus seguidores) ao convidar as Irmãs do Bom Pastor, com autorização do ministro da Justiça, para tomarem a seu cargo o novo estabelecimento destinado às prisioneiras. (SOARES E ILGENFRITZ, 2002, p. 57).

Candido Mendes de Almeida foi diretor e membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, professor, jornalista e advogado, propôs uma penitenciária agrícola em 1928, segundo ele, com trabalhos “próprios para mulheres” (avicultura, apicultura, sericicultura, jardinagem e pequenas lavouras). Em 1942, entra em vigor o novo Código Penal, e com ele a primeira diretriz legislativa para separar fisicamente homens de mulheres, no interior das prisões (SOARES E ILGENFRITZ, 2002).

É notória a influência do patriarcado e repressão, para a criação de Penitenciárias Femininas que incongruentemente foram elaboradas e deferidas por homens. Mesmo que essas mulheres tenham sido violentadas no cárcere, as Instituições foram separadas, não com o intuito de dar dignidade às acomodações e garantir a integridade física destas mulheres, mas exclusivamente para evitar a “influência nociva” das mulheres no que tange ao martírio da abstinência sexual masculina. Assim, inaugura-se o primeiro Presídio de Mulheres, sob os cuidados das freiras da Congregação do Bom Pastor d’Angers, com o objetivo de torná-las dóceis, obedientes, assexuadas e voltadas ao serviço doméstico, como consta no “Guia das Internas” (SOARES E ILGENFRITZ, 2002).

4 A PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo objetiva-se discorrer sobre a metodologia utilizada nesta pesquisa, que parte do pressuposto de que a relação entre ciência e senso comum favorece pensar a realidade do homem e da mulher ao longo da história. Apresenta-se os objetivos gerais e específicos que nortearam o desenvolvimento deste estudo; a caracterização da pesquisa, do território e das participantes da pesquisa, e ainda o detalhamento do instrumento de coleta de dados, bem como sua aplicação. Os seres humanos são parte da história, fruto de significados e valores passados de geração em geração e que os constituem. É sob essa realidade que se localiza então o sujeito, na elaboração das Representações Sociais. Um sujeito, inserido em uma determinada cultura com uma história social e pessoal (GUARESCHI, 2005).

4.1 OBJETIVOS

4.1.1 Objetivos gerais

Identificar as representações sociais de gênero das egressas que cumprem pena privativa de liberdade em regime Aberto e Livramento Condicional do EPRSAAA/PAR, para a prática delituosa.

4.1.2 Objetivos específicos

- a. Descrever as representações sociais de gênero das egressas;
- b. Identificar o que levou essas mulheres a praticar o delito, do ponto de vista delas;
- c. Conhecer de que forma as representações sociais de gênero influenciam na prática ilícita.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Por intermédio desta pesquisa buscou-se identificar as representações sociais de mulheres egressas do sistema prisional, referente à construção de suas identidades de gênero, os motivos que as levaram a praticar o delito e se de alguma forma as representações sociais de gênero das entrevistadas influenciaram na prática ilícita. Nesse sentido, foi necessário levar em consideração os sentidos e significados conferidos em seus discursos. Apresenta-se em seguida os procedimentos metodológicos e os dados relevantes que caracterizam este estudo (local, sujeitos da pesquisa e instrumento utilizado). Define-se quem foram nossas entrevistadas e o modo como os dados foram coletados, organizados e analisados.

4.3 O TERRITÓRIO DA PESQUISA

Este estudo, um tanto quanto longo, se deu ao constatar-se a necessidade de retirar da invisibilidade a condição da mulher encarcerada, bem como, da egressa do sistema prisional, haja vista que neste levantamento extraído do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), disponível on-line à população, que coleta os dados do Sistema Penitenciário do Brasil, a condição destas mulheres estão declaradamente submetidas à invisibilidade, como pode-se acompanhar a discrepância entre os dados teóricos disponíveis e a realidade encontrada junto ao cárcere, por meio desta pesquisa.

Os critérios escolhidos para eleger o Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/PAR), foram o relativo acesso à Unidade Prisional (U.P.) por fazer parte do quadro de servidores(as), a credibilidade junto aos servidores(as) e presos(as) adquirida após 15 anos de trabalho no sistema prisional, a permissão para a realização das entrevistas, e principalmente, para que o discurso cotidiano dessas mulheres egressas do sistema prisional pudesse sair da invisibilidade. A pesquisa ocorreu em Paranaíba/MS e as entrevistas foram individuais, realizadas nas dependências de uma sala anexa ao estabelecimento penal, livre de interferências externas, o que assegurou a privacidade da participante.

Apresenta-se a seguir uma síntese da cidade de Paranaíba/MS, para que se compreenda as limitações e as dificuldades enfrentadas por aqueles(as) que residem e dependem do trabalho neste município, para sobreviver. No “século XVIII, a região onde se localiza o município de Paranaíba era habitada pelos índios caiapós e passou a ser devassada pelos bandeirantes paulistas” como consta no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2016). Paranaíba/MS é uma cidade com 159 anos e traz relatos históricos que contextualizam seu desenvolvimento retrógrado, por ser “uma região deflagrada por lutas políticas e econômicas” (BRANDÃO, p. 37, 2002).

Antes de ser chamada de Paranaíba, a cidade recebeu outros nomes, dos quais cita-se o de Sant’Anna do Paranaíba, somente Sant’Anna e posteriormente como Santana do Paranaíba, o município destaca com orgulho o escritor Visconde de “Taunay, pois este, com seu livro ‘Inocência’, levou-a a ser conhecida não só em todo território nacional, mas também em vários países do exterior. Já em 1928 a Gazeta de Três Lagoas (17-6-1928) descrevia” (BRANDÃO, p. 77, 2002).

A autora Brandão (2002) mapeou a história de Sant’Anna (atual Paranaíba) e conseguiu achados de 1930 do jornal “A Notícia”, com reivindicações aos governantes

políticos da época, o que remete sem muitos esforços à realidade coronelista que ainda perdura nos dias atuais com outra roupagem no município de Paranaíba/MS:

Sant'Anna – A cidade que morre. [...] terra de Inocência de que nos fala Taunay [...] É a cidade que morre. A ambição de mando, consequência de uma política rasteira, de crimes de um grupo que a tudo quer sobrepor, transforma a legendária cidade num verdadeiro 'Faur-west', onde ninguém mais goza, aquela tranquilidade tão desejada de trabalho de paz pelo seu progresso. O cidadão não tem garantia de sua vida, sempre em sobressalto a clamar por providência. [...] Essas autoridades limitam-se a ouvir uma ou duas pessoas interessadas naquele estado de cousas e providências, inquéritos e tudo fica no tintureiro. [...] Sant'Anna fadada para um futuro de progresso, dado as suas incalculáveis riquezas [...] parece destinada a desaparecer, por que assim quer um grupo de homens sem consciência, ambicioso de mando, que para alcançar seus objetivos não trepida em lançar mão de processos aviltantes a população vendo. (BRANDÃO, p. 65-66, 2002).

O primeiro contato para a apresentação do projeto de pesquisa foi com o Diretor Geral da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN/MS), cujo deferimento veio em forma de Ofício, autorizando a realização da presente pesquisa, desde que assegurado o consentimento das entrevistadas.

O segundo contato foi com o Diretor do Presídio, para oficializar a apresentação do projeto de pesquisa, resultando na autorização concedida e na disponibilização para o que fosse necessário.

Houve um pré-agendamento (via telefone) com todas as mulheres egressas, que naquele momento, cumpriam suas reprimendas em regime aberto e em livramento condicional. As entrevistas foram agendadas e realizadas mediante a disponibilidade de cada egressa.

O estabelecimento penal é de segurança média, destinado a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime semiaberto e aberto. Foi inaugurado em 09 de abril de 2003, sob o Decreto nº 11.173, publicado no Diário Oficial nº 5.976, de 10 de abril de 2003; localizado na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul.

Somam-se 15 servidores(as), dos quais oito cumprem escala de trabalho plantonistas (sendo duas pessoas por plantão, com escala 24 x 72) e os(as) demais sete cumprem expediente (6h/diárias). Estes(as) servidores(as) custodiam 103 apenados(as), dos(as) quais: 49 homens cumprem regime semiaberto, das oito mulheres sentenciadas no regime aberto, três delas cumprem a sentença judicial nas condições do regime aberto, pela ausência de local para cumprir o semiaberto; e ainda 42 homens cumprem regime aberto, um preso em regime de limitação de final de semana, dois presos em trânsito, e um preso oriundo de prisão civil (pensão alimentícia).

Como consta apenas uma unidade prisional mista no estado do MS, e levando em consideração que esta pesquisa teve como objeto mulheres egressas do sistema prisional do regime aberto e livramento condicional, suspeita-se que o cumprimento em regime aberto se dê de forma mista (homens e mulheres).

A estrutura física da U.P. é composta por quatro celas: duas para pernoite do regime semiaberto (com seis banheiros), uma para presos por prisão civil (pensão alimentícia) e que estão provisoriamente com presos que pernoitam no regime semiaberto, que não tem convívio com os demais (com um banheiro); e ainda uma cela para os presos em trânsito (reclusos) (com um banheiro).

4.3.1 Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias no Brasil

Este levantamento torna-se relevante para compreender a estrutura caótica do sistema prisional brasileiro, ao analisar o número de pessoas presas e as estruturas físicas para comportá-las, a insistência em tornar invisível a existência da mulher em conflito com a Lei, e para enfim, se ter uma dimensão do lócus desta pesquisa.

A análise documental do “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – Junho de 2014” (BRASIL, 2014a), realizado pelo DEPEN e o Ministério da Justiça (MJ), por intermédio do InfoPen, traz estatísticas de 2014, tidas como “atuais” do retrato do Sistema Prisional Brasileiro. Nesta conjuntura, de notória desatualização de dados, surge a questão: A quem interessaria manter atualizados os dados alusivos ao sistema prisional brasileiro?

A este questionamento atribui-se duas prerrogativas, a primeira referente ao impacto destas informações para a sociedade que pouco imagina os índices galopantes de aprisionamento, bem como a possível ausência do Governo para a resolução e acolhimento desta realidade; e a segunda atinente à estrutura caótica e sucateada dos recursos humanos e da estrutura das Instituições Prisionais que alimentam o InfoPen.

Como podemos confirmar na matéria de Pellegrini (2015), veiculado na Revista CartaCapital, sobre o caos carcerário brasileiro:

O caos atual é reflexo de décadas de abandono e desorganização pública. [...] dos 27 estados brasileiros, apenas oito possuem secretarias especializadas na administração prisional [...] Nos demais estados, a responsabilidade pelos presídios está atrelada a secretarias de Justiça ou às secretarias de Segurança Pública. Para o diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Renato de Vitto, possuir uma secretaria especializada na questão prisional é fundamental para reverter a lógica do aprisionamento em massa. ‘A administração penitenciária sempre foi vista como um apêndice, um primo pobre, da segurança pública. Por isso, essa desatenção histórica

e a falta de políticas públicas no sistema prisional’, afirma. (PELLEGRINI, 2015, p.22).

Parte deste caos no sistema prisional, é possível constatar na tabela 8, que traz a visão geral da população prisional brasileira¹, com a marca alarmante de mais de 607 mil pessoas privadas de liberdade, ou seja, para cada 100 mil habitantes no Brasil, estima-se que 300 são presos. Dado que explica a superpopulação nas instituições prisionais que disponibilizam 377 mil vagas, ratificando um déficit de 231.062 vagas. E assim, em cubículos idealizados para 10 pessoas, custodia-se aproximadamente 16 (BRASIL, 2014a).

Diante destes dados, insta salientar que este panorama convoca todas as instâncias envolvidas, a ficarem em alerta.

Tabela 8 - Pessoas privadas de liberdade no Brasil, 2014

População Prisional	607.731
Sistema Penitenciário	579.423
Secretarias de Segurança/Carceragens de Delegacias	27.950
Sistema Penitenciário Federal	358
<hr/>	
Vagas	376.669
Déficit de Vagas	231.062

Fonte: Elaboração própria com dados do Infopen, jun/2014; Senasp, dez/2013; IBGE, 2014; Depen, 2014

Neste episódio, podemos confirmar na tabela 9, que o Brasil ocupa o 4º lugar entre os dez países com maior população carcerária, o 4º lugar na taxa de ocupação prisional a cada 100 mil habitantes. Exibe ainda a 5ª maior taxa de presos provisórios (sem condenação), com uma estimativa de “quatro entre dez (41%)” pessoas presas sem terem sido julgadas. Esta tendência crescente tem preocupado, pois o encarceramento provisório “além de contribuir para a superlotação dos estabelecimentos prisionais e de elevar os custos do sistema, expõe um grande número de indivíduos às consequências do aprisionamento” (BRASIL, 2014, p. 15).

Tabela 9 – Informações prisionais dos dez países com maior população prisional do mundo, 2014

País	População Prisional	Taxa da População	Taxa de presos sem
------	---------------------	-------------------	--------------------

¹ Não estão contabilizadas, as pessoas privadas de liberdade (prisão albergue domiciliar), pelo fato do cumprimento desta reprimenda não depender diretamente do Poder Executivo para ser cumprida.

		Prisional para cada 100 mil habitantes	condenação
Estados Unidos	2.228.424	698	20,40%
China	1.657.812	119	--
Rússia	673.818	468	17,90%
Brasil	607.731	300	41,00%
Índia	411.992	33	67,60%
Tailândia	308.093	457	20,60%
México	255.638	214	42,00%
Irã	225.624	290	25,10%
Indonésia	167.163	66	31,90%
Turquia	165.033	212	13,90%

Fonte: Elaboração própria com dados do Infopen, jun/2014; Depen, 2014

Diante da preocupação crescente do encarceramento provisório, Carvalho (2010), aborda sobre a adoção de políticas descarcerizantes, com base em mecanismos hábeis para ampliar as alternativas de medidas cautelares no processo penal: “Importante deixar claro que as medidas descarcerizadoras devem ser vistas como importantes mecanismos de desinstitucionalização, sendo sua aplicação inegavelmente mais vantajosa que qualquer espécie de encarceramento.” (CARVALHO, 2010, p.150).

Trazer a discussão sobre o aprisionamento provisório e sobre as políticas de descarcerização, faz-se necessário, pois muitas mulheres em situação de cárcere poderiam usufruir desta possibilidade.

Conforme o Levantamento Nacional do Infopen (BRASIL, 2014a), observa-se que a taxa de aprisionamento no Brasil, em comparação aos quatro países com a maior população prisional do mundo (Estados Unidos, China e Rússia), tem se diferenciado pois desde 2008, têm crescido aceleradamente, ao passo que os demais países tem diminuído. Sendo assim, estima-se que até 2018, o Brasil ultrapasse a Rússia em número de pessoas privadas de liberdade. Os dados são alarmantes, segundo avaliações há a tendência de que em “2022, a população prisional do Brasil ultrapassará a marca de um milhão de indivíduos. Em 2075, uma em cada dez pessoas estará em situação de privação de liberdade.” (BRASIL, 2014, p. 16).

Com base na taxa de aprisionamento, é possível detectar o tamanho da população prisional por Estado. Se a média brasileira, segundo o Infopen (BRASIL, 2014a, p. 18) é de 300 presos(as) para cada 100 mil habitantes, o estado de Mato Grosso do Sul possui a 7ª maior população prisional do Brasil, no entanto em termos proporcionais, é a Unidade

Federativa que comporta o maior número de presos em termos absolutos, aproximadamente “568,9 para cada cem mil habitantes”.

Com relação à evolução histórica da população prisional (2000 a 2014), nota-se que apesar das vagas terem sido triplicadas neste período, o déficit de vagas também quase triplicou (BRASIL, 2014, p. 23)a. Esse crescimento exponencial da população prisional pode ser conferido na tabela 10:

Tabela 10 - População prisional - vagas e déficit de vagas, 2014

Ano	2000	2014
Presos	232.755	607.731
Vagas	135.710	376.669
Déficit	97.045	231.062

Fonte: Elaboração própria com dados do Infopen, jun/2014

É apropriado apresentar os dados elencados pelo Infopen (BRASIL, 2014a) sobre o tipo de regime dos(as) presos(as), justamente porque este estudo tem como foco de análise as mulheres privadas de liberdade em regime aberto e em livramento condicional:

[...] cerca de 41% das pessoas privadas de liberdade são presos sem condenação, a mesma proporção de pessoas em regime fechado. Apenas **3% das pessoas privadas de liberdade estão em regime aberto** e 15% em semiaberto. **Para cada pessoa no regime aberto, há cerca de 14 pessoas no regime fechado**; para cada pessoa do regime semiaberto, há aproximadamente três no fechado. (BRASIL, 2014a, p. 20 grifo nosso).

Adverte-se que apesar de existirem 3% das pessoas privadas de liberdade em cumprimento no regime aberto, estas pessoas passam quase que despercebidas pelo olhar de estudiosos(as), haja vista o levantamento bibliográfico realizado para este estudo, onde é possível ratificar esta negligência.

Nesse sentido, é pertinente retomar que as representações sociais contém tanto a permanência (resistência às mudanças), quanto a diversidade (sementes de mudança) em sua estrutura interna enquanto fenômeno (JOVCHELOVITCH, 2000). Quais as possibilidades desta invisibilidade se tornar perene? Este estudo visa justamente dar visibilidade a essa temática, servindo ao propósito de ser “semente de mudança”, quando problematiza o Sistema Prisional no âmbito nacional e no Mato Grosso do Sul, estado aonde ocorreu este estudo, conforme exemplo na Tabela 11, com base nos dados disponíveis pelo Infopen (BRASIL, 2014b, p. 24):

Tabela 11 - Capacidade do sistema prisional, 2014

UF	Total de unidades	Total de vagas	Média de vagas das unidades prisionais	Capacidade máxima observada em unidade da UF
MS	44	6.902	157	960

Fonte: Adaptação da pesquisadora com dados do Infopen, jun/2014

Estes 44 estabelecimentos prisionais no Estado de MS, possuem classificações para receber presos(as) com suas respectivas reprimendas, das quais cita-se: duas unidades para receber presos provisórios, 23 para o cumprimento do regime fechado, 12 para o regime semiaberto, um para acolher pessoas em regime aberto, quatro designadas como “outro” sem ter uma especificação e ainda duas unidades prisionais “sem informação”, totalizando 44 estabelecimentos prisionais. Observa-se que o regime aberto, é a retomada do(a) preso(a) para o convívio social mais amplo, pois a pessoa nesta condição retoma suas atividades laborais e transita na rua livremente, exceto no período noturno. Se o objetivo do Estado é reinserir a pessoa presa, por isso em seus discursos utiliza-se tanto o termo “reinserção social”, qual a razão de existir um único estabelecimento prisional no MS, para acolher essa demanda?

O “Manual de Diretrizes e Políticas em Atenção à Mulher Presa” (2013), produzido pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), resultado do Projeto “Mulher Presa: perfil e necessidades – Uma construção de diretrizes”, da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e convênio com o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) teve como objetivo conhecer as características e necessidades da mulher encarcerada e a posteriori traçar diretrizes efetivas para que a reintegração social ocorresse (durante e pós-cárcere). Os anseios, limitações e perspectivas de 10% das mulheres custodiadas pela SAP, foram delineadas e originou o manual supramencionado, com o intuito de balizar as práticas voltadas às mulheres em situação de prisão no Estado de São Paulo. Um dos poucos trabalhos encontrados, que versa sobre o cotidiano das mulheres enquanto cumprem suas penas, mas também seu fortalecimento no retorno ao convívio social mais amplo (pós-cárcere).

Em âmbito nacional, são raras as instituições prisionais que cumprem seu papel de forma exclusiva, a maioria abrigam outros regimes nas mesmas Unidades Prisionais, e estão classificadas, sendo 725 estabelecimentos construídos para receber presos(as) provisórios, 260 unidades para cumprimento do regime fechado, 95 para o regime semiaberto, 23 para o regime aberto, 20 para abrigar as pessoas que cumprem medida de segurança, 125 unidades

que cumprem diversos tipos de regime, um patronato, quatro instituições específicas para a realização de exames gerais e criminológicos, 91 com a identificação de “outro”, 76 unidades não forneceram esta informação, contando assim como “sem informação”; contabilizando assim 1.420 estabelecimentos penais (BRASIL, 2014, p. 27).

O autor Braunstein (2007), em sua dissertação de Mestrado, propõe um estudo sobre o encarceramento de mulheres da Penitenciária Feminina do Butantã, no Estado de São Paulo, para identificar variáveis individuais e coletivas em relação às mulheres encarceradas. O estudo descreve a práxis da unidade prisional feminina, de regimes fechado e semiaberto, entre 2001 e 2002. E destaca-se que esta publicação, foi a única encontrada em nosso levantamento bibliográfico, que citou a mulher em regime semiaberto.

Segundo dados do Infopen (BRASIL, 2014b), consta apenas um Patronato no país construído especificamente para esse fim. Porém, estes dados constam como “incompleto”, pois alegam que o DEPEN, junto às Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária, inferiu a existência de aproximadamente 113 estabelecimentos deste tipo no país, entretanto todos adaptados, por esta razão consta efetivamente apenas 01 Patronato no Brasil. Cabe ao Patronato (público e privado) prover a assistência aos(às) egressos(as) do Sistema Prisional, principalmente aos(às) que cumprem suas reprimendas em regime aberto.

Realizadas estas ponderações, é possível prever as limitações dos órgãos responsáveis que insistem em investir no encarceramento e endurecimento das penas, do que rever suas políticas de descarcerização, bem como fortalecer as instituições prisionais que poderiam fazer essa mediação dos(as) egressos(as) no convívio social mais amplo por meio dos Patronatos.

Apresenta-se tais dados estatísticos, pois os mesmos foram utilizados como um dos critérios de inclusão das mulheres que foram entrevistadas nesta pesquisa, ou seja, mulheres que cumprem em regime aberto e em livramento condicional. Pode-se assim traçar um comparativo entre Brasil versus MS, de forma mais esquematizada, constante na tabela 12:

Tabela 12 – Classificação das Unidades Prisionais do Brasil e do MS, 2014

Unidades Prisionais	Brasil	Mato Grosso do Sul
Presos Provisórios	725	02
Regime Fechado	260	23
Regime Semiaberto	95	12

Regime Aberto	23	01
Medida de Segurança	20	--
Diversos Tipos de Regime	125	--
Patronato	01	--
Realização de exames gerais e criminológicos	04	--
Outros	91	04
Sem Informação	76	02
Total	1.420	44

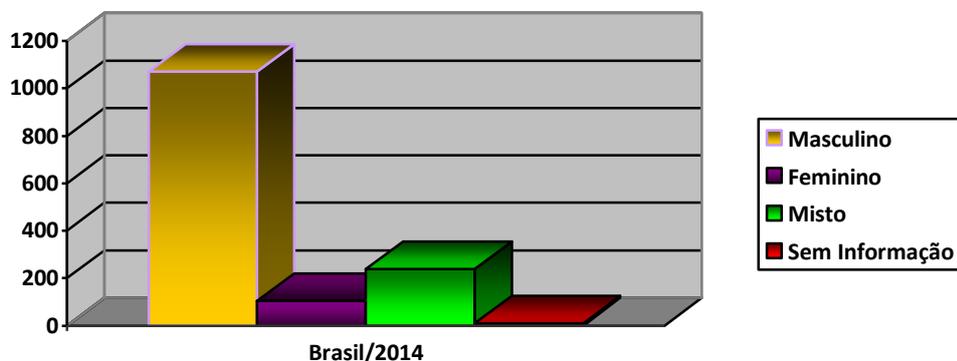
Fonte: Elaboração própria com dados do Infopen, jun/2014

Apresenta-se em seguida o lugar em que se encontram as mulheres do sistema prisional no Brasil, e as condições de aprisionamento a que estão submetidas.

4.3.1.1 Mulheres no Sistema Prisional do País

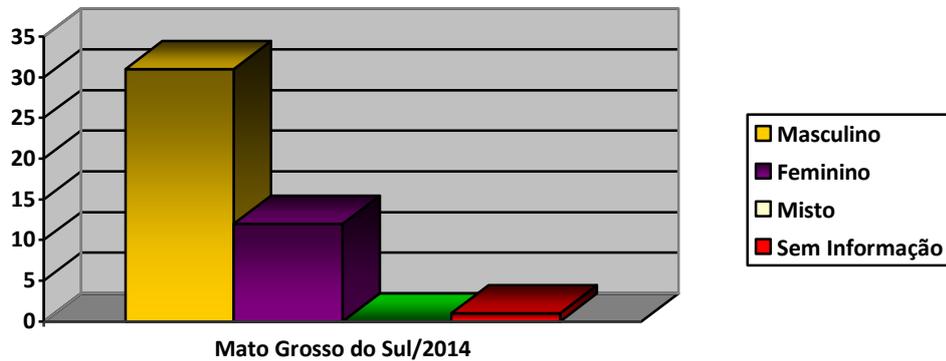
Na continuidade do processo de pesquisa, o Infopen (BRASIL, 2014b), traz estatísticas sobre as Unidades Prisionais (U.P.) no âmbito nacional. Constata-se que 1.070 U.P. (75%) comportam homens, apenas 103 U.P. (7%) admitem mulheres, 238 U.P. (17%) são mistas (acolhem homens e mulheres no mesmo prédio) e nove U.P. (1%) não forneceram esta informação, como observa-se no gráfico 2:

Gráfico 2 – Porcentagem de Unidades Prisionais divididas por gênero no Brasil, 2014



Quanto ao estado do Mato Grosso do Sul, é de se notar que o Infopen (BRASIL, 2014b), apresenta dados sobre as U.P. divididas por gênero, das quais faz-se saber que 31 U.P. acolhem homens, 12 U.P. admitem mulheres, nenhuma U.P. mista foi declarada e apenas uma U.P. não forneceu este dado, como observa-se no gráfico 3:

Gráfico 3 – Porcentagem de Unidades Prisionais divididas por gênero no MS, 2014



A Teoria das Representações Sociais (TRS) é, pois, em uma de suas significações, uma teoria que versa sobre os saberes sociais e está intrinsecamente relacionada à construção e transformação destes saberes, em relação aos diversos contextos sociais. Sendo assim, a TRS “está especialmente interessada no fenômeno das representações sociais, que compreende os saberes produzidos na e pela vida cotidiana” (GUARESCHI, 2010, p. 78).

Lago (2014), propõe em sua dissertação de Mestrado, compreender as elaborações produzidas por mulheres em privação de liberdade, que tentam interligar os mundos de dentro e de fora da prisão, além de discutir sobre as profundas alterações nas relações das mulheres encarceradas, tanto nas relações pré-estabelecidas que tendem a ser continuadas, quanto a outras novas relações, antes inexistentes. A questão de gênero está no centro das discussões, para compreender o posicionamento destas mulheres ao estabelecer expectativas e desempenhos específicos. Lago (2014) conclui que diante dos discursos produzidos sobre família e relacionamentos amorosos, as participantes poderão situar-se no mundo da prisão a partir da vinculação das experiências do cárcere, quando estiverem em liberdade.

No cenário deste estudo, revela-se a condição de submissão da mulher no sistema prisional, pois é obrigada a se submeter às Unidades Prisionais legalmente mistas, sem opções pra cumprir sua reprimenda em local específico para o acolhimento de mulheres, como preconiza a Lei de Execução Penal, no Título IV, dos Estabelecimentos Penais, Capítulo I, disposições gerais:

Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1º A **mulher** e o maior de sessenta anos, separadamente, **serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequados à sua condição pessoal.** (Redação dada pela Lei nº 9.460, de 1997).

§ 2º - O **mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados.** (BRASIL, 1984, grifo nosso)

Não obstante, também garantida no artigo 5º, inciso I e XLVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil – CF (2001), que estabelece no Título II – dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – os direitos e deveres individuais e coletivos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...] XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado; (BRASIL, 2001, p. 22)

Se por um lado é possível reconhecer certos avanços para a garantia de direitos da mulher em conflito com a Lei, ainda é possível enxergar as dificuldades dos governos e da sociedade clamante por justiça, de que seguindo o preceito constitucional, a pena privativa de liberdade findará (pois ela não é perpétua) e a pessoa que cometeu o delito retornará para o convívio mais amplo, para tanto é imperativo o tratamento digno ao(à) apenado(a) para o retorno ao convívio mais pacífico quando findar a execução de sua pena.

Essa discrepância analisada em relação ao gênero, também pode ser notada na taxa de ocupação, referente ao tipo de vaga por regime e a natureza da prisão.

Observa-se que a taxa de ocupação das vagas dispostas para presos(as) provisórios é de 192%, ou seja, superior à taxa atinente ao regime fechado (151%) e ao regime semiaberto (133%), um risco eminente de se manter preso no regime fechado, por falta de vagas no regime semiaberto (BRASIL, 2014a).

Rossotti (2011, p. 9) insiste: “É mister problematizar as dinâmicas institucionais, as relações de forças e os saberes encontrados – e produzidos – para esses espaços que contêm presos provisórios, e seus reflexos sobre a produção de subjetividade”.

Apesar deste dado relevante, esta informação e a tabela 13 foram inseridas neste estudo para registrar, que mesmo neste Levantamento realizado pelo Infopen (BRASIL, 2014a), não há comentários específicos sobre a população em cumprimento do Regime Aberto, nem sequer sobre os déficits de vagas para esse regime, mesmo que as estatísticas ratifiquem que no país, há 6.952 vagas para custodiar 15.036 pessoas em regime aberto.

Tabela 13 - Vagas e pessoas privadas de liberdade, por natureza da prisão/tipo de regime, 2014

Tipo de Regime	Vagas	Pessoas privadas de liberdade
Provisórios	115.656	222.190
Regime fechado	164.823	249.701

Regime semiaberto	67.296	89.639
Regime aberto	6.952	15.036
Medida de segurança	2.666	2.497
Outros/vários	18.343	--

Fonte: Elaboração própria com dados do Infopen, jun/2014

Em seguida, o lócus da pesquisa se dá na esfera do levantamento do sistema prisional no Estado do Mato Grosso do Sul, onde se desenvolveu este estudo.

4.3.2 Levantamento Estadual de Informações Penitenciárias no Mato Grosso do Sul

A análise documental deste levantamento foi realizado por intermédio do Mapa Carcerário de março 2016, fornecido pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) do Mato Grosso do Sul, com dados atuais e que antemão se diferem do apresentado pelo Infopen (BRASIL, 2014b).

Na AGEPEN consta em seus registros a relação de 46 U.P. no Mato Grosso do Sul, divergindo das 44 apresentadas no Infopen (BRASIL, 2014b). As 46 instituições prisionais estão divididas em: 33 U.P. que recebem homens e 13 U.P. que acolhem mulheres, das quais 08 estão na capital (Campo Grande) – 05 U.P. (01 feminina e 4 masculina) para o Regime Fechado e 03 U.P. (01 feminina e 02 masculina) para o Regime Semiaberto; e 38 estão distribuídas no interior do estado – sendo 27 U.P. que recebem o gênero masculino (15 U.P. Regime Fechado e 12 U.P. Regime Semiaberto) e 11 que recebem o gênero feminino (06 U.P. Regime Fechado e 05 U.P. Regime Semiaberto), conforme quadro 1:

Quadro 1 – Unidades Penais no MS, identificadas por gênero e tipo de Regime, mar/2016

46 U.P. 33 U.P. Masculina 13 U.P. Feminina	08 U.P. Capital	05 U.P. - Regime Fechado	01 U.P. Feminina e 04 U.P. Masculina	-
		03 U.P. - Regime Semiaberto	01 U.P. Feminina e 02 U.P. Masculina	U.P. Feminina – Reg. Semiaberto - também funciona o Regime Aberto
	38 U.P. Interior	15 U.P. - Regime Fechado 12 U.P. - Regime Semiaberto	27 U.P. Masculina	U.P. Masculina – Reg. Semiaberto - também funciona o Regime Aberto

		06 U.P. - Regime Fechado 05 U.P. - Regime Semiaberto	11 U.P. Feminina	U.P. Feminina – Reg. Semiaberto - também funciona o Regime Aberto
--	--	---	------------------	--

Fonte: Elaboração própria com dados da AGEPEN, mar/2016

Mais uma vez, pode-se constatar a ausência de estabelecimentos prisionais específicos para o Regime Aberto no Mapa Carcerário de MS, pois todos os existentes no Estado estão instalados nas Unidades Penais de Regime Semiaberto, como se as pessoas cumpridoras deste regime não tivessem necessidades específicas. É justamente essa invisibilidade, que este estudo propõe questionar. Abre-se a discussão, pois se desde 1984, incorporaram penas e medidas alternativas ao Código Penal Brasileiro (CPB), com o intuito de atenuar a superpopulação no Sistema Prisional, e se essas penas são categorizadas em “penas privativas de liberdade (regimes fechado, semiaberto e aberto), penas restritivas de direito e penas multa” (GERALDINI e FILHO, 2012, p. 166), qual a razão dos órgãos competentes permitirem o cumprimento de regimes diferentes nas mesmas Unidades Penais sem se atentar que desta forma, aproximam os(as) apenados(as) de crimes mais brandos com crimes mais graves? Como bem especificam Geraldini e Filho (2012, p. 166), os(as) apenados(as) do Regime Semiaberto são os “não reincidentes com pena superior a quatro anos e igual ou inferior a oito anos” e os(as) condenados(as) do Regime Aberto são os “não reincidentes com pena igual ou inferior a quatro anos”.

Uma vez que estas categorias são concebidas de forma “unificada”, diminui-se a responsabilidade do Estado em criar e/ou manter políticas públicas que abranjam as necessidades específicas de cada regime.

O mapa carcerário do MS, fornece um retrato das Unidades Prisionais por categorias de segurança (21 - segurança mínima, 22 - média e 03 - máxima), número de celas disponíveis (1.401), número de presos(as) sem condenação (3.423), capacidade populacional (7.141), e número total de custodiados pela AGEPEN/MS (15.154) e o déficit de vagas (8.013).

Das 46 Unidades Penais do MS, nota-se que 38 das U.P. estão em situação de superlotação², 02 estão lotadas e 06 estão com o número de vagas preenchidas dentro da capacidade ofertada, como veremos na tabela 14:

² Considera-se superlotado, a U.P. que está com a população carcerária acima de 20% da capacidade.

Tabela 14 – Mapeamento Carcerário do Mato Grosso do Sul, 2016

Unidades Penais (U.P.)	46
U.P. Segurança Mínima	21
U.P. Segurança Média	22
U.P. Segurança Máxima	03
Nº de Celas	1.401
Presos s/condenação (provisórios)	3.423
Capacidade	7.141
Lotação	15.154
Déficit	8.013

Fonte: Elaboração própria com dados da AGEPEN, mar/2016

A seguir, para caracterizar o território da pesquisa, apresenta-se o cenário em que a mulher egressa do sistema prisional do Mato Grosso do Sul ocupa, para compreender posteriormente os relatos das entrevistadas detidas em delegacias, bem como a incongruência de informações constantes no Levantamento do Infopen (BRASIL, 2014b) e o constatado no decorrer deste estudo in loco, no que se refere às Unidades Penais Mistas no MS.

4.3.2.1 Mulheres no Sistema Prisional do Mato Grosso do Sul

Na tabela 15 esboçada, sugere algumas indagações a respeito da situação das mulheres encarceradas no Estado de MS. Para melhor compreender esta questão, as U.P. foram subdivididas entre Capital (Campo Grande/MS) e Interior (Corumbá, Jateí, Ponta Porã, Rio Brillhante, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas/MS), conforme Mapa Carcerário (AGEPEN/MS, 2016).

Tabela 15 – Mapeamento Carcerário do Mato Grosso do Sul - gênero feminino, 2016

Unidades Penais na Capital	Regime Fechado	Regime Semiaberto e Aberto	Total
Nº de Celas	13	08	21
Presas provisórias	116	--	116
Capacidade	231	110	341
Lotação	359	149	508
Déficit	128	39	167

Unidades Penais no Interior	Regime Fechado	Regime Semiaberto e Aberto	Total
Nº de Celas	78	18	96
Presas provisórias	258	--	258
Capacidade	351	179	530
Lotação	607	225	832
Déficit	256	46	302

Fonte: Elaboração própria com dados da AGEPEN/MS, mar/2016

Nota-se que o déficit de vagas no interior do MS é quase que o dobro da capital, um agravante, pois na ausência de prisões específicas para mulheres, estas tendem a cumprir suas reprimendas “temporariamente” em delegacias locais.

Conforme o Infopen (BRASIL, 2014b, p. 10), os dados sobre “pessoas custodiadas em carceragens de delegacias ou estabelecimentos similares administrados pelas Secretarias de Segurança Pública eram, até 2014, informadas pelas secretarias responsáveis pela administração prisional”, desde então, este levantamento passou a ser coletado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, pois as secretarias supramencionadas por serem distintas, em algumas situações, não faziam o repasse de informações. Sendo assim, observa-se o eminente risco da fidedignidade de dados referente à mulher encarcerada, já que em muitas cidades do interior, o único recurso temporário para mantê-las detidas, originalmente ocorrem no cárcere de delegacias, diversas vezes mistas também.

De imediato é possível concluir a incongruência de informações constantes no Levantamento realizado pelo Infopen (BRASIL, 2014b), quando ratifica que não há U.P. mistas no MS, entretanto, insta destacar que este estudo foi realizado com mulheres egressas do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba/MS que cumprem suas reprimendas no regime Aberto e no Livramento Condicional, ou seja, a U.P. de Paranaíba não está arrolada às U.P. femininas do Estado, constante no Mapa Carcerário; e sim, como uma U.P. masculina, configurando, na prática, como uma Unidade Mista.

Desta forma, é notório como ocorre em grande parte das instituições prisionais, que a U.P. de Paranaíba/MS (oficialmente declarada como masculina) também cumpre o papel de abrigar outros regimes na mesma U.P., como por exemplo: regimes semiaberto e aberto. O fato de acolherem de forma mista (gênero feminino e masculino), mesmo em regimes diferentes, porém não constarem em dados oficiais, fica subentendido uma

inexistente “equidade de gênero”, refletindo a “invisibilidade” da mulher no contexto prisional, já que esta informação somente é percebida in loco ou por meio de pesquisas semelhantes a esta.

Diante do exposto, permanece a dúvida de quantas outras U.P. no país, ditas como “não mistas” ainda submetem mulheres em conflito com a Lei a permanecerem invisíveis dentre os dados patriarcalmente masculinos.

4.3.3 Levantamento in loco no Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado³

As Unidades Prisionais do MS, possuem uma lista atualizada e arquivada diariamente, com o nome completo e localização da pessoa presa (tipo de regime cumprido, cela e pavilhão), denominado como Confere Nominal de Internos(as). Em contato com a Unidade Prisional, por meio do Confere Nominal de Internos(as), datado em 22/03/2016, teve-se acesso ao número de internos(as) em cada regime que este Estabelecimento Penal acolhe, totalizando 103 pessoas.

Em regime semiaberto, cumprindo a sentença judicial havia 49 homens alojados em três alojamentos/celas e três mulheres sentenciadas no regime semiaberto, porém pela ausência de estrutura física separada dos homens, as internas condenadas em regime semiaberto, cumprem suas reprimendas nas condições do regime aberto, o que as beneficiam no cumprimento de suas penas, por se tratar de uma penalidade mais amena.

Em regime aberto, nota-se cumprindo a decisão judicial 42 homens e cinco mulheres; e ainda um preso em regime de limitação de final de semana, dois presos em trânsito⁴, e ainda um preso oriundo de prisão civil, ou seja, preso por pensão alimentícia. Como é possível confirmar na tabela 16:

Tabela 16 - Dados estatísticos do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Casa do Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/Par), março, 2016.

Regime	Mulheres	Homens	Total
Regime Semiaberto	03	49	52
Regime Aberto	05	42	47
Trânsito	-	02	02

³ Desde o dia 05/12/2014, as Unidades Prisionais do estado do Mato Grosso do Sul tiveram seus nomes substituídos. No decorrer deste estudo, todas as vezes que se ler Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado, leia-se: Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto e Casa do Albergado de Paranaíba/MS. Conforme informação constante no Diário Oficial, nº 8.814, p. 51.

⁴ Apesar de estarem em uma Unidade prisional de regime semiaberto e aberto, os internos em Trânsito, são aqueles presos que ainda estão cumprindo sua pena em regime de reclusão/fechado, porém são transferidos em trânsito para estes Estabelecimentos, para trabalhar na própria U.P.

Prisão Civil – Alimentos	-	01	01
Limitação Final de Semana	-	01	01
Total	08	95	103

Fonte: Elaboração própria com dados do EPRSAAA/Par, mar/2016

Desta forma, ratifica-se que o Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Casa do Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/Par), acolhe para o cumprimento de penas, mesmo que em regime diferentes, tanto mulheres quanto homens na mesma estrutura física, revelando-se assim, uma Unidade Prisional Mista.

Sobre a criação de presídios em Paranaíba/MS, encontrou-se a tese de Doutorado de Araújo (2008), que relata a história e a realidade social sobre a construção do Estabelecimento Penal de Paranaíba (regime fechado), cidade que constitui a base territorial do presente estudo. Apesar de se tratar de um presídio masculino, por meio da pesquisa fundamentada na abordagem sócio-histórica da Psicologia, o autor interpela sobre as configurações político-sociais da construção do presídio e destaca após análise dos dados “como políticos e imprensa, associados para convencer populações pouco politizadas, e mesmo pouco esclarecidas, alcançam seus objetivos” (p. 04). Destaca ainda os bastidores das negociações e mobiliza os cidadãos a se apropriarem de conhecimento e assim lutarem por mais direito à participação e ao acompanhamento do que for decidido em Paranaíba/MS.

4.4 A CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida na Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEPEN/MS), mais especificamente com as egressas em cumprimento de pena em Regime Aberto e em Livramento Condicional do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/PAR).

Primeiramente, verificou-se no Confere Nominal de Internos(as) da U.P. todas as mulheres em cumprimento de pena, a saber foram oito mulheres egressas cumprindo regime aberto (das quais três cumprem regime aberto – mais ameno – por ausência de estrutura física, pois suas reprimendas deveriam ser cumpridas em regime semiaberto). O quantitativo de mulheres em regime de livramento condicional totalizaram seis egressas, este dado foi informado verbalmente pela responsável do setor, pois esta informação não consta em nenhum documento da U.P. Conforme a funcionária do setor, estas egressas estão judicialmente submetidas ao Fórum local, e vão apenas uma vez ao mês na U.P. fornecer uma declaração de trabalho e um comprovante de residência.

O segundo passo, foi entrar em contato via telefone com as 14 mulheres egressas, para agendar um horário e assim apresentar o projeto de pesquisa. Das 14 mulheres, oito aceitaram agendar um horário, cinco não atenderam ao telefonema e uma recusou de imediato à proposta. Das oito mulheres que foram agendadas para as entrevistas, quatro compareceram.

Inicialmente, buscou-se identificar as representações sociais de gênero das egressas do sistema prisional, ora cumprindo pena privativa de liberdade em Regime Aberto e Livramento Condicional, entretanto, das entrevistadas que cumprem regime em Livramento Condicional, ao serem procuradas e agendadas para as entrevistas, elas não compareceram. Por esta razão, este estudo foi realizado apenas com mulheres egressas que cumprem regime aberto.

É relevante esclarecer, que as entrevistadas participaram da pesquisa de forma voluntária, a título não oneroso e somente após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi-lhes assegurado o direito de desistir de participar do estudo em qualquer momento, assim como o direito de não autorizarem a utilização dos dados por elas fornecidos, e o sigilo de sua identidade, dentro dos parâmetros legais. A pesquisa desenvolveu-se após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cujo parecer encontra-se no anexo neste estudo.

A seguir é feita uma caracterização das participantes do estudo com dados básicos, como nomes fictícios, idade, raça, renda familiar, escolaridade, estado civil, formação técnica e/ou experiência laboral, situação ocupacional, delito, tempo de prisão e detalhamento do local em que ficou detida, seja na delegacia e/ou no presídio (cujo regime é a reclusão), em Regime Semiaberto (RSA) e/ou em Regime Aberto (RA); e quantidade de filhos(as).

As participantes da pesquisa tiveram seus nomes substituídos por pedras preciosas, pois se acredita na preciosidade de cada sentido e significado marcado nos discursos destas mulheres: Opala, Ágata, Jade e Esmeralda.

O elo que as caracterizam se vê na faixa etária, pois são jovens; na raça pois as entrevistadas se denominam como negra, parda ou morena; a maioria possuem renda familiar de um salário e pouca formação técnica; a escolaridade transita entre o fundamental e o ensino médio completo; o delito predominante é o tráfico de drogas em três casos e apenas uma denúncia caluniosa também referente ao tráfico de drogas de terceiros; todas cumprem o regime aberto (ou semiaberto nas condições do aberto conforme decisão judicial por ausência de unidade prisional feminina para cumprimento de pena em semiaberto). O quadro 2 apresenta a caracterização das participantes da pesquisa:

Quadro 2 – Caracterização das participantes da pesquisa, 2016.

Nomes (Fictícios)	Opala	Ágata	Jade	Esmeralda
Idade	27	23	45	31
Raça	Negra	Parda	Morena	Parda
Renda Familiar	R\$ 788,00	Um salário comerc.	Um salário mínimo	Três salários
Escolaridade	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Fundamental completo	Ensino Médio Completo
Estado civil	Solteira	Convivente	Viúva	Separada
Formação Técnica	Manicure, revisora em fábrica de calçados, operadora de máquina de prensa/estribo	Informática básico, tapeçaria. Trabalha no mercado (atendimento na padaria, caixa, serviços gerais)	Trabalho em Frigorífico (vaqueira, corte, carregamento)	Gerente contábil numa distribuidora de bebida
Situação ocupacional	Desempregada - licença maternidade	Empregada	Desempregada - Seguro Desemprego	Empregada a 1 ano e 2 meses
Delito	Tráfico de Drogas	Tráfico de Drogas	Tráfico de Drogas	Denúnciação Caluniosa
Tempo de Prisão *delegacia e presídio-reclusão *RSA-Regime Semiaberto *RA-Regime Aberto	01 mês na delegacia 20 dias no presídio 03 anos e 8 meses RSA (nas condições do RA)	1 mês na delegacia 1 mês no presídio Não soube informar o tempo que deverá cumprir no RA	06 meses na delegacia 02 meses RA (já se passaram 08 meses e continua no RA)	02 anos RA
Filhos(as)	04	01 enteado	03	02

Fonte: A autora, 2015.

Em seguida, apresentam-se de forma sintetizada, as características em destaque da vida das egressas e seu cotidiano.

4.4.1 Opala

Opala tem 27 anos, está solteira por opção, tem quatro filhos(as), dos quais três foram frutos do casamento de oito anos com um presidiário. Atualmente está desempregada, recebendo o seguro licença maternidade, tem consciência do trabalho formal, possui experiência como manicure, revisora em fábrica de calçados e operadora de máquina de prensa em fábrica de estribo.

Seu primeiro contato com o mundo das drogas foi por intermédio de seu ex-marido, preso por tráfico de drogas. Entrou no mundo do tráfico de drogas, por causa das dificuldades financeiras que enfrentava, pois seu primeiro filho nasceu com intolerância à

lactose, e mesmo trabalhando registrada, não tinha condições financeiras de manter as compras das latas de leite sem lactose, que se aproxima a R\$ 60,00 cada. Afirma que entrou sozinha no crime, sem influência de ninguém, apenas decidiu e fez.

Em relação às representações sociais de gênero, aos poucos revela sua construção da identidade de gênero. Cita que quando criança tinha medo e não gostava de bonecas. Suas brincadeiras preferidas na infância eram birola, bola, carrinho, pega-pega, esconde-esconde, etc, brincadeiras que Opala denomina como sendo de meninos. Em seu discurso, mulheres são frágeis e homens são fortes. Relata ter sofrido violência doméstica física, moral, psicológica e patrimonial, o que culminou à denúncia e separação do ex-marido. Afirma que há semelhanças e diferenças nos presídios femininos e masculinos, e destaca o caos vivido por 30 dias enquanto esteve presa na Delegacia de Polícia, segundo a mesma, local impróprio para manter alguém preso.

4.4.2 Ágata

Ágata é a entrevistada mais jovem, com 23 anos. Apesar de não ter tido contato físico com seu convivente antes da prisão, seu estado civil é de convivente, pois oficializou a união estável para confeccionar sua carteira de visitante (documento obrigatório para adentrar as U.P. do MS) e assim regularizar sua entrada no Estabelecimento Penal para as visitas dominicais, haja vista seu parceiro estar preso no regime fechado.

Ágata explica que no início do relacionamento, muitas pessoas diziam que seu convivente era um “demônio de sete cabeças”, um “bandido”, mas pelo fato dele não falar gírias, tratá-la com voz suave, ser carinhoso, ele foi seduzindo-a. Atualmente trabalha e recebe um salário comercial para laborar em um mercado, entretanto discorre sobre as dificuldades enfrentadas para conseguir emprego logo que saiu da prisão, ficando aproximadamente oito meses desempregada.

Durante toda a entrevista seus relatos sobre os estudos são confusos, ora dizendo que cursaria Direito, ora dizendo que passou em todas as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas no momento relata não estar estudando. Cita que possui formação técnica em informática básica, com experiência em tapeçaria, e que consegue desenvolver com qualidade qualquer trabalho designado.

Ágata salienta que seu primeiro e último contato com o tráfico de drogas, foi para proteger seu convivente, que a convenceu de levar drogas em sua genitália, para dentro do presídio, pois alegou estar correndo risco de ser espancado e até morto no presídio, por causa de dívidas adquiridas no cárcere. Ágata foi autuada em flagrante por tráfico de drogas,

segundo a mesma por denúncia anônima, na frente da U.P., antes da revista corporal para adentrar a U.P., com aproximadamente 108g de maconha em sua genitália. Seu convivente até esta entrevista estava com sua integridade física intacta.

Ficou detida em regime fechado durante dois meses, dos quais um mês foi na Delegacia de Polícia em Paranaíba/MS e um mês no Presídio Feminino de Três Lagoas/MS. Ágata relata ainda que seu convivente sofreu muito com sua prisão, pois ela era quem resolvia tudo pra ele na rua e que acredita que conseguiu fazê-lo mudar depois do ocorrido, e deseja que ele continue mudando.

Afirma que aceitou fazer o tráfico de drogas por impulso, e em seguida diz que ficou três dias sem dormir e pensando na proposta, quando seu convivente pediu para que ela levasse as drogas para ele na prisão, mas que não viu outra alternativa para proteger seu convivente, já que era uma “coisa” que ela poderia fazer e ajudar, e principalmente o fez pela pressão de perder seu convivente.

Em relação às representações sociais de gênero, a entrevistada acredita que homens e mulheres possuem direitos iguais e reafirma que pela experiência que teve, constatou que existem homens que não fazem o que mulheres podem fazer. Destaca que a maioria das mulheres adentram no mundo do crime “puxada por um homem” e “arrastadas pelos maridos”, no que se refere aos homens infringirem a Lei, Ágata diz que é por “querer ganhar poder”, “consumismo”, “é pensado”, “faz porque quer”. Explicitando assim, sua concepção de gênero. Demonstra ter dúvidas se foi vítima ou não de violência psicológica, e alega que “demorou pra ele fazer minha cabeça” e ao final diz “eu fui, fiz, meti a cara”.

4.4.3 Jade

Jade possui 45 anos e permaneceu seis meses detida em regime fechado na Delegacia de Polícia de Paranaíba/MS, experiência sentida na pele de quem permanece encarcerada em local inapropriado. Possui ensino fundamental completo, e habilidade para fazer qualquer coisa, acredita ter um dom para aprender e que só lhe falta oportunidade. Atualmente está desempregada, recebendo seguro desemprego. Tem experiência no trabalho interno de frigorífico (vaqueira, corte e carregamento) o que lhe resultou numa tendinite no braço.

Relata que o pai era muito enérgico, e que sua mãe apesar de maravilhosa e de achar ruim o jeito do pai tratá-los(as), fazia o que era comum à época “escutava o marido” e “ele falava e tinha que escutar ele”. A entrevistada relata que mudou muito depois que passou pelo cárcere, alegando que antes era uma pessoa “solta”, “livre” e “certa”, e que hoje ela se

julga “uma pessoa errada”, que tem “medo de tudo”, inclusive de “fazer coisa errada de novo”, e que não vê a hora de cumprir toda a sua pena para ver sua vida voltar “ao normal”.

Jade discorre sobre a preocupação constante de seus três filhos(as) quando ela se relaciona com algum homem, por receio de que ela vá “pelo mesmo caminho”, para não acontecer “o mesmo que o outro fez”, iludi-la para fazer “coisas erradas”. Cita que seu estado civil é viúva, mas que após esse episódio se relacionou com um rapaz sem saber que ele tinha problemas com a Justiça, só depois de um tempo Jade descobriu que “ele mexia com coisa errada, que ele roubava”. Em seguida, o rapaz foi preso por 30 dias, logo saiu da prisão e decidiram morar juntos.

Após três anos residindo na mesma casa, seu convivente foi preso novamente por roubo e trocou tiros com a polícia, e segundo Jade depois que ele estava preso ela se via “obrigada a visitar ele” no presídio, além da insistência do seu convivente quando dizia: “você é minha mulher, você tem que me visitar”, “você não pode largar de mim agora”, “você não pode me abandonar”, e alega que ele ficava lhe “chantageando”. E foi em uma destas visitas dominicais no presídio para visitar seu convivente, que Jade foi autuada em flagrante por tráfico de drogas, durante a revista corporal, levando 50g de maconha em sua genitália.

Jade insiste que foi iludida pelo seu convivente, e que fez o tráfico esta única vez, por insistência do marido que alegava “trás pra mim, não aguento ficar sem, me dá dor de cabeça”, “se você não trazer pra mim, vou largar de você”, “quando eu sair lá fora, você vai ver o quê que eu vou fazer com você”. E se anima ao dizer que foi por Deus, ter sido presa logo na primeira vez, senão ela poderia ter continuado traficando.

Logo que Jade termina de cumprir sua pena em regime fechado na delegacia, sua primeira ação foi terminar o relacionamento com seu convivente (que até o momento desta entrevista permanecia preso em regime fechado), mesmo ouvindo dele que ela o abandonou, informação que Jade contesta ao dizer que “num é que eu abandonei, eu num quero uma vida dessa pra mim”. Salienta ainda que “ele num muda, ele num endireita”, “ele tá fazendo coisa errada lá dentro”, “não quero, não quero mais”, e que apesar das ameaças de que logo que ele sair ele fará “alguma coisa comigo”, ela não tem o quê fazer, a não ser “entregar na mão de Deus”.

Em relação às representações sociais de gênero, Jade inicia sua entrevista relatando a submissão de sua mãe diante do machismo de seu pai, naturalizado como típico da época, porém, não demonstra perceber que seu relato de vida reproduz o patriarcalismo vivenciado na relação de seus pais. Mesmo não estando plenamente de acordo com a ação de seu convivente, assim como sua mãe no passado junto ao seu pai, Jade também escuta e faz o

que fora solicitado por seu marido, por exemplo, quando se viu na obrigação de visitar seu convivente na prisão, quando mesmo ciente dos riscos em ser presa por causa do tráfico de drogas, quando tenta justificar o fim do relacionamento com “num é que eu abandonei”. Jade verbaliza que ela “foi cabeça fraca” e responsabiliza seu convivente por ter sido presa “é culpa dele, que se ele não tivesse me insistindo, persistindo e falando coisas pra mim [...] porque eu nunca fiz coisa errada, nunca”, ela não teria passado por isto.

4.4.4 Esmeralda

Esmeralda tem 31 anos, teve seu primeiro filho com 15 anos o qual vive com sua mãe, e a segunda filha, hoje com três anos, do último relacionamento que reside com a entrevistada. Identifica-se como separada, pois há mais de quatro anos não possui convívio com o pai de sua filha, o qual está preso atualmente em regime fechado, apesar de ainda estarem oficialmente em união estável, pois não foi dado entrada no divórcio.

Em seus relatos da infância, cita que sua mãe era muito rígida, brava, segura e que lhe “batia muito de ficar marca, de arrancar sangue”, “não conversava”, apesar de guardar mágoas da mãe, ela busca não cometer os mesmos erros com seus filhos, mesmo porque teve uma excelente referência do pai, sempre o adjetivando como “calmo”, “tranquilo”, “centrado”, “paizão”, que conversava com os(as) filhos(as) com amor. Possui Ensino Médio completo, trabalha há um ano e dois meses como gerente contábil em uma distribuidora de bebidas, e sua renda permeia três salários mínimos. Possui curso de informática e diversos treinamentos do SEBRAE.

O delito que Esmeralda cometeu foi o de Denúncia Caluniosa, e sua pena foi de dois anos em regime aberto. Por diversas vezes sua mãe a orientou a terminar seu relacionamento, com o pai de sua filha, que chamaremos de I., dizendo “larga mão desse homem, esse homem não presta” e “ele num é boa pessoa, de boa índole”, o que para Esmeralda era inimaginável, pelo fato de I. possuir bens, imóveis e uma empresa, na qual trabalhava. O pai de sua filha, foi preso pela primeira vez, por receptação, durante um mês. Esmeralda relata que de fato acreditava que I. falava a verdade quando ele insistia em dizer que não tinha culpa no ocorrido.

A entrevistada fez sua declaração de união estável, para regularizar sua entrada no presídio ao domingos de visita, escondido de sua família. Quando I. saiu do presídio, ele lhe fez “mil e uma promessas”, alegando que nunca mais cometeria crimes e que mudaria, e Esmeralda acreditou mais uma vez. Logo I. foi preso novamente, desta vez, por tráfico de drogas.

Inicialmente a proposta dele e de sua advogada era para que a filha dele (de outro relacionamento) alegasse que era usuária de drogas e assumisse a droga apreendida, pois o processo não resultaria em condenação por tráfico de drogas. Inicialmente a filha aceitou, mas após algum tempo desistiu da proposta. A advogada entrou em contato com Esmeralda, alegando que a ficha dela era limpa e solicitando para que ela assumisse a droga, pois caso não o fizesse, o I. passaria por uma fase muito difícil, ficaria preso muitos anos e teria uma vida muito dura na prisão. Apesar de gostar muito do I., Esmeralda relata que neste período o relacionamento estava muito abusivo, com agressões físicas, psicológicas e patrimoniais, pois sempre que Esmeralda discordava dele, ele reagia agressivamente, quebrando seu celular, a proibindo de ir em sua mãe, e a seguindo pela rua.

Mesmo gostando de I, Esmeralda sabia que estava sendo vítima de violência contra a mulher, porém não vislumbrava um modo para romper aquele ciclo de violência. Descobriu onde estava a droga de I., e fez a denúncia para que ele fosse preso e assim ficasse livre. I. foi preso, mas logo desconfiou que Esmeralda havia feito a denúncia, e a partir de então começou a ameaçá-la, culminando na proposta para que assumisse a droga ou para que alegasse que implantou a droga por ciúmes para incriminá-lo.

Durante 15 dias, Esmeralda pensou sobre a proposta da advogada e do I. e por medo concluiu que deveria assumir o delito, com uma condição, que I. mesmo depois que saísse da prisão, não a procurasse mais e que a deixasse livre. Esmeralda optou por perder sua liberdade junto à justiça, para garantir sua liberdade livre da violência contra a mulher. Desde esta experiência, Esmeralda nunca mais foi a mesma, pois desde então, deixou de acreditar no ser humano.

Antes de conhecer o I., Esmeralda diz que era leiga na área jurídica e acreditava na vida, nas pessoas, no ser humano e reafirma que se pudesse voltar um capítulo de sua vida, voltaria o capítulo em que conheceu o I., ainda salienta conforme sua experiência, que aproximadamente 80% das mulheres que cometem delitos ou que são usuárias, foram influenciadas pelos seus maridos.

Em relação às representações sociais de gênero, Esmeralda se revela uma mulher empoderada quando consegue romper o ciclo de violência que estava submetida, quando adere às funções de autonomia para a tomada de suas decisões e assim consegue romper com a dominação do ex-convivente, quando ascende o melhor cargo e salário em seu trabalho, criando mecanismos para combater os problemas que a aflige por ser mulher e egressa do sistema prisional.

4.5 INSTRUMENTO DE COLETA E FORMA DE APLICAÇÃO

A Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011) foi utilizada para desnudar as representações sociais de gênero e os elementos que as constituem.

Trata-se de uma pesquisa de orientação qualitativa, de caráter explicativo, pois pretende compreender a constituição da história de vida das egressas e suas representações sociais sobre a construção de suas identidades de gênero. Insta salientar que as pesquisas qualitativas não possuem como foco a representatividade numérica, e sim, o aprofundamento da compreensão do grupo, neste caso, das mulheres egressas do sistema prisional.

Como instrumento para a coleta de dados, utilizou-se por seu caráter investigativo a técnica de entrevista individual com roteiros semiestruturado (com questões abertas), garantindo que as participantes apresentassem suas histórias de vida e os motivos de sua condição atual, pois assim mantêm-se as referências, sem cercear as verbalizações das entrevistadas.

As entrevistas foram planejadas, seguindo um roteiro com questões que nortearam os objetivos da pesquisa. Inicialmente a duração estava prevista para aproximadamente 20 minutos, porém no decorrer das entrevistas o envolvimento e a necessidade das entrevistadas de se expressarem fizeram com que a duração das entrevistas variasse de 50 minutos a até 2 horas.

Conforme Bardin (2011, p. 93) “O recurso à análise de conteúdo, para tirar partido de um material dito ‘qualitativo’, é indispensável: entrevista de inquérito [...] que fornecem um material verbal rico e complexo”. Para garantir a coleta de dados fidedigna, as entrevistas foram individuais e gravadas, sendo posteriormente transcritas na íntegra, conservando a forma original das falas, sem correções gramaticais ou quaisquer outras, para à posteriori serem analisadas, e ficarão guardadas em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora durante 05 anos e após este período serão descartadas.

A entrevista, conforme Bardin (2011), assemelha-se a uma “Encenação livre daquilo que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa” (p. 93), por isso a “análise de conteúdo de entrevistas é muito delicada. Este material verbal exige uma perícia muito mais dominada” (p. 94).

Ressalva-se que a coleta de dados, iniciou-se a partir de 29 de dezembro de 2015, somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

As entrevistas foram respaldadas por perguntas que contribuíram na identificação sócio-histórica e cultural das mulheres entrevistadas, as quais após análises constituíram as

categorias oriundas dos discursos. Alguns tópicos foram indexados ao roteiro de entrevista semiestruturado visando o objetivo do estudo. Foram inseridos dados de identificação, história de vida e o cotidiano, trabalho, sexualidade e afetividade, histórico do conflito com a Lei, bem como questões que busquem identificar as representações sociais de gênero das mulheres egressas do sistema prisional.

As entrevistas semiestruturadas, foram estabelecidas a partir do roteiro com seus eixos norteadores: I- Dados de identificação (idade, gênero, raça, renda familiar, escolaridade, estado civil, nacionalidade, naturalidade e número de filhos(as)); II- História de vida e cotidiano (compreender marcas da infância, juventude, cotidiano antes e depois do delito, aspectos familiares e condição de vida familiar atual); III- Vida e Trabalho (formação, vida profissional, condições de trabalho e remuneração); IV- Sexualidade e Afetividade (relacionamentos antes e após o delito, vida afetiva e sexual atual); V- Histórico do Conflito com a Lei (elementos da história da participante sobre os delitos cometidos, caracterização dos delitos cometidos, motivação para o delito, elementos da vida conjugal, transformações que ocorreram após a prisão e /ou durante o cumprimento de pena, condição de vida atual); e representações Sociais de Gênero (concepção de gênero masculino e feminino, representações sociais de gênero na prática ilícita, violências de gênero sofridas e a mulher no contexto do crime).

No capítulo a seguir, abordam-se sobre o trajeto histórico do sistema prisional, que legitimam as configurações atuais, sobre as diversas obras científicas que reproduzem o patriarcado nas escritas científicas que insistem em encarcerar, e ainda constam a organização e a análise dos dados da pesquisa.

5 SISTEMA PRISIONAL

O conceito de representação social, conforme Jodelet (1986) é a construção de uma realidade comum a um conjunto social, cujo conhecimento é elaborado e partilhado socialmente, sob uma visão prática. Sendo assim, compreender o Sistema Prisional atual, requer compreender que o social, nesta conjuntura, transforma um conhecimento em representação, bem como essa representação transforma o social.

Ainda que nesta pesquisa, não iremos abordar com enfoque teórico de Foucault, seria incongruente não citarmos pontualmente a obra “Vigiar e Punir” (2012) deste autor, que desenvolveu investigações sobre as estruturas das instituições penitenciárias e judiciárias na época moderna. O autor citado documentou sobre a evolução histórica da legislação penal, as técnicas e meios coercitivos utilizados pelo poder público para reprimir a criminalidade, salientando a cada época, suas leis penais.

Foi nesta obra, que detalhes sobre “o suplício” ganhou visibilidade, corpos nus queimados com chumbo derretido, puxados e desmembrados pela força de quatro cavalos, em plena praça pública para o glorioso “perdão publicamente diante da porta da igreja” (FOUCAULT, 2012, p. 9), o espetáculo dos “corpos condenados”.

Com ênfase na dita “humanização” da época, vê-se aos poucos o desaparecimento dos suplícios, como cita Foucault: “Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal” (2012, p.13).

Analisando os escritos sobre as instituições prisionais de Foucault (2012), bem como a teoria de Moscovici (2012), por meio da obra “Representações sociais: investigação em psicologia social”, é possível argumentar que tecer sobre o sistema prisional, é antes de tudo esclarecer que as prisões são um subproduto do contexto social que vivemos, e desde seu início no século XVIII, sua concepção se deu como mecanismo de controle para a reforma moral dos(as) ditos(as) “criminosos(as)”.

É salutar a referência à nomenclatura utilizada, com agudo viés reformista e religioso que associa o encarceramento à ideia de expiação das infrações (cela, penitenciária, reformatório, casa de correção, pena, etc.) que traz a conotação de penitência a ser cumprida, para chegar à sensação de “erro corrigido” e de “dívida paga”.

As prisões como são conhecidas hoje, sofreram diversas mutações e aprimoramentos em suas estruturas físicas e nas técnicas de segurança, vigilância e disciplina, caracterizando seu papel de “cumprimento de reprimenda/pena”.

Conhecer o trajeto histórico do sistema prisional permitirá compreender as configurações atuais que legitimam as prisões. Neste intento, a compreensão de tais mudanças

será possível a partir da citação feita pelo Conselho Federal de Psicologia (2012), quando versa sobre “A Psicologia nas Prisões do Brasil”, nas Referências Técnicas para a atuação das(os) psicólogas(os) no Sistema Prisional:

A atual realidade prisional brasileira e suas referências legais resultam de intensos debates e embates históricos ocorridos desde o Brasil Colônia, que foi penalmente regido pelo livro V das Ordenações Filipinas até a entrada no período imperial. Deu-se então a promulgação do Código Criminal do Império de 1830 e do Código de Processo Penal de 1832, reformado em 1841. Em 1890, chegou-se ao Código Criminal da República. Em 1940, é publicado o Código Penal vigente até os dias atuais, alterado parcialmente em 1984. Tais dispositivos legais definiram a criação das primeiras instituições penitenciárias brasileiras, no modelo das chamadas Casas de Correção, em diversos estados, tais como a Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro em 1850, de São Paulo em 1852 e de Porto Alegre em 1855. Diversos outros estabelecimentos prisionais e correcionais surgiram a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, estando até hoje extremamente fortalecidos como um sistema penal hegemônico em todo território nacional. (CFP, p. 41, 2012).

Nesse ínterim, o que mais surpreende é que apesar destes relatos terem se passado há dois séculos, ainda se vê características atuais do sistema ativas, ao constatar que as prisões não reformam e nem controlam; faz justamente o inverso, as prisões prestam o serviço de reproduzir em escala ampliada a dinâmica criminal, impondo-lhes o estigma de egressos(as) e agenciando os vínculos no cárcere, pois misturam desde seus primórdios pessoas que cometem crimes brandos e graves, mulheres e homens, doentes mentais, entre outras características de pessoas em instituições que envolvem a privação de liberdade.

Jovchelovitch (2008) facilita analisar os motivos desta réplica, quando discorre de forma adequada sobre o papel do status da representação, como sendo construções e reconstruções simbólicas do mundo:

[...] a partir de Piaget, Vygotsky e Moscovici, pode-se ver que o status da representação é, ao mesmo tempo, epistêmico, social e pessoal, e a análise dessas três dimensões pode explicar por que as representações não são uma cópia do mundo lá fora, mas uma construção simbólica dele. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 28)

As masmorras antecederam as prisões, e serviam para que o(a) acusado(a) aguardasse a execução da pena, e desde então se revelavam espaços violentos, insalubres, superlotados e que prestavam ao serviço de controlar os(as) excluídos(as). Esta seletividade procede das Ordenações Filipinas, que fixavam as penas conforme a procedência social dos(as) autores(as) e das vítimas.

Em virtude disso, Beccaria (2005) defendia a pena com o intuito de evitar a reincidência criminal, se posicionava contrário ao arbítrio da justiça penal, bem como

combatia a tortura e a pena de morte. Beccaria (2005) se destaca por defender a aplicabilidade das penas de forma correta, moderada e proporcionais ao dano causado à população, como se constata:

A quem disser que a pena aplicada ao nobre e ao plebeu não é realmente a mesma em virtude da diversidade da educação e da infâmia que se derrama sobre uma ilustre família, responderei que **não se medem as penas pela sensibilidade do réu, mas sim pelo dano público** tanto maior quanto é ocasionado pelo mais favorecido; [...] (BECCARIA, 2005, p. 83, grifo nosso).

Ferreira (2015, p. 165) para assim analisar, problematiza sobre a “desigualdade perante a lei”, com destaque para a compreensão dos “significados conferidos a conceitos e estatutos jurídicos dentro dos limites das épocas e lugares em que foram elaborados e utilizados cotidianamente pelos contemporâneos”.

Com base nas análises dos dispositivos legais do Livro V das Ordenações Filipinas, o autor buscou:

(...) realizar um estudo das ambivalências e simultaneidades de sentido presentes nas penas impostas a pessoas de diferentes qualidades ou condições que integraram o Estado Português entre os séculos XVII e XVIII, com especial enfoque nas punições previstas exclusivamente aos escravos, tidos simultaneamente como coisas e pessoas. (FERREIRA, 2015, p. 165)

Pode-se concluir assim, que as semelhanças no tratamento da execução penal atual têm raízes excludentes desde o século XVII.

O encarceramento precisa ser tratado como um produto social, que foi ao longo da história construído e reconstruído, com base no sistema normativo. Esse sistema visa regular os comportamentos sociais por meio de “princípios e regras”, para facilitar a adaptação ao ordenamento da sociedade brasileira e por consequência controlar assim os acontecimentos sociais.

Golffman (2010) versa sobre a função das instituições totais, que servem para separar pessoas por um tempo do convívio social mais amplo, enclausurando e administrando-as neste complexo:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOLFFMAN, 2010, p. 11).

Apesar de se manter detida as pessoas desde a Antiguidade, a concepção da pena de encarceramento surgiu recentemente na Idade Moderna, em meados do século XVII, com prisões inspiradas em instituições (conventos, hospitais, fábricas, etc), cujos modelos desde seu surgimento tivera o papel de punir, resguardar a sociedade e ajustar o “delinquente” (FOUCAULT, 2012).

Foucault (2012) sintetiza sobre a função da prisão. Afinal, essa instituição, desde o início do século XIX, traz como característica ser um sistema de “quartel”, onde disciplina o indivíduo no cumprimento das regras morais, educacionais e laborais estabelecidas pela instituição prisional, que antes de qualquer outra coisa, visa a punição e a readequação do indivíduo à sociedade, não pensando na reintegração social de forma qualitativa:

[...] Mas a obriedade da prisão se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho para transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social? A prisão: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente. (FOUCAULT, 2012, p. 261-262).

Conforme Foucault (2012, p. 262) apesar da prisão parecer ser uma forma de pena civilizada, por apresentar um duplo funcionamento “jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro” e com isso ter adquirido solidez:

[...] a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. (FOUCAULT, 2012, p. 262).

Sendo assim, Foucault (2012, p. 262) resume que “o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos”.

Golffman (2010) retoma que toda instituição tende ao “fechamento”, que consiste em priorizar qualquer contato ou relação social com o mundo, por isso é vê-se tanto que a estrutura física das unidades prisionais possuam muralhas, portas altas e cadeados:

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de ‘fechamento’. [...] Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão

incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado [...]. (GOLFFMAN, 2010, p. 16).

No site do Ministério da Justiça (MJ) do Governo Federal, é possível localizar a definição do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) (BRASIL, 2012), como sendo o órgão executivo que acompanha e supervisiona a aplicação da Lei de Execução Penal (LEP) (BRASIL, 1984) e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, providas, nomeadamente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP; atuando ainda como gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, que pode ser localizada na Lei Complementar n° 79/94 e regulamentada pelo Decreto n° 1.093/94 (BRASIL, 1994).

“Políticas Públicas para mulheres encarceradas”, foi o título da dissertação de Mestrado, de Mancuso (2009). O autor retoma sobre a ordem inquisitorial e o poder punitivo organizado inicialmente sob uma visão misógina e posteriormente, na modernidade, sobre o pacto político e a sociedade industrial que afastava as mulheres da vida pública, lhe negando o direito à palavra e ao próprio corpo. Sobre as novas formas de coerção, de normalizar e vigiar, dando espaço para um novo valor ao corpo (útil e dócil) e assim surge a expansão do modelo carcerário no mundo ocidental.

Mancuso (2009) salienta que na contemporaneidade, apesar dos discursos de Direito Penal máximo clamar por mais poder punitivo, o Direito Penal oxigenado e influenciado por outras áreas do saber e interdisciplinar, propõe ao saber penal a redução do poder punitivo (não a sua extinção) em direção ao estado democrático de direito e da redução do estado de polícia. O autor remete às questões de gênero, às teorias criminológicas feministas e o paradigma dos Direitos Humanos, que nos orientam à compreensão das tendências das mulheres (taxas elevadas de encarceramento, pequenos delitos de tráfico em decorrência da pobreza). E nos questiona: “Como as teorias de direitos humanos e feministas podem contribuir na construção de políticas públicas para mulheres encarceradas?”.

5.1 AS MULHERES E O SISTEMA PRISIONAL: VOZES QUE ECOAM NO SILÊNCIO

Nesta sessão do trabalho apresenta-se as vozes das mulheres egressas do sistema prisional que se apropriaram da oportunidade de verbalizar e materializar suas histórias, transbordadas de sentidos e significados, revelando-se assim a construção da identidade de gênero entrelaçadas às suas vivências nunca ouvidas, mas deveras sentidas.

Vê-se nos olhos das entrevistadas, a oportunidade de reler seus discursos e fazer deles instrumento de mudança. Oportuniza-se a construção de uma nova mulher, desta vez mais consciente de sua história e mais apropriada de seu papel social na sociedade.

Quantas vezes suas dores foram naturalizadas? Quantas vezes sua esperança pela mudança de seu príncipe encantado, foram julgadas? Quantas vezes não ter para onde ir, era de fato, o único lugar seguro para se estar, afinal a quem recorrer? Quantas outras mulheres, egressas ou não, do sistema prisional se calam diante da ameaça? Quantas mulheres ousaram romper o silêncio, denunciar “o amor” e mesmo depois de tanta dor, continuar amando?

A seguir, é possível constatar alguns teóricos renomados que eternizaram em suas escritas científicas, o aviltamento deliberado dos direitos humanos, dos quais inclui-se as mulheres, pois ainda hoje suas bibliografias constam nas grades curriculares de universidades. Desta forma, é mister problematizar as referências bibliográficas que aviltam os direitos das mulheres e reafirmar o compromisso social de escrever sobre as mulheres em conflito com a Lei, garantindo-lhes dignidade.

5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E A ESCRITA CIENTÍFICA QUE ENCARCERA⁵

Faz-se necessário resgatar e discutir sobre as Representações Sociais de Gênero (RSG) de mulheres em conflito com a Lei, constituídas coletivamente, por intermédio de obras científicas que resistem no meio acadêmico, desde o século XIX, e que encarceram além das grades, encarceram a alma e o direito de existir da mulher.

Cesare Lombroso (1835 – 1909), foi um destes representantes, o autor era médico, idealizou e fundou a Escola de Antropologia Criminal italiana, lançou diversas obras, com destaque para o livro *O Homem Delinquente*, de 1876 (CFP, 2012).

Faria (2010) compilou a classificação estudada por Lombroso (1991), que estigmatizava as mulheres apenas pelo fato delas serem mulheres:

Lombroso em seu livro *The Female Offender* classificou a mulher criminosa em: criminosas natas, criminosas ocasionais, ofensoras histéricas, criminosas de paixão, suicidas, mulheres criminosas lunáticas, epiléticas e moralmente insanas. Pesquisas foram feitas com mulheres presas na Itália e foram identificados sinais específicos que variavam a depender do crime cometido. (...) Lombroso mediu os crânios, estudou características faciais, os cérebros de mulheres consideradas criminosas e chegou a algumas características, dentre as quais: assimetria craniana e facial,

⁵ Fragmentos deste texto foi apresentado, como comunicação oral no XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social: psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil, 2015. Disponível no Anais e Resumos do XVIII Encontro Nacional da ABRAPSO, p. 515, ISSN 2447-9284.

mandíbula acentuada, estrabismo, dentes irregulares, clitóris, pequenos e grandes lábios vaginais grandes, além da sexualidade exacerbada e dotada de perversão, caracterizadas normalmente pela prática da masturbação e do lesbianismo. (LOMBROSO, 1991 apud FARIA, 2010, p. 6072).

Faria (2010, p. 6072), cita Lombroso (1991), “se a mulher tivesse 04 ou mais dessas características seria o que ele chamava de tipo completo, o tipo intermediário possuiria ao menos 03 dessas características e uma mulher comum teria no máximo duas dessas anomalias.” (LOMBROSO, 1991 apud FARIA, 2010, p. 6072).

[...] Ainda segundo Lombroso [...] a mulher criminoso tem a aparência normal, diferente do homem criminoso, por isso a maior dificuldade em identificá-la. Outro tipo de criminoso [...] seria aquela com características físicas e comportamentais masculinas. Ela seria perigosa então pela sua semelhança com o homem ou seja por ter rompido com o padrão de comportamento tradicional feminino. (LOMBROSO, 1991 apud FARIA, 2010, p. 6072).

Como se vê, no âmbito da literatura internacional, no final do século XIX, as teorias que se baseavam no determinismo biológico para caracterizarem o perfil de criminosos(as) e assim explicar a sociedade, teve como expoente Lombroso e Ferrero, que evidentemente privilegiavam o criminoso em detrimento da criminoso, quando discorria sobre a “essência” masculina e feminina. A “essência” feminina era assim considerada, quando apresentava características de passividade, o que afastaria as mulheres do cometimento de crimes violentos, bem como condenava como “anormais” as mulheres cujo organismo era mais masculinizado, pois fugiam à feminilidade esperada das mulheres “normais”. (Ratton, Galvão, e Andrade, 2004).

Soares e Ilgenfritz (2002) destacam teóricos, em sua maioria seguidores de Lombroso e Ferrero, que acreditam que o pequeno índice da criminalidade feminina está relacionado com os principais traços da personalidade feminina.

No Brasil sob este mesmo viés, encontra-se o teórico, professor, penitenciário, presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, e autor de diversas obras sobre o sistema prisional, José Gabriel de Lemos Brito, do século XX, que discorreu sobre os “crimes femininos” e a “questão sexual nas prisões”, referindo-se sempre à mulher como possuidora de uma “natureza” tradicionalmente apta para desenvolver seu papel submisso junto à família e à sociedade (SOARES E ILGENFRITZ, 2002). Nota-se hoje, que escritas científicas que sedimentam e perpetuam as desigualdades de gênero transitam de forma renomada no meio acadêmico e na pior das constatações, ainda possuem adeptos(as).

Utiliza-se o termo gênero como uma categoria para se analisar e investigar a construção social do feminino e do masculino, que se relacionam com certas regras, normas e papéis coletivos. As justificativas para a natureza das infrações cometidas por mulheres permeavam o âmbito de ordem psicológica, biológica e sociológica para explicar “cientificamente” a sub-representação de mulheres presas e a caracterização de delitos “típicos femininos”, como abordam Soares e Ilgenfritz (2002, p. 64).

As explicações para crimes como infanticídio, aborto, abandono de incapaz, agressividade e instabilidade estavam intrinsecamente relacionados às mudanças hormonais (puberdade, menopausa, puerpério, etc). No que tange à frequência de mulheres raramente cometerem delitos sozinhas, neste período relacionava-os a atributos tipicamente femininos, com um ideário de mulher sempre frágil, dócil, meiga, submissa e dependente; além de receber o estigma de sedutora, para seduzir seu cúmplice a delinquir. Lombroso e Ferrero, foram assíduos no discurso de que as mulheres estavam descartadas do crime porque eram menos inteligentes, com pouca criatividade e muito conservadorismo, além de serem mais passivas e submissas (SOARES E ILGENFRITZ, 2002).

Uma reflexão crítica sobre a violência de gênero estampada nestas escritas científicas tem relação clara com o proposto neste estudo, pois compreende-se que cada conhecimento constituído na história, está vinculado há um momento histórico e às necessidades específicas daquela época, daquele(a) pesquisador(a). Mas é imprescindível (re)pensar sobre o fato de que em pleno século XXI, a criminalidade feminina é um tema tão negligenciado e pouco discutido no campo das práticas e saberes da Psicologia Social. As mulheres continuam sub-representadas e com poucas teorias consistentes que visem a explicar a criminalidade feminina.

Na esfera pública, as RS de Gênero dos séculos XIX e XX avançaram, pois o direito ao voto foi adquirido, foi reeleita com voto direto e democrático uma Presidenta da República no Brasil, porém ainda é preciso avançar para que a mulher viva com equidade em relação ao homem, e não diferenciadas socialmente, haja vista esta mesma presidenta ter sido destituída do cargo, resultante de impeachment. Conforme Ilíada (2013, p. 11-12) “não obstante a melhoria da vida e da condição da mulher neste país [...] Os comportamentos machistas e sexistas persistiam arraigados em uma sociedade erguida sob signos patriarcais [...] há muito ainda por ser feito, nos mais diversos âmbitos”.

O conceito de gênero se constitui quando diferenciamos socialmente homens e mulheres, dando significado às relações de poder, remetendo às atribuições de características fundadas pelo sexo biológico, que se manifestam em diversos contextos (cultura, linguagem,

representações sociais), sendo enredado pelas questões políticas e de relações de poder. O conceito de gênero precisa ser compreendido no espaço das relações sociais, fruto das construções históricas e sociais, priorizando seu caráter cultural e sócio-histórico. (SCOTT, 1990, p. 5-22).

A Teoria das Representações Sociais (TRS), sistematizada por Moscovici (2002) pode contribuir para a formulação de novas RS de gênero, para todas as mulheres, inclusive para as mulheres em conflito com a Lei. Todavia, isto é possível, pois as Representações Sociais são conjuntos de práticas e saberes, que coloca em pauta o conhecimento popular, o pensar e agir do cotidiano, o senso comum. Como define Moscovici, senso comum é “a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar” (MOSCOVICI, 2002, p. 48).

Apesar das Representações Sociais serem ativadas na vida social, com elementos construtores de saberes que remetem à realidade, o conhecimento científico pode também influenciá-la. Se o conhecimento científico influencia a vida social, ratifica-se a responsabilidade social que a Psicologia e suas interfaces, devem possuir ao escrever cientificamente sobre a criminalidade feminina, com compromisso irrestrito à defesa dos princípios e valores que embasam os direitos humanos; e ainda se posicionar em desfavor às escritas científicas que aviltam quaisquer direitos humanos. Ousa-se suscitar esta discussão por acreditar que este posicionamento seja um dos desafios atuais ético-políticos que a Psicologia Social precisa fomentar.

Em seguida, apresenta-se a organização e análise das entrevistas, as quais foram transcritas na íntegra, respeitando o estilo coloquial das falas, com a preservação dos vícios de linguagem, para afiançar sua veracidade.

5.3 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta sessão, apresentam-se os procedimentos utilizados para organizar as dados recolhidos e sua posterior análise.

Para a organização e análise dos dados, foi preciso escutar completamente as gravações, transcrever cuidadosamente as entrevistas, efetuar a leitura das transcrições inicialmente de forma ampla, com foco nos elementos significativos que permitam compreender os aspectos principais das histórias de vida destas mulheres, suas concepções de gênero e a motivação que as levaram a delinquir. Em seguida, ordenaram-se as informações agrupando-as em categorias temáticas, oriundas dos discursos das entrevistadas e, por fim, foi possível dar destaque às representações sociais de gênero das entrevistadas.

Para a organização e análise dos dados coletados, utilizou-se as técnicas descritas por Bardin (2011), em sua proposta de Análise de Conteúdo, que se constitui num conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos, que visam:

[...] obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, P. 48)

Conforme Bardin (2011) a Análise de Conteúdo é um meio viável para organizar as comunicações escritas, orais e as não-verbais, no decorrer da entrevista. A autora destaca três fases para a organização dos dados: 1- Pré-análise (organização e sistematização das ideias, leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses, referenciação e elaboração de indicadores), 2- Análise descritiva (exploração do material, codificação, classificação, categorização) e a 3- Análise referencial (tratamento dos resultados, inferência e interpretação).

Bardin (2011) afirma ainda que a análise de conteúdo, sob a abordagem qualitativa leva-se em consideração a presença e/ou ausência de uma característica, permitindo assim o acesso aos significados presentes na mensagem, por meio dos processos de inferência ou dedução.

A autora é uma referência na análise de conteúdo, porque Bardin (2011) apresenta a técnica de forma desembaraçada ao(à) pesquisador(a), quando cita que “O objeto da análise de conteúdo é a fala, isto é, o aspecto individual e atual (em ato) da linguagem” (p. 49). Faz uma analogia da técnica com um jogo de xadrez, atribuindo à análise de conteúdo o papel de tentar “compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis” (p. 49).

Pretende-se com a organização destas análises, evidenciar as representações das entrevistadas sobre a questão de gênero, sistema prisional, sociedade e mundo; e assim articular o objeto de conhecimento com o sujeito, verificando, desse modo, se as representações sociais de gênero influenciaram (ou não) seus delitos.

Em seguida, será possível verificar as frequências com que os temas apareceram nos discursos e como se constituíram os eixos temáticos.

5.4 FREQUÊNCIA DE TEMAS

Apresenta-se o cenário com a frequência de temas localizados nos discursos das entrevistadas. Os eixos temáticos foram organizados mediante as marcas dos discursos, as quais constituíram as representações sociais das mulheres egressas do sistema prisional.

5.5 MARCAS DOS DISCURSOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

As marcas discursivas são as informações retiradas das falas das mulheres egressas que foram entrevistadas. Ao identificar estas marcas é possível dar visibilidade aos fragmentos mais importantes, impregnados de sentido e ressaltados durante a entrevista (LOPES, 2009).

É pertinente citar que este estudo visa identificar os elementos que compõem a representação social das egressas do sistema prisional, levando em consideração que essas representações estão intrinsecamente fundamentadas em suas histórias de vida, carregadas de memórias coletivas.

Logo, é possível apresentar as categorias construídas com base nas marcas discursivas das entrevistadas, mediante os eixos temáticos, que são declaradamente os núcleos centrais da discussão:

- Eixo Temático: Afetividade;
 - Categoria: Relações Afetivas;
 - Categoria: Violência Doméstica;
 - Categoria: A Desilusão;

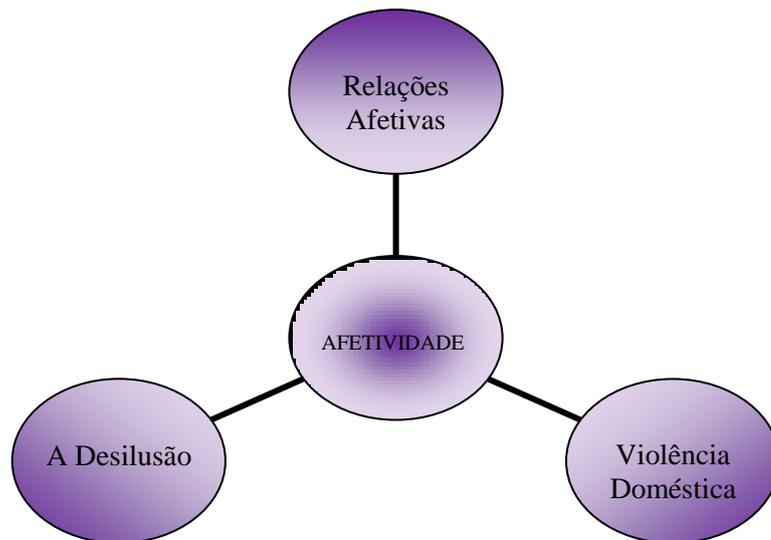
- Eixo Temático: Conflito com a Lei;
 - Categoria: O Trabalho;
 - Categoria: A Influência;
 - Categoria: A Prisão;
 - Categoria: As Consequências;

- Eixo Temático: Estrutura do Patriarcado;
 - Categoria: Na Vida;
 - Categoria: No Crime.

No subitem apresentam-se as marcas dos discursos, organizadas em quadros para melhor compreensão das categorias temáticas.

5.6 EIXO TEMÁTICO: AFETIVIDADE

Figura 1 – Eixo Temático: Afetividade



Fonte: A Autora, 2016

No eixo afetividade emergem relatos valiosos para este estudo, os temas mais frequentemente apresentados referem-se às relações afetivas, violência doméstica e à desilusão. Conforme Spink (2013, p. 98) as representações sociais “são também uma expressão da realidade intraindividual; uma exteriorização do afeto. São nesse sentido, estruturas estruturantes que revelam o poder de criação e de transformação da realidade social”.

5.6.1.1 Categoria: Relações Afetivas

Nesta categoria encontram-se fragmentos que retratam as relações afetivas das egressas, principalmente quando se relaciona ao distanciamento da família e dos(as) amigos(as) proveniente da proximidade da entrevistada com o mundo do crime. Veja que o termo relações afetivas está arrolado de forma ampla (extensão e generalidade) à esfera das

emoções, para assim, designar todo estado, função ou condição de caráter genericamente emotivo (ABBAGNANO, 2007, p. 20). Segue o quadro 3:

Quadro 3 – Categoria: Relações afetivas

MARCAS DO DISCURSO	
Pai – namorado – família – distanciei – carinho – cadeia – mãe – irmão – tio – mudou – vergonha – decepção - iludindo – envolvida – ajudar – isola – Deus	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	<p>“[...] Porque quando eu conheci ele, na época ele era albergado, ele cumpria albergue. Eu tinha medo de contar pro meu <u>pai</u> que eu tinha um <u>namorado</u> albergado, e meu <u>pai</u> fazer algo ou alguma coisa pra atrapalhar, porque eu <u>gostava</u> muito dele na época. Foi onde a gente namorou três meses. Depois desses três meses foi onde meu pai descobriu, num gostou, não aceitou, não queria de jeito nenhum, e eu decidi ir morar com ele. Fui morar com ele, minha <u>família</u> nunca gostou dele, foi onde eu <u>me distanciei</u> da minha <u>família</u>. Não que eu tenha passado a não gostar mais da minha <u>família</u>, só <u>me afastei</u>. Porque na época como eu falei, eu <u>gostava</u> muito dele, então eu preferi ficar <u>ao lado dele</u> e <u>distanciei</u> um pouco da <u>família</u> e só morava <u>eu e ele</u>. [...] Sim, foi por vontade minha. Por meu <u>pai</u> não aceitar <u>nós dois juntos</u>, então eu <u>me afastei</u> um pouco da <u>família</u>, né?”</p> <p>“Ele preso, era uma <u>maravilha</u>, a gente <u>não brigava</u>. [...] Muito diferente, totalmente diferente! [...] Ele preso era muito <u>carinhoso</u>, ele era <u>atencioso</u> demais, <u>nunca brigou</u> comigo, sempre me deu muito <u>carinho</u>, muita <u>atenção</u>, a gente <u>não brigava</u> de jeito nenhum. A partir do momento que <u>ele saiu</u>, ele <u>se transformou</u>, ele <u>mudou completamente</u>, ele não era mais o homem que eu conheci de jeito nenhum. Algumas vezes, acho que quando ele se esforçava, ele voltava ao que ele era [...]”</p> <p>“Eu já não tinha muita paciência também, parece que o <u>amor</u>, o <u>carinho</u> já não era mais o mesmo, não sei se é pelas <u>brigas</u>, pelas <u>discussão</u>. então tudo vai <u>mudando</u>, né? Ele <u>mudou</u> e eu mudei [...] ele chegava em casa muito <u>estressado</u>, <u>nervoso</u> e qualquer coisinha já era motivo pra <u>briga</u> e eu também já não estava aguentando mais aquilo. Então foi onde começou tudo, ele falava de um lado e eu falava do outro, então aí foi onde <u>desandou tudo</u>.”</p> <p>“Eu queria falar assim, pra que as <u>mulheres</u> que tão aqui na rua, livre, desimpedida, que tem a sua vida normal, certinha, bonitinha, pra <u>nunca se envolver com homens presidiários</u>, <u>homens</u> que tá lá dentro. E <u>nunca</u>, <u>nunca</u> pensar nisso. Se já está preso, tudo bem. Mas se elas tá aqui, sossegadinha, pra <u>nunca se envolver</u> com <u>homem</u> que tá dentro de cadeia, porque eles <u>não muda</u>, eles fala que vai mudar e <u>não muda</u> de jeito nenhum! Eu falo por experiência própria, por já ter vivido isso, vida de cadeia, vida de visita, de tudo, de tá no meio do crime, por tá presa também! Então, experiência com isso eu tenho, foi cinco anos perdido, cinco anos que eu perdi na minha vida, não foi tão perdido porque eu tive <u>três filhos</u> lindos, saudáveis, graças à Deus. Quero falar isso pra elas, pra <u>nunca se envolver</u> com quem tá preso, se elas tão aqui sossegadinha, não vai caçar problemas com homem que tá lá dentro de cadeia, porque eles <u>nunca muda</u>, de jeito nenhum. É isso.”</p>
Ágata	<p>“<u>Mudou, mudou. Mudou tudo</u>. Porque eu era a princesinha [...] Porque como eu nunca fiz coisa errada. Como eu sempre passei de série, como eu sempre gostei de trabalhar, eu sempre gostei de ajudar os outros. Eu era a princesinha, num tinha uma data que eu num ganhava um presente, que eu num era lembrada [...] Mas, depois <u>só sobrou</u> [...] minha <u>mãe</u>, meu <u>irmão</u>, e tem <u>um tio</u> [...] que conversa comigo, mas conversa por alto. [...] Mas, tem a maioria da minha <u>família</u> que <u>afastou</u>, <u>desalojou</u>. [...] Eles <u>afastaram</u> porque a <u>minha casa</u> era assim, <u>lotada de gente</u>. Não tinha um sábado e um domingo que num parava um carro na porta da <u>minha casa</u> e me chamava pra sair. [...] <u>Num tem mais. Não tem mais. Mudou</u>”.</p> <p>“Então assim, a parte da minha <u>família</u> por parte de <u>pai</u> eu tenho meu <u>tio</u>, meus <u>tios</u> que eu falo bênça, mas num passa de bênça também. <u>Num tem</u> essa história de <u>convivência</u>, então pra mim não tem como eu te falar isso”.</p> <p>“[...] quando eu <u>conheci o J.</u>, que eu <u>vi o J.</u> a primeira vez pra mim aquilo lá num ía dar rock, num ía dar nada. Só que depois que eu comecei a conversar com ele, que eu fui vendo o <u>jeitinho</u> dele,</p>

	<p>que ele não é aquilo que os outros fala, porque quando eu <u>conheci</u> o J., que eu falei quem era o J., o povo falava pra mim que ele era um bicho de 7 cabeças. Que ele era um demônio, num sei quê, que era bandido e num sei quê, que era gente ruim e num sei quê, porcaria mesmo. E eu fui conhecendo o <u>jeitinho</u> dele, ele foi apresentando pra mim uma pessoa <u>doce</u>, porque ele tem um filho. O filho dele é <u>apaixonado</u> nele assim, sem dó, e ele é <u>apaixonado</u> em criança. Eu fui <u>conhecendo</u> o J., e o J. é <u>carinhoso</u>, ele sabe conversar, num tem aquela besteira de dizer ‘e aí mano, num sei quê, num sei quê’, ‘pô véi’ ele num fica conversando comigo com gíria, ele vai <u>conversando devagarzinho</u>, até hoje tem isso. Eu fui começando a <u>gostar</u> daquilo, do jeito que ele tava <u>me tratando</u>, do jeito que ele tava, como é que a gente fala, que ele tava <u>me envolvendo</u>. Eu fui <u>gostando</u> daquilo, eu fui deixando <u>me envolver</u> e foi que deu no que deu, nós resolvemos <u>ficar junto</u> aí eu <u>conversei</u> com ele, <u>falei</u> e fiz o papel de <u>convivente</u> e ele assinou no dia mesmo que eu vim aqui. No outro dia eu já arrumei as <u>testemunha</u>, já assinei e já comecei a <u>visitar</u> ele. Aí na hora que eu cheguei lá, que eu conversei com ele [...] Aí ele olhou pra mim, me abriu aquele sorriso <u>eu derreti</u>. Nossa Senhora. Aí como diz o outro, deu <u>borboleta no estômago</u> assim, chegava pulava e saltitava [...] Aí foi indo, como diz o outro, <u>rolou a química</u> e tamo aí né? Fez, dia 11 agora, fez <u>um ano</u> que nós tá <u>junto</u>.”</p> <p>“Porque depois que eu fui presa que <u>pesou pra ele</u>. Entendeu? Pra ele, eu tando aqui fora, <u>comprando</u> as coisas pra ele, <u>buscando</u> os trem pra ele, <u>buscando</u> não, porque eu <u>busquei</u> uma vez só. Pra ele tava tudo certo. Só que depois que eu fui presa, que as coisas pra ele <u>pesou</u>. E quando eu sai, minha <u>mãe</u> num queria deixar eu receber <u>carta dele</u>”.</p>
Jade	<p>“Tinha a minha <u>mãe</u>, só que a minha <u>mãe</u> mora fora [...] Antes eu nem contei pra minha <u>mãe</u>, nem pro meu <u>pai</u> de tanta <u>vergonha</u>. E eu fiquei lá dentro, presa, fiquei, fiquei até que um dia a minha <u>mãe</u> ligava, ligava e falava: ‘Eu quero falar com a sua <u>mãe</u>, eu quero falar com a sua <u>mãe</u>’ e aí <u>minha menina</u> falava: ‘<u>Vó</u>, num tem jeito, <u>vó</u> a <u>mãe</u> saiu’, sempre assim naquela <u>mentira</u>, né? Pra ela num descobrir. Aí um dia eu falei pra minha <u>filha</u> contar a verdade pra <u>mãe</u>. Ela contou, e falou assim: ‘<u>Vó</u> se eu <u>contar a verdade</u>, a senhora vai <u>ajudar</u> a minha <u>mãe</u>?’, ela falou assim: ‘Eu vou’. Aí contou pra ela, foi quando <u>ela veio</u>. O dia que <u>ela veio</u>, eu fui solta. Você acredita? [...] E eu morrendo de <u>medo</u> de contar pra ela, tipo assim, de <u>vergonha</u>, eu nunca passei <u>vergonha</u> na minha <u>mãe</u> e no meu <u>pai</u>”.</p> <p>“Como diz os outros ‘num vale nada, não me deu futuro’. [...] Por que ele ía ficar na minha cabeça, até eu ir, porque a gente é cabeça fraca demais! [...] Eu num sei se é porque eu <u>gostava dele</u> demais [...] eu num ganhei nada com isso, só <u>cadeia</u>, <u>decepção</u> e <u>vergonha</u>, só, só, só”.</p> <p>“[...] ele ficou <u>iludindo</u> a minha cabeça, sabe? <u>Iludindo</u> pra mim poder fazer as coisas errada [...] é <u>ele</u> na minha cabeça, na minha cabeça, foi até que um dia eu <u>caí envolvida</u>. [...] eu estava <u>morando com ele</u> já [...] Mas antes dele fazer isso eu não sabia que ele tinha coisa errada pra trás, eu não sabia que <u>ele mexia</u> com coisa errada, que <u>ele roubava</u>. <u>Ele</u> parecia ser uma <u>pessoa boa</u>, uma <u>pessoa ótima</u>, sabe? E eu <u>envolvi com ele</u>. [...] Depois <u>ele veio preso</u>, [...] Fui <u>visitar ele</u> e foi onde que eu <u>caí na dele</u> e foi <u>me iludindo</u> a cabeça”.</p>
Esmeralda	<p>“[...] o <u>vínculo</u> com a minha <u>família</u> é <u>péssimo</u>, mas eu não era assim. Eu era, eu era <u>amável</u>, era <u>carinhosa</u> com minha <u>família</u>, <u>preocupava</u> com eles, assim, eu tinha eles, pra você ter noção, já tem <u>01 ano</u> que eu <u>não frequento</u> a casa da minha <u>mãe</u>, que eu <u>não vou</u> na casa da minha <u>mãe</u>. Isso me deixa <u>triste</u>, <u>muito triste</u> mesmo, de ver como uma pessoa pode ter me <u>mudado</u> tanto. Não sei se é a pessoa, se são as <u>situações</u> que foram acontecendo. É, hoje eu passo <u>05 meses sem falar</u> com um <u>irmão</u> meu, eu passo <u>30 dias sem ligar</u> pra minha <u>mãe</u>. Eu penso muito, sabe? Em ter que trabalhar, ajudar a minha <u>mãe</u>, que eu sei que ela precisa da <u>minha ajuda</u>, <u>ajudar</u> os <u>meus filhos</u> e <u>me ajudar</u> só. Sabe quando tanta coisa já aconteceu de <u>tão ruim</u>, que você já não consegue mais <u>sentir a falta</u> das <u>pessoas</u>, você <u>se isola</u>, você <u>se fecha</u> no <u>seu mundo</u>. É melhor você viver, tipo assim, é melhor viver o <u>meu mundo</u>, do que eu tentar viver o <u>mundo</u> das pessoas, porque o <u>mundo</u> das pessoas pode ser <u>pior</u> do que o meu, eu não comparo a <u>minha vida</u> com a <u>vida</u> de ninguém, eu acho isso um tremendo erro.”</p> <p>“Isso, com a minha <u>família</u> foi bem <u>ruim</u> mesmo, minha <u>convivência</u> com eles é <u>bem difícil</u>. Minha <u>mãe</u> mesmo, ela sabe que eu tô cumprindo essa pena, que eu tenho esse processo, fazem uns 45 dias, deve fazer. [...] Recente. Aham, e às vezes eu <u>me sinto diminuída</u> perto dos meus <u>irmãos</u> também, porque eles tem a vida deles [...] todos eles tem carro de luxo, <u>todos eles</u> tem um</p>

	<p>bom emprego [...] é casada, tem a <u>família</u> dela. [...] tem a casa deles, sabe? Tem a vida deles, eles fizeram uma <u>família, só eu que não</u>. Então, às vezes quando eu olho assim, pra eles eu <u>me sinto inferior</u> às vezes.”</p> <p>“Porque na verdade eu <u>sou convivente</u> (oficialmente) há uma pessoa, mas eu <u>num moro</u> com ela faz <u>muitos anos</u>, já tem um bom tempo. [...] Estou como <u>convivente</u>, mas <u>não convivo</u> mais com essa pessoa. [...] Já tem mais de <u>quatro anos</u>.”</p> <p>“[...] eu pensava: ‘meu <u>Deus</u> [...] eu sentia muita <u>falta</u> de um <u>amigo</u> ou de uma <u>amiga</u> que eu pudesse <u>confiar</u>’. Então, eu pensava: ‘como que eu vou ter um <u>amigo</u>, se eu <u>não consigo confiar</u> em ninguém?’ Mas, <u>Deus</u> coloca as <u>pessoas certas</u>, na hora certa na <u>vida</u> da gente, sabia?”</p> <p>“[...] eu <u>me fechei muito, muito</u>. A minha <u>família</u> fala, meus <u>amigos</u> fala, as pessoas que <u>convivem</u> comigo no meu dia-a-dia fala pra mim, pessoas que nem sabem do meu problema, que nem sabem o que aconteceu.”</p> <p>“Eu acho que, por exemplo, assim, tem pessoas que falam assim: ‘eu <u>não</u> me deixo <u>influenciar</u> por nada’. Eu <u>não acredito</u> muito nisso, quando alguém me fala isso eu <u>não acredito</u>, porque, porque tudo depende do momento, do local e das pessoas, porque por exemplo, assim, se chega algum <u>estranho</u> e me fala algo, pode ser que eu <u>não me influencie</u>, porque eu <u>não conheço</u> aquela pessoa. Mas, se chega alguém que é do seu <u>convívio</u>, que tá <u>do seu lado</u> todo dia, que <u>você gosta</u> daquela pessoa, e ela te fala alguma coisa, você começa se <u>influenciar</u> um pouco sim, eu acredito muito nisso, e eu acho que eu fui <u>muito influenciada</u> nessas coisas. [...] Por ele e pela advogada que sabia que eu não deveria ter feito isso e fez, entendeu? É por essas duas pessoas, acho que eu <u>me influenciei demais</u>”.</p>
--	--

Fonte: A autora, 2016

O psicólogo russo Vigotsky (1998), explica a Psicologia histórico-cultural, que por meio das experiências sociais e das relações sujeito-objeto, que são os elementos constitutivos dos processos afetivos e cognitivos, são as bases da formação humana. Assim, observa-se que este distanciamento familiar se dá algumas vezes por parte dos familiares e amigos, como relata Ágata (2016):

Mas, depois só sobrou [...] minha mãe, meu irmão, e tem um tio [...] que conversa comigo, mas conversa por alto. [...] Mas, tem a maioria da minha família que afastou, desalojou. [...] Eles afastaram porque a minha casa era assim, lotada de gente. Não tinha um sábado e um domingo que num parava um carro na porta da minha casa e me chamava pra sair. [...] Num tem mais. Não tem mais. Mudou. (AGATA, 2016).

Sawaia (1999) afirma que a afetividade dá cor, luz e energia para as experiências cotidianas, dando a tonalidade e a cor emocional que fixa na existência do indivíduo, compreendendo assim as emoções e os sentimentos. A autora cita que as emoções também podem ser identificadas como reações afetivas agudas e momentâneas, podendo ser desencadeadas por estímulos que tendem a interromper o processo normal do comportamento.

Bem como, ocorre por parte das próprias egressas, haja vista que os signos e instrumentos (mediadores sociais) dão subsídios à formação da atividade e da consciência,

num procedimento que legitima as origens históricas e sociais das funções afetivas; conforme relata Opala (2016):

Fui morar com ele, minha família nunca gostou dele, foi onde eu me distanciei da minha família. Não que eu tenha passado a não gostar mais da minha família, só me afastei. Porque na época como eu falei, eu gostava muito dele, então eu preferi ficar ao lado dele e distanciei um pouco da família e só morava eu e ele. [...] Sim, foi por vontade minha. Por meu pai não aceitar nós dois juntos, então eu me afastei um pouco da família, né? (*sic*) (OPALA, 2016).

Vigotsky afirma que "nós nos tornamos nós mesmos através dos outros" (VIGOTSKY, 1998, p. 56). As relações sociais estão na origem de todas as funções individuais, fruto da vida coletiva e dos acontecimentos diários, sendo assim as entrevistadas relatam sentimentos de menos-valia, medo e vergonha por estarem em conflito com a Lei, conforme Jade (2016) "Antes eu nem contei pra minha mãe, nem pro meu pai de tanta vergonha. [...] E eu morrendo de medo de contar pra ela, tipo assim, de vergonha, eu nunca passei vergonha na minha mãe e no meu pai." e Esmeralda (2016) relata:

[...] às vezes eu me sinto diminuída perto dos meus irmãos também, porque eles tem a vida deles [...] todos eles tem carro de luxo, todos eles tem um bom emprego [...] é casada, tem a família dela. [...] tem a casa deles, sabe? Tem a vida deles, eles fizeram uma família, só eu que não. Então, às vezes quando eu olho assim, pra eles eu me sinto inferior às vezes. (ESMERALDA, 2016).

Vigotsky (2001) defende que as emoções influenciam o comportamento, por ser a reação reflexa de certos estímulos mediados pelo meio social, ou seja, quando as palavras são ditas com sentimentos elas agem sobre a pessoa diferentemente de quando isto não ocorre. As egressas também relatam sobre seus relacionamentos afetivos abusivos, onde seus conviventes e ex-conviventes utilizam-se dos vínculos afetivos com elas, para se beneficiarem.

Ele preso, era uma maravilha, a gente não brigava. [...] Muito diferente, totalmente diferente! [...] Ele preso era muito carinhoso, ele era atencioso demais, nunca brigou comigo, sempre me deu muito carinho, muita atenção, a gente não brigava de jeito nenhum. A partir do momento que ele saiu, ele se transformou, ele mudou completamente, ele não era mais o homem que eu conheci de jeito nenhum. (OPALA, 2016).

Porque depois que eu fui presa que pesou pra ele. Entendeu? Pra ele, eu tando aqui fora, comprando as coisas pra ele, buscando os trem pra ele, buscando não, porque eu busquei uma vez só. Pra ele tava tudo certo. Só que depois que eu fui presa, que as coisas pra ele pesou. E quando eu sai, minha mãe num queria deixar eu receber carta dele. (ÁGATA, 2016).

Gomes (2013) discorre sobre esta conjuntura, explicando os impactos e a participação do afeto na vida psíquica das pessoas:

Assim, atividade e consciência mantêm entre si uma relação dinâmica e de dependência recíproca, por meio da qual a consciência cumpre a função reguladora da atividade, e nesse processo o afeto participa como a base do registro subjetivo, como um efeito que as influências externas exercem sobre a vida psíquica do sujeito. (GOMES, 2013, p. 513).

Como afirma Vigotsky “o afeto é o alfa e o ômega, o primeiro e o último elo, o prólogo e o epílogo de todo o desenvolvimento psíquico” (VIGOTSKY, 1996, p. 299, tradução nossa), o que explica esta categoria de análise, pois nos relatos evidenciam-se a presença constante das mães das egressas, as mudanças significativas no relacionamento com a família e os amigos, a discrepância no convívio com seus (ex) conviventes ora por meio do carinho, atenção e amor e ora por meio de brigas e discussões; o zelo ao alertar outras mulheres para não se envolverem com homens presidiários com fulcro nas experiências dolorosas vivenciadas.

Segundo Vigotsky (1996) os processos afetivos conectam-se a outras funções psicológicas e ao desenvolvimento da consciência como um todo. Para se entender a dinâmica desse processo, são imprescindíveis as experiências culturais e as interações sociais do indivíduo, a começar pelo lugar social que se ocupa nas suas relações desde a infância. Afinal, as emoções passam por mudanças qualitativas no decorrer do desenvolvimento infantil, oriundo do maior domínio gradativo dos instrumentos culturais, como por exemplo a linguagem, resultando num maior domínio de si e de sua conduta.

Lane (1995, p, 62) fundamenta a afetividade sob a leitura histórico-cultural ao citar que “Somos a consciência que reflete o mundo e somos afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que nos cercam”.

5.6.1.2 *Categoria: Violência Doméstica*

As entrevistadas relatam de forma consciente ter sofrido violência física, entretanto relatam durante toda a entrevista, tantas outras violências vividas sem fazer relação com a violência doméstica. As egressas sabem que foram vítimas, mas não sabem dar nomes a essas violências. Nota-se que as entrevistadas: Opala, Jade e Esmeralda passaram significativos anos dando chances ao amor que nutriam em seus casamentos e a seus ex-

maridos, chances perdidas em meio ao sedutor “ciclo da violência” instalado. Depois de esgotadas todas as esperanças, machucadas física e emocionalmente, após tantas tentativas, as entrevistadas chegam a seus limites e rompem o ciclo da violência; seus casamentos chegam ao fim, para dar início a uma vida sem violência doméstica. Com exceção de Ágata, que ainda continua acreditando na mudança e no amor que seu convivente diz sentir e almejar. Como pode-se constatar nas marcas discursivas das entrevistadas, constante no quadro 4:

Quadro 4 – Categoria: Violência doméstica

MARCAS DO DISCURSO	
Separando – esperança – gostar muito – mudar – agrediu – bateu demais – uma chance – separar – violência física – denunciar – não mudou - pressão psicológica – não quero – chantageando – me seguindo – medo – tentei me separar	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	<p>“[...] a gente tava quase se <u>separando</u>, a gente [...] <u>brigava muito</u>. Foi onde ele começou <u>me agredir</u>, infelizmente. Eu sempre conversava com ele na <u>esperança dele mudar</u>, eu pensava assim, por eu <u>gostar muito</u> dele eu pensava: ‘Há, ele vai <u>mudar</u>’. Mas, não. <u>Não mudou</u>. Chegou um certo dia, ele <u>me agrediu</u>, me <u>bateu demais</u>, ele falou que ia <u>me matar</u>. E eu pensei assim: ‘Eu não vou deixar esse homem <u>me matar</u>’. Foi onde eu <u>denunciei</u> ele pela Lei Maria da Penha, foi quando ele ficou preso oito meses. Durante esse tempo que ele tava preso, ele me ligava e me <u>ameaçava muito</u>, demais! Passou dois meses, ele <u>mudou</u> completamente, <u>parou</u> com as <u>ameaças</u>, <u>parou de xingar</u>, <u>começou</u> a me <u>agradar</u>, falou que ia <u>mudar</u>, que ia fazer isso e aquilo. Eu como <u>gostava</u> dele, resolvi: ‘Vou dar mais <u>uma chance</u>, <u>num</u> vou <u>separar</u>, não. Vou dar mais <u>uma chance</u>, mas vou deixar ele lá (preso) pra ele ter um castigo”.</p> <p>“Nenhuma visita ele teve. E aí ele foi e <u>me convenceu</u>. Falou pra mim <u>pedir as conta</u> no emprego, e que eu pedindo as conta eu ia morar com a mãe dele lá em Barbosa/SP, que era pra mim <u>vender os móveis</u> e esperar o acerto da firma; e enquanto eu esperava o acerto da firma, ela [sogra] <u>levava meus filhos</u> e depois do acerto eu ia. Eu disse ‘Tudo bem’. Vendi os móveis uma parte, a outra parte ela levou junto com as minhas crianças e eu fiquei esperando o acerto da firma [...] Depois que ela [sogra] <u>levou meus filhos</u>, <u>levou os móveis</u> tudo, ele começou tudo de novo! Começou a me <u>xingar</u>, me <u>ameaçar</u> e falar tudo que não presta. Eu não quero nem falar o quê que é. Aí foi onde eu decidi, eu falei: ‘Eu <u>não quero mais</u> essa vida pra mim, porque ele vai sair de lá, ele vai continuar <u>me batendo</u>, ele não vai me respeitar’. Decidi que eu não ia mais voltar com ele. Nisso, já tava meus móveis todos lá, minhas crianças já tava lá e eu já estava <u>desempregada</u>, sem ter pra onde ir. Resolvi buscar as minhas crianças, a mãe dele não deixou eu trazer [...] Eu fiquei <u>desnorteada</u>, só sabia <u>chorar</u>, eu não sabia o que fazer! Eu já tava <u>desempregada</u> naquele momento, eu <u>não tinha um teto</u> pra mim mora, eu <u>não tinha nada</u>. Resumindo ele acabou com minha vida, o meu bem mais precioso, ele poderia ter <u>tirado tudo</u> de mim: móveis, casa, carro, moto. Ele poderia ter <u>tirado tudo</u>, mas <u>meus filhos não</u>. Jamais ele poderia ter feito isso comigo. [...] na boca dele, ele fala que <u>eu que dei</u> as crianças pra ele, que <u>eu abandonei</u> meus filhos, mas Deus sabe que eu <u>não abandonei</u> [...] Sabe, ele poderia ter feito qualquer coisa, <u>menos meus filhos</u>. Não, ele nunca podia ter feito isso comigo, <u>tirar meus filhos</u> de mim [...] Como que eu ia na Justiça, pra pegar meus filhos, se eu tava <u>desempregada</u> e <u>sem nada</u>? Resumindo, <u>eles armou</u> de tudo, fez de tudo pra conseguir o que eles queria e conseguiu.”</p> <p>“Já <u>sofri sim</u>, <u>violência física</u>, que foi onde eu tentei <u>mudar</u> o jeito dele. Tive <u>muita paciência</u>, já dei muito mais que <u>uma, duas, três chances</u> dele voltar a <u>ser o que era</u> antes, <u>não resolveu</u>. Foi onde eu tive que <u>denunciar</u> ele e onde ele foi preso pela Lei Maria da Penha. [...] Já tinha havido <u>tentado</u> outras vezes, mas como eu <u>gostava muito</u> dele eu tinha <u>esperança</u> de que ele <u>ia mudar</u>, mas <u>não mudou</u>, <u>não mudou</u>”.</p>
Ágata	<p>“No caso eu casei com o J. eu tava com 21 [...] eu casei com ele dia 11 de dezembro, e 16 de dezembro foi meu aniversário. Eu guardo tudo. <u>Eu cobro</u> até hoje os presente que <u>ele me deve</u>.”</p>

	<p>“[...] eu pus no status ‘solteira’, aí ele (J.) já mandou uma mensagem na hora pra mim: [...] ‘Não. De amiga, eu <u>num te quero</u>’, aí falei: ‘então cê num vai querer’. Aí ele ficou 02 dias <u>sem conversar</u> comigo. Quando passou uns dias ele conversou comigo: ‘Óh, vou te falar a verdade, eu fui preso por causa disso, disso, disso, tem como você vim me ver?’”</p> <p>“‘J. pra começo de conversa, eu nem <u>casada</u> com você no papel eu sou. Pra mim entrar aí dentro, eu tinha que <u>casar</u> com você no papel, certo?’. J.: ‘Não. Hoje em dia <u>é mais fácil</u>. Você faz <u>papel de convivente</u>’. [...] ‘Tá bão’. [...] eu fiz a carteirinha e comecei a frequentar lá”.</p> <p>“Igual, eu fui presa eu tinha acabado de <u>parar de fumar</u>, porque eu casei e meu <u>marido num gostava</u>.”</p> <p>“Igual quando eu <u>briguei</u> com ele uma vez [...] eu até <u>bloqueei</u> ele no whatsapp [...] teve um cara que ligou pra mim, falando que o J. era muito conhecido, que era muito gente boa [...] e eu disse: ‘Só que ele num quer <u>mudança</u>’, e o cara: ‘Não, num é assim que você vai fazer ele <u>mudar</u>, ele é muito gente boa’. Tá, foi que deu no que deu. Eu consegui fazer ele <u>mudar</u>. Só que eu consegui fazer ele <u>mudar tarde demais</u>.”</p> <p>“A mãe dele mais o pai dele falou pra mim que <u>ele mudou</u>, que ele <u>tá diferente</u>.”</p> <p>“Ele num tem condição. Por causa que ele [...] tinha arrumado um serviço lá dentro [...] por R\$ 500 e pouco [...]. Ele ainda perguntou pra mim: “Mor, se tiver como você me <u>mandar</u> pelo menos pra mim <u>R\$ 50 reais</u> por mês me ajuda”. Eu disse: “Tá, vou ver”.</p> <p>“Eu acho que ele tá mais arisco comigo. Porque ele sabe muito bem, que se ele <u>pisar na bola</u> comigo mais uma vez, num tem <u>volta</u>. [...] fui presa, eu num sei como eles conseguiram por um telefone dentro da delegacia. E eu conversei com o J. ‘Óh, a nossa história <u>acabou</u>, não dá mais certo, eu falei pra você que eu ía te ver, óh o que você fez. Porque se você não fosse cabeça fraca [...] você não tinha <u>me arrastado</u>. Eu fui mais cabeça fraca ainda, porque eu tô daqui de fora e resolvi levar pra você’. Aí ele [...] ficou uns 2 dias <u>sem conversar</u> comigo.[...] E ele ligou pra mim de novo [...] me <u>pediu desculpa</u> coisa e tal, o pai dele foi lá e levou uns trem pra mim [...] e eu resolvi <u>voltar</u>.”</p> <p>“Quando eu fui presa, [...] <u>ele assumiu</u> a droga, só que <u>ele assumiu</u> pro Diretor, porque na hora, na frente do juiz, quem assumiu <u>fui eu</u>. Por isso que eu vou assinar 3 anos e 9 meses. [...] ele foi pra Dourados. Aí eu conversei com o advogado dele [...] que pediu transferência dele pra mais perto [...] e a única família dele, que ele tá tendo por perto <u>sou eu</u>.”</p> <p>“[...] Eu <u>não culpo</u> o J., porque a <u>culpa não foi dele, foi minha</u>.”</p> <p>“[...] eu acho assim, <u>demorou</u> pra ele fazer minha <u>cabeça</u>. [...] pode se considerar que era uma <u>pressão psicológica</u>, né? Porque a pessoa ficar 24 horas na sua <u>cabeça</u> ‘Faz isso. Não, vai fazer isso sim, porque vai dar nisso, num sei quê’. Então pode se dizer que <u>sim</u>. Mas, eu falo também que <u>não</u>, porque <u>eu fiz</u>. <u>Eu fiz</u>. Na hora eu <u>nem pensei</u>. [...] Não, na hora eu <u>nem pensei, eu fui, fiz, meti a cara</u> [...]”</p> <p>“24h, a partir da hora que você entra [para a visita no presídio masculino], <u>você faz</u> [sexo]. [...] eu entrava 8h30, 9h, era tempo do J. tomar café da manhã, <u>nós ficava</u>. Aí, tomava banho, ele descansava um pouco [...] ele <u>queria atenção</u>, cafuné, então ficava um pouquinho, ele almoçava, <u>nós fazia</u> de novo. Tomava banho, passava um pouquinho, <u>fazia de novo</u> porque eu tinha que vim embora. [...] Porque eu chegava eu <u>nem saía da cama dele</u>.”</p>
Jade	<p>“A hora que eu saí da cadeia, eu peguei e <u>larguei dele</u>. <u>Larguei e num quis</u> mais. Até hoje ele fala que eu <u>abandonei</u> ele, mais num é que eu <u>abandonei</u>, eu <u>num quero</u> uma vida dessa pra mim, num é? [...] Ele <u>num muda</u>, ele <u>num indireita</u>, a gente só fica sabendo que ele tá fazendo coisa errada lá dentro. E eu vou envolver com ele de novo? <u>Não, não quero, não quero mais</u>. <u>Temo</u> quando ele voltar aí e querer fazer alguma coisa comigo, porque tem vez que os outros fala que ele tá <u>me ameaçando</u>, e que quando ele sair vai fazer coisa errada comigo. Agora, eu vou fazer o quê? Entregar na mão de Deus, né? Não fazendo com meus filhos. [...] É, ele pediu várias vezes pra</p>

	<p>mim [levar drogas pra ele]. Eu falei que não, falei que não, que não ía, num ía e aí ele ficava <u>me chantageando</u>, <u>falando</u> as coisas pra mim, <u>falando</u> as coisa, até que um dia eu caí na boabeira e trouxe. Aí fui presa.”</p> <p>“E <u>não aceito</u> [...] ver ninguém <u>batendo</u> em ninguém, num gosto, eu <u>não aceito</u>. Acho muito, uma <u>mulher apanhar</u> de um homem, num é? Aí fica com aquela cara toda <u>roxa</u>, toda <u>machucada num aguenta</u> nada, a gente <u>num aguenta</u> nada de um homem. Há, não! Se todo mundo fosse, se todas as mulher fosse igual e ir lá <u>dar parte</u>, acho que não existiria homem que <u>batia</u> em mulher! Eu acho, mas tem muitas que não dá, tem <u>medo</u> ou porque <u>gosta demais</u> do homem, <u>morre</u> por causa dele, tem <u>medo</u> de <u>dar parte</u> do homem e o homem ir preso e <u>apanhar</u> lá. É bão pra ver o tanto que é bão, né? Só num gosto de <u>violência</u> assim, que <u>bate</u> em inocente, na pessoa, num é? A pessoa tá inocente ali, e tá <u>batendo</u> aí eu num gosto. Mas desse jeito aí oh, por mim, pode <u>apanhar</u>.”</p>
Esmeralda	<p>“[...] quando ele <u>saiu</u> [do presídio] eu <u>conversei</u> com ele, <u>falei</u> pra ele. E me <u>casei</u> com ele praticamente dentro do presídio, praticamente escondido da minha família. Eu fui lá no cartório, fiz tudo, eu assinei pro lado de fora e o advogado dele levou o papel e ele assinou do lado de dentro do presídio, onde ele estava, pra mim poder ir <u>fazer visita</u> pra ele e <u>levar as coisas</u> pra ele, dar apoio moral, [...] naquela época eu via com esse olhar. Hoje não, hoje eu acho que eles não são do jeito que eles aparentam ser.”</p> <p>“Aí ele <u>saiu</u> [do presídio], ele me fez <u>mil e uma promessas</u>, ele falou: ‘eu <u>nunca mais</u> vou fazer isso, <u>vou mudar</u>, vou ser outra pessoa’ e eu fui, conversei com a minha família, com meu pai, com minha mãe, com meus irmãos, todo mundo <u>aceitou ele</u> de volta, até ele ser preso novamente.”</p> <p>“Como eu <u>gostava muito</u> dele, <u>gostava</u>, mas nessa época eu já <u>não gostava</u> tanto, porque ele já fez muita coisa comigo. Ele <u>batia</u> em mim, duas vezes <u>me afogou</u> com o travesseiro, tipo nessa época já começou a vim as coisas ruins porque, porque até então ele era <u>muito bonzinho</u> pra mim. De repente ele <u>começou</u> a <u>mudar</u>, então ele <u>começou</u> a, se eu falasse alguma coisa que não fosse da vontade dele ele fazia alguma coisa, essa alguma coisa era <u>quebrar o meu celular</u>, eu <u>tentei me separar</u> várias vezes dele. Nessa época eu já <u>não gostava</u> tanto dele igual foi no início [...] se eu falasse pra ele que eu ía sair pra eu ir na casa da minha mãe, ele <u>num deixava</u>, ficava <u>me seguindo</u>. Aí foi quando eu comecei a ficar com <u>medo</u> dele, eu pensava assim: ‘nossa, o quê que eu vou fazer pra mim sair dessa vida?’ Porque eu já num tava querendo mais ficar com ele, eu <u>gostava</u> dele, mas eu via que aquilo tava errado e eu num achava uma forma; porque as duas últimas vezes que eu <u>tentei me separar</u> dele, ele foi na minha casa e <u>cortou a energia</u> do padrão, o fio que vinha pra minha casa, que trazia a eletricidade. Eu cheguei, eu trabalhava a noite, eu trabalhava durante o dia e a noite. Durante o dia numa loja de preço único e a noite eu era gerente da pizzaria, aí eu chegava a noite, tipo uma hora da manhã, duas horas. Um dia eu cheguei em casa, tava tudo escuro, aí quando eu entrei pra dentro de casa, ele tava <u>dentro de casa</u>, ele falou pra mim assim: ‘enquanto você tiver desse jeito, você só vai sofrer ou você <u>volta</u> pra mim ou coisa <u>pior vai acontecer</u> na sua vida’. Foi quando eu <u>voltei</u> com ele e pensava numa forma de como que eu ía fazer pra mim, tipo sair dele, que ele aceitasse isso numa boa, sabe? Então eu comecei a deixar as coisas acontecerem. Ele saía com outras mulheres, eu num ligava, eu num falava nada, fui deixando as coisas acontecerem.”</p> <p>“Ele falou pra mim que eu <u>tinha que fazer</u>, se eu fizesse isso pra ele, num sei o quê, eu comecei a ficar com <u>medo dele</u> porque ele falava assim: ‘como que a polícia descobriu aquela droga si só eu e você sabia aonde tava?’ Ele começou a fazer umas <u>ameaças</u> pra mim na época e eu fiquei com <u>medo</u>. [...] antes dele eu era uma pessoa que acreditava na vida, eu era feliz, é, eu acreditava nas pessoas, no ser humano. Eu acreditava que uma pessoa poderia mudar [...] Mas, no mundo existem <u>pessoas más</u>, existem pessoas que <u>te influencia</u>, existem pessoas que <u>aproveita</u> da sua boa vontade, existem pessoas que <u>aproveita</u> de você sabendo que vai te <u>prejudicar</u>, sabendo que você não tem noção que isso vai <u>te prejudicar</u>, entendeu? Mesmo assim elas fazem isso, existem <u>pessoas más</u>, existem pessoas horrorosas, pessoas podre por dentro [...]”</p> <p>“Tinha muita coisa que eu sabia que tava errado e eu <u>procrastinava</u>, eu ía deixando, deixando, sabe? [...] <u>Por amor</u>, <u>por gostar</u>, <u>por medo</u> depois, até <u>por medo</u> de <u>agressão</u>, por tentar <u>proteger</u> minha família também. Então a minha vida antes dele era uma e depois que conheci ele foi outra. [...] Por exemplo, eu acho que a <u>violência</u> contra a mulher, eu acho que isso é uma coisa que <u>persiste</u> muito. <u>Persistiu</u> comigo, <u>aconteceu</u> comigo. Então, eu várias eu sabia, porque eu já li</p>

	<p>muito sobre isso quando eu passava por isso [...]”</p> <p>“[...] a mulher que sofre uma <u>agressão</u> ela tem <u>vergonha</u> da sociedade, ela tem <u>vergonha</u> da igreja, ela tem <u>vergonha</u> de expor isso, ela tem <u>vergonha</u> dos filhos, dos amigos. Eu fico pensando porque que a <u>violência</u> contra mulher <u>persiste</u> tanto, sendo que existem tantas Leis que ajudam a mulher, que apoia, que defende. [...] <u>Por medo</u>, eu acho que é <u>por medo</u>, <u>por vergonha</u>. [...] Porque hoje, o homem <u>bate</u> na mulher e vai preso, só alguns casos é assim, outros não é, o homem vai só lá, aí o homem é solto. Às vezes, ele tá perto da casa da mulher, a mulher já se <u>sente acuada</u>, se sente com <u>medo</u> aí ela liga pra polícia, o quê que a polícia vai fazer? Nada, por que não aconteceu nada. Então, será que é preciso o homem <u>matar</u> uma mulher? Será que é preciso, que ele precise <u>espancar</u> uma mulher pra que as autoridades tomem uma medida mais severa?”</p> <p>“[...] eu pensava: ‘Nossa, como que eu vou contar pra minha mãe que esse homem faz isso comigo? Como que eu vou contar pro meu pai? E se meu pai fazer alguma coisa com ele? E se meu pai <u>matar</u> ele por causa de mim? E se meu pai vai preso por uma culpa minha?’ Aí eu pensava: ‘E se eu contar pros meus irmãos, que ele faz isso comigo?’ Aí eu falava assim: ‘Não, mas meus irmãos não vai olhar com esse olhar, eles vai querer <u>me criticar</u>.’ Vai falar pra mim: ‘Tá vendo, a <u>culpada</u> disso tudo é você, porque você num saiu da vida dele enquanto era tempo? Porque você foi se envolver com uma pessoa errada?’ E nisso eu <u>não contava</u> pra ninguém sabe, eu ficava comigo, foi assim que aconteceu.”</p> <p>“Sim, já. Nossa, <u>verbalmente</u>, <u>fisicamente</u> e uma vez ele <u>me obrigou</u> a ter <u>relação sexual</u> com ele. Foi essas três que eu tive.”</p>
--	---

Fonte: A autora, 2016

A violência contra a mulher ocorre em todos os cantos, e sem escolher suas vítimas vai dilacerando e tornando prisioneiras da violência todos os tipos de mulheres, independente do país, classe social, idade, religião, cultura e etnia. Borin (2008) em sua dissertação de Mestrado em Psicologia, investigou “as percepções de violência em mulheres agredidas por seus parceiros, como elas justificam a violência sofrida e quais são os efeitos disso na sua vida”, ou seja, segundo a pesquisadora, conflui diretamente com a proposta de analisar de que forma as representações sociais de gênero influenciam na prática ilícita.

Giordani e Bueno (2002) em seus estudos, advogam que as mulheres sofrem violências diversas, desde maus tratos físicos/morais até abuso/assédio sexual e podem ocorrer em espaços públicos e privados, inclusive em instituições prisionais. As autoras, analisaram por meio de fotos, todas as cicatrizes físicas nos corpos das detentas entrevistadas e investigaram a percepção sobre a violência que essas mulheres estiveram submetidas. No estudo das pesquisadoras citadas, participaram cinco detentas, de duas cadeias públicas femininas, do interior paulista. O método utilizado foi a pesquisa-ação, humanista e qualitativa, observando a questão da ética de pesquisa com seres humanos. As gravações foram transcritas e as fotos das cicatrizes analisadas. Os resultados revelaram que todas tinham cicatrizes corporais, segundo as autoras resultantes de violência física (arma de fogo e/ou arma branca) e foram produzidas dentro e fora do cárcere, por agressores conhecidos e

desconhecidos, envolvendo brigas e ciúmes. A investigação conclui que as “mulheres sentem-se profundamente desrespeitadas e violentadas dentro e fora da prisão”.

Conforme Saffioti (2004) há uma forte banalização da violência, bem como uma fomentação por parte da sociedade para que homens exerçam a virilidade com base na dominação com apoio na organização social de gênero, assim, naturaliza-se a violência contra as mulheres.

As entrevistadas relatam de forma consciente ter sofrido violência física, quando citam que seus ex-maridos ofenderam suas integridades físicas:

[...] a gente tava (*sic*) quase se separando [...]. Foi onde ele começou me agredir, infelizmente. Eu sempre conversava com ele na esperança dele mudar [...] por eu gostar muito dele eu pensava: ‘Há, ele vai mudar’. Mas, não. Não mudou. Chegou um certo dia, ele me agrediu, me bateu demais, ele falou que ia (*sic*) me matar. [...] Já sofri sim, violência física, que foi onde eu tentei mudar o jeito dele. (OPALA, 2016).

Ele batia em mim, duas vezes me afogou com o travesseiro, tipo (*sic*) nessa época já começou a vim (*sic*) as coisas ruins porque, porque até então ele era muito bonzinho pra mim. [...] a mulher que sofre uma agressão ela tem vergonha da sociedade, ela tem vergonha da igreja, ela tem vergonha de expor isso, ela tem vergonha dos filhos, dos amigos. [...] Sim, já. Nossa, verbalmente, fisicamente e uma vez ele me obrigou a ter relação sexual com ele. Foi essas três que eu tive. (ESMERALDA, 2016).

Constata-se que as entrevistadas descrevem diversas outras violências vividas sem fazer relação com a violência doméstica. São as agressões que não sangram, mas que torturam e impactam a vida da pessoa. Elas sabem que foram vítimas, mas não sabem dar nomes a essas violências.

No que se refere à violência psicológica, quando os relatos evidenciam os danos emocionais fruto das ameaças: “Durante esse tempo que ele tava (*sic*) preso, ele me ligava e me ameaçava muito, demais!” (OPALA, 2016); “Temo quando ele voltar aí e querer fazer alguma coisa comigo, porque tem vez que os outros fala que ele tá me ameaçando, e que quando ele sair vai fazer coisa errada comigo.” (JADE, 2016) e “Ele começou a fazer umas ameaças pra mim na época e eu fiquei com medo.” (ESMERALDA, 2016); da manipulação: “[...] ele foi e me convenceu. Falou pra mim (*sic*) pedir as conta no emprego, [...] que era pra mim (*sic*) vender os móveis e esperar o acerto da firma; e enquanto eu esperava [...] ela [sogra] levava meus filhos e depois do acerto eu ia (*sic*).” (OPALA, 2016); “Quando eu fui presa, [...] ele assumiu a droga, só que ele assumiu pro Diretor, porque na hora, na frente do juiz, quem assumiu fui eu.” (ÁGATA, 2016); vigilância constante e perseguição contumaz: “[...] se eu falasse pra ele que eu ia sair pra eu ir na casa da minha mãe, ele num deixava,

ficava me seguindo” (ESMERALDA, 2016); chantagens: “[...] demorou pra ele fazer minha cabeça. [...] pode se considerar que era uma pressão psicológica, né (sic)? Porque a pessoa ficar 24 horas na sua cabeça ‘Faz isso. Não, vai fazer isso sim, porque vai dar nisso, num sei quê’.” (ÁGATA, 2016); “[...] ele pediu várias vezes pra mim [levar drogas pra ele]. Eu falei que não [...] aí ele ficava me chantageando, falando as coisas pra mim, [...] até que um dia eu caí na bobeira e trouxe.” (JADE, 2016). “Um dia eu cheguei em casa, tava (sic) tudo escuro, quando eu entrei [...] ele tava (sic) dentro de casa, ele falou pra mim assim: ‘enquanto você tiver (sic) desse jeito você só vai sofrer, ou você volta pra mim ou coisa pior vai acontecer na sua vida’” (ESMERALDA, 2016);

Ao se referir à violência sexual, por exemplo, quando a conduta do convivente a constrange para manter a relação sexual não desejada: “[...] uma vez ele me obrigou a ter relação sexual com ele.” (ESMERALDA, 2016); que a force ao matrimônio mediante manipulação: Eu me casei com ele praticamente dentro do presídio [...] escondido da minha família. Eu fui lá no cartório, fiz tudo, eu assinei pro lado de fora e [...] ele assinou do lado de dentro do presídio [...] pra mim poder ir fazer visita pra ele e levar as coisas pra ele, dar apoio moral.” (ESMERALDA, 2016); “[...] eu nem casada com você no papel eu sou. Pra mim entrar aí dentro [presídio], eu tinha que casar com você no papel, certo?’. J.: ‘Não. Hoje em dia é mais fácil. Você faz papel de convivente’. [...] ‘Tá bão’. [...] eu fiz a carteirinha e comecei a frequentar lá”. (ÁGATA, 2016).

E ainda ao entender a violência patrimonial, como qualquer conduta que configure destruição parcial ou total de seus objetos: “[...] se eu falasse alguma coisa que não fosse da vontade dele, ele fazia alguma coisa, essa alguma coisa era quebrar o meu celular” (ESMERALDA, 2016); subtração de bens ou de recursos econômicos destinados a satisfazer suas necessidades:

[...] já tava (sic) meus móveis todos lá, minhas crianças já tava (sic) lá e eu já estava desempregada, sem ter pra onde ir. Resolvi buscar as minhas crianças, a mãe dele não deixou eu trazer [...] Eu fiquei desnorreada, só sabia chorar, eu não sabia o que fazer! Eu já tava (sic) desempregada naquele momento, eu não tinha um teto pra mim (sic) morar, eu não tinha nada. Resumindo ele acabou com minha vida.” (OPALA, 2016).

Nota-se que também foi constatado a violência moral, composta por qualquer ação que configure calúnia (atribuir falsamente a alguém, a responsabilidade pela prática de um fato definido como crime): “[...] na boca dele, ele fala que eu que dei as crianças pra ele, que eu abandonei meus filhos, mas Deus sabe que eu não abandonei” (OPALA, 2016),

difamação (consiste em atribuir a alguém fato determinado ofensivo à sua reputação) ou injúria (qualidade negativa, que ofende a dignidade ou o decoro): “Começou a me xingar, me ameaçar e falar tudo que não presta. Eu não quero nem falar o quê que é.” (OPALA, 2016).

Entende-se a violência doméstica contra a mulher como um fenômeno social promovido pela disparidade existente entre homens e mulheres. Salienta-se neste caso, que a tolerância advinda da entrevistada, ocorre igualmente com outras mulheres, fruto do padrão sócio-cultural onde casamentos foram feitos para durar até que a morte os separe e na esperança de que o príncipe encantado não vire sapo.

Os relacionamentos violentos em geral seguem um ciclo denominado por Leonor Walker (1979 apud CFP, 2012, p. 69) como “ciclo da violência”. De acordo com o qual existe um padrão de funcionamento, num ciclo de três fases sucessivas (porém, pode haver variações na intensidade e tempo para cada caso): na primeira, chamada de “fase da tensão” onde os insultos e agressões físicas leves ocorrem, com um imediato pedido de desculpas por parte do agressor e constantes promessas de que não acontecerão novamente; a segunda, identificada como “fase da explosão” momento em que ocorre os espancamentos e até mortes, consequência desta incontrolável descarga das tensões acumuladas; e a terceira, denominada “fase da lua de mel”, instante em que o agressor implora por perdão e demonstra comportamento gentil e amoroso para alcançar a reconciliação, mostrando arrependimento.

De acordo Galvão e Andrade (2004, p. 97):

Romper com o ciclo da violência é extremamente difícil para grande parte das mulheres que vivem essa situação [...] Mesmo as mulheres que tomam a atitude de denunciar seus companheiros agressores [...]. Diante das promessas do companheiro de não mais agredi-las, da falta de perspectiva e de condições materiais para um recomeço, da vergonha e da falta de apoio da família e da sociedade, acabam acreditando numa possível reconciliação, o que acaba por gerar o processo chamado de ‘rotinização da violência’. (GALVÃO e ANDRADE, 2004, p. 97).

Sob este prisma, vê-se que as entrevistadas passaram longos anos dando chances aos seus ex-conviventes, para que eles cumprissem suas promessas de mudanças na conduta. Segue os relatos cíclicos típico do Ciclo da Violência: agressões leves e insultos – promessas de mudanças – espancamentos – demonstração de comportamento gentil e amoroso para conseguir a conciliação. Bem como o registro de quando Opala (2016) chega ao seu limite e não deslumbra outra alternativa para salvaguardar sua integridade física, que não seja efetuar a denúncia e pedir respaldo à Justiça, rompendo assim parte dos grilhões da violência de gênero que a aprisionava.

[...] a gente tava (*sic*) quase se separando [...]. Foi onde ele começou me agredir, infelizmente. Eu sempre conversava com ele na esperança dele mudar [...]. E eu pensei assim: ‘Eu não vou deixar esse homem me matar’. Foi onde eu denunciei ele pela Lei Maria da Penha [...] Passou dois meses, ele mudou completamente, parou com as ameaças, parou de xingar, começou a me agradar, falou que ia mudar, que ia fazer isso e aquilo. Eu como gostava dele, resolvi: ‘Vou dar mais uma chance, num vou separar, não. Vou dar mais uma chance [...] ele começou tudo de novo! [...] xingar, [...] ameaçar [...] eu decidi, eu falei: ‘Eu não quero mais essa vida pra mim, porque ele vai sair de lá, ele vai continuar me batendo, ele não vai me respeitar’. Decidi que eu não ia mais voltar com ele. [...] Tive muita paciência, já dei muito mais que uma, duas, três chances dele voltar a ser o que era antes, não resolveu. [...] Já tinha havido tentado outras vezes, mas como eu gostava muito dele eu tinha esperança de que ele ia mudar, mas não mudou, não mudou. (OPALA, 2016).

[...] eu pus no status ‘solteira’, aí ele [J.] já mandou uma mensagem na hora pra mim: [...] ‘Não. De amiga, eu num te quero’, aí falei: ‘então cê (*sic*) num vai querer’. Aí ele ficou 02 dias sem conversar comigo. Quando passou uns dias ele conversou comigo: ‘Óh, vou te falar a verdade, eu fui preso por causa disso, disso, disso, tem como você vim me ver?’ [...] E eu conversei com o J. ‘Óh, a nossa história acabou, não dá mais certo, eu falei pra você que eu ia (*sic*) te ver, olha o que você fez. Porque se você não fosse cabeça fraca [...] você não tinha me arrastado. Eu fui mais cabeça fraca ainda, porque eu tô (*sic*) daqui de fora e resolvi levar pra você’. Aí ele [...] ficou uns 2 dias sem conversar comigo. [...] E ele ligou pra mim de novo [...] me pediu desculpa coisa e tal, o pai dele foi lá e levou uns trem (*sic*) pra mim [...] e eu resolvi voltar. (ÁGATA, 2016).

A hora que eu saí da cadeia, eu peguei e larguei dele. Larguei e num quis mais. Até hoje ele fala que eu abandonei ele, mas num é que eu abandonei, eu num quero uma vida dessa pra mim, num é? [...] Ele num muda, ele num indireita (*sic*), a gente só fica sabendo que ele tá (*sic*) fazendo coisa errada lá dentro. E eu vou envolver com ele de novo? Não, não quero, não quero mais. (JADE, 2016).

Aí ele saiu [do presídio], ele me fez mil e uma promessas, ele falou: ‘eu nunca mais vou fazer isso, vou mudar, vou ser outra pessoa’ e eu fui, conversei com a minha família, com meu pai, com minha mãe, com meus irmãos, todo mundo aceitou ele de volta, até ele ser preso novamente. [...] nessa época eu já não gostava tanto, porque ele [...] batia em mim [...] porque até então ele era muito bonzinho pra mim. De repente ele começou a mudar [...] eu tentei me separar várias vezes dele. Nessa época eu já não gostava tanto dele igual foi no início [...]. Aí foi quando eu comecei a ficar com medo dele, eu pensava assim: ‘nossa, o quê que eu vou fazer pra mim sair dessa vida?’ (ESMERALDA, 2016).

Nota-se o quanto a palavra e a interação social regularizam e mediam as relações entre as pessoas. Por diversas vezes, a linguagem utilizada pelos ex-conviventes foi o veículo propulsor para se acreditar mais uma vez na sua mudança. Nesse sentido, Vigotsky (2008) dizia que as interações verbais internalizam-se, pois uma vez reconstruídas no plano individual, elas transformam-se em funções psicológicas e cria a base para a estrutura social da personalidade. Rafítica-se assim que as funções psicológicas surgem no plano das relações sociais, e o indivíduo se constroi a partir delas. Deste modo, pode-se afirmar que “nos tornamos nós mesmos através dos outros” (VIGOTSKY, 2008, p. 56).

A tese de Doutorado de Lopes (2009), foi uma pesquisa realizada com egressas da Casa Abrigo de Campo Grande/MS, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2006 e

investigou as representações sociais referentes à violência de gênero, analisando as práticas discursivas de mulheres que foram agredidas e acolhidas em casas de abrigo. Com fundamentação na teoria das representações sociais de S. Moscovici e D. Jodelet. Apoiando-se nos estudos de violência contra a mulher de Saffioti e no conceito de gênero proposto por Scott, a autora Lopes (2009) defendeu a tese de que toda agressão resultante da organização social, que privilegia o masculino em detrimento do feminino é um fenômeno produzido e legitimado por representações sociais de gênero presentes no cotidiano, inclusive pelas próprias vítimas e que estas alimentam o poder masculino. Foram analisados os aspectos históricos e sociais que fundamentam as relações entre mulheres e homens e na análise qualitativa, conforme a autora revelou, as entrevistadas apresentaram a violência de gênero como manifestação naturalizada do sentimento de posse e controle de homens, para com as mulheres. A autora concluiu que as representações sociais das egressas fortalecem os estereótipos da polarização binária de “masculino” e “feminino”, o que perpetua suas ideologias patriarcais, impedindo-as de romper definitivamente com as condições vividas.

O empoderar-se está intrinsecamente relacionado à condição desta mulher-vítima perceber-se como sujeita de direitos e passar a utilizar os mecanismos protetivos existentes. Para favorecer o processo de empoderamento e intervir nos ciclos de violência é fundamental reconhecer a violência doméstica contra a mulher e seu “sedutor” caráter cíclico.

Desta forma, nota-se que as entrevistadas vivenciaram o Ciclo de Violência, da forma como ele sempre se caracteriza, por meio de cotidianas e múltiplas experiências de violência, originadas pelo comportamento violento sistemático de seus conviventes na época, comportamento este que gerou um estilo de vida onde as entrevistadas tiveram dificuldades em compreender que em meio a repetidas agressões, seguidas de afeto e atenção, no fundo elas estavam envoltas ao ciclo de violência.

5.6.1.3 Categoria: A Desilusão

O sentimento de afeto pelo convivente e ex-conviventes, nortearam todas as falas das entrevistadas, ao relatarem suas desilusões amorosas e as consequências em suas vidas afetivas depois destes relacionamentos conjugais. Esta categoria se destaca pela carga emocional imbuída no discurso. Nas marcas discursivas e nos fragmentos representativos é possível constatar que o afeto pelo parceiro e ex-parceiros em alguns casos ainda existem, porém entrelaçados às decepções dolorosas, ao ponto de fazê-las optar pela solidão, haja vista que as desilusões nos relacionamentos anteriores respingam nos relacionamentos posteriores, conforme o quadro 5:

Quadro 5 – Categoria: A Desilusão

MARCAS DO DISCURSO	
solteira – gosto muito – deixou mágoa – medo – não envolvo – não caso – acabou – vergonha – não tenho vontade – não acredito – decepções	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	<p>“[...] Hoje a gente tá <u>separado</u>, a gente não vive junto mais. [...] Quase dois anos [...] a gente tá <u>separado</u>, ele mora em outra cidade, eu moro aqui em Paranaíba. [...] hoje eu <u>tô solteira</u> [...] Uns oito meses. [...] Eu <u>não tenho ninguém</u>.”</p> <p>“Assim, eu não vou mentir, eu ainda <u>gosto muito</u> do meu <u>ex-marido</u>, não tem como eu esconder isso de ninguém, eu <u>gosto muito</u> dele. Só que hoje a gente, nós dois, <u>não dá certo</u> mais, não tem como a gente viver junto. [...] Porque assim, a gente vivia e era <u>muito complicado</u>, ele tem o jeito dele muito nervoso e eu já sou mais calma [...] já se <u>passou</u> muita coisa depois que a gente se <u>separou</u>. Eu acho que ele não me <u>perdoaria</u>, por tudo que já se <u>passou</u>, e também muitas coisas que ele fez que me <u>deixou mágoa</u>. Infelizmente é coisas que eu <u>tento esquecer</u>, mas eu <u>não esqueço</u> e ele também com certeza, <u>não esquece</u>, né? [...] Então é assim, o meu <u>coração</u> tá assim, eu <u>não consigo</u> mais me <u>envolver</u> com ninguém, não sei se é porque ainda <u>tá recente</u>, porque ainda <u>gosto muito</u> dele. E eu também <u>não quero</u> me <u>envolver</u> com ninguém, quero ficar assim do jeito que eu tô, pra mim tá bão, não tá faltando nada, tá bom desse jeito. [...] Ah, trouxe sim muitas <u>feridas</u>, mas ele foi <u>muito bom</u> pra mim também [...].”</p>
Ágata	<p>“A primeira vez que eu vi o J., eu vi ele na rua. [...] Passou um pouquinho, me passa J., a <u>coisa mais linda</u> do mundo, de moto mais o irmão dele. [...]”</p> <p>“Então eu casei dia 11, dia 16 foi meu aniversário. Tem 1 ano e pouco que eu <u>tô com o J.</u>, <u>só por cartas</u>.”</p> <p>“[...] <u>casei</u> com o J., [...] Eu cheguei nele, falei pra ele: ‘Oh, vou jogar a real com você, eu odeio ficar sozinha. <u>Vou ficar</u> com você? Vou. Vou <u>te assumir</u> pra todo mundo, com seus <u>defeitos</u> e seus <u>acertos</u>. Só que eu quero <u>100% de exclusividade</u>. Não quero 2%, não quero 98%, eu quero 100%. <u>Você é meu</u> e <u>eu sou sua</u>. Num interessa onde’. E ele disse: ‘Não, <u>tá certo</u>. <u>Casamento</u> é isso mesmo’”.</p> <p>“Porque meu marido é <u>grandão</u>, ele tem 1 metro e 86, um armário.”</p> <p>“Continuo <u>gostando do estrupício</u>, né? Mesmo tendo feito as <u>cagadas</u>, eu espero que ele esteja <u>mudando</u> [...] eu conheci o filho [...] a mãe [...] o pai [...] o irmão dele e esse povo <u>me encantou</u>, eu <u>amo</u> aquele menino [...].”</p> <p>“P: E como está a vida sexual hoje? A: <u>Zerada</u>. Que rola bem? <u>Num rola</u>. Uai dia 18, dia 25 agora faz <u>1ano</u> que eu <u>num vejo ele</u>. Então <u>num rola</u>. Eu estou na <u>seca</u> há <u>1 ano</u>, há <u>1 ano</u>. <u>Firme</u> e <u>forte</u> na batalha.”</p>
Jade	<p>“Depois que eu <u>larguei</u> desse marido, parece que não ficou muito bom as coisas não, tipo assim, pra <u>casamento</u>. Pra <u>namorar</u>, nossa, tem bastante.”</p> <p>“Ele era [...] meu vizinho, na época eu era estava viúva, tinha um mês, na época eu trabalhava nas cana ainda. [...] Aí eu chegava em casa, ele me <u>ajudava muito</u>. Ele era meu vizinho, ele fazia muita coisa pra mim. As meninas (filhas) ficava em casa, ele chegava, ele <u>limpava</u> o quintal pra mim, ele <u>comprava</u> pão, <u>comprava</u> rosca, essas coisas ele trazia e <u>repartia</u> comigo, sabe? Aí foi assim. Aquela pessoa <u>boa</u>, convivendo, conversando, aí foi onde que nós se envolveu. [...] nós ficou uns quase <u>três anos juntos</u>. [...] A gente ficou uns <u>três anos junto</u>, eu e ele, mas ele num fazia essas coisa errada, junto comigo. Ele <u>trabalhava</u>, era <u>honesto</u>, tudo.”</p> <p>“[...] hoje eu tenho <u>medo</u> de namorar quem mexe com coisa errada, de tanto <u>medo</u> que eu tenho. Pode ser até que seja uma pessoa boa, mas se eu fiquei sabendo: ‘fulano faz isso, fulano faz aquilo’, eu já <u>não me envolvo</u>. [...] Você fica com <u>medo</u> porque se você arruma um cara, vai ver</p>

	<p>ele mexe com alguma coisa e você não sabe ou sabe, o povo fala: ‘Ah, ela tá mexendo de novo. Se tá envolvida com o cara, ela também tá no meio’, não é? É o <u>medo</u>, eu <u>não envolvo</u> nem! [...] E tenho <u>vergonha</u> [...] de arrumar um homem que nunca mexeu com coisa errada e ter que falar pra ele, que eu fiz isso. E é uma coisa que eu tenho que falar, que não vai ficar escondido pro resto da minha vida, eu tenho que falar. Tem que ser honesta, né? E [...] tem hora que eu penso comigo, que eu acho que <u>depois disso</u>, acho que eu <u>não caso</u>. Não, <u>não caso</u> com ninguém [...] não sei se a pessoa fica com <u>medo</u>, ou sei lá, se tem <u>vergonha</u>. Isso se a pessoa é certa, né? Porque se for uma pessoa errada, não liga pra nada não. Então as coisa <u>mudou</u> pra mim, <u>num caso</u> mais. <u>Acabou!</u>”</p> <p>“É, depois que eu <u>larguei</u> dele. [...] Eu <u>tentei</u>, fiquei cinco meses com esse outro, era uma pessoa boa, <u>trabalhador</u>, sabe? Ele até sabia dos meus, do meu caso tudo mais, só que ele era muito <u>ciumento</u>, muito <u>ciumento</u>, era uma pessoa boa demais, só que ele era <u>ciumento</u>. [...] Aí foi onde nós <u>num deu certo</u>.”</p>
Esmeralda	<p>“Hoje eu <u>não tenho vontade</u> mais de <u>namorar</u>, eu <u>não tenho vontade</u> de <u>namorar</u>. Quando eu olho pra uma pessoa, eu já penso assim: ‘será que aquele lá faz alguma coisa de errado, será que aquele rostinho bonito, aquelas palavras carinhosas, será que aquilo lá num é só uma <u>capinha</u>, será que por dentro de tudo aquilo, será que não tem um <u>vazio</u> ali?’ Então eu tenho muita <u>dificuldade</u> de <u>me aproximar</u> das pessoas, [...] eu tenho essa <u>dificuldade</u> hoje, eu olho pra uma pessoa <u>desconfiando</u> dela, eu <u>não acredito</u> que o ser humano é capaz de melhorar, de <u>mudar</u>, eu <u>não acredito</u> nisso.”</p> <p>“[...] quando eu olho pra trás, eu falo assim: ‘como que uma menina como eu, que foi criada num lar com pai e mãe presentes, [...] meu pai é super honesto, honestíssimo, minha mãe também trabalhadeira, guerreira, meu pai a mesma coisa! Como que eu fui <u>me deixar</u>, <u>me enganar</u>, <u>me envolver</u> por uma pessoa <u>tão podre</u> igual aquele homem?’ Então, sabe quando eu olho, quando eu penso nele, eu falo: ‘como que pode ser tão <u>desprovido</u> de amor próprio, como pode ser tão <u>desprovido</u> de sentimentos nobres?’ Por que, que adianta você ter esse sentimento nobre por uma pessoa que <u>não merece</u>, que nunca vai merecer?”</p> <p>[...] São relacionamentos totalmente diferentes, tem muita diferença. Eu vou falar de antes. Antes eu <u>acreditava</u>, eu me <u>entregava</u> com mais facilidade, eu <u>acreditava</u> que eu poderia ser <u>feliz</u>, que eu poderia ter uma <u>família</u>, que eu poderia fazer uma <u>faculdade</u>, que eu sempre quis, que eu ía chegar tarde em casa, que eu ía encontrar meu marido e eu ía falar assim: ‘Ah, vamos fazer uma janta’, e ele ía poder me ajudar, e a gente ía fazer um <u>jantar</u>, e que a gente ía assistir a tv, o noticiário, tipo, poderia deitar, <u>dormir</u> tranquila. Eu me entregava com mais facilidade porque eu acreditava mais, porque eu não tinha visto a vida por outro ângulo, porque eu não tinha visto, eu não tinha passado, observado que um homem pode <u>mudar a vida</u> de uma mulher <u>pra bom</u> e <u>pra ruim</u>. No meu caso, eu acho que foi <u>pra ruim</u> [...]”</p> <p>“Eu tive um <u>namoro</u> depois, que <u>não deu certo</u>, e <u>não deu certo</u> justamente por causa do meu <u>relacionamento anterior</u>, porque se a gente <u>brigava</u>, uma briga de casal normal, ele jogava na minha cara, tipo assim: ‘ah, mas você já morou até com <u>bandido</u> que te <u>batia</u>, que te fazia isso, que fazia aquilo com você’. Então, isso também <u>respingou</u> no meu <u>relacionamento futuro</u> [...] Faz 08 meses que eu <u>tô separada</u>, durante 08 meses eu não tive <u>nenhum relacionamento</u> até hoje com ninguém. Porque assim, eu acredito muito que tudo há um propósito na vida.[...]”</p> <p>“[...] então eu penso: ‘Se eu arrumar um <u>namorado</u>, como que eu vou explicar isso, pra esse <u>namorado</u>? E como será que ele vai <u>intender</u>, será que ele vai ter <u>compreensão</u>?’ [...] se eu arrumar uma pessoa, se eu arrumar um <u>namorado</u>, com o tempo ele pode até ficar comigo, porque ele vai gostar de mim, mas com o tempo ele vai <u>desanimar</u>, ele vai começar a querer <u>sair</u>, vai <u>querer ir</u> em festa, vai <u>querer ir</u> num barzinho, numa lanchonete, e eu <u>não vou poder</u> [...]”</p> <p>“P: E outras partes da sua vida, como está? Como está a vida afetiva, sexual? E: Andando igual uma <u>tartaruga</u>, eu acho. [...] Tem um bicho que anda mais <u>lento</u> que uma <u>tartaruga</u>? P: Sua sexualidade antes do delito e depois do delito, você acha que sofreu mudanças ou não? E: Muita. Nossa, com certeza, é óbvio. [...] <u>Devagar</u>. [...] antes era com mais <u>rapidez</u>, com mais <u>confiança</u>, eu acreditava que eu ía me <u>envolver</u> com uma pessoa e que eu poderia <u>ser feliz</u> com</p>

	<p>aquela pessoa. Que eu fá <u>amar</u> [...] Dia dos namorados [...] antes de eu cometer esse delito, antes de eu envolver com essa pessoa, dia dos namorados eu fazia <u>jantar romântico</u>, eu <u>dava presente</u>, eu queria <u>enfeitar</u> o quarto inteiro, eu queria <u>enfeitar</u> a minha casa. <u>Hoje não</u>, dia dos namorados é como se fosse nenhum dia pra mim, [...] se a pessoa não me lembrar, eu <u>não lembro</u>, te juro, eu sei por causa de [...] publicidade, internet, televisão. As redes sociais tão aí, e acabamos sabendo, mas [...] eu <u>não tenho vontade</u> de ter alguém do meu lado, eu <u>não tenho vontade</u> de ter um esposo do meu lado, porque um esposo pode ser um <u>pesadelo</u> também. [...] Às vezes, você procura ter uma pessoa do seu lado que vai te ajudar, que eu acho que você tem que encontrar alguém pra <u>somar</u>, não pra <u>subtrair</u>, e às vezes, acontece tudo errado, não tô generalizando, mas comigo, é assim.”</p> <p>“[...] eu acredito que as <u>decepções</u> que a mulher pode ter com um homem, pode levar ela a, por exemplo, [...] se eu conhecesse uma pessoa e independente se ela é do sexo feminino ou do sexo masculino, imaginamos então que ela tenha o <u>mesmo sexo</u> que eu, feminino, se ela me tratasse bem, se ela me <u>envolvesse</u>, se ela fosse <u>amorosa</u>, [...] pode ser que por causa da <u>decepção</u> que eu tive com homem, talvez eu teria um relacionamento <u>homossexual</u>. Eu acho que isso não é só comigo, mas com quase todas as pessoas, não só as pessoas que cometeram crime, não; com outras pessoas que tiveram <u>decepções</u>, com <u>mulheres agredidas</u>.”</p>
--	---

Fonte: A Autora, 2016

A categoria desilusão refere-se aos afetos como o que propicia a implicação do indivíduo com algo e possui caráter orientador em suas ações, assim como cita Sawaia (2002) ao investigar a afetividade: “[...] é um meio de penetrar no que há de mais singular na vida social coletiva. Constitui o universo peculiar da configuração subjetiva das relações sociais de dominação, um fenômeno privado, mas cuja gênese e consequência são sociais.” (SAWAIA, 2002, p. 21).

Desta forma, a representação social das entrevistadas sobre relacionamentos afetivos, desaguam na dificuldade de manterem novos relacionamentos afetivos. O desinteresse e a escolha por permanecerem sozinhas e solteiras, podem ser confirmados nos relatos:

[...] Hoje a gente tá separado, a gente não vive junto mais. [...] Quase dois anos [...] a gente tá separado, ele mora em outra cidade, eu moro aqui em Paranaíba. [...] hoje eu tô (*sic*) solteira [...] Uns oito meses. [...] Eu não tenho ninguém. [...] Então é assim, o meu coração tá assim, eu não consigo mais me envolver com ninguém, não sei se é porque ainda tá recente, porque ainda gosto muito dele. E eu também não quero me envolver com ninguém, quero ficar assim do jeito que eu tô (*sic*), pra mim tá bão (*sic*), não tá (*sic*) faltando nada, tá (*sic*) bom desse jeito. (OPALA, 2016)

Depois que eu larguei desse marido, parece que não ficou muito bom [...] pra casamento. [...] hoje eu tenho medo de namorar quem mexe com coisa errada, de tanto medo que eu tenho. [...] Você fica com medo porque se você arruma um cara, vai ver ele mexe com alguma coisa [...] É o medo, eu não envolvo nem! [...] E tenho vergonha [...] de arrumar um homem que nunca mexeu com coisa errada e ter que falar pra ele, que eu fiz isso. [...] tem hora que eu penso comigo, que eu acho que depois disso, acho que eu não caso. Não, não caso com ninguém [...] Então as coisa mudou (*sic*) pra mim, num caso mais. Acabou! [...] depois que eu larguei dele. [...] Eu tentei, fiquei cinco meses com esse outro [...] era uma pessoa boa demais, só que ele era ciumento. [...] Aí foi onde nós num deu (*sic*) certo. (JADE, 2016).

Hoje eu não tenho vontade mais de namorar [...]. Quando eu olho pra uma pessoa, eu já penso assim: ‘será que aquele lá faz alguma coisa de errado, será que aquele rostinho bonito [...] é só uma capinha [...] eu tenho muita dificuldade de me aproximar das pessoas, [...] eu tenho essa dificuldade hoje [...] Antes eu acreditava, eu me entregava com mais facilidade, eu acreditava que eu poderia ser feliz [...] Eu me entregava com mais facilidade porque [...] eu não tinha passado, observado que um homem pode mudar a vida de uma mulher pra bom e pra ruim. No meu caso, eu acho que foi pra ruim [...] Eu tive um namoro depois, que não deu certo, e não deu certo justamente por causa do meu relacionamento anterior, porque se a gente brigava [...] ele jogava na minha cara [...]: ‘ah, mas você já morou até com bandido que te batia, que te fazia isso, que fazia aquilo com você’. Então, isso também respingou no meu relacionamento futuro [...] Faz 08 meses que eu tô separada, durante 08 meses eu não tive nenhum relacionamento até hoje com ninguém. [...] eu não tenho vontade de ter alguém do meu lado, eu não tenho vontade de ter um esposo do meu lado, porque um esposo pode ser um pesadelo também. (ESMERALDA, 2016).

Conforme Espinoza (2003) a desilusão refere-se às paixões tristes que suscitam a potência de padecimento e que despotencializam a conduta das pessoas.

Na perspectiva histórico-cultural, que considera o desenvolvimento do indivíduo contemplando o desenvolvimento biopsicossocial do ser humano (que perpassa o desenvolvimento apenas biológico), as entrevistadas foram questionadas sobre aspectos de sua sexualidade atual. Uma vez que a sexualidade é composta historicamente por mudanças e evoluções, sendo este indivíduo ativo nesse processo de desenvolvimento intrinsecamente relacionado às relações e interações sociais, vê-se que as entrevistadas relatam suas experiências conforme seus contextos.

Então eu casei [...] Tem um ano e pouco que eu tô com o J., só por cartas. [...] casei com o J., [...] eu odeio ficar sozinha. [...] Só que eu quero 100% de exclusividade. Não quero 2%, não quero 98%, eu quero 100%. Você é meu e eu sou sua. Num interessa onde’. E ele disse: ‘Não, tá certo. Casamento é isso mesmo’ [...] meu marido é grandão, ele tem 1 metro e 86, um armário. [...] Continuo gostando do esturpício, né? Mesmo tendo feito as cagadas, eu espero que ele esteja mudando [...] “P: E como está a vida sexual hoje? A: Zerada. [...] Num rola. [...] faz 1ano que eu num vejo ele. Então num rola. Eu estou na seca há 1 ano, há 1 ano. Firme e forte na batalha. (ÁGATA, 2016).

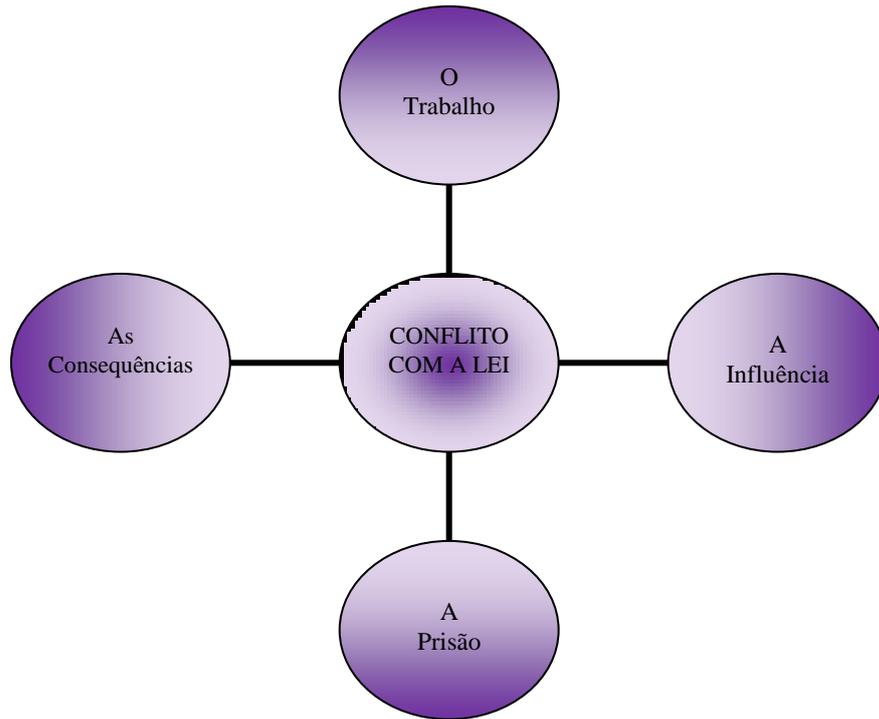
P: E outras partes da sua vida, como está? Como está a vida afetiva, sexual? E: Andando igual uma tartaruga, eu acho. [...] Tem um bicho que anda mais lento que uma tartaruga? P: Sua sexualidade antes do delito e depois do delito, você acha que sofreu mudanças ou não? E: Muita. Nossa, com certeza, é óbvio. [...] Devagar. [...] antes era com mais rapidez, com mais confiança, eu acreditava que eu ía (*sic*) me envolver com uma pessoa e que eu poderia ser feliz com aquela pessoa. (ESMERALDA, 2016).

Observa-se que os relatos evidenciam que a união estável lavrada em cartório, dando-lhe o status de casada alimenta sua relação afetiva, pois mesmo sem manter contato físico e sexual há mais de um ano e odiar ficar só, Ágata (2016) mantém-se vinculada a seu esposo, atualmente detido em outra cidade. Esmeralda (2016) no entanto, salienta o quanto

sua vida sexual mudou após as desilusões vivenciadas, colocando sua sexualidade análoga à uma tartaruga, por estar lenta e devagar.

5.6.2 Eixo Temático: Conflito com a Lei

Figura 2 – Eixo Temático: Conflito com a Lei



Fonte: A Autora, 2016

Quanto ao eixo temático Conflito com a Lei, os temas mais frequentes apresentados nos discursos referem-se: o trabalho, a influência, a prisão, as consequências.

5.6.2.1 Categoria: O Trabalho

Nesta categoria, as representações sociais sobre trabalho reconhecem a baixa remuneração e a rasa capacidade técnica, mas principalmente se fundamentam na conscientização dos benefícios do trabalho registrado e formal. Conforme quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Categoria: O Trabalho

MARCAS DO DISCURSO	
não tenho curso – não tô trabalhando - licença maternidade - licença maternidade – registrada - trabalho - gastei muito - dificuldade – procurando serviço – nada – fazia de tudo – seguro desemprego – dar satisfação	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	“Não, não tenho curso. [...] Eu sou manicure. Só não tenho o diploma, nunca fiz o curso. Mas

	<p>faço unha muito bem. Sou <u>manicure</u>, e já <u>trabalhei</u> como <u>revisora</u> na fábrica da P.. Trabalhei na A., também como <u>operadora de máquina</u>, na máquina que faz colchão de mola, na prensa [...] de uma fábrica de ferragem galvanizada de prensar estribo. <u>Não é fácil</u>, é <u>muito difícil</u>.”</p> <p>“Não. Por enquanto eu <u>não tô trabalhando</u>. Tô recebendo a <u>licença maternidade</u>. [...] Então, agora eu tô recebendo <u>licença maternidade</u>, por enquanto <u>não tô trabalhando</u>, só depois dos quatro meses, aí eu vou voltar a <u>trabalhar</u>. Não sei se como <u>manicure</u>, não sei ainda certinho, mas tô querendo trabalhar <u>registrada</u>, então, <u>manicure</u> por enquanto <u>não</u>. Quero <u>registrar de novo</u> na carteira. [...] É, eu não gosto de ficar <u>sem registro</u>, já estou um ano <u>sem registro</u>, e não é bom, eu <u>não gosto</u>. [...] Porque se eu não tivesse <u>registro</u> na carteira, agora eu não estaria recebendo a <u>licença maternidade</u>, né? Eu teria que deixar ele assim novinho com alguém e ir <u>trabalhar</u>. Mas como eu <u>trabalhava</u> antes, deu tudo certo, né?”</p> <p>“P: [...] Qual a renda da sua licença maternidade, você pode me falar? O: É <u>R\$ 788,00</u>.”</p> <p>“[...] eu <u>trabalhava</u> sim, na época eu <u>trabalhava</u>, foi na onde eu tive o meu primeiro filho [...] com intolerância à lactose, então eu <u>gastava demais</u>, <u>demais</u>, <u>demais</u>! [...] a lata de leite na época custava R\$ 60,00 reais [...] E eu <u>gastei muito</u> com pediatra, eu <u>gastei muito</u> com leite. [...] eu quase matei meu filho com aquele N.. Foi onde eu fui só <u>gastando</u>, <u>gastando</u> com pediatra. Foi onde <u>veio a dificuldade</u> [...] mas eu <u>trabalhava</u> sim, <u>trabalhava registrada</u>, mas <u>não tava dando</u> já. Já <u>não dava</u> mais pra nada. Foi por isso que eu <u>decidi vender droga</u>.”</p>
Ágata	<p>“P: [...] Hoje, qual é a sua renda familiar? A: [...] está <u>um salário comercial</u>. [...] Novecentos e uns quebradinhos.”</p> <p>“Eu tenho facilidade pra <u>aprender</u> as coisas [...] eu fiz o curso básico de <u>informática</u> porque eu queria o <u>diploma</u>. É porque eu falei que eu quero o diploma pra mim mostrar. Eu tenho o diploma de na época de escola, que eu fiz de <u>tapeçaria</u> [...] E fiz <u>arte</u>. Curso de arte de pintar quadro. Só que aí nada <u>levou a nada</u>. Agora eu tô, comecei a <u>trabalhar</u> no mercado, na <u>padaria</u>. [...] fui <u>registrada</u> como <u>serviços gerais</u>. Só que eu sou <u>atendente</u>, como eu tenho experiência em padaria eu fui, eu sou <u>atendente</u> de padaria. Só que falta gente no <u>caixa</u>: ‘Ágata!’ e vai eu pro caixa. Tá faltando gente pra empacotar, vou <u>empacotar</u>. Empacotar dinheiro? Vai a Ágata <u>contar dinheiro</u>. [...] Então, eu pego as coisas muito fácil. Nota fiscal, <u>conferir</u> as mercadoria: ‘Cadê a Ágata?’ [...] ela num perguntou pra mim se eu tinha passagem.”</p> <p>“Eu tudo quanto que é lugar que eu ía, <u>num achava serviço</u>. Fiquei <u>8 meses desempregada</u>. Eu vim aqui na frente [Patronato], as meninas falavam pra mim que num tava tendo <u>vaga</u>. [...] Aí num virou <u>nada</u>. Eu fui lá na Siat, Agência de Emprego e <u>nada</u>. Tudo que eu <u>procurava</u>, <u>nada</u>. Aí eu só achava uns <u>biquinhos</u> de <u>faxineira</u> [...] Só que foi indo, foi indo, <u>não deu certo</u>”</p> <p>“A mulher do dono do C. [rede de supermercado], ela é colega da minha mãe [...] foram criadas tudo juntas. [...] ela chegou em mim e falou: ‘Ágata, você tá <u>procurando serviço</u> ainda?’ e eu: ‘Eu tô L., a <u>situação tá feia</u>’, aí ela falou: ‘No mercado N. tá precisando de alguém, só que é urgente’, e eu falei: ‘Eu vou lá ver agora’. Aí acabou que eu não fui. [...] No outro dia cedo [...] fui fazer a entrevista de <u>emprego</u>. [...] eu fui lá, <u>deu certo</u>, só que eles num perguntaram pra mim se eu tinha antecedentes criminais, se eu tinha algum relacionamento coisa e tal, nada.”</p>
Jade	<p>“<u>Não tenho formação</u>. [...] Tudo quanto é coisa que eu <u>trabalho</u>, eu tenho <u>habilidade</u>. Se eu falar que eu tenho aquele <u>dom</u> de fazer, eu faço. Não sou uma pessoa que tem preguiça, que não gosta de fazer. O problema é só que eu <u>não tive oportunidade</u> de fazer. [...] Eu tenho um <u>dom</u>, o que eu vou fazer, eu faço. Sabe, mas <u>não tenho oportunidade</u>, <u>nunca tive</u>, né?”</p> <p>“[...] <u>Eu trabalhava</u>, pra quê fazer isso? Pra fazer vontade de uma pessoa, que não vale nada? Num é?”</p> <p>“Então, eu estava no <u>frigorífico</u>, né? [...] <u>Fazia de tudo</u>, lá não tinha dessa. Lá, você tinha que ser <u>vaqueiro</u> [...] <u>carregar carne</u> [...] <u>cortar carne</u> [...] <u>carregar caixa</u> [...] Lá tinha que <u>ser tudo</u>, não tinha dessa não. [...] No fim eu até <u>machuquei o braço</u> lá. [...] Tô no <u>seguro</u> (desemprego) hoje, né? Porque eles mandou embora do frigorífico. [...] É, eu tô com o <u>seguro desemprego</u>, até na hora que terminar. [...] É, eu <u>machuquei lá dentro</u>. [...] Porque no lugar que eu <u>trabalhava</u>, eram</p>

	<p>três pessoas que <u>trabalhava</u>, mas eu <u>trabalhava sozinha</u>, e eu <u>dava conta</u> dos três serviço. Aí, o nosso gerente lá, não ponia outra pessoa. Aí sempre <u>deixava eu</u>, porque disse que não precisava de muita gente, porque <u>eu dou conta</u>. Então ele pegava as outras pessoas pra por noutra lugar, que estava precisando. [...] Me deu <u>tendinite</u> no braço, aí <u>deslocou</u> e agora essa mão minha, aqui nesse braço, <u>lateja</u> direto, <u>formiga</u> minha mão assim, num consigo ficar pegando muita coisa com essa mão, <u>muito peso</u>, <u>ficou boba</u>. [...] Eu usava mais essa mão, pra jogar a carne em três lugar. [...] <u>Sozinha</u>. [...] A gente <u>precisava</u> né? Porque eu <u>preciso trabalhar</u>, não posso ficar <u>parada</u>.”</p>
Esmeralda	<p>“Eu <u>tenho curso</u> de computação, de <u>informática</u>. Eu <u>tenho vários treinamentos</u> com o <u>Sebrae</u> de atendimento, e <u>tenho muita experiência</u> na parte <u>financeira</u>, que é a parte que eu faço e eu acho isso muito importante. <u>Eu gosto</u> do que eu faço, e <u>faço com amor</u>, faço com carinho, com muita <u>responsabilidade</u>, sou muito responsável naquilo que eu faço e eu acho que isso faz muita diferença na minha vida.”</p> <p>“[...] Eu <u>trabalho</u> numa <u>empresa</u> [...] distribuidora de bebidas, uma fábrica de gelo [...] Faz <u>01 ano e 02 meses</u>. [...] <u>R\$ 2.500,00</u>. Eu <u>ganho bem</u>, eu considero que eu <u>ganho bem</u>, na verdade eu sou a que <u>ganha melhor</u> lá dentro da empresa. [...] Mas, eu também <u>tenho muito mais responsabilidades</u>, envolve <u>muito trabalho</u>. Além da <u>parte contábil</u> eu também <u>ajudo em tudo</u> ali, sabe?”</p> <p>“[...] eu sempre <u>gostei de ler</u> sobre várias coisas, eu sempre quis ter <u>muito conhecimento</u>, mas eu não estava fazendo nada para que isso seguisse em frente. Eu queria fazer uma faculdade, mas eu num queria [...] terminar o terceiro colegial, [...] quando eu entrei e comecei a assinar [...] veio a proposta do <u>Enem</u> [...] eu não tô dizendo que eu vou conseguir, mas se eu conseguir, é o lado positivo.”</p> <p>“[...] eu tive uma proposta de <u>emprego</u> semana passada, e eu não fui. Sabe por quê? Porque eu sabia que eu ía ter que pedir <u>autorização</u> para o juiz pra mim <u>ir trabalhar</u>, só porque é um <u>serviço noturno</u>, na recepção de um hotel. [...] como que eu vou explicar isso pra dona do hotel, que eu tenho um <u>processo</u>, que ela tem que fazer um pedido, ela tem que assinar um documento dizendo que eu vou <u>trabalhar</u>? Logo de cara, a mulher <u>não ía querer</u>, eu imagino, eu posso prever que isso ía acontecer. [...] É uma possibilidade de 90%, 80%, eu acredito que sim, porque, por exemplo, se onde eu <u>trabalho</u>, as pessoas me conhecem, já me conheciam fazia tempo, eu <u>tive problemas</u> quando descobriram, imagina quem nem me conhece, nem sabe de nada, da minha índole, não sabe como eu sou? [...] você ver o tanto que isso <u>muda a vida</u> de uma pessoa.”</p> <p>“[...] outra coisa que tipo eu penso muito, por exemplo, é de <u>não trocar de emprego</u>, eu não penso de <u>trocar emprego</u> tão fácil, porque eu sei que o <u>outro emprego</u> que eu arrumar, eu vou ter que passar por tudo de novo, pelas mesmas coisas, isso pra mim é um <u>constrangimento</u>, passar por isso. Sabe, <u>ter que explicar</u>, <u>dar satisfação</u>, não é que é <u>ruim</u>, mas é <u>sem graça</u>, eu me <u>sinto mal</u> com isso.”</p>

Fonte: A autora, 2016

O termo trabalho permeou o discurso das entrevistadas em articulação com o tema egressas do sistema prisional. Vigotsky (1930) em seus escritos entende e predomina o trabalho como atividade vital, o que não significa que ele ignore o caráter alienante deste. Observa-se que as entrevistadas relatam trabalhar formalmente durante o período em que cometeram o delito, conforme Jade (2016) “[...] Eu trabalhava, pra quê fazer isso? Pra fazer vontade de uma pessoa, que não vale nada?” e Opala (2016):

[...] eu trabalhava sim, na época eu trabalhava, foi na onde eu tive o meu primeiro filho [...] com intolerância à lactose, então eu gastava demais, demais, demais! [...] a

lata de leite na época custava R\$ 60,00 reais [...] E eu gastei muito com pediatra, eu gastei muito com leite. [...] eu quase matei meu filho com aquele N.. Foi onde eu fui só gastando, gastando com pediatra. Foi onde veio a dificuldade [...] mas eu trabalhava sim, trabalhava registrada, mas não tava dando já. Já não dava mais pra nada. Foi por isso que eu decidi vender droga. (OPALA, 2016).

A representação social de trabalho com base no discurso de Opala (2016) remete à realidade da população brasileira, que trabalha desde os dezessete anos e que financeiramente não conseguem alcançar reconhecimento financeiro. Assim, ficam à mercê do desespero quando numa situação grave de doença na família, os recursos são limitados para custear o diagnóstico e/ou tratamento. Insta salientar de forma pertinente, a deficiência de políticas públicas na área da saúde, cujo Sistema Único de Saúde (SUS) deveria cumprir seu papel, bem como as próprias Unidades Básicas de Saúde (UBS), que cabe acompanhar e instruir famílias instaladas em locais de vulnerabilidade social. Para a entrevistada Opala (2016), fica justificável que mesmo trabalhando formalmente, suas despesas superaram a receita, o que foi determinante para iniciar o tráfico de drogas e assim, angariar fundos (dinheiro ilícito) suficientes para arcar com as despesas do leite sem lactose e tratamento junto a pediatras. Fica explícito a baixa remuneração do trabalho formal e a escassa capacidade técnica das entrevistadas:

Não, não tenho curso. [...] Eu sou manicure. Só não tenho o diploma, nunca fiz o curso. Mas faço unha muito bem. Sou manicure, e já trabalhei como revisora na fábrica da P.. Trabalhei na A., também como operadora de máquina, na máquina que faz colchão de mola, na prensa [...] de uma fábrica de ferragem galvanizada de prensar estrivo (*sic*). Não é fácil, é muito difícil. (OPALA, 2016).

P: [...] Hoje, qual é a sua renda familiar? A: [...] está um salário comercial. [...] Novecentos e uns quebradinhos. [...] eu fiz o curso básico de informática porque eu queria o diploma. [...] Eu tenho o diploma de na época de escola, que eu fiz de tapeçaria [...] E fiz arte. Curso de arte de pintar quadro. Só que aí nada levou a nada. (ÁGATA, 2016).

Não tenho formação. [...] Não sou uma pessoa que tem preguiça, que não gosta de fazer. O problema é só que eu não tive oportunidade de fazer. [...] Sabe, mas não tenho oportunidade, nunca tive, né? (JADE, 2016).

Eu tenho curso de computação, de informática. Eu tenho vários treinamentos com o Sebrae de atendimento, e tenho muita experiência na parte financeira [...]. Eu gosto do que eu faço, e faço com amor, faço com carinho, com muita responsabilidade, sou muito responsável naquilo que eu faço e eu acho que isso faz muita diferença na minha vida. [...] Eu trabalho numa empresa [...] distribuidora de bebidas, uma fábrica de gelo [...] Faz 01 ano e 02 meses (*sic*). [...] R\$ 2.500,00. Eu ganho bem [...]. (ESMERALDA, 2016).

Veja que as entrevistadas especificam suas habilidades laborais e de adaptação em qualquer função, e as vantagens de se manter com registro em Carteira de Trabalho e

Previdência Social (CTPS) para usufruírem de seus direitos (salário maternidade, que consiste numa renda mensal igual à remuneração integral e seguro desemprego):

Por enquanto eu não tô (*sic*) trabalhando. [...] Então, agora eu tô recebendo licença maternidade [...] só depois dos quatro meses, aí eu vou voltar a trabalhar. Não sei se como manicure [...] mas tô querendo trabalhar registrada [...]. Quero registrar de novo na carteira. [...] É, eu não gosto de ficar sem registro, já estou um ano sem registro, e não é bom, eu não gosto. [...] Porque se eu não tivesse registro na carteira, agora eu não estaria recebendo a licença maternidade, né? Eu teria que deixar ele assim novinho com alguém e ir trabalhar. Mas como eu trabalhava antes, deu tudo certo, né? [...] P: [...] Qual a renda da sua licença maternidade, você pode me falar? O: É R\$ 788,00. (OPALA, 2016).

Eu tenho facilidade pra aprender as coisas [...] Então, eu pego as coisas muito fácil. (ÁGATA, 2016).

Tudo quanto é coisa que eu trabalho, eu tenho habilidade. Se eu falar que eu tenho aquele dom de fazer, eu faço. [...] Eu tenho um dom, o que eu vou fazer, eu faço. [...] Tô (*sic*) no seguro [desemprego] hoje, né? Porque eles mandou (*sic*) embora do frigorífico. [...] É, eu tô (*sic*) com o seguro desemprego, até na hora que terminar. (JADE, 2016).

Relatam ainda as dificuldades para serem alocadas no mercado de trabalho enquanto cumprem suas penas em meio aberto, oriundas da burocratização do judiciário e do preconceito enfrentado. Observa-se que as entrevistadas ao discorrerem sobre suas atribuições em seus trabalhos, evidenciam o quanto as mulheres para permanecerem no mercado de trabalho, desenvolvem diversas funções que não são de suas atribuições, para terem garantido suas vagas:

Eu tudo quanto que é lugar que eu ía, num achava serviço. Fiquei 8 meses desempregada. Eu vim aqui na frente [Patronato], as meninas falavam pra mim que num tava tendo vaga. [...] Eu fui lá na Siat, Agência de Emprego e nada. Tudo que eu procurava, nada. Aí eu só achava uns biquinhos de faxineira [...] Só que foi indo, foi indo, não deu certo. [...] fui fazer a entrevista de emprego [no mercado] [...] eu fui lá, deu certo, só que eles num perguntaram pra mim se eu tinha antecedentes criminais, se eu tinha algum relacionamento coisa e tal, nada. [...] comecei a trabalhar no mercado, na padaria. [...] fui registrada como serviços gerais. Só que eu sou [...] atendente de padaria. Só que falta gente [...] vai eu pro caixa [...] vou empacotar [...] contar dinheiro [...] conferir as mercadorias [...] ela num perguntou pra mim se eu tinha passagem. [...] (ÁGATA, 2016).

Então, eu estava no frigorífico, né? [...] Fazia de tudo, lá não tinha dessa. Lá, você tinha que ser vaqueiro [...] carregar carne [...] cortar carne [...] carregar caixa [...] Lá tinha que ser tudo, não tinha dessa não. [...] No fim eu até machuquei o braço lá. [...] É, eu machuquei lá dentro. [...] Porque no lugar que eu trabalhava, eram três pessoas que trabalhava, mas eu trabalhava sozinha, e eu dava conta dos três serviço. Aí, o nosso gerente lá, não pnhava outra pessoa. Aí sempre deixava eu, porque disse que não precisava de muita gente, porque eu dou conta. [...] Me deu tendinite no braço, aí deslocou e agora essa mão minha, aqui nesse braço, lateja direto, formiga [...] num consigo ficar pegando muita coisa com essa mão, muito peso, ficou boba. [...] Eu usava mais essa mão, pra jogar a carne em três lugar. [...]

Sozinha. [...] A gente precisava né? Porque eu preciso trabalhar, não posso ficar parada. (JADE, 2016).

[...] eu considero que eu ganho bem, na verdade eu sou a que ganha melhor lá dentro da empresa. [...] Mas, eu também tenho muito mais responsabilidades, envolve muito trabalho. Além da parte contábil eu também ajudo em tudo ali [...] tive uma proposta de emprego [...] e eu não fui [...] Porque eu sabia que eu ia ter que pedir autorização para o juiz pra ir trabalhar, só porque é um serviço noturno, na recepção de um hotel. [...] como que eu vou explicar isso pra dona do hotel, que eu tenho um processo, que ela tem que fazer um pedido, ela tem que assinar um documento dizendo que eu vou trabalhar? [...] se onde eu trabalho, as pessoas [...] já me conheciam fazia tempo, eu tive problemas quando descobriram, imagina quem nem me conhece, nem sabe de nada, da minha índole, não sabe como eu sou? [...] pra você ver o tanto que isso muda a vida de uma pessoa. [...] eu não penso de trocar de emprego tão fácil, porque eu sei que o outro emprego que eu arrumar, eu vou ter que passar por tudo de novo, pelas mesmas coisas, isso pra mim é um constrangimento, passar por isso. Sabe, ter que explicar, dar satisfação, não é que é ruim, mas é sem graça, eu me sinto mal com isso. (OPALA, 2016).

O relato de Jade (2016) supramencionado exemplifica o quanto a divisão do trabalho pode dividir o próprio indivíduo, que fica impossibilitado de se desenvolver como ser inteiro, pois relata que seu gerente opta por levá-la à exaustão, justificando sua capacidade laboral de repetição no processo produtivo. Vigotsky (1930), referenciando-se nas teses de Marx comenta:

Em um extremo da sociedade encontramos a divisão [alienação] entre o trabalho intelectual e o material, a separação entre a cidade e o campo, a exploração implacável do trabalho de crianças e mulheres, a pobreza e impossibilidade de um desenvolvimento livre e omnilateral do pleno potencial; e no outro extremo, folga e ostentação. De tudo isso resulta não só que o tipo humano autenticamente útil diferencia-se em vários tipos, de diferentes classes sociais – como estes, por sua vez, permaneçam em agudo contraste entre e outros –, mas também a corrupção e a distorção da personalidade humana, assim como uma sujeição a um desenvolvimento inadequado, unilateral, no interior mesmo de todas essas diferentes variantes tipológicas humanas. (VIGOTSKY, 1930, p.3).

Desta forma, observa-se que o trabalho favorece ao indivíduo tornar-se humano, mas a própria divisão social do trabalho nesta sociedade capitalista acaba por alienar a pessoa nesse processo, transformando-o em ferramenta, em máquina. O psicólogo Vigotsky (2009) afirma que o indivíduo se relaciona com o mundo sempre por intermédio das relações que são mediadas pelos signos e ferramentas. O conceito de ferramentas relaciona-se diretamente com a categoria de trabalho. Vigotsky e Luria (1996) trazem a síntese da evolução do indivíduo pelo trabalho, na criação de signos e ferramentas:

Sob pressão imediata das condições externas, o homem, em sua luta ativa com o mundo exterior, aprendeu a não usar diretamente suas capacidades naturais na luta pela existência, mas a desenvolver primeiro métodos mais ou menos complexos para ajudá-lo nessa luta. No processo da evolução, o homem inventou ferramentas e criou

um ambiente industrial cultural, mas esse ambiente alterou o próprio homem; [...]. Gradativamente, o ser humano aprende a usar racionalmente as capacidades naturais. A influência do ambiente resulta no surgimento de novos mecanismos sem precedentes no animal; por assim dizer o ambiente se torna interiorizado; o comportamento torna-se social e cultural não só em seu conteúdo, mas também em seus mecanismos, em seus meios. Ao invés de memorizar imediatamente algo de particular importância, o ser humano desenvolve um sistema de memória associativa e estrutural, desenvolvem-se a linguagem e o pensamento, surgem as ideias abstratas e criam-se inúmeras habilidades culturais e meios de adaptação – em consequência do que o adulto cultural surge em lugar do adulto primitivo. [...] o homem cultural difere enormemente do homem primitivo pelo fato de que um enorme repertório de mecanismos psicológicos – habilidades, formas de comportamento, signos e dispositivos culturais – evoluíram no correr do processo de desenvolvimento cultural, como também pelo fato de que toda a sua mente se alterou sob a influência das condições complexas que o criaram (VIGOTSKY e LURIA, 1996, p.179-180).

Torna-se inevitável não citar as dificuldades enfrentadas pelas egressas do sistema prisional entrevistadas, em recolocarem-se profissionalmente, haja vista, o processo de automatização da força de trabalho, que sequer consegue absorver o número exorbitante de trabalhadores/as desempregados/as que hora contam com experiência profissional técnica, o que já coloca em desfavor as pessoas que trazem consigo o estigma de ex-presidiárias.

5.6.2.2 Categoria: A Influência

Nesta categoria, observa-se que as entrevistadas além das influências por parte da advogada, sogra e convivente/ex-conviventes, que lhes apresentaram o mundo do crime e insistiram para que elas cometessem o delito, além da dificuldade financeira relatada proveniente do tratamento de saúde do filho; a influência mais significativa remete às representações sociais de gênero das entrevistadas, a representação social do amor e do afeto, onde o patriarcado identifica o papel social da mulher como aquele responsável pela função afetiva, fatos que podem ser confirmados, conforme os relatos no decorrer das entrevistas, destacados nos fragmentos representativos a seguir, constante no quadro 7:

Quadro 7 – Categoria: A Influência

MARCAS DO DISCURSO	
através dele – incentivou – tráfico – dificuldade – gastei muito – eu decidi – eu posso ajudar – insistindo – iludindo – eu não sabia – libertar ele – amor cuida	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	“[...] antes <u>eu era mulecona</u> , mulecona de tudo! [...] não dava trabalho pra minha mãe, eu estudava certinho. Tinha um sonho de ir morar sozinha, terminar meus estudo, [...] faculdade, ter minha moto, meu carro [...] até os meus <u>dezessete anos</u> eu <u>brincava muito</u> na rua, com a molecada. Eu era meninona mesmo [...] só tinha idade e tamanho só, mas a cabeça era de menina [...] foi onde eu completei os <u>dezessete anos</u> , aí <u>conheci o meu ex-marido</u> , que foi onde <u>através dele</u> , eu <u>conheci tudo</u> de errado e foi me afastando das amigas, saí da escola, parei de estudar, comecei a trabalhar [...] e foi aí onde mudou toda a minha vida completamente. [...] ‘ <u>Tudo errado</u> ’ foi onde eu conheci o <u>mundo das drogas</u> , porque <u>eu não sabia</u> o quê que era nada, nem cheiro, cor, nada. Assim, o envolvimento não era consumo, mas <u>eu via muito</u> , pelas <u>companhias</u> ,

	<p>né? Não por consumo, mas <u>por ver</u>. Pelas <u>companhia</u>, né? Então, <u>eu via muito</u>, foi onde eu <u>passei a conhecer</u>.”</p> <p>“P: Por que ele foi preso, qual era o <u>artigo dele</u>? O: <u>Tráfico. 33</u>. P: [...] qual foi seu delito? Do que você foi acusada? O: <u>Tráfico também. 33</u>.”</p> <p>“Ninguém me <u>incentivou</u> a nada. Foi mesmo a <u>dificuldade</u>, eu trabalhava sim, na época eu trabalhava, foi na onde eu tive o meu <u>primeiro filho</u>. O meu <u>primeiro filho</u>, ele nasceu com <u>intolerância à lactose</u>, então eu <u>gastava demais</u>, demais, demais! O litro de leite dele, o litro não, a <u>lata de leite</u> na época custava <u>R\$ 60,00</u> reais, O A. que ele tomava. E eu <u>gastei muito</u> com <u>pediatra</u>, eu <u>gastei muito</u> com <u>leite</u>. [...] eu quase matei meu filho com aquele N.. Foi onde eu fui só gastando, gastando com pediatra. Foi onde veio a <u>dificuldade</u>, e eu por já <u>conhecer esse mundo</u>, foi onde <u>eu optei</u>. Falei: ‘<u>Vou vender droga e fui vender</u>’. [...] mas eu trabalhava sim, trabalhava registrada, mas não tava dando já. Já não dava mais pra nada. Foi por isso que eu <u>decidi vender droga</u>. Foi por isso, mas <u>ninguém</u> me mobilizou a nada não. [...] <u>eu optei</u> por mim mesmo, <u>eu quis</u> fazer, <u>eu fui</u> e <u>fiz sozinha</u>. Foi isso.”</p> <p>“Foi a <u>dificuldade</u>, pra não ver meu filho passar a falta de nada, eu resolvi. Mas não compensa, de forma alguma.”</p>
Ágata	<p>A polícia chegou e fechou ele. [...] aí a mãe dele conversando comigo: ‘<u>Vai, vai</u>’. Eu: ‘Eu num vou. Entrar num presídio? Eu nunca que entrei num presídio, cê acha que eu vou entrar agora? Num vou.’ Sogra: ‘Não, <u>vai, vai lá</u>. Ele gosta muito do cê’. Eu falei: ‘Num vou, pode fazer o que for, num vou.’ [...] eu <u>fiz a carteirinha</u> e comecei a <u>frequentar</u> lá. Aí acho que fui umas duas, três vezes, pode continuar falando? [...] aconteceu que um cara começou a pedir uns trem [droga] pra ele, e ele chegou em mim e falou: ‘<u>Mor, eu preciso que você traga</u> essa coisa [droga] pra mim’. Eu: ‘Eu num vou J., eu vim te vê, já é uma pouca vergonha eu entrar aqui, porque pra quem nunca foi num presídio, pra quem nunca foi numa delegacia, chegar e passar e fazer revista pelada na frente dos outros [...] é uma vergonha muito grande, você num acha não? Eu já tô numa evolução muito grande de tá vindo aqui te ver’. J: ‘<u>Não, mor</u>. Então deixa quieto’. Quando foi na segunda visita, ele (J.) falou assim pra mim: ‘<u>Mor, num vai dá, se você num trazer eu vou apanhar</u> e a situação num vai ficar boa pra mim’. E graças à Deus, a primeira vez que eu puis a mão [na droga], eu fui pega. Eu falo, de boca cheia pra quem quiser ouvir, a primeira vez que eu puis a mão numa disgrama daquela [droga], eu fui presa.”</p> <p>“Era <u>maconha</u>. [...] Não pesou muito, nem pra mim e nem pra ele, porque ele usa. [...] eu peguei e fui, entrei, passei na revista, tudo, só que teve uma pessoa [...] que ligou e falou o meu nome, que eu estava entrando com a droga. Eu num vou falar pra você que eu num tenho raiva, porque a primeira vez que você faz uma cagada na sua vida, porque [...] eu sempre tive medo de sujar meu nome, pra mim fazer um trem desse [...] Num culpo, num julgo ela, num sei o motivo que ela teve de fazer isso [...] eu agradeço à Deus por ter acontecido porque, se num tivesse acontecido isso, eu estaria <u>levando até hoje</u>. Né? E cê sabe muito bem que você <u>leva um tanto</u>, daqui uns dia você <u>tem que levar mais</u> um tanto, e o trem só <u>vai aumentando</u>, aquele bolo de gato e eu já num tava aguentando com aquela situação na minha cabeça. Porquê na semana que <u>ele ligou</u>, que <u>eu topei</u> de ir eu não consegui dormir. Eu fiquei 03 dias sem dormir batido. Sem dormir nada. [...] dentro de mim, eu tava doidinha pra contar, parece que aquele negócio tava me sufocando, me apertando.”</p> <p>“Porque [...] eu <u>fiquei doida</u>. Cara, como é que vai <u>por a mão</u> numa pessoa que <u>eu gosto</u> desse jeito, que <u>eu gosto</u> assim desse jeito, num dá? Então eu fui meio que por <u>impulso</u>, mas eu já fui <u>pensando</u> porque 72 horas dá pra você pensar muita coisa, em 72 horas eu <u>desisti muitas vezes</u>, só que no mesmo tempo que <u>eu desistia</u>, eu pensava: ‘E <u>se machucarem ele</u>?’ E se eu chegar numa visita, eu chegar lá e <u>ele estiver roxo</u>? E tiver com um <u>braço quebrado</u>? Ou se eu chegar lá e ele já <u>num tiver lá</u> mais? Então, aquilo ali eu fiquei 72 horas na minha <u>cabeça a mil</u>, <u>pegando fogo</u> e eu <u>acabei levando</u>. Eu num vou ficar pensando muito, porque vai <u>ferir uma pessoa que eu gosto</u>, numa coisa que <u>eu posso fazer</u>, numa coisa que <u>eu posso ajudar</u>, foi aí que deu no que deu.”</p>

	<p>“A: Foi meu primeiro e último contato, nunca mais, zerou. P: E o que te motivou, pra gente resumir. A: A <u>pressão</u> de <u>perder o J.</u> [...] Não sei te falar se ele é o <u>amor da minha vida</u> ou <u>pesadelo</u>, né?”</p>
Jade	<p>“[...] ele [ex-convivente] <u>falava</u> as coisas, <u>ficava insistindo</u>. Falava: ‘Se você não <u>trazer</u> pra mim, eu vou <u>largar</u> de você e aí quando eu sair lá fora, você vai ver o quê que eu vou fazer com você’. [...] ficava me <u>insistindo</u> ‘você tem seu filho’ [...] ficava me <u>iludindo</u> [...] eu ficava com aquilo na cabeça [...] ‘Meu Deus, será que eu dou conta de fazer isso? Meu Deus!’ [...] parece que foi tão bom Deus, que eu <u>fui</u> e caí a primeira vez, pra mim <u>não continuar</u> de novo, né? Porque senão, eu <u>ia continuando</u>, continuando. Parece que foi até bom, que Deus parece que Ele acertou de deixar o papel alumínio lá, que eu nem sabia mexer com isso, né? Do jeito que eu peguei lá, eu enrolei e pus na camisinha.”</p> <p>“<u>Fui visitar ele</u> e foi onde que eu <u>caí na dele</u> e <u>foi me iludindo</u> a cabeça. Ele [ex-convivente]: ‘Não, você <u>trás pra mim</u>. Você <u>trás pra mim</u>, que eu <u>num aguento</u> ficar sem, me dá <u>dor de cabeça</u>’ [...] E eu falei assim: ‘Gente, como que eu vou fazer pra trazer esse negócio?’ . E Ele falou: ‘Não, <u>a fulana</u> lá, faz isso, faz aquilo, e <u>te ensina</u>’. <u>Eu não sabia</u> fazer.”</p>
Esmeralda	<p>“[...] foi quando <u>tudo começou</u>, aí ele foi preso novamente por tráfico de drogas, aí a advogada dele [...] fez uma proposta pra ele, que a filha dele era usuária de drogas, [...] daria pra filha falar que era dela e <u>desconfigurar o tráfico</u> de drogas dele. [...] Deve ter sido umas 15 graminhas. [...] ela ia sofrer um processo, mas que ele não ia ser condenado por tráfico de drogas, aí ele saía [...]”</p> <p>“[...] pra mim (<i>sic</i>) poder ir fazer visita pra ele e levar as coisas pra ele, dar apoio moral [...]”</p> <p>“Ele começou a mexer com droga, até então ele não mexia. Aí eu descobri que tinha droga dentro do carro dele, eu peguei e liguei pra polícia e denunciei, porque eu pensava que se <u>ele fosse preso</u>, <u>eu ficaria livre</u> dele, ele ia tá na cadeia e <u>eu ia me separar</u> e tocar a minha vida pra frente. [...] Foi quando ele foi preso.”</p> <p>“A filha dele topou [...] era maior de idade. Quando faltava pouco tempo, a filha dele resolveu não falar mais isso. Aí a advogada dele falou [...] que ia ser muito difícil, que ele ia ser preso muito tempo, muitos anos. Que ia começar uma vida mais dura, e se ele num tinha alguém que pudesse falar isso pra ele. Aí a advogada conversando comigo e com ele, [...] Ela falou se eu não podia fazer, porque ela tinha olhado o meu nome e eu não tinha nenhum processo, ela falou que <u>eu poderia</u>. Ela ia inventar uma história pra mim falar e se eu falasse, que <u>eu ia conseguir libertar ele</u>.</p> <p>“Como que eu ia falar pro juiz que a droga era minha, sendo que não era minha? Eu tinha medo de ir presa, porque até então eu era <u>muito boba</u>, <u>leiga</u> nessa parte. [...] a advogada dele teve uma ideia, falou assim: ‘por quê que você num fala que você fez isso porque você tava com ciúme dele e por isso você quis incriminar ele, por isso você pegou e falou tudo isso?’ Aí eu pensei por vários dias, uns 15 dias, se eu ia fazer isso, foi quando <u>eu decidi</u>. Eu falei assim: ‘eu vou <u>fazer</u> se ele sair da cadeia e me deixar <u>livre</u>, por isso eu vou <u>assumir</u>.’ Tipo, eu vou tá resolvendo um problema que [...] já era um grande problema na minha vida, mas que poderia ficar pior. Então eu conversei com ele, eu falei que eu <u>faria tudo</u> isso pra ele, só que eu queria <u>liberdade</u>. Eu queria, tipo, tocar a minha vida pra frente, eu não queria que ele viesse atrás de mim. Assim <u>eu fiz</u>, <u>eu falei</u> tudo isso pro juiz e eu <u>fui processada</u> por causa disso. Foi assim que aconteceu. [...] <u>Denúnciação caluniosa</u>. [...] artigo 315 [...] Foi quando aconteceu tudo isso. Ele foi solto, ele foi livre, aí ele tocou a vida dele, ele veio atrás de mim algumas vezes, mas eu falei pra ele, eu bati o pé porque eu já tava muito firme [...] vivendo outra realidade, porque até então eu tava vivendo a realidade dele.”</p> <p>“A vontade de <u>me libertar</u> dele, eu acho que isso foi uma coisa que <u>pesou muito</u>. [...] sabe quando você quer tirar uma pedra do seu caminho, pra que você veja que depois dessa pedra existe outro caminho a seguir? Porque essa pedra que eu tirei, eu não tirei da forma certa, eu tirei da forma errada, me prejudicando. [...] isso foi uma coisa que <u>me motivou</u> muito. <u>O amor</u> também eu acho que <u>motiva</u> [...] <u>a ilusão</u>, não falo nem amor, [...] eu separo muito: amor de paixão, de ilusão, essas coisas. Porque paixão é aquela coisa mais ardente, você faz as coisas no</p>

	<p>impulso, acho que é mais carnal essas coisas. Eu acho que <u>quando se ama</u> uma pessoa [...] é com o coração, é com a alma, eu acredito muito nisso, porque assim, quando <u>você ama</u> alguém, você é <u>capaz de libertar</u> essa pessoa pra ela encontrar o caminho dela [...] <u>amor</u> é quando você <u>cuida</u> [...] <u>amor</u> não é só passar a mão na cabeça da pessoa, tampar o sol com a peneira [...] <u>amor</u> é isso [...] <u>amor</u> de pais [...] de filho pra mãe [...] <u>amor</u> de amigo pra amigo [...] <u>amor</u> de um homem pra mulher [...]"</p> <p>“Eu acho que não tem um <u>culpado</u>. Eu acho que [...] se a Lei tivesse investigado mais, teria descobrindo que era mentira, eu acho que existe <u>muita influência</u>. [...] A filha dele me falava isso: ‘se eu fosse você, eu não faria isso’ [...] Mas, o que eu tenho que passar, eu vou passar. Então, já que aconteceu isso, não existe como mudar, e tipo hoje, se fosse pra mudar, eu nem queria mudar mais, então que eu enfrente as coisas com mais força, [...] vou enfrentar isso como minha realidade hoje, eu vou pagar, vai terminar, vai demorar [...] 03 anos, mas eu vou pagar e pronto.”</p>
--	--

Fonte: A autora, 2016

Nesta categoria as entrevistadas relatam, que antes de se relacionarem afetivamente com seu convivente/ex-conviventes, não tinham contato com o crime, nem com a justiça: “[...] antes eu era mulecona [...] não dava trabalho [...] até os meus dezessete anos eu brincava muito na rua, com a molecada. Eu era menina mesmo [...] só tinha idade e tamanho só, mas a cabeça era de menina” (OPALA, 2016); “[...] pra quem nunca foi num presídio [...] numa delegacia, [...] fazer revista pelada [...] é uma vergonha muito grande [...].” (ÁGATA, 2016); “[...] eu nunca fiz coisa errada, nunca, nunca, eu morria de medo.” (JADE, 2016) e “Eu tinha medo de ir presa, porque até então eu era muito boba, leiga nessa parte.” (ESMERALDA, 2016).

Evidencia-se que as entrevistadas, fazem questão de relatar sobre suas escolhas conscientes para cometerem os delitos (tráfico de drogas e denúncia caluniosa), porém levam pouco em consideração as violências psicológicas sofridas por seu convivente/ ex-conviventes na época. Conforme Soares e Ilgenfritz (2002) em seus estudos revela que o que tem levado as mulheres a praticarem o tráfico de droga é o vínculo afetivo com seu marido, namorado e companheiro, tornando-se cúmplices, ou após a prisão destes, perpetuam o “serviço” para garantir o sustento familiar.

[...] eu completei os dezessete anos, aí conheci o meu ex-marido, que foi onde através dele, eu conheci tudo de errado [...] ‘Tudo errado’ foi onde eu conheci o mundo das drogas, porque eu não sabia o quê que era nada, nem cheiro, cor, nada. Assim, o envolvimento não era consumo, mas eu via muito, pelas companhias, né? Não por consumo, mas por ver. Pelas companhias, né? Então, eu via muito, foi onde eu passei a conhecer. [...] Ninguém me incentivou a nada. Foi mesmo a dificuldade [...] Foi onde veio a dificuldade, e eu por já conhecer esse mundo, foi onde eu optei. Falei: ‘Vou vender droga e fui vender’. [...] Foi por isso que eu decidi vender droga. Foi por isso, mas ninguém me mobilizou a nada não. [...] eu optei por mim mesmo, eu quis fazer, eu fui e fiz sozinha. (OPALA, 2016).

[...] a mãe dele [...]: ‘Vai, vai’. Eu: ‘Eu num vou. Entrar num presídio? Eu nunca que entrei num presídio, cê (sic) acha que eu vou entrar agora? [...]’ Sogra: ‘Não, vai, vai lá. Ele gosta muito do cê’ (sic). Eu falei: ‘Num vou, pode fazer o que for, num vou.’ [...] eu fiz a carteirinha e comecei a frequentar lá [...] fui umas duas, três vezes [...] aconteceu que um cara começou a pedir uns trem [droga] pra ele, e ele chegou em mim e falou: ‘Mor, eu preciso que você traga essa coisa [droga] pra mim’. Eu: ‘Eu num vou J., eu vim te vê, já é uma pouca vergonha eu entrar aqui [...] fazer revista pelada na frente dos outros [...] é uma vergonha muito grande [...]. J: ‘Não, mor. Então deixa quieto’. Quando foi na segunda visita, ele [J.] falou [...]: ‘Mor, num vai dá, se você num trazer eu vou apanhar e a situação num vai ficar boa pra mim’. [...] Porquê na semana que ele ligou, que eu topei de ir eu não consegui dormir. (ÁGATA, 2016).

[...] ele [ex-convivente] falava as coisas, ficava insistindo. Falava: ‘Se você não trazer (sic) pra mim, eu vou largar de você e aí quando eu sair lá fora (sic), você vai ver o quê que eu vou fazer com você’. [...] ficava me insistindo ‘você tem seu filho’ [...] ficava me iludindo [...] eu ficava com aquilo na cabeça [...] parece que foi tão bom Deus, que eu fui e caí a primeira vez, pra mim não continuar de novo, né? Porque senão, eu ía (sic) continuando, continuando. [...] Eu falo que é ele [ex-convivente]. É ele, porque eu nunca fiz coisa errada, nunca, nunca, eu morria de medo. [...] Então foi ele! Nunca, ninguém pôs na minha cabeça isso, nunca. [...] Fui visitar ele e foi onde que eu caí na dele e foi me iludindo a cabeça. Ele [ex-convivente]: ‘Não, você trás pra mim. Você trás pra mim, que eu num aguento ficar sem, me dá dor de cabeça’ [...] E Ele falou: ‘Não, a fulana lá, faz isso, faz aquilo, e te ensina’. Eu não sabia fazer. (JADE, 2016).

[...] a advogada dele teve uma ideia, falou assim: ‘por quê que você num fala que você fez isso porque você tava (sic) com ciúme dele e por isso você quis incriminar ele [...]?’ Aí eu pensei por vários dias, uns 15 dias [...], foi quando eu decidi. Eu falei assim: ‘eu vou fazer se ele sair da cadeia e me deixar livre, por isso eu vou assumir.’ [...] Então eu conversei com ele, eu falei que eu faria tudo isso pra ele, só que eu queria liberdade. Eu queria [...] tocar a minha vida pra frente, eu não queria que ele viesse atrás de mim. Assim eu fiz, eu falei tudo isso pro juiz e eu fui processada por causa disso. Foi assim que aconteceu. [...] Denúnciação caluniosa. [...] artigo 315 [...] A vontade de me libertar dele, eu acho que isso foi uma coisa que pesou muito. [...] isso foi uma coisa que me motivou muito. [...] Eu acho que não tem um culpado. Eu acho que [...] se a Lei tivesse investigado mais, teria descobrido (sic) que era mentira, eu acho que existe muita influência. (ESMERALDA, 2016).

Nota-se que o que as levaram a cometer o crime, foi deliberadamente a influência das representações sociais de gênero das entrevistadas, a saber a representação social do amor e do afeto, onde o patriarcado identifica o papel social da mulher como aquele responsável pela função afetiva.

Para a sociedade patriarcal, é papel social de a mulher ser a responsável pelo afeto e pela proteção do seu lar, a essência do feminino é cuidar e proteger sua família. Quando as entrevistadas assumem o delito e evidenciam que aceitaram cometer o crime por vontade própria, veja que este ato (delito) soa como um ato heróico, de uma heroína que por amor e proteção opta pelo tráfico de drogas para aumentar sua renda e assim garantir o tratamento de saúde a seu filho que tardiamente descobre ser intolerante à lactose como ocorreu com Opala, bem como foi para que seu convivente pagasse sua dívida na prisão e assim não fosse machucado na prisão que Ágata por gostar muito do J. e por medo de perdê-lo se submete ao

tráfico de drogas; o mesmo ocorre com Jade, que decide arriscar o tráfico de droga adentrando no presídio com maconha na vagina para salvaguardar seus filhos das ameaças de seu ex-convivente e ainda para cumprir seu papel de esposa que não abandona seu marido no momento de dificuldades e por fim, a Esmeralda que opta por visitá-lo para dar apoio moral, libertá-lo do sofrimento da prisão descaracterizando o tráfico de drogas dele e assumindo o delito de denúncia caluniosa, para enfim conseguir manter-se livre do ex-convivente.

Foi mesmo a dificuldade [...] eu tive o meu primeiro filho [...] ele nasceu com intolerância à lactose, então eu gastava demais [...] a lata de leite na época custava R\$ 60,00 reais [...] eu gastei muito com pediatra, [...] com leite. [...] Foi onde veio a dificuldade, e eu por já conhecer esse mundo, foi onde eu optei. Falei: ‘Vou vender droga e fui vender’. [...] Foi por isso que eu decidi vender droga. (OPALA, 2016).

Porque [...] eu fiquei doída. Cara, como é que vai por a mão numa pessoa [...] que eu gosto assim desse jeito, num dá? Então eu fui meio que por impulso, mas [...] em 72 horas eu desisti muitas vezes, só que no mesmo tempo que eu desistia, eu pensava: ‘E se machucarem ele?’ E se eu chegar numa visita, eu chegar lá e ele estiver roxo? E tiver com um braço quebrado? Ou se eu chegar lá e ele já num tiver lá mais? [...] e eu acabei levando. Eu num vou ficar pensando muito, porque vai ferir uma pessoa que eu gosto, numa coisa que eu posso fazer, numa coisa que eu posso ajudar, foi aí que deu no que deu. [...] P: E o que te motivou, pra gente resumir. A: A pressão de perder o J.. [...] Não sei te falar se ele é o amor da minha vida ou pesadelo, né? (ÁGATA, 2016).

Falava: ‘Se você não trazer pra mim, eu vou largar de você e aí quando eu sair lá fora, você vai ver o quê que eu vou fazer com você’. [...] ficava me insistindo ‘você tem seu filho’ [...] ficava me iludindo [...] eu ficava com aquilo na cabeça. (JADE, 2016).

“[...] poder ir fazer visita pra ele e levar as coisas pra ele, dar apoio moral [...]” Aí a advogada dele falou [...] que ía (*sic*) ser muito difícil, que ele ía (*sic*) ser preso muito tempo, muitos anos. Que ía (*sic*) começar uma vida mais dura, e se ele num tinha alguém que pudesse falar isso pra ele. Aí a advogada conversando comigo e com ele, [...] Ela falou se eu não podia fazer, porque ela tinha olhado o meu nome e eu não tinha nenhum processo, ela falou que eu poderia. Ela ía (*sic*) inventar uma história pra mim falar e se eu falasse, que eu ía (*sic*) conseguir libertar ele. [...] O amor também eu acho que motiva [...] Eu acho que quando se ama uma pessoa [...] é com o coração, é com a alma, eu acredito muito nisso, porque assim, quando você ama alguém, você é capaz de libertar essa pessoa pra ela encontrar o caminho dela [...] amor é quando você cuida. (ESMERALDA, 2016).

Gutierrez e Minayo (2009, p. 709) abordam sobre o imaginário social e as teorias que “discutem o cuidado enquanto conceito central [...] a imagem da mulher se liga, de uma maneira no mais das vezes a-crítica, ao afeto, à maternidade e ao amor incondicional que se expressam, sobretudo, no espaço do lar.”

É com o passar dos anos, que a imagem social da mulher vai se constituindo e sintetizando em si diversos elementos idealizados, que visam interesses políticos e

econômicos, chegando-nos como representações sociais enraizadas (GUTIERREZ E MINAYO, 2009, p. 710). Como se pode confirmar:

[...] O ideal que tornará a mulher responsável pela casa, pela perenidade do casamento, pela procriação e por tudo mais que diz respeito à família e aos filhos constitui-se numa verdadeira 'armadilha histórica'. Pois a mulher/mãe, assim responsabilizada, assume toda a carga simbólica da (in)felicidade dos membros da família, da educação e do sucesso dos filhos e do marido. (GUTIERREZ E MINAYO, 2009, p. 710).

Ainda fundamentadas na escrita de Gutierrez e Minayo (2009) é possível elencar quais dos papéis mais comuns designados às mulheres, no que se refere às funções afetivas e morais enraizadas nesta sociedade patriarcal:

[...] *funções afetivas*: preocupar-se, amar (filho e casa), dar atenção, compreender, [...] estar sempre disposta, ser sempre sorridente, ser sempre presente, ser carinhosa, conciliar, tomar a frente, [...] dar estrutura emocional, conviver; [...] *funções morais*: responsabilidade, [...] moral, vigiar os filhos, guerreira, ser especial, renúncia à sua juventude, unir a família [...] podemos constatar que prevalece a ideia de que a mulher tem um lugar central no equilíbrio familiar. (GUTIERREZ E MINAYO, 2009, p. 711 – 712).

Complementa esta perspectiva, Borsa e Nunes (2011, p. 39) "Nesse modelo, a mulher sempre ocupou um lugar fundamental, por meio do papel da maternidade, como um elemento agregador imprescindível para a sobrevivência da família."

Historicamente, o papel social da mulher enraizado na sociedade é produto deste processo de desenvolvimento individual e social, ou seja, "a estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social." (Vigotsky, 1998, p. 33).

5.6.2.3 Categoria: A Prisão

Nesta categoria, os relatos das entrevistadas referem-se às suas experiências ao adentrarem as Delegacias de Polícia e os Presídios Femininos em que foram detidas em regime fechado, bem como as vivências atuais no cumprimento do regime em meio aberto, na Unidade Prisional que se desenvolveu esta pesquisa. Os discursos trazem sob o olhar das entrevistadas, os impactos do encarceramento e as discriminações vividas. Esses relatos são marcas que vão além dos discursos, pois marcaram suas histórias de vida. Conforme quadro 8 seguinte:

MARCAS DO DISCURSO
Presa – tráfico – Paranaíba – Delegacia Civil – Três Lagoas – Presídio – Não posso – não compensa – não tinha – cadeia – muito lotada – transferiram – discriminação – sentença – regime aberto – os menor – meninas – cela – Deus – horrível – difícil – vergonha – banho de sol – misturado – ouvia tudo – assinar – pagar

FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	<p>“Eu estive <u>presa</u> há quatro anos atrás, fiquei presa <u>cinquenta dias</u>. [...] Sim, após os cinquenta dias eu ganhei o direito de <u>responder</u> o processo <u>em liberdade</u> e agora, <u>quatro anos depois</u>, que saiu a <u>condenação</u>, por isso eu tô assinando todo dia.”</p> <p>“O <u>tráfico</u> também, <u>33</u>. [...] eu decidi <u>vender droga</u> [...]”</p> <p>“Fiquei <u>trinta dias</u> aqui em Paranaíba na <u>Delegacia Civil</u> e mais <u>vinte dias</u> no <u>Presídio [Feminino]</u> de <u>Três Lagoas [MS]</u>. [...] Porque aqui em Paranaíba <u>não tem Presídio Feminino</u>. Com um mês que eu tava aqui, eu fui <u>transferida</u> pra lá, fiquei mais vinte dias. [...] ele também tava preso em Campo Grande. Ele tava preso também. Então quem me visitava era a minha mãe e meu filho, que na época tinha dois meses de idade. Minha mãe que levava [...] hoje se meu filho precisar de alguma coisa, eu não vou fazer isso, porque <u>não compensa</u>. Jamais!”</p> <p>“Tinha <u>muita diferença</u>, né? Porque ali na cadeia, <u>não tinha</u> o <u>banho de sol</u>, né? Então, esses 30 dias todos, foi dentro daquela <u>cela</u>, somente lá dentro. <u>Não tinha</u> o <u>café da manhã</u>, somente <u>almoço e janta</u> mesmo, na hora que eles levava. Já dentro do <u>presídio</u> não, era diferente. Tinha <u>horário</u> pro <u>banho de sol</u>, <u>horário</u> pra <u>sair</u>, pra <u>entrar</u> pra dentro da cela, <u>café da manhã</u>, o <u>almoço</u> e a <u>janta</u> tudo <u>quentinho</u>.”</p> <p>“Daqui eles me mandaram pra lá, porque a <u>cadeia</u> daqui tava <u>muito lotada</u>. Tinha <u>muita mulher</u> e já <u>num cabia</u>. Na verdade, na verdade <u>delegacia não é lugar</u> pra ficar presa, né? Então, foi onde eles <u>transferiram</u> todas pra lá, todas as mulheres de Paranaíba, foi um pouco pra Três Lagoas, outro tanto pra Bataguassu.”</p> <p>“Quando <u>eu saí</u> de lá [presídio de Três Lagoas/MS], eu saí de noite, oito horas da noite. Meu advogado foi me buscar [...] me trouxe pra <u>Aparecida do Taboado</u> [...] fiquei na casa da minha mãe, fiquei morando com ela, não quis mais voltar pra Paranaíba [...] Fiquei em Aparecida [do Taboado/MS], <u>04 anos</u>. Foi bastante tempo, aí agora quando saiu essa <u>sentença</u> que eu tive que vim pra cá [Paranaíba], pra cumprir.”</p> <p>“Eu ainda não sei [...] o tempo certo [...] são <u>03 anos e 08 meses</u> de condena. Mas, o tempo que eu vou ficar assinando, eu ainda não sei [...] <u>Regime Semiaberto</u> em <u>Regime Aberto</u>. Mas eu <u>cumpro no Aberto</u>, porque aqui <u>num tem Semiaberto</u> feminino, aí eu venho todos os dias <u>eu assino</u>, menos o domingo e feriado, das 06h00 da manhã às 20h00 da noite. Como eu sou autônoma, manicure, então 01 vez por mês eu tenho que trazer uma declaração que eu sou autônoma e o comprovante de residência.”</p> <p>“Hoje eu quero ir <u>visitar</u> meus <u>filhos</u> que mora pra frente de Rio Preto, Estado de São Paulo, eu <u>não posso</u>. Por quê que eu não posso? Porque eu <u>tenho que pagar</u> pelo que eu fiz lá atrás, faz quatro anos, mas hoje eu tenho que <u>pagar</u>.”</p>
Ágata	<p>[...] eu peguei, fui tranquila [...] na hora que eu tava chegando perto da porta de entrada, o policial me chamou e eu <u>fui presa</u> dentro do <u>presídio</u>.</p> <p>P: E você colocou a droga aonde? Em que parte?</p> <p>A: Na <u>vagina</u>.</p> <p>P: E alguém te explicou como que você tinha que fazer isso?</p> <p>A: Sim. Eu tava com uma menina na época [...] Ela levava e diz ela levava de muito. Há muito tempo ela levava [...] tanto na vagina quanto no ânus, ela falou que chegava a colocar 250g. [...] Eu <u>leve</u> 108g. Aquilo já me machucou. [...] Porque quando eu coloquei aquilo lá, eu avisei pras meninas: ‘Oh num vai dar certo isso aqui, [...] o negócio aqui num é largo [...] num vai dá pra eu fazê isso aqui não.’ [...] tem um negócio, cê passa um óleo. Eu passei aquele negócio, aquele negócio me machucou, me machucou mesmo, porque saiu sangue depois que eu tirei aquilo lá. [...] Só que pra mim, aquilo dali num é vida.</p>

	<p>“Fiquei <u>detida</u> aqui [Paranaíba/MS] [...] e fui pra Três Lagoas [Presídio Feminino]. [...] Eu fiquei <u>03 meses presa</u>. [...] eu fiquei aqui em <u>Paranaíba</u> [Delegacia de Polícia], acho que [...] 01 mês e 03 dias. Ali a única <u>separação</u> que tem dos <u>meninos</u> das <u>meninas</u>, era uma paredinha [...] só uma parede de <u>separação</u> dos <u>meninos</u> das <u>meninas</u>. [...] Então ali eu escutava os meninos. Muleque de <u>14 e 15 anos</u> roubando de dia. [...] Fica tudo um <u>bolo</u> ali. Fica tudo <u>enrolado</u> [...] as da <u>mulher</u> são 02 celas [...] No dia que eu peguei [...] o ‘bonde pra Três Lagoas’, as mais velhas ficou numa e desse lado de cá uma <u>grávida de menor</u>. [...] Aí tem uma parede separando, e do outro lado tem 02 celas pros <u>homem</u>, que é <u>dos maior</u> [...] e as <u>dos menor</u> [...]. Dá pra <u>ouvir tudo</u>. Dá pra conversar tranquilo, normal. Então ali, eu escutei um cara falando, que ele guardava celular no ânus, na hora da geral [...] Eu fiquei presa com uma boliviana, ela falou pra mim que ela chegou guardar até 250g no ânus e na vagina. Eu fiquei abismada, porque 100g machuca [...] pra mim, incomodou, foi 100g e pra mim dava a impressão que eu tava com a bexiga cheia, que eu queria fazer xixi.”</p> <p>“[...] dentro do <u>presídio</u> você conhece tudo quanto é tipo de pessoa. No presídio que eu tava <u>num tinha</u> separação de <u>discriminação de pena</u>. Então eu fiquei <u>misturada</u> com ‘latro’, com pessoas que roubam, [...] matam, [...] fazem tráfico, com tudo.”</p> <p>“[...] <u>humildade</u> cabe em qualquer lugar. [...] fui criada com humildade e com respeito. Então pra mim, num pesou nada, porque quando eu cheguei lá eles <u>conheciam meu marido</u>. A presa que tava lá, ela falou pra mim: [...] ‘Cê é casada com quem?’ Eu: ‘Eu sou casada com o J.’ [...] ‘Então, é meu marido’. Aí <u>me abraçaram</u>.”</p> <p>“[...] você entra num <u>presídio</u> dá a impressão que tá, que o trem tá muntando em você, que é um <u>peso</u>, é um trem <u>obsuro</u>, um troço muito ruim.”</p> <p>“Eu <u>fui presa</u> e fiquei tão <u>nervosa</u> que a única coisa que eu achei pra mim fazer passar o tempo era tomar tereré, ajudava as meninas a trabalhar e fumar. Eu ganhava cigarro, bala, paçoca, bombom. É, quando eu <u>fui presa</u>, eles me <u>ofereceram até casamento</u>, de uma mulher lá, eu falei: ‘<u>Casar com mulher eu num caso</u>, posso fazer qualquer coisa pra vocês, mas <u>casar eu num caso</u>’.”</p> <p>“[...] eu <u>não consigo comer</u> lá dentro. Eu fiquei <u>presa 68 dias</u>, eu <u>emagreci 06 kg</u>, não tava conseguindo comer. Eu comia só a <u>comida</u> que minha <u>mãe levava</u> pra mim [...] na <u>visita</u> aqui, quando eu fui pra [...] Três Lagoas, eu <u>não comia nada</u>, nada, nada, nada. [...] Tomava tereré, comia paçoca e fumava. Quando as meninas tinha visita que eu olhava pra comida, [...] dava um cheiro a mais eu comia, ao contrário eu <u>não comia</u>. <u>Não comia</u> mesmo.”</p> <p>“[...] o advogado [...] falou assim: [...] você é <u>réu primária</u>, <u>réu confesso</u> [...] você vai pegar <u>03 anos e 09 meses</u>. Mas, se você assinar todo dia certinho, não falhar, eles ver que você tá se esforçando, que você tá trabalhando, [...] <u>cai pra 09 meses</u>, 10 meses.”</p>
Jade	<p>“Aí, eu <u>peguei do jeito</u> que me entregaram lá, eu <u>catei</u>, já <u>enrolei</u> e trouxe. Eu <u>nem sabia</u>. [...] <u>50 gramas</u>. [...] Foi na <u>vagina</u>. [...] Nossa, machucou! Deus me livre, eu nunca pus isso, é uma coisa que eu <u>não sabia</u> nem como fazer. O trem [pacote de maconha] foi de qualquer jeito, bem dizer. [...] Deus me livre, foi horrível! Mais <u>vergonha</u> ainda é que eu fico pensando, de ter de falar que eu <u>leve</u> isso lá dentro. Nossa! Deus me livre, que <u>vergonha</u>.”</p> <p>“<u>06 meses</u>. [...] pra quem nunca ficou num trem fechado, <u>Deus me livre!</u> Na <u>Delegacia da Polícia Civil</u>. [...] <u>06 meses</u> na <u>Delegacia</u> com <u>17 mulheres</u>, num tinha onde se mexer. Ali era <u>horrível</u>, nossa, <u>Deus me livre!</u> [...] É <u>pequeninho</u> [...] um <u>banheirinho</u> pequeno. [...] Lá <u>não tinha banho de sol</u>, teve uma vez só. Depois não fizeram mais, porque não tinha polícia suficiente pra ficar com nós lá fora. Era nós e <u>os menor</u>, nós do lado de cá e <u>os menor</u> de lá [...] tinha o corredor, um muro que separa, <u>os menor</u> de lá e nós de cá. [...] Ouvía, <u>ouvía tudo</u>. Tudo que <u>os meninos</u> fazia a gente <u>ouvía tudo</u>. Tudo que nós fazia, eles ouvía também, tudo. [...] É, bem dizer, <u>misturado</u> porque era <u>horrível</u>, separados pela parede. [...] <u>06 meses</u>, foi <u>horrível!</u>”</p> <p>“P: E depois da Delegacia, o que aconteceu pra senhora chegar aqui. Hoje a senhora cumpre qual regime? J: <u>Regime aberto</u>. [...] Aí depois eu pus um advogado [...] e chegou uns papel pra mim pegar <u>07 anos no fechado</u>. Aí o <u>advogado recorreu</u> e num peguei. Depois veio os outros papel [...] pra</p>

	<p>mim pagar <u>fiança de R\$ 7.000,00</u> pra mim não voltar de novo presa. Aí fui lá no Fórum, <u>recorri</u> e [...] era pra mim <u>trabalhar no Bombeiro</u> ou no <u>Asilo</u>, ou <u>pagar</u> esse dinheiro. Mas eu não tinha condições de pagar. Aí o moço do Fórum [...] falou assim: ‘Nós vamos fazer o seguinte, o melhor pra você, você vai <u>todo dia</u> no <u>Albergue</u> pra você <u>assinar</u>. Mas não pode faltar nenhum dia, você tem que <u>assinar</u> certinho até você <u>pagar a sua pena</u>. [...] Então aí o moço do Fórum falou pra mim que eu ía assinar só <u>02 meses</u>, junho e julho. Agora eu tô assinando até agora [dezembro], eu fui e conversei com meu advogado, ele falou pra mim que eu vou assinar até abril.’</p> <p>“Então, pra mim é <u>difícil</u> porque [...] eu não dirijo, a <u>minha menina</u> que <u>me leva</u> e <u>busca</u> [...] tem vez que eu venho de manhã que a minha nora [...] Tem hora que é essa menina, tem hora que é outra menina [...] Tem dia que num dá tempo [...] falta de tempo e de não ter ninguém pra me trazer.”</p> <p>“[...] durante a <u>prisão</u> foi um <u>caso sério</u> pra mim. Meu menino era de menor, a minha menina mais velha teve que ficar com ele, cuidar dele. [...] até eu sair da <u>cadeia</u>. [...] lá dentro foi <u>terrível!</u> Saber que meus filhos tava lá fora, eles não tem pai, o pai deles era eu. [chorando]. Vixi, <u>chorei</u>, foi <u>horrível</u>.”</p> <p>“[...] Tinha um <u>corredorzinho</u> assim, que às vezes que tava muito <u>fechado</u> [abafado], de tanto nós pedir pros polícia, <u>reclamar</u> que tava <u>muito apertado</u>, <u>calor demais</u>, aí eles abria a grade. Aí nós ficava naquele corredorzinho, sentava [...] pnhava os colchão e sentava [...] quando já era de tarde, aí trancava. [...] Não, <u>não pega sol</u> ali [...] <u>tudo fechado</u>, <u>tudo escuro</u> ali, só tinha as luz [lâmpadas] mesmo acesas. [...] como era <u>muito fechado</u>, o ventilador num dava conta, é <u>muito fechado</u> lá dentro [...] Dormir, nós <u>dormia</u> tudo no <u>chão</u>, por que tinha <u>três jega</u> [cama de cimento], pras que chegou primeiro [...] as que chegou por último, <u>dormia</u> tudo no <u>chão</u> [...] uma pertinha da outra. [...] eu fui bem dizer a última, então <u>eu</u> fui pro <u>chão</u>.”</p> <p>“[...] o <u>banheiro</u> você ía tomar <u>banho</u>, <u>todo mundo via</u> você tomando banho. Você ía fazer <u>cocô</u> <u>todo mundo via</u>. Olha, era uma coisa <u>difícil</u>, sabe quando você não consegue fazer por causa dos outros? Você tem que fazer <u>na marra</u>. [...] você passa até <u>mal</u> [...] eu mesmo num fazia [...] até que um dia as meninas cercou em cima com a coberta, porque é só uma muretinha [...] É no chão [bacia turca] [...] era <u>difícil</u>.”</p> <p>“[...] <u>deveria ter</u> uma <u>cadeia feminina</u>, aqui em Paranaíba principalmente. Porque aqui, se você ver o tanto de mulher que tá indo presa. Tem lugar que vem mulher de fora, cai presa aqui e vai pra lá [delegacia], num mora aqui mas vai pra lá. Até eles <u>transferir</u> pra fora, até achar <u>vaga</u>, já <u>morreu</u> ali dentro.”</p> <p>“[...] eu peço, eu falo pra qualquer uma: ‘Num faz coisa errada, se você souber o quanto é <u>difícil</u> lá dentro da <u>Delegacia na Civil</u>, o tanto que é <u>ruim</u>, você ir presa, é a mesma coisa de colocar um passarinho dentro da <u>gaiola</u>. [...] É <u>horrível</u>, eu dou conselho pra muitas pessoas, muitas mulheres [...] ‘Vocês nunca entrou lá dentro, o dia que vocês entrar lá, vai ver o tanto que é <u>difícil</u>.’”</p>
Esmeralda	<p>“P: Você cumpre qual regime? E: <u>Aberto</u>. P: E quanto tempo você vai ter que cumprir? E: Sei, <u>até 2018</u>. [...] na verdade eu <u>nunca fui detida</u>. Minha <u>pena</u> não chegou nem ir para o aberto. [...] era <u>alternativa</u>. Mas, como <u>não cumpri</u>, o <u>Juiz regrediu</u> pro <u>aberto</u>.”</p> <p>“[...] vai passar daqui <u>03 anos</u>, quando eu <u>terminar</u> de responder tudo isso, <u>resolver</u> a minha vida. Vou falar que uma das coisas que me <u>magoou</u> muito, que me deixa muito <u>triste</u> é eu <u>não poder</u> prestar um <u>concurso</u>, é eu <u>não poder votar</u>, eu me <u>sinto excluída</u> da sociedade [...] <u>não poder</u> ir na <u>igreja</u>, <u>não poder</u> ir num <u>barzinho</u> [...] não ter <u>lazer</u>.”</p> <p>“[...] se ela [pessoa] tivesse noção do que é responder um <u>processo</u>, cometer um <u>crime</u> seja ele qual for, ela nunca cometeria [...] ela não tem noção de como a sociedade tem um olhar de <u>discriminação</u>, de <u>preconceito</u> com as pessoas que <u>erram</u>, às vezes você tem <u>01 erro</u> só e por causa desse <u>erro</u> você é <u>crucificada</u> várias vezes, por pessoas diferentes. As pessoas, elas te</p>

discriminam, elas te olham com olhar diferente. Até não tô falando só da sociedade, olha só as autoridades? Elas excluem de uma forma que parece que você é a pior pessoa do mundo, eu acho que uma pessoa não deveria ser privada de fazer concurso, de ter os seus direitos de cidadão. [...] Eu acho que as autoridades exclui muito, porque na verdade o crime que eu cometi não é um crime hediondo [...] eu não sou uma pessoa que causa algum prejuízo, algum perigo pra sociedade. [...] Eu não matei, eu não roubei, eu não trafiquei, eu não estupei, não assediei ninguém, não cometi nenhum abuso sexual ou verbal com ninguém, então eu acho que tipo, eu acho que generalizou muito.”

“Mas, é a Lei e eu tenho que cumprir, hoje eu tenho consciência que eu tenho que cumprir. [...] hoje eu vejo que eu tenho que cumprir e isso é uma cruz muito pesada que eu tô carregando porque, quando eu descobri que eu ía ter que pagar, porque na verdade já é a terceira vez que eu pedi pra cumprir, já pedi pra pagar 03 vezes essa pena. [...] as 03 vezes fui eu que fui atrás e as 03 vezes deram errado. A primeira vez, foi quando eu perdi um bebê, eu fiquei internada muito tempo, tive muito problemas. A segunda vez, foi quando eu comecei a trabalhar, eu tinha pedido pra cumprir e não dava certo os horários, porque eu não poderia ir a noite cumprir. E a terceira vez, foi por descuido meu, [...] o juiz, ele deferiu o meu pedido e com 15 dias que eu não fui cumprir, ele converteu a pena. [...] eu já queria pagar esses 15 dias, porque eu tinha ajeitado pra mim ir pra outro país trabalhar, eu estava com o serviço arrumado. Eu tinha conseguido autorização pra mim viajar com a minha filha [...] quando eu fui e paguei a guia, eu descobri que eu não ía poder mais viajar pra fora do país por causa desse processo. Então, às vezes é uma coisa tão simples que eu poderia ter resolvido, tão facilmente [...] Se eu tivesse pagado os 03 meses que eu tinha que pagar prestando serviço à comunidade, eu já ía tá livre disso. Eu ía poder viajar [...] eu fui privada disso por causa de bobeira [...]”

“Às vezes é muito difícil pra mim assinar aqui no semiaberto, porque é muito longe da minha casa, eu acho que deve ter uma distância de uns 05 Km [...] eu não tenho moto, não tenho carro, eu não tenho bicicleta. Aí tem dia, assim, que eu fico perturbada, eu falo: ‘Meu Deus, como que eu vou assinar o ponto hoje?’ [...] Muito difícil, não só pela distância.”

“Eu falo que a minha vida deu uma parada durante 03 anos. Vai parar muito [...] minha vida vai ser a minha casa, então eu penso: ‘Se eu arrumar um namorado, como que eu vou explicar isso, pra esse namorado? E como será que ele vai entender, será que ele vai ter compreensão?’”

“No semiaberto, eu venho no albergue assinar, eu posso ficar na rua até às 20 horas, eu não posso ficar em local que vende bebida de álcool, nem consumir. [...] não posso sair final de semana e nem no feriado. [...] eu vou viver na minha casa, é como se fosse uma prisão domiciliar [...] Aí se eu arrumar uma pessoa, se eu arrumar um namorado, com o tempo ele pode até ficar comigo, porque ele vai gostar de mim, mas com o tempo ele vai desanimar, ele vai começar a querer sair, vai querer ir em festa, vai querer ir num barzinho, numa lanchonete, e eu não vou poder, eu não posso nem ir na igreja [...] eu queria ir no vôlei [...] mas, você acredita que eu não fui pelo medo de ter polícia que joga lá? [...] essa é uma das vontades que eu tenho de fazer hoje, que é ir num jogo de vôlei. [...] às vezes o F. fala assim: ‘Esmeralda, pede autorização pro juiz’, mas eu sei que o juiz não vai autorizar então, eu nem vou atrás disso.”

“Às vezes, meus amigos falam: ‘Ah, vamos hoje no barzinho?’, e eu falo: ‘Não, não posso’. E eles: ‘Ah, mas por quê você não pode?’. Aí eu invento, tenho que ficar inventando uma desculpa: ‘Eu tô sem dinheiro [...] eu não posso, eu vou ficar com a bebê’”

“Então, por isso que eu falo que a minha vida deu uma parada, durante esses 03 anos. Eu acho que quando eu terminar de cumprir isso vai ser um alívio pra mim, na minha vida, vai ser como se Deus tivesse me dando uma nova vida, uma nova oportunidade de começar a minha vida. Você não tem noção.”

“[...] Nossa, se alguém pegar o meu nome e colocar na internet, no site, vai saber que eu tenho um processo. Eu penso muito nisso, muito. Eu fico pensando: ‘Nossa, meu processo é público, então qualquer um tem acesso e eu fico pensando muito nisso, muito, muito. Então pode ser que pra outras pessoas que cometeu um crime não pesou nada, tem pessoa que leva como normal [...] mas pra mim não, eu levo muito a sério isso, muito a sério, muito mesmo [...] eu tenho medo de como as pessoas vão reagir na hora que descobrir. [...] isso pesou muito, muito, muito mesmo na

	minha vida, não sei nem te explicar. [...] Dá pra ter noção? Foi <u>muito difícil</u> pra mim, tá sendo <u>muito difícil</u> , mas <u>vai passar</u> , se <u>Deus</u> quiser.”
--	--

Fonte: A autora, 2016

Nesta categoria, incluem-se os relatos sobre o tempo em que as entrevistadas estiveram encarceradas cumprindo o regime fechado e o destaque dado à ausência de Unidades Prisionais/Delegacias Femininas na cidade:

Eu estive presa há quatro anos atrás, fiquei presa cinquenta dias. [...] eu ganhei o direito de responder o processo em liberdade e agora, quatro anos depois, que saiu a condenação [...] O tráfico [...] eu decidi vender droga [...] Fiquei trinta dias aqui em Paranaíba na Delegacia Civil e mais vinte dias no Presídio [Feminino] de Três Lagoas [MS]. [...] aqui em Paranaíba não tem Presídio Feminino. [...] Daqui eles me mandaram pra lá, porque a cadeia daqui tava (*sic*) muito lotada. Tinha muita mulher e já num cabia. Na verdade [...] delegacia não é lugar pra ficar presa, né? Então, foi onde eles transferiram todas [...]. (OPALA, 2016).

[...] eu fui presa dentro do presídio com droga [...] Na vagina [...] Eu levei 108g. [...] Fiquei detida aqui [Paranaíba/MS] [...] e fui pra Três Lagoas [Presídio Feminino]. [...] eu fiquei aqui em Paranaíba [Delegacia de Polícia], acho que [...] 01 mês e 03 dias. [...] você entra num presídio dá a impressão que [...] o trem tá muntando (*sic*) em você, que é um peso, é [...] obscuro, [...] muito ruim. [...] quando eu fui presa, eles me ofereceram até casamento, de uma mulher lá, eu falei: ‘Casar com mulher eu num caso’. [...] Eu fiquei presa 68 dias, eu emagreci 06 kg, [...] quando eu fui pra [...] Três Lagoas, eu não comia nada [...]. Não comia mesmo. (ÁGATA, 2016).

[...] eu peguei [...] e trouxe [...] 50 gramas. [...] na vagina. [...] Fiquei 06 meses. [...] num trem fechado, Deus me livre! Na Delegacia da Polícia Civil. [...] 06 meses na Delegacia com 17 mulheres, num tinha onde se mexer. [...] durante a prisão foi um caso sério pra mim. Meu menino era de menor (*sic*), a minha menina mais velha teve que ficar com ele, cuidar dele. [...] até eu sair da cadeia. [...] lá dentro foi terrível! Saber que meus filhos tava (*sic*) lá fora, eles não tem pai, o pai deles era eu. [chorando]. Vixi, chorei, foi horrível. [...] deveria ter uma cadeia feminina, aqui em Paranaíba principalmente [...] se você ver o tanto de mulher que tá indo presa. Tem lugar que vem mulher de fora, cai presa aqui e vai pra lá [delegacia], num mora aqui mas vai pra lá. Até eles transferir pra fora, até achar vaga, já morreu ali dentro. (JADE, 2016).

[...] na verdade eu nunca fui detida. [...] [minha pena] era alternativa. [...] quando eu descobri que eu ía (*sic*) ter que pagar [no regime aberto], porque na verdade já é a terceira vez que eu pedi pra cumprir, já pedi pra pagar 03 vezes essa pena. [...] as 03 vezes fui eu que fui atrás e as 03 vezes deram errado. A primeira vez, foi quando eu perdi um bebê, eu fiquei internada muito tempo [...]. A segunda vez, foi quando eu comecei a trabalhar, eu tinha pedido pra cumprir e não dava certo os horários, porque eu não poderia ir a noite cumprir. E a terceira vez, foi por descuido meu, [...] o juiz, ele deferiu o meu pedido e com 15 dias que eu não fui cumprir, ele converteu a pena. [...] eu já queria pagar esses 15 dias, porque eu tinha ajeitado pra mim (*sic*) ir pra outro país trabalhar [...] quando eu fui e paguei a guia, eu descobri que eu não ía (*sic*) poder mais viajar pra fora do país por causa desse processo. [...] Se eu tivesse pagado os 03 meses que eu tinha que pagar prestando serviço à comunidade, eu já ía tá (*sic*) livre disso. (ESMERALDA, 2016).

As entrevistadas estiveram presas tanto na Delegacia de Polícia de Paranaíba/MS (Instituição mista que acolhe pessoas em conflito com a Lei: adultas e adolescentes do gênero feminino, bem como adultos e adolescentes do gênero masculino) quanto no Presídio Feminino de Três Lagoas/MS, e salientam com detalhes sobre as peculiaridades de cada Instituição. Observa-se que os relatos de quando estiveram no cárcere da Delegacia de Polícia, é notório que tiveram aviltados os direitos humanos de qualquer cidadão e cidadã que estivesse na condição de recluso(a). Como se pode constatar, por exemplo, a ausência do banho de sol e do café da manhã.

Tinha muita diferença, né? Porque ali na cadeia, não tinha o banho de sol, né? Então, esses 30 dias todos, foi dentro daquela cela, somente lá dentro. Não tinha o café da manhã, somente almoço e janta mesmo, na hora que eles levava (*sic*). Já dentro do presídio [feminino] não, era diferente. Tinha horário pro banho de sol, horário pra sair, pra entrar pra dentro da cela, café da manhã, o almoço e a janta tudo quentinho. [...]. (OPALA, 2016).

Ali [na Delegacia de Polícia] a única separação que tem dos meninos das meninas, era uma paredinha (*sic*) [...] só uma parede de separação dos meninos das meninas. [...] eu escutava os meninos. Muleque (*sic*) de 14 e 15 anos [...] Fica tudo um bolo ali. Fica tudo enrolado [...] as da mulher são 02 celas [...] No dia que eu peguei [...] o ‘bonde [transferência] pra Três Lagoas’, as mais velhas ficou (*sic*) numa e desse lado de cá uma grávida de menor (*sic*). [...] Aí tem uma parede separando, e do outro lado tem 02 celas pros homem, que é dos maior [...] e as dos menor (*sic*) [...]. Dá pra ouvir tudo. [...] dentro do presídio você conhece tudo quanto é tipo de pessoa. No presídio que eu tava (*sic*) num tinha separação de discriminação de pena. Então eu fiquei misturada com ‘latro’, com pessoas que roubam, [...] matam, [...] fazem tráfico, com tudo. (ÁGATA, 2016).

Ali [na Delegacia de Polícia] era horrível [...] pequenininho [...] um banheiro pequeno. [...] Lá não tinha banho de sol, teve uma vez só. Depois não fizeram mais, [...]. Era nós e os menor (*sic*) [...] tinha o corredor, um muro que separa, os menor (*sic*) de lá e nós de cá. [...] ouvia tudo. [...] É, bem dizer, misturado porque era horrível, separados pela parede. [...] 06 meses, foi horrível! [...] se você souber o quanto é difícil lá dentro da Delegacia na Civil, o tanto que é ruim [...] É horrível . [...] o banheiro você ía tomar banho, todo mundo via você tomando banho. Você ía fazer cocô todo mundo via. Olha, era uma coisa difícil [...] você passa até mal [...] [...] é só uma muretinha [...] É no chão [bacia turca] [...] era difícil. [...] Tinha um corredorzinho [...] às vezes que tava (*sic*) muito fechado [abafado], de tanto nós pedir (*sic*) pros polícia, reclamar que tava (*sic*) muito apertado, calor demais, aí eles abria a grade. [...] quando já era de tarde, aí trancava. [...] Não, não pega sol ali [...] tudo fechado, tudo escuro ali, só tinha as luz [lâmpadas] mesmo acesas. [...] como era muito fechado, o ventilador num dava conta, é muito fechado lá dentro [...] Dormir, nós dormia tudo no chão, por que tinha três jegas [cama de cimento], [...] as que chegou (*sic*) por último, dormia tudo no chão [...] uma pertinho da outra. [...] eu fui pro chão. (JADE, 2016).

O artigo de Colares e Chies (2010), versa sobre os ditos “presídios mistos”, levantando a problemática sobre o encarceramento de mulheres dentro dos presídios masculinos. A pesquisa que originou o estudo ocorreu na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul e visou discutir “as dinâmicas carcerárias, mostrando que o acesso aos espaços,

a distribuição do trabalho, a aplicação dos castigos e a definição das regras disciplinares são referenciados por uma orientação masculina.” Assim, segundo os autores, seria mais fidedigno definir estes espaços de encarceramento como presídios "masculinamente mistos", pois as mulheres encarceradas são cotidianamente exposta à tratamento específico para o público masculino.

Relatam ainda sobre suas condições atuais como egressas do sistema prisional, em cumprimento do regime aberto, bem como as privações e dificuldades enfrentadas.

Eu ainda não sei [...] o tempo certo [...] são 03 anos e 08 meses de ‘condena’ [condenação]. Mas, o tempo que eu vou ficar assinando, eu ainda não sei [...] Regime Semiaberto em Regime Aberto. Mas eu cumpro no Aberto, porque aqui num tem Semiaberto Feminino, aí eu venho todos os dias eu assino, menos o domingo e feriado, das 06h00 da manhã às 20h00 da noite. Como eu sou autônoma, manicure, então uma vez por mês eu tenho que trazer uma declaração que eu sou autônoma e o comprovante de residência. [...] Hoje eu quero ir visitar meus filhos que mora pra frente de Rio Preto, Estado de São Paulo, eu não posso. Por quê que eu não posso? Porque eu tenho que pagar pelo que eu fiz lá atrás, faz quatro anos, mas hoje eu tenho que pagar. (OPALA, 2016).

[...] o advogado [...] falou assim: [...] você é réu (*sic*) primária, réu confesso (*sic*) [...] você vai pegar 03 anos e 09 meses. Mas, se você assinar todo dia certinho, não falhar, eles ver (*sic*) que você tá (*sic*) se esforçando, que você tá (*sic*) trabalhando, [...] cai pra 09 meses, 10 meses. (ÁGATA, 2016).

[Cumpro] Regime aberto. [...] chegou uns papel pra mim (*sic*) pegar 07 anos no fechado. [...] o advogado recorreu [...] veio os outros papel [...] pra mim (*sic*) pagar fiança de R\$ 7.000,00 [...] recorri e [...] era pra mim (*sic*) trabalhar no Bombeiro ou no Asilo, ou pagar esse dinheiro. Mas eu não tinha condições de pagar. Aí o moço do Fórum [...] falou [...] você vai todos os dias no Albergue pra você assinar. Mas não pode faltar nenhum dia, você tem que assinar certinho até você pagar a sua pena. [...] falou pra mim que eu ía (*sic*) assinar só 02 meses [...] tô assinando até agora [passaram 06 meses] [...] pra mim é difícil porque [...] eu não dirijo, a minha menina que me leva e busca [...] Tem dia que num dá [...] por falta de tempo e de não ter ninguém pra me trazer. (JADE, 2016).

[Cumpro o regime] Aberto [...] até 2018. [...] era alternativa. [...] Mas, como não cumpri, o Juiz regrediu pro aberto [...] o que me magoou muito, que me deixa muito triste é eu não poder prestar um concurso, é eu não poder votar, eu me sinto excluída da sociedade [...] não poder ir na igreja, não poder ir num barzinho [...] não ter lazer. [...] a sociedade tem um olhar de discriminação, de preconceito com as pessoas que erram [...] por causa desse erro você é crucificada várias vezes, por pessoas diferentes. As pessoas, elas te discriminam, elas te olham com olhar diferente. [...] olha só as autoridades? Elas excluem de uma forma que parece que você é a pior pessoa do mundo, eu acho que uma pessoa não deveria ser privada de fazer concurso, de ter os seus direitos de cidadão. [...] Eu acho que as autoridades excluem muito, [...] o crime que eu cometi não é um crime hediondo [...] Eu não matei, eu não roubei, eu não trafiquei, eu não estuprei, não assediei ninguém, não cometi nenhum abuso sexual ou verbal com ninguém, então eu acho [...] generalizou muito. [...] eu venho no albergue assinar, eu posso ficar na rua até às 20 horas, eu não posso ficar em local que vende bebida de álcool, nem consumir. [...] não posso sair final de semana e nem no feriado. [...] eu vou viver na minha casa, é como se fosse uma prisão domiciliar [...] Eu falo que a minha vida deu uma parada durante 03 anos. Vai parar muito [...] minha vida vai ser a minha casa [...] eu não posso nem ir na igreja

[...] eu queria ir no vôlei [...] mas eu sei que o juiz não vai autorizar então, eu nem vou atrás disso. [...] a minha vida deu uma parada, durante esses 03 anos. Eu acho que quando eu terminar de cumprir isso, vai ser um alívio pra mim, na minha vida [...] Foi muito difícil pra mim, tá sendo muito difícil, mas vai passar, se Deus quiser. [...] Mas, é a Lei e eu tenho que cumprir, hoje eu tenho consciência que eu tenho que cumprir. [...] isso é uma cruz muito pesada que eu tô (*sic*) carregando [...] Às vezes é muito difícil pra mim (*sic*) assinar aqui no semiaberto, porque é muito longe da minha casa, eu acho que deve ter uma distância de uns 05 Km [...] eu não tenho moto, não tenho carro, eu não tenho bicicleta. Aí tem dia, assim, que eu fico perturbada [...] Muito difícil, não só pela distância. (ESMERALDA, 2016.)

Conforme o relato das entrevistadas vê-se que logo que a pessoa adentra a prisão pela primeira vez, a concepção sobre si mesmo fruto da interação social, sofre uma série de impactos em suas vidas por causa do aprisionamento, como cita Golffman (2010):

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. [...] começa uma série de rebaixamento, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente [...] mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais [...] nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (GOLFFMAN, 2010, p. 24).

Sob o olhar vigotskyano, as relações sociais tem papel fundante na formação humana. Vê-se que a formação da personalidade e a individuação, se entrelaçam, pois as pessoas que compõem este grupo social encontrado no cárcere também participam na formação do indivíduo. Nesta perspectiva, entende-se o desenvolvimento como cultural, como um curso de transformações que acontecem norteadas, antes, para o outro e, então, para si. (VIGOTSKY, 1998).

Carvalho et al (2006) publicaram o artigo na Revista Ciência & Saúde Coletiva e apresentam o perfil dos(as) internos(as) no sistema prisional do Rio de Janeiro/RJ, no ano de 1998, para identificar se o perfil de exclusão social, difere quanto à questão de gênero. O estudo permeou o histórico prisional, perfil sociodemográfico, bem como o uso de drogas e doenças sexualmente transmissíveis dos(as) detentos(as). Dos(as) 2.039 mulheres e homens presos(as) entrevistados(as) no estudo, constataram que “a população é jovem, de baixa escolaridade, e apresenta ruptura de vínculos da vida social em várias dimensões”; entre os homens, os fatores em destaque são “visita íntima na prisão, estar preso por sete anos ou mais, ser casado, condenação por roubo, ter ainda três anos ou mais a cumprir de pena e uso de maconha antes de ser preso” e entre as mulheres, o fator mais associado foram “doença sexualmente transmissível, ser viúva, estrangeira, usar tranquilizantes na prisão, ter visitado alguém na prisão antes de ser presa e ter 35 anos ou mais”.

5.6.2.4 Categoria: As Consequências

Nesta categoria, as entrevistadas fazem um balanço das mudanças que perceberam em suas vidas, tanto no âmbito pessoal quanto no social, com base em como eram antes e depois do conflito com a Lei. São relatos que versam sobre as consequências diretas do encarceramento em suas vidas. Veja no quadro 9:

Quadro 9 – Categoria: As Consequências

MARCAS DO DISCURSO	
Antigamente – tinha dó – estudava certinho – livre – mundo da lua – conduta certa – totalmente leiga – mundo cor de rosas – hoje – desconfiada – revoltada – não sinto – não confio – crime – muito ruim – mudou muito – presa – medo – sou errada – não durmo	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	<p>“[...] eu sempre fui muito <u>estudiosa</u>, né? Na minha <u>juventude</u>, nunca dei trabalho pra minha mãe, sempre fui bem na escola. [...] Sempre estudei, né? Igual te falei antes, <u>não dava trabalho</u> pra minha mãe eu <u>estudava certinho</u>. Tinha um <u>sonho</u> de ir morar sozinha, terminar meus estudo [...] fazer uma faculdade, ter minha moto [...] carro, assim que eu era. ”</p> <p>“[...] onde eu conheci o mundo das drogas, porque eu não sabia o quê que era nada, nem cheiro, cor, nada [...] hoje se eu passar uma dificuldade eu vou e peço pra um, peço pra outro, peço uma ajuda, mas aquilo que eu fiz, não. Jamais, pra minha vida, não. E também <u>não compensa</u>, tudo que <u>ela dá, ela toma</u>.”</p>
Ágata	<p>“[...] <u>antes do delito</u>, ela achava que o <u>mundo</u> era uma <u>coisa maravilhosa</u>, ela achava que <u>tudo era bom, tudo era fácil</u>, que tudo era um <u>mar de rosas</u> [...] porque <u>eu era inocente</u> mesmo. Eu não via o mundo que eu vejo hoje, com os olhos que eu tô vendo. [...] <u>antigamente</u> eu conhecia uma pessoa, eu não puxava o <u>passado da pessoa</u>. Eu peguei essa <u>mania</u> que eu não consigo tirar essa <u>mania</u> de mim. E a Ágata de <u>antigamente</u>, era de [...] sentar, [...] conversar [...] só que eu conheço a pessoa hoje, eu <u>puxo a ‘capivara’</u> [rastreio a vida] dela todinha.”</p> <p>“Eu fico <u>mais desconfiada</u>. [...] eu <u>antigamente</u>, eu vivia no <u>mundo da lua</u> [...] tudo pra mim era [...] <u>era bão</u>. [...] Nunca tive uma crítica da minha vida, nada. Porque eu sempre fiz as coisas certa. Sempre tive [...] conduta certa. Né? Pra duma hora pra outra, meu <u>mundo cair</u>. Em coisa de 2 dias, 3 dias [...] Coisa de 72 horas, meu <u>mundo caiu</u>. Aí aparece uma Ágata <u>desconfiada, revoltada</u>, tudo pra ela <u>num tá certo</u>, qualquer pessoa pra ela <u>‘dá nó em pingo d’água’</u>, tudo eu <u>pesquiso</u>, tudo eu <u>vejo</u>, tudo. Num tem uma coisa [...] que eu não vou <u>pesquisar</u> depois. Se num tiver segurança, não num vou. [...] Não, <u>não sinto</u> mais <u>segurança nas pessoas</u>. <u>Não sinto</u>. <u>Não confio</u> igual eu confiava <u>antigamente</u>.”</p> <p>“E tem muita colega hoje em dia que vieram me procurar porque sabe que eu fui presa. Porque acha que como eu fui presa, como eu <u>conheço as coisas</u>, [...] <u>num corre perigo</u> ao meu lado [...]”</p> <p>“Só que [...] eles <u>criticam muito o mundo do crime</u>, do povo <u>do meu lado</u>.”</p> <p>“Pra começo de conversa eu <u>nunca fui do crime</u>, né? [...] É, eu não me considero uma pessoa que <u>foi do crime</u> e nem que <u>é do crime</u>, porque <u>eu vejo</u> as coisas, <u>eu sei</u> de coisas, <u>escuto</u> coisas. Mas, eu sei só que é <u>pra mim</u>, num é pra ninguém. Só que eu não ponho a mão e <u>não ajudo</u>. <u>Num sei</u> de nada e <u>num vi</u> nada.”</p> <p>“[...] eu já fui ajudante do paletista, [...] eu já peguei <u>extase</u> na mão, [...] <u>entorpecente</u>, [...] droga e maconha [...] Tudo que você pensar. [...] Então eu peguei <u>injeção</u> na mão, [...] <u>bolinha</u>, [...] <u>maconha</u> mesmo, <u>verdinha</u>. Eu já peguei o pó, já peguei o óleo, porque o óleo é a base pura.”</p> <p>“A Ágata <u>antigamente tinha dó</u>, ela <u>tinha dó</u>. Ela <u>pensava nas pessoas</u>, se podia machucar as pessoas, se não podia. [...] Ela <u>pensava</u> antes de agir. Agora eu <u>não tenho dó</u>. Ninguém teve <u>dó</u></p>

	<p>de mim, ninguém me ajudou. [...] Ágata de <u>hoje é muito ruim, muito ruim</u> mesmo. Em vista do que ela era, porque eu <u>antigamente</u> pensava na minha família [...] <u>Hoje</u> em dia eu <u>posso perder</u> minha <u>família</u>, eu <u>não tenho</u> nada de <u>família</u>. Eu tenho minha mãe.”</p> <p>“Então, eu <u>antigamente</u> eu <u>tinha dó</u>, eu <u>não tenho hoje</u> em dia. Não, não posso falar que [...] a Ágata <u>hoje</u> em dia é tranquila, ela não é. Porque <u>antigamente</u> ela <u>dormia normal</u>, <u>hoje</u> em dia eu não posso escutar um <u>barulho no quintal</u> que eu <u>levanto</u>. Eu <u>não sou tranquila</u> mais, eu <u>não consigo ser calma</u> mais, não. Só dô <u>respeito</u> pra quem eu vejo que vai me dá respeito. E se já vier com <u>falta de educação</u>, eu te dou certeza que vai com dois pé no meio dos peito. Porque eu não tô <u>perdendo nada</u>, eu não vou <u>perder nada</u>. [...] O <u>presídio me mudou bastante</u>. [...] pra mim teve <u>poucas coisas</u> que pra eu falar pra você que <u>salvou</u> da Ágata de <u>antigamente</u>.”</p>
Jade	<p>“Ah, eu acho que <u>mudou muito!</u> Porque <u>antes</u> parece que eu era uma pessoa <u>solta, livre</u>. <u>Hoje</u> eu me sinto <u>presa, segura</u>. [...] não é aquela coisa que eu era, mas que eu queria que fosse, né? Mas, num é.”</p> <p>“É, eu fico com <u>medo</u>. Tudo eu tenho <u>medo</u>, de fazer <u>coisa errada</u> de novo, não tem problema chorar não, né? [chora copiosamente] [...] Eu fico com <u>medo</u>, eu <u>não era errada</u>, né? Eu <u>era certa</u>. E agora, eu penso assim, que eu <u>sou</u> uma <u>pessoa errada</u>. [...] eu penso que os outros vai pensar que eu <u>sou errada</u>, que eu sou uma pessoa <u>diferente</u>, eu penso assim. [...] meu <u>nome tá sujo</u>, e não era; <u>era limpo</u>. E <u>hoje</u> eu penso assim, que eu sou uma pessoa <u>diferente</u> [...]. Num vejo a hora de <u>acabar</u> isso tudo, pra vê se eu volto ao <u>normal</u>. <u>Terminar</u> de assinar isto, tudinho, sabe? Que <u>agora</u> eu sou uma pessoa <u>segura, presa</u>, nada eu faço <u>errado</u>, nada! Tudo eu tenho <u>medo</u>, entendeu?”</p> <p>“Uhum [breve pausa] <u>dificuldade</u> pros meus <u>filhos</u>, né? [voz embargada] Que graças a Deus, meus <u>filhos</u> hoje é tudo certinho, honesto, criei eles bem certinho, por isso eu até larguei do outro, foi por causa disso. Eu não queria vê eles no <u>caminho errado</u>, já <u>basta eu</u> que fiz, né? Entrei no <u>caminho errado</u>, não queria meus <u>filhos</u> nessa. Então, nossa, eu fico com a cabeça <u>preocupada</u>, ai, tomara que meu <u>filho</u> não faz isso, tomara que minhas <u>filhas</u> não faz isso, tudo eu penso.”</p> <p>“Então, não é mais como era <u>antes</u>. Porque <u>antes</u> eu não tinha <u>preocupação</u> com nada, não pensava coisas nenhuma de <u>errado</u>. Sabia que eu <u>podia sair, estava livre e desimpedida</u>, né? <u>Agora</u> não, <u>agora</u> eu <u>preocupo</u> com qualquer coisa. [...] <u>Num tenho paz</u>. Eu num vejo a <u>hora de acabar</u> isso tudo, pra <u>nunca mais!</u>”</p>
Esmeralda	<p>“[...] eu sempre fui uma <u>menina</u> que eu <u>nunca</u> tive <u>problema nenhum</u> com a <u>justiça</u>. Porque [...] minha vida era <u>trabalhar</u> e sair. Eu <u>nunca</u> tive <u>nenhum problema</u> de fazer algo de <u>errado</u> [...]”</p> <p>“[...] eu sempre fui muito <u>prestativa</u> com todo mundo [...] se eu vejo alguém que tá passando por algum problema, <u>hoje</u> talvez nem tanto, eu já <u>mudei muito</u> depois dessa <u>experiência</u> que eu tive, eu <u>mudei muito, muito mesmo</u>. Mas, lógico não vejo tudo com <u>olhos tão duro</u>, eu vejo as coisas assim, meu <u>coração amolece</u>, mas eu tento pensar: ‘Porque que aquela pessoa tá nessa situação? O que levou ela fazer isso?’. Eu vejo e sou <u>compreensiva</u>, ao mesmo tempo eu <u>não sou</u>. Porque [...] eu sempre fui uma <u>menina</u> tipo de <u>boa, sossegada</u>. Eu só queria [...] casar e ser feliz. [...] era isso que eu pensava pra mim, que eu queria ter uma família e deu tudo <u>errado</u>.”</p> <p>“Aí eu conheci ele [ex-convivente] e ele começou mentir pra mim várias coisas, e eu <u>acreditava</u> porque eu achava que era verdade, porque eu <u>acreditava</u> na pessoa. <u>Hoje</u> eu <u>não acredito</u> no ser humano. Quando alguém fala alguma coisa pra mim eu já tento <u>desconfiar</u>, eu falo: ‘<u>Será</u> que é <u>verdade?</u> <u>Será</u> que essa pessoa tá <u>mentindo?</u>’ E às vezes isso <u>atrapalha</u>, porque às vezes uma pessoa pode tá me falando algo que realmente é verdade e eu tô <u>duvidando</u>. Então eu aprendi a <u>não confiar</u> em mais <u>ninguém</u> nessa vida. Aí eu conheci ele, foi tipo assim, foi tudo com essa <u>experiência</u>.”</p> <p>“Porque eu <u>nunca</u> tinha <u>usado droga</u> nenhuma, e até então <u>nunca usei</u> mesmo, até <u>hoje</u>. Porque eu acho que uma pessoa pra ser feliz não precisa de ter ajuda de entorpecente. Eu acho que pra você ser feliz, você tem que ser feliz com as coisas verdadeiras.”</p>

	<p>“[...] eu <u>não sabia</u> o que era um crime, [...] o que era um presídio, [...] o que era estar de frente com um juiz, eu <u>num sabia</u> que as autoridades tinha tanta influência na vida de uma pessoa. Então isso era um fato <u>desconhecido</u> na minha vida, eu <u>não pensava nisso</u>, [...] eu <u>nunca pensei</u>. <u>Minha vida era pensar em outras coisas, não tinha esse lado, era</u> como se esse lado não existisse pra mim. [...] era uma pessoa <u>totalmente leiga</u> nesse assunto [...] eu <u>acreditava</u> num <u>mundo cor de rosa</u> que não existia, que existia só pra mim, mas que num era assim a realidade, as coisas.”</p> <p>“[...] às vezes quando eu <u>olho</u> pra uma pessoa que comete crimes [...] eu fico pensando: ‘Será que a culpa de tudo isso é da pessoa ou é dos pais que não souberam educar, ou será que os pais não tiveram <u>estrutura</u> e essa criança, que virou adolescente, que virou adulto, que virou criminoso, será que ela não teve <u>estrutura</u>?’ E se ela [...] fosse uma criança criada num lar que tivesse pai, mãe, tivesse <u>estrutura</u>, seguisse uma religião, será que ela hoje seria uma pessoa do bem [...] ou será que é safadeza mesmo, será que é falta de vergonha na cara, porque emprego todo mundo tem, todo mundo pode arrumar, basta você querer, pra mudar basta você querer.”</p> <p>“Então eu tenho muita <u>dificuldade</u> de me aproximar das pessoas, de fazer <u>amizade</u>, de <u>conversar</u> com as pessoas, eu <u>não consigo confiar</u> numa pessoa.”</p> <p>“[...] eu <u>hoje</u>, se eu vejo uma amiga [...] que tá se envolvendo com uma pessoa que [...] que pode levar ela pelo mesmo caminho [...] que aconteceu comigo [...] meu <u>mundo pira</u>, você num tem noção, eu <u>viajo</u>, eu <u>não durmo</u> [...]”</p>
--	--

Fonte: A autora, 2016

O ambiente carcerário diferentemente do que é posto, não favorece a ressocialização da pessoa presa, ao contrário, o aprisionamento originam nas pessoas em conflito com a Lei, incontáveis danos psicológicos e prejuízos sociais como: a revolta, a desconfiança, o desencantamento do ser humano, a insegurança, a inquietude. Afinal, a pessoa reclusa é inserida num novo contexto social, o que contribui na constituição de sua personalidade.

Observe que o intuito da prisão é proteger a sociedade de pessoas em conflito com a Lei e não dar prioridade ao trabalho ressocializador da pessoa presa ou egressa do sistema prisional, conforme Goffman (2010, p. 17) “Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração.”

O trabalho de Oliveira (2009) publicado na Revista Brasileira de Linguística Aplicada é oriunda de uma investigação sobre identidades de gênero, ressignificadas por mulheres encarceradas em um presídio no Paraná/PR. A análise dos dados coletados, através de entrevistas semiestruturadas, revelaram que ao ser inserida na cultura prisional, é possível perceber identidades “negociadas, desejadas e/ou negadas” pelas mulheres presas e possíveis conflitos gerados por suas realidades e culturas antes do cárcere. A autora sustenta que as identidades reconstruídas no ambiente prisional, reforçam a construção de estigmas que

contribuem para a reincidência; e conclui que a prisão deve ser repensada como um ambiente que fomente a inclusão, reabilitação e reinserção social.

A seguir, acompanhe os inúmeros prejuízos sociais e psicológicos causados nas egressas entrevistadas:

E também não compensa, tudo que ela dá, ela toma. (OPALA, 2016).

[...] antes do delito, ela achava que o mundo era uma coisa maravilhosa [...] que tudo era bom [...] era fácil [...] um mar de rosas [...] eu era inocente [...] não via o mundo que eu vejo hoje [...] antigamente [...] eu não puxava o passado da pessoa. Eu peguei essa mania [...] antigamente, era de [...] sentar, [...] conversar [...] só que eu conheço a pessoa hoje, eu puxo a ‘capivara’ [rastreio a vida] dela todinha. [...] fico mais desconfiada. [...] eu antigamente, eu vivia no mundo da lua [...] meu mundo caiu. Aí aparece uma Ágata desconfiada, revoltada [...] tudo eu pesquisei [...] Não, não sinto mais segurança nas pessoas. Não sinto. Não confio igual eu confiava antigamente. [...] A Ágata antigamente tinha dó, ela tinha dó. Ela pensava nas pessoas [...] Agora eu não tenho dó. Ninguém teve dó de mim, ninguém me ajudou. [...] Ágata de hoje é muito ruim, muito ruim mesmo. Em vista do que ela era, porque eu antigamente pensava na minha família [...] Hoje em dia eu posso perder minha família, eu não tenho nada de família. [...] eu antigamente eu tinha dó, eu não tenho hoje em dia. [...] antigamente ela dormia normal, hoje em dia eu não posso escutar um barulho no quintal que eu levanto. Eu não sou tranquila mais, eu não consigo ser calma mais, não. Só dou respeito pra quem eu vejo que vai me dá respeito. E se já vier com falta de educação, eu te dou certeza que vai com dois pés no meio do peito. Porque eu não tô perdendo nada, eu não vou perder nada. [...] O presídio me mudou bastante. [...] poucas coisas [...] salvou da Ágata de antigamente. (ÁGATA, 2016).

Ah, eu acho que mudou muito! Porque antes parece que eu era uma pessoa solta, livre. Hoje eu me sinto presa, segura. [...] eu fico com medo. Tudo eu tenho medo, de fazer coisa errada de novo [...] Eu fico com medo, eu não era errada, né? Eu era certa. E agora, eu penso assim, que eu sou uma pessoa errada. [...] eu penso que os outros vai pensar que eu sou errada, que eu sou uma pessoa diferente [...] meu nome tá sujo, e não era, era limpo. E hoje [...] sou uma pessoa diferente [...]. Num vejo a hora de acabar isso tudo, pra vê se eu volto ao normal. [...] agora eu sou uma pessoa segura, presa [...] Tudo eu tenho medo [...] Então, não é mais como era antes. Porque antes eu não tinha preocupação com nada, não pensava coisa nenhuma de errado. Sabia que eu podia sair, estava livre e desimpedida, né? Agora não, agora eu preocupo com qualquer coisa. [...] Num tenho paz. Eu num vejo a hora de acabar isso tudo, pra nunca mais! (JADE, 2016).

[...] eu nunca tive problema nenhum com a justiça. [...] eu sempre fui muito prestativa com todo mundo [...] hoje talvez nem tanto, eu já mudei muito depois dessa experiência que eu tive, eu mudei muito, muito mesmo. [...] Eu vejo e sou compreensiva, ao mesmo tempo eu não sou. [...] eu acreditava [...] porque eu acreditava na pessoa. Hoje eu não acredito no ser humano. [...] já tento desconfiar [...] Então eu aprendi a não confiar em mais ninguém nessa vida. [...] foi tudo com essa experiência. [...] eu não sabia o que era um crime, [...] um presídio, [...] estar de frente com um juiz, eu num sabia que as autoridades tinham tanta influência na vida de uma pessoa. [...] era um fato desconhecido na minha vida, eu não pensava nisso, [...] não tinha esse lado, era como se esse lado não existisse pra mim. [...] era uma pessoa totalmente leiga nesse assunto [...] eu acreditava num mundo cor de rosa que não existia, que existia só pra mim [...] eu tenho muita dificuldade de me aproximar das pessoas, de fazer amizade, de conversar com as pessoas, eu não consigo confiar numa pessoa. [...] eu hoje, se eu vejo uma amiga [...] que tá se envolvendo com uma pessoa que [...] que pode levar ela pelo mesmo caminho [...] que aconteceu comigo

[...] meu mundo pira, você num tem noção, eu viajo, eu não durmo [...].
(ESMERALDA, 2016).

Lima et al (2013), escreveram na Revista Saúde em Debate, artigo que buscou os significados do encarceramento (morte civil, substituição do convívio familiar, o vazio de ordem emocional e material e ausência da autonomia) e as estratégias de enfrentamento com foco na resiliência dentro da dinâmica prisional (fé, amor aos filhos, o trabalho, a música e a espera pela liberdade). Os(as) autores(as) basearam a metodologia na abordagem qualitativa, à luz da técnica de História Oral Temática. Dois tópicos se destacam: que as falas das internas revelam a prisão enquanto processo de “mutilação do eu” e a necessidade da prisão substituir o caráter punitivo e proporcionar cuidados especializados à mulher encarcerada.

Os efeitos da prisionalização é também um processo de aprendizagem no sentido de “dessocializar” o indivíduo, graças à interação com o sistema normativo do cárcere. A tese defendida por Cunha (2010) envolveu a teoria das Representações Sociais articulando com os Direitos Humanos. Nesse estudo buscou fomentar a discussão sobre a “ressocialização de mulheres reeducandas” para compreender “o papel do processo educativo institucional na ressocialização dessas mulheres”. Na investigação a autora traz as relevantes contribuições teóricas de Vigotsky (1998) para defender sua tese, no âmbito dos processos educacionais (aprendizagem, linguagem, desenvolvimento), pois buscou elucidar a relação mútua dos conceitos cotidianos e científicos, pois independente de serem processos específicos, eles se relacionam de forma a influenciar um ao outro.

Desta forma, as entrevistadas discorrem sobre o sofrimento da estigmatização, desde os conflitos internos, os constrangimentos sofridos e ao olhar de marginalização a que estão submetidas por serem egressas do sistema prisional (GOFFMAN, 2008). Ao tomar a prisão como uma instituição total, observa-se a contradição no processo de institucionalização que elimina do indivíduo os referenciais de comportamento e valores benquistos fora da instituição, haja vista que dentro do cárcere, as normas e regras são específicas, assim vê-se que a institucionalização é, portanto, um obstáculo ao convívio social mais amplo pós-cárcere, justamente por sua condição de egressas do sistema prisional (GOFFMAN, 2010).

5.6.3 Eixo Temático: Estrutura do Patriarcado

Figura 3 – Eixo Temático: Estrutura do Patriarcado



Fonte: A Autora, 2016

A estrutura do patriarcado, relatado pelas entrevistadas foram identificadas tanto na vida por meio das relações sociais, quanto no crime, conforme se observa nas categorias a seguir:

5.6.3.1 Categoria: Na Vida

A estrutura do patriarcado pode ser identificado em todo o relato das entrevistadas, a saber inicialmente no decorrer dos relatos de suas histórias de vida (infância e vida adulta). Compreende-se o patriarcado, como um sistema de dominação na dinâmica social como um todo. Conforme marcas discursivas e fragmentos representativos a seguir:

Quadro 10 – Categoria: Na Vida

MARCAS DO DISCURSO	
Boneca – carrinho – brincar – brinquedo de menina – irmãos – eles judiavam – meu ex-marido – meu pai – mulher – sexo frágil – homem – força – princesinha – escutava o marido – não pode – separar – submissa – mulher é designada – ajudar – violências	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	“Na minha <u>infância</u> , assim, <u>não gostava</u> de <u>boneca</u> . [...] <u>Nunca gostei</u> de <u>boneca</u> , eu tinha <u>medo</u> e dava tudo pras minhas vizinhas. As <u>bonecas</u> que eu ganhava, <u>eu dava</u> tudo pras vizinhas. Já a <u>bola</u> dos meus irmão, <u>eu queria</u> pra mim. <u>Carrinho</u> <u>eu queria</u> tudo pra mim, pra mim <u>brincar</u> . Brincava com eles de <u>birola</u> [bola de gude], <u>pega-pega</u> , <u>roubar-bandeira</u> , <u>esconde-esconde</u> , <u>passar-anel</u> , então era assim a minha <u>infância</u> , eu <u>nunca gostei</u> de <u>nada de menina</u> . [...] <u>não gostava</u> de brincar com <u>menina</u> de jeito nenhum [...] eu <u>quebrei o braço</u> duas vezes (risos) [...] de tanto subir em cima das árvores, não brincava com <u>brinquedo de menina</u> de jeito nenhum, só de menino. Eu <u>corria muito</u> , no <u>pega-pega</u> e no <u>esconde-esconde</u> eu <u>sempre ganhava</u> [...]”

	<p>“Até os 08 anos eu mamei chupeta e meus <u>irmãos mais velhos</u>, pra mim parar, <u>jogou todas</u> as minhas <u>chupetas</u> em cima da casa, [...] meus <u>irmãos</u> era <u>terrível</u>, eles são todos <u>mais velhos</u> que eu, meus <u>irmãos</u> eles pegaram um caderno daqueles de arame de mola, esticaram aquela mola e falaram pra mim por na tomada, que eu ía ganhar um presente! E a boba foi e num pôs? O cabelo ficou daquele jeito, depois do choque (risos). [...] Meus <u>irmãos</u>, era <u>terrível</u>. Eu levei um choque. Meus <u>irmãos</u> era <u>custosos</u>, eles <u>judiavam</u>. [...] <u>Eu</u> sou a <u>mais nova das mulheres</u>. [...] Três mulheres e seis homens. E das meninas, eu <u>sou a mais nova</u>, então <u>eles judiavam</u> muito de mim, porque eles são <u>mais velhos</u> que eu, né? <u>Aproveitava muito</u>, por <u>eu ser menorzinha</u> que eles.”</p> <p>“[...] eu completei os dezessete anos, aí conheci o <u>meu ex-marido</u>, que foi onde <u>através dele</u>, eu conheci <u>tudo de errado</u> e foi me <u>afastando</u> das amigas, <u>saí da escola</u>, <u>parei</u> de estudar, comecei a trabalhar [...]”</p> <p>“Eu tinha <u>medo</u> de <u>contar pro meu pai</u> que eu tinha um namorado albergado, e meu <u>pai fazer algo</u> ou alguma coisa pra atrapalhar, [...] eu decidi ir morar com ele. Fui morar com ele, minha família nunca gostou dele, foi onde eu me distanciei da minha família.”</p> <p>“Quando o <u>meu pai me pôs</u> pra <u>fora de casa</u>, só com a <u>roupa do corpo</u> mesmo. [...] ele [ex-convivente] <u>me acolheu</u>, não deixou <u>faltar nada</u>, ele me <u>levou pra autoescola</u>, ele <u>pôs eu pra tirar habilitação</u>. [...] eu <u>não queria</u> de jeito nenhum, ele falou: ‘Não, <u>você vai tirar</u>, <u>você vai lá</u> na Autoescola R., <u>você vai tirar</u> a sua habilitação’. Ele abriu conta pra mim no banco. A mãe dele me levou na loja, me deu de tudo que eu precisava [...]”</p> <p>“Não. <u>Não foi</u> sem meu <u>consentimento</u>, né? <u>Eu deixei</u> levar eles [os filhos]. Só que quando <u>eu fui buscar</u>, <u>eles não deixou</u> eu trazer. Como que eu ía na Justiça, pra pegar meus filhos, se eu tava desempregada e sem nada? Resumindo, <u>eles armou</u> de tudo, <u>fez de tudo</u> pra conseguir o que eles queria e <u>conseguiu</u>.”</p> <p>“Pra mim a <u>única diferença</u> que eu vejo do <u>homem pra mulher</u>, é que a <u>mulher é o sexo mais frágil</u>, né? Uma <u>mulher</u> pra competir com o <u>homem na força</u>, a <u>mulher não dá conta</u>. Então pra mim, a <u>mulher é frágil</u> e já o <u>homem não</u>. Mas sobre trabalho, muitos trabalhos que <u>só homens</u> faziam, hoje muitas <u>mulheres fazem</u> também, tipo <u>pedreiro</u> tem muita <u>mulher</u> que fazem esse serviço, <u>frentista</u>, antes você não via e <u>hoje é comum</u> ver. Pra mim a <u>diferença é essa</u>, que a <u>mulher é mais frágil</u>, já o <u>homem não</u>.”</p>
Ágata	<p>“Enrolada. [...] <u>Amasiada</u> né, <u>02 vezes</u> já. Porque <u>casar</u>, casar <u>nunca casei</u> no papel. [...] Tô, pode se dizer que <u>convivente</u> do mesmo jeito.”</p> <p>“[...] quando eu fiz <u>15 anos</u> eu vim embora pra Paranaíba. Aí cheguei aqui e <u>comecei a namorar</u> um cara, aí minha tia falou que ele era <u>mais velho</u> do que eu, e era mesmo, na época ele tinha uns <u>26 anos</u> e eu tava com 15. [...] então pra mim aquilo num via com maus olhos, só que minha tia via [...] Eu me <u>casei com 16</u> e <u>ele tinha 27</u>.”</p> <p>“Porque eu era a <u>princesinha</u>, como diz os meninos sem brincadeira, sem zueira nenhuma. Porque como eu nunca fiz coisa errada. [...] sempre passei de série, [...] gostei de trabalhar, [...] ajudar os outros. Eu era a <u>princesinha</u> [...]”</p>
Jade	<p>“Meus <u>irmãos</u> ficava <u>olhando</u>, o dia que nós saía os <u>irmãos</u> tava <u>junto</u>. Deu aquele horário, ía embora! Era desse jeito, ele [pai] era <u>muito sistemático</u>.”</p> <p>“[...] minha <u>mãe</u> é uma <u>ótima</u> pessoa, [...] <u>maravilhosa</u>, mas [...] <u>antigamente</u> o povo [...] <u>escutava o marido</u>. Então <u>ela tinha</u> que <u>escutar o marido</u>, <u>ele falava</u> e tinha que <u>escutar ele</u>. [...] ela [mãe] <u>achava ruim</u>, <u>não gostava</u>. Ela conversava com ele, mais ele era muito <u>elérgico</u> [enérgico], não queria saber, era aquilo e aquilo.”</p> <p>“Porque no lugar que eu trabalhava, <u>eram três</u> pessoas que trabalhava, mas <u>eu</u> trabalhava <u>sozinha</u>, <u>eu dava conta</u> dos três serviço. Aí, o nosso gerente não ponhava outra pessoa. Aí sempre deixava eu, porque disse que não precisava de muita gente, porque <u>eu dou conta</u>. Então ele pegava as outras pessoas pra por noutro lugar, que estava precisando.”</p>

	<p>“[...] ele foi preso. [...] Aí eu fiquei sabendo e pensei: ‘Meu Deus’ [surpresa]. Aí no caso, eu que devia <u>ter largado</u> dele, né? <u>Mas não</u> [larguei]. Ele falava: ‘Não. Você é <u>minha mulher</u>, você tem que <u>me visitar</u>. Você <u>não pode largar de mim</u> agora, você <u>não pode me abandonar</u>’.”</p>
Esmeralda	<p>“[...] quando eu fui me <u>separar</u>, eu pensava: ‘Como que eu vou me <u>separar</u> e como que eu vou <u>carregar</u> meus móveis, como que eu vou <u>instalar o gás</u> de casa, como que eu vou <u>trocar a lâmpada</u>, <u>instalar chuveiro</u>?’ Eu pensava em tudo isso, eu achava isso <u>muito difícil</u>, porque eu não tinha conhecimento [...]”</p> <p>“[...] eu acho que a educação faz a diferença. Eu acho que <u>não existe</u> esse negócio de <u>brincadeira de menina</u> ou <u>brincadeira de menino</u>, eu acho que <u>existe brincadeiras de criança</u>.”</p> <p>“[...] As <u>crianças</u> que foram educadas na <u>década de 90</u>, elas foram <u>educadas</u> tanto na escola quanto em casa, que a <u>mulher é designada</u> pra <u>lavar</u>, <u>passar</u>, <u>cozinhar</u>, <u>casar</u>, <u>cuidar do marido</u> e <u>criar os filhos</u>. O <u>homem</u> enquanto isso, o homem saía pra <u>trabalhar</u> e buscar o <u>sustento</u> da casa, e isso [...] era <u>imposto</u> para o homem e para a mulher. Então, eles eram educados e criados com essa mentalidade. Então, hoje as <u>mulheres sofrem violências</u> [...] os <u>homens</u> que fazem isso, [...] que praticam esse tipo de violência [...] com uma mulher, são as crianças que foram educadas nessa <u>época</u> [...] eu acho que <u>esse cenário vai mudar</u> [...] as <u>mulheres</u> criaram seu <u>espaço</u>, seu campo, [...] elas <u>conquistaram</u> a sua <u>independência</u>. <u>Hoje existe</u> uma <u>igualdade</u> entre <u>homem e mulher</u>. Então, hoje a <u>mulher</u> pode sair pra <u>trabalhar</u> fora, trazer o <u>sustento</u> pra dentro de casa. Hoje o <u>homem</u> pode <u>ajudar a mulher</u> nas <u>tarefas domésticas</u> [...]. <u>Antigamente</u> só existia um olhar muito <u>machista</u>, o <u>homem</u> ele <u>não podia cuidar do filho</u>, não podia <u>trocar uma fralda</u>, não podia dar banho numa menina porque ela era do sexo feminino. O homem não podia <u>lavar louça</u>, porque isso era <u>coisa de mulher</u>; <u>Hoje não</u>, hoje o homem sabe que a mulher também ocupa o seu espaço no mundo e que ela sai pra trabalhar, ele sabe que ela conquista as suas coisas, então eu acho que <u>esse cenário vai mudar</u> porquê as <u>crianças</u> que hoje estão sendo educadas, estão sendo educadas com essa <u>concepção</u>, com essa <u>consciência</u>, então as <u>crianças</u> de hoje vai ser o adulto de amanhã, que vai ter outra educação e que <u>vai tratar a mulher</u> não mais como um objeto, vai tratar ela como um <u>ser humano</u> [...]”</p> <p>“Eu acho que o <u>homem</u>, ele <u>acredita</u> muito que se ele fizer isso, a <u>mulher</u> vai ficar <u>submissa</u> a ele. Como que ela vai trabalhar? Como que ela vai se sustentar? Então ele acredita que tirando algumas coisas dela, ele pode <u>segurar a mulher</u>. Eu não sei se o homem fizer isso hoje com a mulher, se vai resolver muita coisa, mas eu sei que se ele fizesse isso com uma mulher na década de 80, com certeza ía resolver muito, porque na <u>década de 80</u> as <u>mulheres não tinham recurso</u>, não tinham o <u>conhecimento</u> que elas tem hoje. [...] não tô falando que a <u>mulher</u> não tem que ser criada pra <u>cuidar</u> de um lar, mas por quê que o <u>homem</u> não pode? Por quê que o homem não pode fazer uma comida? [...] não pode aprender a lavar uma roupa? Então, naquela década de 80, 90, 75 [...] eu acredito muito que se o homem segurasse o documento de uma mulher, ele ía ter controle total sobre ela. Hoje não. Isso pode acontecer com algumas, mas são minorias. Hoje, eu acredito que a <u>mulher</u> já tem rede social, televisão, tem tudo, elas já são <u>orientadas</u>, elas já têm a <u>Lei que apoia</u> ela, então ela se sente <u>mais forte</u> pra <u>falar</u>, pra <u>denunciar</u>.”</p>

Fonte: A autora, 2016

O termo patriarcado designa a supremacia do homem nas relações sociais, e foi desde seu início utilizado para conotar a preponderância do homem na organização social e a concepção da mulher como objeto de satisfação masculina, sendo assim julgadas como inferiores. Narvaz e Koller (2006) com base na definição de Scott (1990) destacam que o patriarcado não institui o “poder do pai”, mas o “poder do masculino” enquanto categoria social:

O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 50).

Como é possível confirmar nos relatos das entrevistadas a seguir, desde suas infância até os dias atuais:

[...] Na minha infância, [...] não gostava de boneca. [...] Nunca gostei [...]. Já a bola dos meus irmãos, eu queria pra mim. Carrinho eu queria [...]. Brincava com eles de birola [bola de gude], pega-pega, roubar-bandeira, esconde-esconde, passar-anel, [...] minha infância, eu nunca gostei de nada de menina. [...] não brincava com brinquedo de menina de jeito nenhum, só de menino. [...] eu mamei chupeta e meus irmãos mais velhos, pra mim (sic) parar, jogou todas as minhas chupetas em cima da casa, [...] meus irmãos era terrível, eles são todos mais velhos que eu, [...] Meus irmãos, era terrível. [...] custosos, eles judiavam. [...] eu sou a mais nova, então eles judiavam muito de mim, porque eles são mais velhos [...] Aproveitava muito, por eu ser menorzinha. [...] eu completei os dezessete anos, aí conheci o meu ex-marido, que foi onde através dele, eu conheci tudo de errado e foi me afastando das amigas, saí da escola, parei de estudar [...] Eu tinha medo de contar pro meu pai que eu tinha um namorado albergado, e meu pai fazer algo [...] Quando o meu pai me pôs pra fora de casa, só com a roupa do corpo [...] ele [ex-convivente] me acolheu, não deixou faltar nada, ele me levou pra autoescola, ele pôs eu pra tirar habilitação. [...] eu não queria de jeito nenhum, ele falou: ‘Não, você vai tirar, você vai lá na Autoescola R., você vai tirar a sua habilitação’. [...] Pra mim a única diferença que eu vejo do homem pra mulher, é que a mulher é o sexo mais frágil, né? Uma mulher pra competir com o homem na força, a mulher não dá conta. Então pra mim, a mulher é frágil e já o homem não. [...] Pra mim a diferença é essa, que a mulher é mais frágil, já o homem não. (OPALA, 2016).

Enrolada. [...] Amasiada né, 02 vezes já. Porque casar, casar nunca casei no papel. [...] Tô, pode se dizer que convivente do mesmo jeito. [...] quando eu fiz 15 anos [...] comecei a namorar um cara, aí minha tia falou que ele era mais velho do que eu, e era mesmo, na época ele tinha uns 26 anos e eu tava com 15. [...] então pra mim aquilo num via com maus olhos, só que minha tia via [...] Eu me casei com 16 e ele tinha 27. [...] Porque eu era a princesinha, como diz os meninos sem brincadeira, sem zueira nenhuma. Porque como eu nunca fiz coisa errada. [...] sempre passei de série, [...] gostei de trabalhar, [...] ajudar os outros. Eu era a princesinha [...] (ÁGATA, 2016).

Meus irmãos ficava olhando [...] os irmãos tava (sic) junto. Deu aquele horário, ía embora! [...] ele [pai] era muito sistemático. [...] minha mãe é uma ótima pessoa, [...] maravilhosa, mas [...] antigamente o povo [...] escutava o marido. Então ela tinha que escutar o marido, ele falava e tinha que escutar ele. [...] ela [mãe] achava ruim, não gostava. Ela conversava com ele, mas ele era muito elérgico [enérgico], não queria saber, era aquilo e aquilo. [...] Porque no lugar que eu trabalhava, eram três pessoas que trabalhava, mas eu trabalhava sozinha, eu dava conta dos três serviço. Aí, o nosso gerente não pnhava (sic) outra pessoa. Aí sempre deixava eu, porque disse que não precisava de muita gente, porque eu dou conta. [...] ele [ex-convivente] foi preso. [...] Aí eu fiquei sabendo e pensei: ‘Meu Deus’ [surpresa]. [...] eu que devia ter largado dele, né? Mas não [larguei]. Ele falava: ‘Não. Você é minha mulher, você tem que me visitar. Você não pode largar de mim agora, você não pode me abandonar’. (JADE, 2016).

[...] quando eu fui me separar, eu pensava: ‘Como que eu vou me separar e como que eu vou carregar meus móveis, como que eu vou instalar o gás de casa, como que eu vou trocar a lâmpada, instalar chuveiro?’ Eu pensava em tudo isso, eu achava isso muito difícil [...] Hoje existe uma igualdade entre homem e mulher [...] Hoje o homem pode ajudar a mulher nas tarefas domésticas [...] não tô (sic) falando que a mulher não tem que ser criada pra cuidar de um lar, mas por quê que o homem não pode? Por quê que o homem não pode fazer uma comida? [...] não pode aprender a lavar uma roupa? (ESMERALDA, 2016).

Observa-se que as representações sociais de gênero, são evidenciadas quando se vê reproduzido no discurso a forma sexista que distingue brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas. Mesmo que Opala (2016) relate que em sua infância enquanto brincava, as escolhas pelas brincadeiras ocorriam mediante a curiosidade e o prazer da atividade. Observa-se que esta fronteira de espaços definidos para meninos e meninas, não eram levados em consideração enquanto brincava. Tais categorizações são construções sociais com significados patriarcais impostos de forma “naturalizada” na sociedade.

Esmeralda (2016) consegue fazer uma leitura sobre a constituição destes papéis sexistas com nuances de empoderamento, como se vê, uma opinião ainda em construção:

[...] eu acho que a educação faz a diferença. Eu acho que não existe esse negócio de brincadeira de menina ou brincadeira de menino, eu acho que existe brincadeiras de criança. [...] As crianças [...] na década de 90, elas foram educadas [...] na escola [...] em casa, que a mulher é designada pra lavar, passar, cozinhar, casar, cuidar do marido e criar os filhos. O homem enquanto isso, o homem saía pra trabalhar e buscar o sustento da casa, e isso [...] era imposto para o homem e para a mulher. [...] hoje as mulheres sofrem violências [...] os homens que fazem isso, [...] que praticam esse tipo de violência [...] com uma mulher, são as crianças que foram educadas nessa época [...] Então, hoje a mulher pode sair pra trabalhar fora, trazer o sustento pra dentro de casa. [...]. Antigamente só existia um olhar muito machista, o homem ele não podia cuidar do filho, não podia trocar uma fralda [...] não podia lavar louça, porque isso era coisa de mulher. [...] esse cenário vai mudar porque as crianças que hoje estão sendo educadas [...] vai tratar a mulher não mais como um objeto, vai tratar ela como um ser humano [...] na década de 80 as mulheres não tinham recurso, não tinham o conhecimento que elas tem hoje. [...] eu acredito muito que se o homem segurasse o documento de uma mulher, ele ía (sic) ter controle total sobre ela. Hoje não. Isso pode acontecer com algumas, mas são minorias. Hoje, eu acredito que a mulher já tem rede social, televisão, tem tudo, elas já são orientadas, elas já têm a Lei que apoia ela, então ela se sente mais forte pra falar, pra denunciar. (ESMERALDA, 2016).

Veja que nesta categoria, é possível identificar as crenças responsáveis pela manutenção do patriarcado. Patriarcado este, que se baseia nas relações de poder, ou seja, nas relações desiguais onde os homens são vistos como seres fortes e as mulheres são vistas como seres frágeis, como ratifica o discurso de Opala (2016). No ideário de mulher e estereótipo de feminilidade relatado por Ágata (2016) ao se intitular como “princesinha” da família, pelo fato de ter tido boas maneiras na sua infância. No relato de Jade (2016) quando cita as ordens

de seu pai ao colocar seus irmãos para vigiá-la, ao comportamento sistemático e enérgico do pai que anulava qualquer intervenção de sua mãe, dando-lhe o direito apenas escutar e obedecer seu pai; às ordens de sobrecarga de funções que seu gerente lhe impunha e ainda ao ordenamento de seu ex-convivente que a proibiu de separar dele. Caracterizando assim o patriarcado, cujas relações de gênero ocorrem nas relações de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2004). Estigarriba e Lopes (2008) problematizam sobre os processos de socialização masculina e os significados de ser homem na sociedade:

[...] conclui-se que homens são socializados, de um lado, para reprimir suas emoções afetivas e sensibilidades e, por outro lado, fomentados para a agressividade, principalmente a força e a violência física, formas socialmente aceitas como marcas ou provas de masculinidade. (ESTIGARRIBA E LOPES, 2008, p. 73-74).

O brincar na infância e os processos de imaginação foram abordados por Vigotsky (1998), que argumenta que o desprendimento (propiciado pela situação imaginária) e a subordinação (regras da realidade) estão presentes no brincar. Assim, observe que Opala (2016) apesar de distinguir de forma sexista “brincadeiras de meninos” de “brincadeiras de meninas”, Opala (2016) rompe o estigma de que meninas precisam gostar de bonecas, ou que meninas não podem brincar as brincadeiras patriarcalmente denominadas como “brincadeiras de meninos”. O brincar é também a reelaboração das experiências para a combinação e criação de novas realidades, mediante as preferências e necessidades, entretanto, apesar desta inovação, levam-se em consideração as regras necessárias para os papéis sociais. Desta feita, a criança recria suas vivências neste espaço lúdico, reproduzindo modos culturais, com base em suas relações interpessoais.

O brinquedo cria na criança uma zona de desenvolvimento proximal, que é por ele definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VIGOTSKY, 1998, p.112).

Assim, Vigostky (1998) evidencia que a noção de indivíduo não se fundamenta numa personalidade estável, uniforme e muito menos desempenha um “papel fixo”, e sim está intrinsecamente relacionado aos papéis variados e que o singular entrelaça com o heterogêneo, no que se refere à personalidade e às funções psicológicas individuais. É diante disto que se afirma que a pessoa deve ser vista como algo em construção e não como estrutura natural.

5.6.3.2 Categoria: No Crime

Esta categoria representa que o cárcere é a reprodução da sociedade patriarcal que vivemos, o patriarcado adentram as grades das prisões e também ocorre no mundo do crime. As entrevistadas relatam as diferenças entre o cumprimento de pena no regime fechado na delegacia de polícia (instituição mista), presídios masculinos e presídios femininos; salientam ainda sob suas perspectivas, o que levam mulheres e homens a entrarem no mundo do crime. Conforme quadro 11:

Quadro 11 – Categoria: No Crime

MARCAS DO DISCURSO	
Diferença – presídio feminino – é menor - mais as mulheres - poucos maridos – crime – casar – arrastadas – direitos iguais – mulher – tudo organizadinho – homem – bagunçadão – visita íntima – uma hora – 24 horas – mulher com mulher – banho de sol – joga bola – água quente – banheiro cheiroso – gênio mais forte – é fraca – livres lá dentro – influenciada pelo marido	
FRAGMENTOS REPRESENTATIVOS	
Opala	<p>“A <u>diferença</u> que eu vi, não sei se é por ser o de Três Lagoas, o <u>presídio feminino</u> lá é <u>menor</u>, é <u>menor</u> do que o presídio [masculino] de Paranaíba, né? Mas, é <u>tudo igual</u> o pátio, as celas, as cama, as grade são tudo a mesma coisa, não tem diferença. Pra tudo tem um horário, tem as regras deles. Andar, tipo se for passar no corredor, tem que andar com a mão pra trás, não pode por a mão pra frente, tem uniforme também. Então eu <u>não vi muita diferença</u>, não. Elas também trabalham igual eles, trabalham no feminino.”</p> <p>“É claro, né? No [presídio] <u>masculino</u> sempre fá <u>mais as mulheres</u>, as <u>esposas</u> pra visitar. Lá no [presídio] <u>feminino</u>, não, só mais as <u>mães</u> e os <u>filhos</u>. [...] <u>Poucos maridos</u> que íam [...] também não sei se é por ter muitas mulheres juntas, por que tinha <u>muito envolvimento</u> de <u>mulheres com mulheres</u> lá. Muitas até [...] que chegava lá <u>casada</u> e <u>separava do marido</u>, pra se envolver com outras mulheres. Tinha muito isso. Não sei se é por isso, eu vi muito, vi bastante isso lá, tanto que quando chegava outras internas novatas lá, elas ficava tudo louca pra ver se era bonita ou feia.”</p> <p>“É <u>burrice</u>, <u>não compensa</u>. Seja qual for o <u>crime</u>, <u>não compensa</u>. Não sei, pode ser que uma cometa o <u>crime</u> hoje, amanhã ou depois, mas <u>não compensa</u>. Pode ser o <u>crime</u> que for, que <u>nunca compensa</u>. Nunca vai compensar. O que eu vejo é isso, que é <u>burrice</u>. <u>Mulher ou homem</u> se <u>envolver</u>, se nunca teve envolvimento com nada, se <u>envolver</u> ou tá envolvido pra mim é <u>burrice</u>. Porque não vale a pena, <u>não compensa</u>.”</p>
Ágata	<p>“J. pra começo de conversa, eu <u>nem casada</u> com você no papel eu sou. <u>Pra mim entrar</u> aí dentro, eu tinha que <u>casar com você</u> no papel, certo?’. J.: ‘Não. Hoje em dia é <u>mais fácil</u>. Você faz <u>papel de convivente</u>’. [...] ‘Tá bão’. [...] eu fiz a carteirinha e comecei a frequentar lá”.</p> <p>“[...] porque a partir do momento que o J. falou pra mim: ‘Mor, <u>vai e faz</u> isso e isso’, eu <u>não pensei</u>, eu já fiquei <u>cega</u> naquela hora.”</p> <p>“Sim. Você quer ver você ter uma <u>recepção melhor</u>, se o seu <u>marido</u> for <u>de facção</u>. [...] É tudo pra você. Você tem <u>atenção 100%</u> do mundo. [...] Então, pra quem o <u>marido</u> é envolvido e tem <u>nome grande</u> lá dentro, é melhor. [...] Num é que é respeitada. A pessoa chega a <u>ter medo</u> do seu <u>marido</u>. [...] Porque a pessoa é <u>da facção</u>.”</p> <p>“[...] <u>num corre perigo</u> ao <u>meu lado</u>, porque tem muitos meninos que eles sabem que <u>eu sou mulher</u> de quem eu sou. Então, porque pelo que eu sei, o <u>meu marido</u>, ele é <u>respeitado</u> [...] os meninos <u>respeita</u> ele muito [...]”</p>

	<p>“[...] a <u>maioria das mulheres</u> entram pelo <u>mesmo erro</u> que eu. [...] Que foi <u>puxado</u> por um <u>homem</u>. E o <u>homem</u> entra pelo fato de querer <u>ganhar poder</u>, [...] <u>consumismo</u>. Eles acham que se eles entrar nesse plano, pode até ser que tenha uma <u>má companhia</u> que te ajuda, mas é <u>pensado</u>. [...] tem <u> muito homem</u> que [...] faz <u>porque quer</u>. Eles acham que aquilo vai dar uma evolução [...] naquilo que eles tem. Então a <u>maioria das mulheres</u> são <u>arrastadas pelos maridos</u>, aí já fez um <u>negocinho</u> mesmo, num tem <u>nada a perder</u>, <u>continua</u>. O <u>homem</u> da mesmo forma, só que o <u>homem</u>, a <u>cabeça dele já é feita</u>.”</p> <p>“<u>Direitos iguais, direitos iguais</u>. Porque pelo o que <u>eu vi</u>, pelo o que <u>eu passei</u>, eu vi <u>mulher</u> que <u>faz coisa que homem num faz</u>.”</p> <p>“É <u>tudo igual</u> [nos presídios]. [...] a única coisa <u>diferenciada</u> você sabe que <u>homem não é</u> aquela <u>organização</u> [...] das <u>meninas</u> é <u>tudo organizadinho, tudo arrumadinho, limpinho, bonitinho</u>. Dos <u>homem</u>, é mais <u>bagunçado</u>, mas tem a <u>organização</u> deles, é tudo <u>coisadinho</u> assim.”</p> <p>“As <u>visitas</u> do [presídio] <u>feminino</u> num chega a ser igual do [presídio] <u>masculino</u>, porque dos masculino tem muita <u>visita íntima</u>. [...] tem mais <u>visita íntima</u> das <u>mulher</u> que vai <u>visitar</u> os <u>maridos</u> [...] E no <u>feminino</u>, vai mais <u>família</u>. [...] <u>Pai, mãe, irmão, namorado</u>. Só que no <u>feminino</u>, você tem direito a <u>uma hora</u> pra você fazer relação [sexo]. E no <u>masculino</u> é [visita íntima] 24h, a partir da hora que <u>você entra, você faz</u> [sexo]. [...] eu entrava 09h00, era tempo do J. tomar café da manhã, <u>nós ficava</u> [sexo]. Aí, tomava banho, ele descansava um pouco [...] ele queria <u>atenção, cafuné</u> [...] ele almoçava, nós <u>fazia de novo</u> [sexo]. Tomava banho [...] <u>fazia de novo</u> [sexo] porque eu tinha que vim embora. No [presídio] <u>masculino</u> você pode ficar <u>sozinho</u>, você e ele, o <u>tempo</u> que você <u>quiser</u>. Porque eu chegava eu <u>nem saía da cama</u> dele. Ele almoçava em cima da cama, só ía no banheiro e voltava. [...] No [presídio] <u>feminino</u>, você tem <u>uma hora</u> só [para a visita íntima] das 14h30 às 15h30, porque 16h00 tem que sair.”</p> <p>“[...] Quando eu cheguei em Três Lagoas [presídio], tinha <u>mulher com mulher</u>. [...] das mulher, sim, <u>convivente, casadinha, certinha</u>. Das mulher, <u>certinha e casadinha</u>.”</p>
Jade	<p>“Tem <u>diferença</u>. [...] Eu acho que os <u>homens</u> tem <u>mais prioridades</u> do que as <u>mulheres</u>. [...] Porque os <u>homens</u> que tá ali <u>presos</u> [presídios masculinos], mas na verdade eles tem muita coisa boa pra eles. [...] eles tomam <u>banho de sol</u>, eles <u>joga bola</u>, eles <u>tem quadra, fica solto, tem visita</u> de mulher, de filhos. Agora, <u>nós não</u>, nós num tinha visita. [delegacia]”</p> <p>“Lá [delegacia de polícia] era assim, <u>uma hora</u> só de <u>visita</u>. Era [...] num domingo ou na sexta, eu não me lembro direito mais [...]. Era <u>rapidão, num dava tempo</u> nem de você beijar e abraçar seus filhos, que já dava o tempo de ir embora, e aquilo <u>me machucava</u>. E, agora lá [presídio masculino] não [...]. Pro <u>homem</u> é outra coisa, <u>de manhã</u> [09h00] <u>até as 16h00</u> da tarde, eles ficava com as mulher, com os filhos e tinha <u>liberdade, comia</u> do bom e do melhor ali dentro do presídio. Pra nós <u>mulher</u> [delegacia], pra nós <u>era marmita</u> e só, o dia que trazia alguma coisa era uma visita. Até <u>água quente</u> nós bebia ali, [...] alguns dos polícia tinha dó e levava água gelada pra nós.”</p> <p>“[...] no <u>masculino</u> [presídio] [...] é <u>tudo limpinho, tudo caprichoso, banheiro cheiroso</u>, tinha <u>banheiro</u> pra gente <u>tomar banho</u>, a gente chega e <u>toma banho na visita</u>. <u>Tudo certinho</u>, até <u>água quente</u> pra <u>tomar banho</u> tinha, <u>tudo limpinho, arrumadinho</u> [...] <u>tudo certinho, televisão, lençol, tudo arrumadinho</u>, lá é <u>tudo bonito pra eles</u>, [...] <u>pra eles é uma casa</u>, bem dizer. Agora, <u>pra nós era um inferno</u>. [...] <u>Muita diferença!</u>”</p> <p>“Ah, é <u>ruim</u>, você vai chegar [semiaberto] você topa [encontra] um <u>homem</u>, topa outro, tá sempre topando com <u>homem</u>. [...] além de você ficar com <u>vergonha</u>, ainda fica <u>sem jeito</u>, né? Porque eu <u>sou mulher, eles é homem</u>. Aí <u>fica tudo olhando</u> e pensando: ‘Nossa, o que essa mulher tá fazendo aqui?’ [...] Apesar de todo mundo saber que aqui é <u>Albergue</u>, mas <u>não é feminino</u>. Ah, eu <u>fico sem graça</u>, eu <u>fico sem graça</u>.”</p> <p>“Ah, eu acho <u>errado</u> as <u>duas parte</u>, tanto <u>homem</u> quanto <u>mulher</u> fazer <u>coisa errada</u>. Mas pra <u>mulher</u> é <u>mais errado ainda</u>. [...] Porque eu acho que tipo assim, a <u>mulher</u> num é [...] de fazer esse tipo de coisa. [...] porque o <u>homem</u> tem o <u>gênio diferente</u> da <u>mulher</u>, um <u>gênio mais forte</u></p>

	<p>[...]. Agora <u>mulher não</u>, e <u>hoje em dia mulher tá quase igual, tudo igual o homem</u>. [...] pode ser também, que <u>elas também podem</u>, que <u>elas também sabem</u>, <u>elas também faz</u>, né? Pode ser também.”</p> <p>“Mas, <u>muitas lá não foi forçada</u> não, <u>muitas já sabia</u>, <u>muitas já fazia junto</u> com o <u>marido</u> mesmo. Elas já tinha aquele tipo delas mesmo [...]. Mas tem <u>muitas que não</u>, tinha <u>muitas</u> mesmo que <u>caiu de gaiata</u> na do <u>marido</u>. Mas tem <u>muitas que já sabia</u>, <u>a não ser</u> que <u>antes</u> elas foi do mesmo jeito, né? <u>Caiu</u> na do <u>marido</u> na <u>primeira vez</u>, e <u>depois</u> foi <u>pegando o costume</u>, foi <u>achando bão</u> e <u>envolveu</u>, né?”</p> <p>“[...] Assim, tem <u>muitas</u>. Nossa, tem <u>muitas</u>, meu Deus, tem <u>demais</u>. E agora num tá tendo só <u>nova, velha</u>, nada. Agora tá <u>tudo no mesmo embaló</u>. <u>Hoje tá difícil</u>, num tá fácil hoje pra viver. [...] Ah, eu acho que <u>elas faz</u> de tudo, pra quem tem <u>coragem</u> de fazer uma coisa, faz qualquer coisa, né? Eu acho. Porque tem <u>mulher</u> que <u>tem apetite</u>, né? [...] ela <u>tem apetite tipo homem</u>. Tem <u>mulher</u> que <u>é fraca</u>, <u>num gosta</u>, fala assim: ‘Ah, eu <u>num dou conta</u> de fazer isso não. Vixi, <u>num faço</u> isso não’, que nem <u>tipo eu</u> mesmo, eu fiz foi naquele empurrão [...] mas eu não tenho coragem de fazer mais. Eu num tenho, eu <u>tenho medo</u> agora, <u>morro de medo</u>, não tenho coragem, <u>peguei trauma!</u> Sério mesmo.”</p>
Esmeralda	<p>“[...] quando ele <u>saiu</u> [do presídio] eu <u>conversei</u> com ele, <u>falei</u> pra ele. E me <u>casei</u> com ele praticamente <u>dentro do presídio</u>, praticamente escondido da minha família. Eu fui lá no cartório, fiz tudo, eu assinei pro lado de fora e o advogado dele levou o papel e ele assinou do lado de dentro do presídio, onde ele estava, pra mim poder ir <u>fazer visita</u> pra ele e <u>levar as coisas</u> pra ele, dar apoio moral, [...] naquela época eu via com esse olhar. Hoje não, hoje eu acho que eles não são do jeito que eles aparentam ser.”</p> <p>“[...] A gente pensa que eles estão lá [presídio masculino] passando por dificuldade, tá difícil, tá sem a liberdade, mas eles estão <u>é livres lá dentro</u>, como se tivessem <u>aqui na rua</u>, eu tenho essa impressão.”</p> <p>“Eu acho que quase todas as mulheres, não vou generalizar, mas eu acredito que <u>80% das mulheres</u> que cometem um <u>crime</u> hoje, principalmente o <u>tráfico de drogas</u>, <u>é influenciada</u> por alguém que já cometeu, pelo <u>marido</u> por exemplo, eu conheço <u>diversas mulheres</u> que <u>comete</u> ou que são <u>usuárias</u> porque <u>aprendeu</u> com o <u>namorado</u>. Eu conheço, eu poderia te falar uma <u>lista</u> de umas <u>30 mulheres</u> que <u>cometeram</u> algum <u>crime influenciadas pelo marido</u>. Tem casos de que o <u>marido pediu</u> pra ela levar uma <u>droga</u> pra outro lugar ou o <u>marido é quem tá preso</u>, e ele precisa de alguém aqui fora pra fazer alguma coisa pra eles.”</p> <p>“[...] eu estava lá dentro, <u>eu via</u> e <u>eu ouvia</u> que existia <u>marido</u> que <u>instruía</u> as <u>mulheres</u> pra fazer <u>crimes</u> aqui fora, e as <u>mulheres</u> estavam tão <u>influenciadas</u>, estavam tão <u>dominadas</u> por eles que <u>faziam</u>. Então, eu acho que <u>quase todas</u> as <u>mulheres</u>, uns <u>80% das mulheres</u> que <u>cometem crime</u> hoje [...] principalmente o <u>artigo 33</u> [...] eu acho que foram <u>influenciadas pelo seu companheiro</u>.”</p> <p>“Algumas começa a ficar tão <u>influenciada</u> com os seus <u>companheiros</u> [...] <u>relação amorosa, afetiva</u>, [...] <u>relação de amigos</u> também. Algumas se vê tão <u>influenciadas</u> nisso, que elas <u>cometem</u>, elas começam a ver a <u>vida do crime</u>, criminal, como uma coisa <u>normal</u>, elas trocam as palavras, elas já usam outro termo pra falar. [...] As <u>gírias</u> [...] e eu acho que algumas vão por <u>livre e espontânea vontade</u>, <u>outras</u> eu acho que são <u>influenciadas</u>.”</p>

Fonte: A autora, 2016

Esta categoria foi se constituindo por meio dos fragmentos localizados no discurso das entrevistadas. Nota-se certa confusão no que tange delimitar as diferenças das instituições prisionais. Veja que de imediato, algumas entrevistadas dizem que não viram diferença entre um presídio feminino e masculino, ao menos no que se refere à estrutura física, rotina diária e regras. Porém, quando as entrevistadas contam sobre a experiência de

detenção na delegacia, relatam que há diferença no tratamento para homens e para mulheres no cárcere, com base na experiência de terem adentrado o presídio masculino de Paranaíba, enquanto visitaram seu convivente/ex-conviventes:

A diferença que eu vi, não sei se é por ser o de Três Lagoas, o presídio feminino lá é menor, é menor do que o presídio [masculino] de Paranaíba, né? Mas, é tudo igual o pátio, as celas, as cama, as grades são tudo a mesma coisa, não tem diferença. Pra tudo tem um horário, tem as regras deles. [...] no corredor, tem que andar com a mão pra trás, [...] tem uniforme também. Então eu não vi muita diferença, não. Elas também trabalham igual eles, trabalham no feminino. (OPALA, 2016).

É tudo igual [nos presídios]. [...] a única coisa diferenciada você sabe que homem não é aquela organização [...] das meninas é tudo organizadinho, tudo arrumadinho, limpinho, bonitinho. Dos homem, é mais bagunçadão, mas tem a organização deles, é tudo coisadinho assim. (ÁGATA, 2016).

Tem diferença. [...] Eu acho que os homens tem mais prioridades do que as mulheres. [...] Porque os homens que tá ali presos [presídios masculinos], mas na verdade eles tem muita coisa boa pra eles. [...] eles tomam banho de sol, eles joga bola, eles tem quadra, fica solto, tem visita de mulher, de filhos. Agora, nós não, nós num tinha visita. [delegacia]. [...] no masculino [presídio] [...] é tudo limpinho, tudo caprichoso, banheiro cheiroso, tinha banheiro pra gente tomar banho, a gente chega e toma banho na visita. Tudo certinho, até água quente pra tomar banho tinha, tudo limpinho, arrumadinho [...] tudo certinho, televisão, lençol, tudo arrumadinho, lá é tudo bonito pra eles, [...] pra eles é uma casa, bem dizer. Agora, pra nós era um inferno. [...] Muita diferença! (JADE, 2016).

Há diferença ainda, entre o público que efetua as visitas, ou seja, nos presídios masculinos as visitas são feitas pelas esposas e mães, em contrapartida, há uma escassa frequência de esposos fazendo visitas nos presídios femininos, salientando a presença de mães e filhos nesta função. Outra observação significativa das entrevistadas se refere à diferença de privacidade e horários de visitas íntimas e visita de demais familiares nas prisões (delegacia, presídios femininos e masculinos), bem como a frequência de relações homoafetivas dentro das prisões femininas:

No [presídio] masculino sempre ía (*sic*) mais as mulheres, as esposas pra visitar. Lá no [presídio] feminino, não, só mais as mães e os filhos. [...] Poucos maridos que íam [...] também não sei se é por ter muitas mulheres juntas, por que tinha muito envolvimento de mulheres com mulheres lá. Muitas até [...] que chegava lá casada e separava do marido, pra se envolver com outras mulheres. Tinha muito isso. Não sei se é por isso, eu vi muito, vi bastante isso lá [...]. (OPALA, 2016).

As visitas do [presídio] feminino num chega a ser igual do [presídio] masculino, porque do masculino tem muita visita íntima [...] tem mais visita íntima das mulher que vai visitar os maridos [...] E no feminino, vai mais família. [...] Pai, mãe, irmão, namorado. Só que no feminino, você tem direito a uma hora pra você fazer relação [sexo]. E no masculino é [visita íntima] 24h, a partir da hora que você entra, você faz [sexo]. [...] eu entrava 09h00, era tempo do J. tomar café da manhã, nós ficava [sexo]. Aí, tomava banho, ele descansava um pouco [...] ele queria atenção, cafuné

[...] ele almoçava, nós fazia de novo [sexo]. Tomava banho [...] fazia de novo [sexo] porque eu tinha que vim embora. No [presídio] masculino você pode ficar sozinho, você e ele, o tempo que você quiser. Porque eu chegava eu nem saía da cama dele. Ele almoçava em cima da cama, só ía no banheiro e voltava. [...] No [presídio] feminino, você tem uma hora só [para a visita íntima] das 14h30 às 15h30, porque 16h00 tem que sair. [...] Quando eu cheguei em Três Lagoas [presídio], tinha mulher com mulher. [...] convivente, casadinha, certinha. Das mulher, certinha e casadinha.” (ÁGATA, 2016).

Lá [delegacia de polícia] era assim, uma hora só de visita. Era [...] num domingo ou na sexta [...]. Era rapidão, num dava tempo nem de você beijar e abraçar seus filhos, que já dava o tempo de ir embora, e aquilo me machucava. E, agora lá [presídio masculino] não [...]. Pro homem é outra coisa, de manhã [09h00] até as 16h00 da tarde, eles ficava com as mulher, com os filhos e tinha liberdade, comia do bom e do melhor ali dentro do presídio. Pra nós mulher [delegacia], pra nós era marmita e só, [...] Até água quente nós bebia ali, [...] alguns dos polícia tinha dó e levava água gelada pra nós. (JADE, 2016).

[...] A gente pensa que eles estão lá [presídio masculino] passando por dificuldade, tá difícil, tá sem a liberdade, mas eles estão é livres lá dentro, como se tivessem aqui na rua, eu tenho essa impressão. (ESMERALDA, 2016).

Lima (2006), em sua dissertação de Mestrado, discute sobre o direito à visita íntima (proibidas até 2001) para as mulheres detidas no Estado de São Paulo. A autora relata que após muitas reivindicações das mulheres presas, em 27/12/2001, a Resolução nº 96, da Secretaria das Administrações Penitenciária regulamenta e assegura este direito, antes deferido somente para homens presos, prescrevendo assim a igualdade de Gênero, constante na Constituição Federal. A pesquisa ocorreu na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), com consulta a 655 prontuários, dos quais apenas 2,6%, ou seja, 17 prontuários relataram o desejo de inscrever seus parceiros. Utilizando a metodologia de grupos focais, identificaram que as mulheres detidas significam a visita íntima como “constrangimento e humilhação”, bem como para manter a conjugalidade, pela necessidade de satisfazer o parceiro e até para afirmar sua liberdade sexual através da recusa à visita íntima.

No quesito homossexualidade situacional, o artigo de Soares, Félix-Silva e Figueiró (2014), localizado na Revista Psicologia & Sociedade, é fruto de uma intervenção num presídio feminino do Rio Grande do Norte, com o intuito de compreender os modos de viver e reinventar-se das mulheres presas. Utilizaram a cartografia em teatro-experimentação, com a fusão do corpo, arte e clínica, para a composição do eixo gênero, sexualidades e intersecções. Os resultados alcançados foram as expressões do devir da sensibilidade das mulheres presas no cuidado com as outras, na troca de palavras de afeto e nas novas experiências de relação com seus corpos e sexualidade (SOARES, FÉLIX-SILVA E FIGUEIRÓ, 2014).

Ao serem questionadas sobre o que levam as mulheres e homens a inserirem-se no mundo do crime, notam-se estruturas do patriarcado nas respostas das entrevistadas, que afirmam categoricamente que a maioria das mulheres que elas conheceram iniciaram-se no crime, por influência de namorados, companheiros, amigos:

[...] a maioria das mulheres entram pelo mesmo erro que eu. [...] Que foi puxado por um homem. E o homem entra pelo fato de querer ganhar poder, [...] consumismo. Eles acham que se eles entrar nesse plano, pode até ser que tenha uma má companhia que te ajuda, mas é pensado. [...] tem muito homem que [...] faz porque quer. [...] Então a maioria das mulheres são arrastadas pelos maridos, aí já fez um negocinho mesmo, num tem nada a perder, continua. O homem da mesmo forma, só que o homem, a cabeça dele já é feita. [...] Direitos iguais, direitos iguais. Porque pelo o que eu vi, pelo o que eu passei, eu vi mulher que faz coisa que homem num faz. (ÁGATA, 2016).

Mas, muitas lá não foi (*sic*) forçada não, muitas já sabia, muitas já fazia junto com o marido mesmo. Elas já tinha aquele tipo delas mesmo [...]. Mas tem muitas que não, tinha muitas mesmo que ‘caiu de gaiata’ na do marido. Mas tem muitas que já sabia, a não ser que antes elas foi do mesmo jeito, né? Caiu na do marido na primeira vez, e depois foi pegando o costume, foi achando bão e envolveu, né? [...] Assim, tem muitas. Nossa, tem muitas, meu Deus, tem demais. E agora num tá (*sic*) tendo só nova, velha, nada. Agora tá (*sic*) tudo no mesmo embalo. Hoje tá (*sic*) difícil, num tá (*sic*) fácil hoje pra viver. [...] Ah, eu acho que elas faz (*sic*) de tudo, pra quem tem coragem de fazer uma coisa, faz qualquer coisa, né? Eu acho. Porque tem mulher que tem apetite, né? [...] ela tem apetite tipo homem. Tem mulher que é fraca, num gosta, fala assim: ‘Ah, eu num dou conta de fazer isso não. Vixi, num faço isso não’, que nem tipo eu mesmo, eu fiz foi naquele empurrão [...] mas eu não tenho coragem de fazer mais. Eu num tenho, eu tenho medo agora, morro de medo, não tenho coragem, peguei trauma! Sério mesmo. (JADE, 2016).

Eu acho que quase todas as mulheres, não vou generalizar, mas eu acredito que 80% das mulheres que cometem um crime hoje, principalmente o tráfico de drogas, é influenciada por alguém que já cometeu, pelo marido por exemplo, eu conheço diversas mulheres que comete ou que são usuárias porque aprendeu com o namorado. Eu conheço, eu poderia te falar uma lista de umas 30 mulheres que cometeram algum crime influenciadas pelo marido. Tem casos de que o marido pediu pra ela levar uma droga pra outro lugar ou o marido é quem tá preso, e ele precisa de alguém aqui fora pra fazer alguma coisa pra eles. [...] eu estava lá dentro, eu via e eu ouvia que existia marido que instruí as mulheres pra fazer crimes aqui fora, e as mulheres estavam tão influenciadas, estavam tão dominadas por eles que faziam. Então, eu acho que quase todas as mulheres, uns 80% das mulheres que cometem crime hoje [...] principalmente o artigo 33 [...] eu acho que foram influenciadas pelo seu companheiro. [...] Algumas começa a ficar tão influenciada com os seus companheiros [...] relação amorosa, afetiva, [...] relação de amigos também. Algumas se vê tão influenciadas nisso, que elas cometem, elas começam a ver a vida do crime, criminal, como uma coisa normal, elas trocam as palavras, elas já usam outro termo pra falar. [...] As gírias [...] e eu acho que algumas vão por livre e espontânea vontade, outras eu acho que são influenciadas. (ESMERALDA, 2016).

As entrevistadas relatam ainda que para adentrar as Unidades Prisionais, é pré-requisito para efetuar a carteira de visitante, a oficialização da união estável com registro em cartório entre a pessoa que deseja visitar e a pessoa presa; que há “vantagens” de se relacionar

com pessoas de facções criminosas e a reprodução de que homens são desorganizados e aptos para o crime e as mulheres são organizadas, certinhas e não terem gênio pra este fim:

‘J. pra começo de conversa, eu nem casada com você no papel eu sou. Pra mim entrar aí dentro, eu tinha que casar com você no papel, certo?’. J.: ‘Não. Hoje em dia é mais fácil. Você faz papel de convivente’. [...] ‘Tá bão’. [...] eu fiz a carteirinha e comecei a frequentar lá. [...] Cê quer ver você ter uma recepção melhor, se o seu marido for de facção. [...] É tudo pra você. Você tem atenção 100% do mundo. [...] Então, pra quem o marido é envolvido e tem nome grande lá dentro, é melhor. [...] Num é que é respeitada. A pessoa chega a ter medo do seu marido. [...] Porque a pessoa é da facção. [...] num corre perigo ao meu lado, porque tem muitos meninos que eles sabem que eu sou mulher de quem eu sou. Então, porque pelo que eu sei, o meu marido, ele é respeitado [...] os meninos respeita ele muito [...]. (ÁGATA, 2016).

Ah, eu acho errado as duas partes, tanto homem quanto mulher fazer coisa errada. Mas pra mulher é mais errado ainda. [...] Porque eu acho que tipo assim, a mulher num é [...] de fazer esse tipo de coisa. [...] porque o homem tem o gênio diferente da mulher, um gênio mais forte [...]. Agora mulher não, e hoje em dia mulher tá quase igual, tudo igual o homem. [...] pode ser também, que elas também podem, que elas também sabem, elas também faz, né? Pode ser também. (JADE, 2016).

[...] quando ele saiu [do presídio] eu conversei com ele, falei pra ele. E me casei com ele praticamente dentro do presídio, praticamente escondido da minha família. Eu fui lá no cartório, fiz tudo, eu assinei pro lado de fora e o advogado dele levou o papel e ele assinou do lado de dentro do presídio, onde ele estava, pra mim poder ir fazer visita pra ele e levar as coisas pra ele, dar apoio moral [...]. (ESMERALDA, 2016).

Diante do exposto, faz-se necessário refletir sobre o predomínio do pensamento patriarcal, onde somente os homens possuem necessidades orgânicas e contínuas do ato sexual, ao passo que a mulher raramente recebe visita de seus parceiros. Nota-se ainda que o direito à visita íntima contempla todos os gêneros, porém vê-se que a aplicabilidade com discrepância de horários (presídio masculino das 09h00 às 16h00/presídio feminino das 14h30 às 15h30) é limitada no caso das apenadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto e após analisar os sentidos e significados com base nos relatos verbais das participantes da pesquisa, foi possível identificar as representações sociais de gênero das egressas do sistema prisional e suas articulações com a prática do delito, por elas praticadas, as quais foram descritas e organizadas por meio dos eixos temáticos: Afetividade (relações afetivas, violência doméstica, a desilusão), Conflito com a Lei (o trabalho, a influência, a prisão, as consequências) e Estrutura do Patriarcado (na vida, no crime).

Foi possível considerar o que as levaram a praticar o delito. Após conhecer de que forma as suas representações sociais de gênero influenciaram nessa prática ilícita. Com base no aporte teórico elencado neste estudo, a saber a Teoria Histórico-Cultural para a compreensão do ser humano, a Teoria das Representações Sociais, sistematizada por Serge Moscovici e ainda para compreender as relações sociais e as vinculações afetivas dessas egressas utilizou-se o conceito de gênero conforme Joan Scott.

Os motivos que levaram as entrevistadas, direta ou indiretamente, a cometerem o delito foi a representação social do amor e do afeto das entrevistadas, as quais estão orientadas pela ideologia da ordem patriarcal de gênero. Nesta, o patriarcado identifica o papel social da mulher como aquele responsável pela função afetiva, desta forma, é possível afirmar que a influência das representações sociais de gênero das egressas contribuíram significativamente para a sua inserção no mundo do crime.

Esta afirmação é possível, fundamentada nos relatos colhidos nas entrevistas, visto que elas percebem que as consequências dos seus atos as levariam à prisão, ainda assim o afeto e o amor envolvido nas relações com os familiares e na época com os conviventes, foram preponderantes para o “sim” à infração da Lei. Afinal, é difundido e naturalizado em nossa sociedade patriarcal, que cabe à mulher o papel social de amar e perdoar incondicionalmente, para assim proteger sua família, caracterizando enfim a essência feminina ensinada e cobrada em nossa sociedade como mantenedora dos vínculos familiares.

A imagem social da mulher, que sintetiza em si diversos elementos idealizados, os quais visam interesses de um grupo majoritariamente masculino, onde a imagem da mulher se constitui permissiva, afetuosa e materna, constituíram as representações sociais enraizadas e declaradas nos discursos destas mulheres egressas.

Por esta razão, o título desta pesquisa foi alterado na qualificação, justamente por entender que este é um estudo sobre a mulher e o delito, e após as análises dos fragmentos

representativos onde as influências das representações sociais de gênero das entrevistadas ganham evidência, foi possível suscitar a questão: o amor encarcera?

A pergunta se faz pertinente, pois durante as entrevistas, as participantes discorrem sobre diversas outras influências que as levaram a cometer o delito, desde as dificuldades financeiras até as ameaças dos conviventes, por isso a interrogação: as entrevistadas entraram no mundo do crime por influência daqueles que elas amavam ou por influência da representação social do amor e do afeto, que a sociedade patriarcal ensinou e impôs, enquanto papel social da mulher?

Com este estudo pretende-se subsidiar as ações dos profissionais que atuam na área, professores(as), estudantes e visto que será identificado do ponto de vista das próprias egressas, o que as levaram a praticar o delito e se de alguma forma as Representações Sociais de Gênero das entrevistadas influenciaram na prática ilícita, assim é possível dar visibilidade aos seus discursos, que muitas vezes são ignorados pelo estigma de ser mulher e por serem egressas do sistema prisional.

Desta forma encerra-se esta pesquisa, com o desejo profundo de que mais profissionais se debrucem sobre estudos voltados para as mulheres egressas do sistema prisional, haja vista a escassez de pesquisas com esse público, para que de posse destes estudos surjam possibilidades de intervenções para quem retoma ao convívio social mais amplo sem trabalho, sem família, sem afeto, desacreditadas do ser humano, e com o estigma de serem mulheres e egressas do sistema prisional. Este foi meu primeiro passo, dos muitos outros que pretendo trilhar.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALEXANDRE, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**. Rio de Janeiro: v. 10, n. 23, p. 122-138. Jul./Dez, 2004. Disponível em <<http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/Artigo7.pdf>> Acesso em 20 out. 2016.

ARAÚJO, E. L. **A construção do Estabelecimento Penal de Paranaíba: história e realidade social**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação - UNICAMP: Campinas, 2008.

ARRUDA, A. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de pesquisa, n. 17, nov. 2002.

_____. Feminismo, gênero e representações sociais. **Periódicos UNB – Textos de História**, vol 8, n.1/2. 2010. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5906/4883>.

ARTUR, A. T. **As origens do "Presídio de mulheres" do estado de São Paulo**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31052012-163121/>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011. (Obra original publicada em Lisboa, 1977).

BECCARIA, C. B. M. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. **Decreto - Lei de Execução Penal nº 7. 210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal e a legislação correlata. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de jul. 1984. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/766>>. Acesso em 17 nov. 2015.

_____. Relatório da Situação Atual do Sistema Penitenciário. Mulher presa e egressa. Plano Diretor do Sistema Penitenciário. Ministério da Justiça. Meta 22 - **Mulher Presa e Egressa**. Maio, 2008. Disponível em <http://www.mj.gov.br/data/pages-mje7cd> >. Acesso em 22 mar. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500630&search=mato-grosso-do-sul|paranaiba|infograficos:-historico>>. Acesso em 20 dez 2016.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – Junho de 2014**. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) - Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Ministério da Justiça, Brasília, 2014 a.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – Junho de 2014.** Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) - Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Ministério da Justiça, Brasília, 2014b.

_____. **Plano Diretor do Sistema Penitenciário.** Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Ministério da Justiça, Brasília, 2012.

_____. Produção Científica Avança. **Em Discussão! Revista de audiências públicas do Senado Federal.** Ano 3, nº 12, setembro, p. 26. Senado Federal, Brasília, 2012. (on-line) <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201203%20-%20setembro/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_setembro_2012_internet.pdf> Acesso em: 02 set. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 28. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário.** Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Brasília, 2009. (Série ação parlamentar n. 384) Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701#>> Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.** Lei Complementar nº 79/94 e regulamentada pelo Decreto nº 1.093/94. Ministério da Justiça, Brasília, 1994.

BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicol. Argum.** ISSN 0103-713. Curitiba, v. 29, n. 64, p. 31-39 jan/mar. 2011.

BRANDÃO, M. A. N. **Memória de Santana.** Paranaíba, MS. 2002. p. 130.

BRAUNSTEIN, H. R. **Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19042007-163930/>> Acesso em: 27 mar. 2015.

CARVALHO, S. Substitutivos penais na era do grande encarceramento, Cap. VII. In: **Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos II.** GAUTER, R. M. C (Org.); JÚNIOR, A. L. (et al). – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 351 p. ISBN: 978-85-7430-991-0 (on-line). <<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>> Acesso em 22 fev. 2016.

CARVALHO, M. L. (et al). Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. 2006. **Ciência & Saúde Coletiva**, versão impressa, ISSN 1413-8123, v.11, nº 2, p.461-471. Rio de Janeiro abr./jun. 2006.

CHAMON, E. M. Q. O. Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 21-33, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 out. 2016.

CHIES, L. A. B. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 13, jun. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 mar. 2015.

COLARES, L. B. C.; CHIES, L. A. B. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 407-423, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (Crepop). Brasília: CFP, 2012.

_____. **Referências Técnicas para a atuação das(os) psicólogas(os) no Sistema Prisional**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (Crepop). Brasília: CFP, p. 41, 2012.

COSTA, C. B. Sob o signo da subjetividade: o conflito de interpretações. In: PEDRO, J.M. (et al) (orgs.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011. p. 243-264.

CUNHA, E. L. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 30, nº 81, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 dez. 2014.

ESPINOZA, B. **Ética: Demonstrada à Maneira dos Geômetras**. Fundo de Cultura Econômica, 2003.

ESTIGARRIBA, S. M. A.; LOPES, Z. A. Violência de gênero e políticas públicas: sensibilização de homens autores de violência contra a mulher. In: CURADO, J.; AUAD, D. (orgs.) **Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação**. Campo Grande: UCDB, 2008, 72-78.

FARIA, T. D. **A Mulher e a Criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil**. 2010. Fortaleza. Disponível em <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3310.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2015.

FARR, R.M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FERREIRA, R. A. Polissemias da desigualdade no Livro V das Ordenações Filipinas: o escravo integrado. **História**, Franca, v. 34, n. 2, p. 165-180, Dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742015000200165&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 mar. 2016.

_____. Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime. **Serviço Social & Sociedade**, versão impressa, Serv. Soc. Soc. n° 107. São Paulo jul./set. 2011.

FLORES, T. M. **As pessoas idosas e suas representações sociais sobre Sexualidade e envelhecimento**. 265 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. 2015.

FONTANA, R. A. C. A elaboração conceitual: a dinâmica das interlocuções na sala de aula, In: SMOLKA, A. B.; GÓES, M. C. R. (Org.). **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1993.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GALVÃO, E. F.; ANDRADE, S. M. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 89-99, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de set. 2016.

GERALDINI, J.R.; FILHO, K.P. Vigilância panóptica e monitoramento eletrônico: dispositivos em análise. In: MARTINS, M. (orgs.). **Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto criminal/Penal**. 1ª Ed. São Paulo: Vetor, 2012. P. 139-174.

GIORDANI, A. T.; BUENO, S. M. V. **Cicatrizes corporais em mulheres detentas vítimas de violência física e a vulnerabilidade às DST-AIDS**. 2002. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/tycho/ProducaoAcademicaIntelectualPessoaProducao?codigoPublico=C7A0B75A6A5C&nivelFiltroProducao=1&anoProducao=2002&nomePessoa=Sonia%20M aria%20Villela%20Bueno&nivelProducaoClicado=1>. Acesso em: 2015-03-27.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 113.

_____. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. De Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, C. A. V. O Lugar do afetivo no Desenvolvimento da Criança: Implicações Educacionais. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 18, n. 3, p. 509-518, set. de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 set. 2016.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O Pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

GUARESCHI, P. **A Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

_____. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: GUARESCHI, P. HERNANDES, A.; CÁRDENAS, M (orgs.). **Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010. P. 77-91.

_____. Representações Sociais: avanços teóricos e epistemológicos. **Temas em Psicologia da SBP**, São Paulo, v.8, p. 249-256. 2000.

GUTIERREZ, D. M. D.; MINAYO, M. C. S. Papel da mulher de Camadas populares de Manaus na Produção de Cuidados da Saúde. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 707-720, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 out. 2016.

ILÍADA, I. Conhecer as mulheres brasileiras para lutar pela igualdade. In: VENTURI, G. e GODINHO, T. (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado** – uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. SESC, 2013.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. La representación social: Fenómenos, concepto Y teoria. In: MOSCOVICI, S. **Psicología Social II: Pensamiento y vida social**. Barcelona: Paidós, 1986.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 61-85.

_____. **Os Contextos do Saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAGO, N. B. **Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

LANE, S. T. M. A mediação emocional na construção do psiquismo humano. In: LANE, S. T. M. e SAWAIA, B. (orgs). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos** – Análise sociológica de uma prisão de mulheres. Ed. Forense, 2ª ed. 1999.

LIMA, E. M. **Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro** – O período das freiras (1042 – 1955). Rio de Janeiro. OAB/RJ – Pesquisa, 1983.

LIMA, M. **Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública - USP, São Paulo, 2006.

LIMA, G. M. B. (et al). Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 446-456, Set. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 mar. 2015.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Criminoso** [1ª ed. Itália: s.n., 1876]. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1991.

LOPES, Z. A. **Meninas para um lado meninos para outro: um estudo sobre representação social de gênero de educadores de creche Campo Grande**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000.

_____. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das violências vividas por mulheres agredidas**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MANCUSO, J. N. **Políticas públicas para mulheres encarceradas**. 2009. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. O poder das idéias. In: **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. Tradução: GUARESCHI, P. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H.. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, abril 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 out. 2016.

OLIVEIRA, E. P. T. Mulheres em conflito com a lei: a ressignificação de identidades de gênero em um contexto prisional. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 391-414, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982009000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2014.

OLIVEIRA, M. S. B. S. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 180-186, Junho 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 out. 2016.

PELLEGRINI, Marcelo. Uma saída para o caos carcerário. In: **CartaCapital**. São Paulo: Confiança, 08 out. 2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/uma-saida-para-o-caos-carcerario-6455.html>

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução: CORREA, A. M. S. Côrrea. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RATTON, J. L., GALVÃO, C., ANDRADE, R. **Crime e Gênero: controvérsias teóricas e empíricas sobre a agência feminina**. Curitiba: TBC. 2011.

ROSSOTTI, B. G. P. P. **Seguros na Delegacia: as subjetividades encarceradas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011. Disponível em

<<http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/dissertacoes/2011/BrunoGiovanni.pdf>>. Acesso em 24 fev. 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALLA, F. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 16, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 dez. 2014.

SANTOS, B. de S. (Org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAWAIA, B. B. A afetividade como fenômeno ético-político e locus da reflexão crítico-epistemológica da psicologia social. **International Journal of Critical Psychology**, 2002. (no prelo).

_____. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. p. 97-118, Petrópolis: Vozes. 1999.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOARES, G. P.; FELIX-SILVA, A. V.; FIGUEIRO, M. E. S. S. **Teatro-menor: cartografia em arte e experimentação de mulheres em situação de cárcere**. Psicologia. Social, Belo Horizonte, v. 26, p. 89-99, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 dez. 2014.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: Uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **O desenvolvimento psicológico na infância**. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Pensamento e Linguagem**. 11. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Obras escogidas IV: psicología infantil**. (Tradução de Lidia Kuper). Madrid: Visor, 1996.

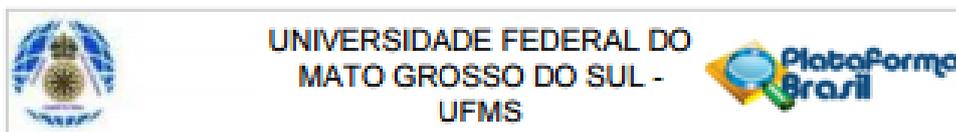
_____. **A transformação socialista do homem**. 1930. Disponível em

< http://www.ebah.com.br/content/ABAAAE_noAB/a-transformacao-socialista-homem>.
Acesso em 20 set. 2016.

_____. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO DAS EGRESSAS DO ESTABELECIMENTO PENAL DE REGIME SEMIABERTO, ABERTO E DE ASSISTÊNCIA AO ALBERGADO DE PARANAÍBAMS

Pesquisador: Mônica Renata Dantas Mendonça

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50151415.3.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

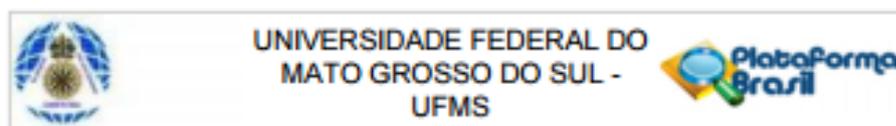
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.371.297

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa visa investigar as representações sociais de gênero das egressas que cumprem pena privativa de liberdade em regime Aberto e Livramento Condicional, do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de ParanaíbaMS (EPRSAAA/PAR). Pretende-se identificar, sob o ponto de vista das próprias egressas os motivos que as levaram a praticar o delito e se de alguma forma as representações sociais de gênero das entrevistadas influenciaram na prática ilícita. Trata-se de uma pesquisa de orientação qualitativa, de caráter explicativo, pois pretende compreender a constituição da história de vida das egressas e suas representações sociais de gênero. A pesquisa será desenvolvida na Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEPEN/MS), mais especificamente com as egressas em cumprimento de pena em Regime Aberto e Livramento Condicional do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de ParanaíbaMS (EPR-SAAA/PAR). Identificaremos as participantes, após verificarmos o confere nominal (registro oficial diário da Unidade Prisional). Como instrumento para a coleta de dados será utilizado a técnica de entrevista individual com roteiro semiestruturado, garantindo que as participantes apresentem suas histórias de vida e os motivos da sua condição atual. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas, conservando a

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
 Bairro: Caixa Postal 549 CEP: 79.070-110
 UF: MS Município: CAMPO GRANDE
 Telefone: (51)3345-7187 Fax: (51)3345-7187 E-mail: bicetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.371.297

forma original das falas, sem correções gramaticais ou quaisquer outras, para posteriormente serem analisadas. Os dados coletados serão organizados por meio das técnicas descritas por Bardin (1986), em sua proposta de Análise de Conteúdo, que se constitui num conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos. A autora destaca três fases para a organização dos dados: 1) Pré-análise, 2) Análise descritiva e a 3) Análise referencial. Desse modo é possível evidenciar as concepções das entrevistadas sobre as questões de gênero, sistema prisional, sociedade e mundo, evidenciando, desse modo como as representações sociais de gênero influenciaram (ou não). Estabeleceu-se como critério de inclusão será aleatório, a princípio todas as mulheres que estiverem cumprindo a pena em Regime Aberto e Livramento Condicional no Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/PAR) serão consultadas sobre sua disponibilidade e interesse em participar do estudo e critério de Exclusão ocorrerá quando a candidata à entrevista se recusar a assinar o TCLE; quando a egressa não cumprir pena no Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/PAR); quando a egressa não estiver cumprindo a pena em Regime Aberto e Livramento Condicional.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o lugar das representações sociais de gênero das egressas que cumprem pena privativa de liberdade em regime Aberto e Livramento Condicional do EPRSAAA/PAR, para a prática delituosa; Investigar as representações sociais de gênero das egressas, o que levou essas mulheres a praticar o delito, do ponto de vista delas; conhecer as condições que levaram as participantes do estudo a cometerem os delitos; Analisar de que forma as representações sociais de gênero influenciam na prática ilícita.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Oferece riscos, de possível constrangimento em participar das entrevistas, expondo-se ao grupo.
Benefícios: fomentar políticas públicas que deem respaldo a estas egressas, tidas como "Invisíveis".

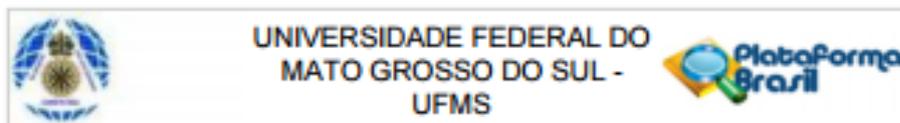
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Atende aos requisitos para aprovação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende aos requisitos para aprovação.

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 CEP: 79.070-110
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.371.267

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_578247.pdf	02/12/2015 15:54:17		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_posCEPP_Monica RDMendonca.doc	02/12/2015 15:53:07	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_posCEPP_Monica_RD_Mendonc a.docx	02/12/2015 15:51:01	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito
Outros	Foto_Monica_R_D_Mendonca.jpg	15/10/2015 13:52:40	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito
Outros	Curriculos_Lattes_Monica_R_D_Mendo nca.pdf	15/10/2015 13:51:43	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinadaPDF.pdf	15/10/2015 13:49:49	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.pdf	15/10/2015 13:26:23	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito
Outros	AutorizacaoAGEPEN.pdf	15/10/2015 13:13:57	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Metodologia_Mon icaRDMendonca.doc	25/09/2015 17:33:25	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Monica_R_D_Mendonca.docx	25/09/2015 16:56:51	Mônica Renata Dantas Mendonça	Aceito

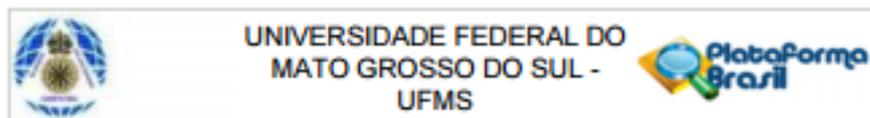
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
 Bairro: Caixa Postal 549 CEP: 79.070-110
 UF: MS Município: CAMPO GRANDE
 Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.3071.287

CAMPO GRANDE, 16 de Dezembro de 2015

Assinado por:
PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS
(Coordenador)

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 CEP: 79.070-110
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: bioetica@propp.ufms.br

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO DAS EGRESSAS DO ESTABELECIMENTO PENAL DE REGIME SEMIABERTO, ABERTO E DE ASSISTÊNCIA AO ALBERGADO DE PARANAÍBA/MS”, este trabalho consistirá na realização de entrevistas com as egressas em cumprimento de pena em regime aberto e livramento condicional do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Casa do Albergado de Paranaíba/MS, no município de Paranaíba/MS, no que diz respeito à suas representações sociais de gênero.

O projeto está sob a responsabilidade das pesquisadoras Zaira de Andrade Lopes, professora titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Mônica Renata Dantas Mendonça, mestranda em Psicologia na mesma instituição.

A finalidade deste estudo é analisar o lugar das representações sociais de gênero das egressas que cumprem pena privativa de liberdade em regime Aberto e Livramento Condicional do EPRSAAA/PAR, para a prática delituosa.

A sua colaboração consistirá em fornecer dados sobre a sua história de vida, incluindo trabalho, sexualidade, afetividade, conflito com a Lei e sobre as suas representações sociais de gênero, que serão coletados mediante entrevista individual com roteiros semiestruturados (com questões abertas), pela pesquisadora responsável pelo projeto.

Você não será paga para participar deste estudo, sendo sua participação a título não-oneroso, ou seja, sem custos financeiros a nenhuma parte, no entanto, aspiramos como benefícios, dar visibilidade aos seus discursos, por intermédio de publicações e ainda fomentar políticas públicas que deem respaldo às egressas, tidas como "invisíveis". O risco de haver algum constrangimento é mínimo, mas a qualquer momento você pode se recusar ou pedir para sair do estudo.

As entrevistas serão realizadas nas dependências do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência ao Albergado de Paranaíba/MS (EPRSAAA/PAR), em uma sala que assegure a privacidade da participante e livre de interferências externas.

As entrevistas serão individuais e gravadas, com uma duração aproximada de 20 minutos. Para garantir a coleta de dados fidedigna, as entrevistas individuais serão além de gravadas, também transcritas, conservando a forma original das falas, para posteriormente serem analisadas; e ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora durante 5 anos e após este período será descartado.

Após a coleta de dados você terá acesso ao material produzido, podendo fazer alterações, e o material só será utilizado após sua expressa autorização.

Informamos ainda que se você concordar em participar da pesquisa sua identidade será mantida em sigilo. A menos que requerido por lei, somente a pesquisadora, membros da equipe do estudo ou Comitê de Ética terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo.

Você será informada periodicamente de qualquer nova informação que possa modificar a sua vontade em continuar participando do estudo.

Se tiver dúvidas ou algum problema, poderá falar com a pesquisadora Mônica Renata Dantas Mendonça, no telefone (67) 8132-4619 ou no e-mail: psimonicadantas@gmail.com ou com a pesquisadora Zaira de Andrade Lopes, no telefone (67) 9981-7594 ou no e-mail: zairaal@gmail.com. Para perguntas sobre seus direitos como participante no estudo chame o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (67) 3345-7187.

Autorizo a gravação da entrevista: () SIM () NÃO

Caso a participante opte pela AUTORIZAÇÃO para a gravação da entrevista, será acordado o compromisso da pesquisadora, citada à cima, em garantir os seguintes direitos: poderei solicitar a transcrição de minha gravação para leitura; os dados coletados serão utilizados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos, e livros; serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista. Os dados coletados serão armazenados por 05 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora, e após este período serão descartados.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. E que sou voluntária a tomar parte neste estudo.

Assinatura da Voluntária

Assinatura da pesquisadora

Campo Grande/MS, ____ de _____ 2015

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista Semiestruturado:
Mestranda: Mônica Renata Dantas Mendonça

I- Dados de identificação

- a) Idade
- b) Gênero
- c) Raça
- d) Renda familiar
- e) Escolaridade
- f) Estado civil
- g) Nacionalidade
- h) Naturalidade
- i) N° de filhas(os)

II- História de vida e cotidiano

- a) Infância
- b) Juventude
- c) Cotidiano antes e depois do delito
- d) Aspectos familiares
- e) Condição de vida familiar atual

III – Vida e trabalho

- a) Formação
- b) Vida profissional
- c) Condições de trabalho e remuneração

IV - Sexualidade e afetividade

- a) Relacionamentos antes e após o delito
- b) Vida afetiva e sexual atual

V - Histórico do conflito com a Lei

- c) Elementos da história da participante sobre os delitos cometidos
- d) Caracterização dos delitos cometidos
- e) Motivação para o delito
- f) Elementos da vida judicial
- g) Transformações que ocorreram após a prisão (e/ou durante o cumprimento de pena)
- h) Condição de vida atual

IV – Representações Sociais de gênero

- a) Concepção de gênero masculino e feminino.
- b) Representações Sociais de gênero na prática ilícita.
- c) Violências de gênero sofridas
- d) A mulher no contexto do crime

ANEXO – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



OF nº 32/2015 – PPPSI/CCHS/UFMS

Campo Grande, 17 de setembro de 2015

Da: Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Curso de Mestrado
Prof.ª Dr.ª Inara Barbosa Leão

Para: Dr. Ailton Stropa Garcia
Diretor-presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema
Penitenciário (AGEPEN)

Assunto: **Solicitação de autorização para realização de pesquisa**

Senhor Diretor-presidente,

*Autorizado, devendo ser
facilitado as mesmas aceita-
rem ou não serem entre-
vistas.*

*23
09
15*

*Ailton Stropa Garcia
Diretor - Presidente
AGEPEN/MS*

A acadêmica Mônica Renata Dantas Mendonça está cursando o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e para a elaboração de sua Dissertação, desenvolve a pesquisa intitulada: *As Representações Sociais de Gênero das Egressas do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Casa do Albergado de Paranaíba/MS*, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª. Zaira de Andrade Lopes.

Assim sendo, solicitamos a sua autorização para que ela possa realizar entrevistas com as egressas que cumprem pena em regime aberto e livramento condicional no Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto e Casa do Albergado de Paranaíba/MS – EPRSACA.

Destacamos que a utilização das informações se restringirá à análise para esta pesquisa, que nenhum nome ou dado que identifique os sujeitos serão divulgados ou usados para outros fins. A pesquisadora e a sua orientadora se comprometem a dar a devolutiva dos resultados da investigação a essa instituição.

Sem mais, despedimo-nos, colocando-nos à disposição para quaisquer informações pelo telefone/fax (67) 3361-7595/9981-7594.

Atenciosamente,

Inara
Inara Barbosa Leão

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado
Cidade Universitária, s/n * Caixa Postal 549 Fone: 067xx 3345-3587
CEP 79070-900 * Campo Grande (MS) *
<http://www.ufms.br> e-mail: secmestpsic.cchs@ufms.br